



**Plano de Recursos Hídricos da
Bacia Hidrográfica do
Rio Verde Grande**

(versão para discussão na CTC)

Relatório Síntese

Brasília, 24 de fevereiro de 2011

Presidente da República

Dilma Roussef

Ministra do Meio Ambiente

Izabella Teixeira

Agência Nacional de Águas

Diretoria Colegiada

Vicente Andreu Guillo – Diretor-Presidente

Dalvino Troccoli Franca

João Gilberto Lotufo Conejo

Paulo Lopes Varella

Paulo RodriguesVieira

Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos

Ney Maranhão

Equipe Técnica

Coordenação Geral

Ney Maranhão - Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos
João Gilberto Lotufo Conejo - ex-Superintendente

Coordenação Executiva

José Luiz Gomes Zoby

Apoio

Tânia Regina Dias da Silva
Marcelo Pires da Costa
André Raymundo Pante
Bruno Collischonn
Márcio Bomfim Pereira Pinto

Empresa Contratada - ECOPLAN Engenharia LTDA.

Responsável Técnico

Júlio Fortini de Souza

Gerente do Contrato

Alexandre Ercolani de Carvalho

Coordenação Técnica

Henrique Bender Kotzian
Sidnei Gusmão Agra

Ane Lourdes de Oliveira Jaworowski
Carlos Ruberto Fragoso
Ciomara Rabelo de Carvalho
Dalila Souza Alves
Daniel Duarte das Neves
Daniel Wiegand
Daniela Viegas
Eduardo Antonio Audibert
Fábio Vieira
Fábio Vilella
Fabrícia Moreira Gonçalves
Fernando Falco Pruski
Fernando Setembrino Meirelles
Francisco Bidone
Guilherme Joaquim
João César do Carmo
José Nelson Machado
Karina Galdino Agra
Márcia Cristina Marcelino Romanelli
Maria Elizabeth da Silva Ramos
Osmar Coelho
Otávio Pereira
Patrícia Pessi Hoff
Paulo Roberto Gomes

Percy Batista Soares Neto
Regina Camara Lins
Renata Del Giudice Rodrigues
Renato Medeiros Evangelista
Ricardo Gazola Hellmann
Rodrigo Agra Balbuena
Rodrigo Wienskoski Araújo
Rudimar Escher
Sandra Sontag
Sérgio Cotrim
Vanessa Moraes Lugin
Vinicius Melgarejo Montenegro

Apoio Técnico e Institucional dos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos

Instituto Mineiro de Gestão das Águas
Célia Maria Brandão Fróes

Instituto de Gestão das Águas e Clima
Elba Alves Silva

ÍNDICE

1.	Introdução.....	1
2.	Metodologia e Base de Dados.....	3
3.	Processo de Elaboração.....	6
4.	Histórico do Uso da Água e Ações de Gestão.....	8
5.	Diagnóstico.....	11
5.1.	Área de Estudo.....	11
5.2.	Caracterização Físico-Biótica.....	11
5.3.	Uso e Ocupação do Solo.....	23
5.4.	Caracterização Socioeconômica.....	30
5.5.	Saneamento Ambiental.....	37
5.6.	Disponibilidade Hídrica.....	41
5.7.	Demandas Hídricas e Outorgas.....	52
5.8.	Balanço Hídrico.....	55
5.9.	Atores	58
5.10.	Síntese do Diagnóstico.....	60
6.	Prognóstico.....	61
6.1.	Demografia e Economia.....	61
6.2.	Disponibilidade Hídrica.....	63
6.3.	Demandas Hídricas e Outorga.....	70
6.4.	Cenários.....	71
6.5.	Redução da Carga Poluidora.....	72
6.6.	Balanço Hídrico.....	75
7.	Diretrizes, Intervenções e Investimentos.....	77
7.1.	Componente 1 – Gestão de Recursos Hídricos e Comunicação Social.....	80
7.2.	Componente 2 – Racionalização dos Usos e Conservação dos Solos.....	102
7.3.	Componente 3 – Saneamento e Incremento da Oferta Hídrica.....	117
7.4.	Componente 4 – Gestão de Águas Subterrâneas.....	142

8.	Arranjo Institucional para Gestão.....	152
9.	Conclusões	159
10.	Referências Bibliográficas.....	166

Anexo 1- Atores participantes da Câmara Técnica Consultiva (CTC), da Composição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande e das Reuniões Públicas.

1. INTRODUÇÃO

O rio Verde Grande é um importante afluente da margem direita do rio São Francisco que constitui, em parte de seu curso, o limite entre os Estados da Bahia e de Minas Gerais. Por esse motivo, assim como seu afluente, o rio Verde Pequeno, é considerado um rio de domínio federal.

Sua bacia tem área de 31.410 km² que abrange 8 municípios na Bahia (13% da área total) e 27 municípios em Minas Gerais (87% da área total). A população é de 741,5 mil habitantes (ano de 2007), que corresponde a cerca de 5% da população total da bacia do São Francisco.

A região se destaca pela produção agrícola, realizada predominantemente com a irrigação, e pela presença da cidade de Montes Claros (MG), que representa importante polo regional e concentra da população da bacia.

Em função do expressivo desenvolvimento regional e da expansão urbana, associada a baixa disponibilidade hídrica dos rios em uma região de clima semi-árido, são registrados conflitos pelo uso da água na bacia desde a década de 80.

Para enfrentar os desafios da gestão dos recursos hídricos, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em 2003, a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande.

Em 2009, foi iniciada a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande (PRH Verde Grande), que visa articular os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e embasa as ações para a gestão e o uso múltiplo e integrado dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Isso se reflete diretamente no enfrentamento dos dois principais problemas que se verificam na bacia: a escassez hídrica com suas repercussões sobre a qualidade e a quantidade de água e a fragilidade na gestão de recursos hídricos na região.

Seu processo de elaboração se estendeu até 2010 e contou com a participação da sociedade bacia por meio do acompanhamento contínuo do Comitê da Bacia e da realização de três rodadas de reuniões públicas. Todo o processo de consulta e participação permitiu a construção de uma visão ampla das questões mais críticas da região, refletindo e buscando integrar os consensos e pontos de vista de diversos atores.

O presente documento, o Relatório Síntese do PRH Verde Grande se encontra subdividido em 10 capítulos onde é revisado e consolidado o acervo de informações produzidas e o conjunto de ações propostas para a bacia.

O Capítulo 2 oferece, de forma concisa, uma visão da metodologia utilizada nas três etapas de elaboração do Plano e as principais fontes de dados consultadas.

O Capítulo 3 apresenta o processo participativo da sua elaboração, que contou com as reuniões públicas e com o acompanhamento da Câmara Técnica Consultiva do Comitê da Bacia.

O Capítulo 4 apresenta um breve histórico dos conflitos pelo uso da água na bacia e as ações de gestão de recursos hídricos realizadas.

O Capítulo 5 sintetiza um conjunto de informações físico-climáticas, socioeconômicas, de uso e ocupação do solo e ambientais produzidos e organizados sobre a bacia. Apresenta ainda a disponibilidade hídrica, os diferentes usos da água e o confronto entre essas duas variáveis.

O Capítulo 6 delinea os cenários de utilização dos recursos hídricos, considerando os múltiplos usos da água, até o ano de 2030, horizonte do PRH Verde Grande.

No Capítulo 7 são descritos os programas e ações propostos para a região até 2030 para enfrentar as questões identificadas como mais relevantes para o uso sustentável dos recursos hídricos, apresentadas nos dois capítulos anteriores, não se limitando apenas a ações estruturais. Nesse sentido, aborda os temas estratégicos e trata da aplicação de instrumentos como outorga, cobrança e enquadramento, entre outros.

O Capítulo 8 analisa o arranjo institucional para a gestão dos recursos hídricos, visando a implementação das ações previstas no PRH Verde Grande.

O Capítulo 9 apresenta as principais conclusões e recomendações do estudo.

Por fim, o Capítulo 10 lista as principais referências bibliográficas utilizadas e é acrescentado um anexo ao final do documento que apresenta a lista de atores que participaram do processo de elaboração do PRH Verde.

2. METODOLOGIA E BASES DE DADOS

A elaboração do PRH Verde Grande foi dividida em três distintas etapas: Diagnóstico, Prognóstico e Plano de Recursos Hídricos Propriamente Dito.

No Diagnóstico, foi levantada e sistematizada uma grande quantidade de dados anteriormente dispersos em diferentes órgãos e instituições e com diferentes níveis e escalas de levantamento. Todo o acervo levantado foi atualizado e colocado sobre uma base única, que deu subsídios para a criação de um Banco de Dados associado a um Sistema de Informações Geográficas (SIG) denominado SIG-Plano.

Com relação às bases e dados coletados, estes cobrem, de forma geral, adequadamente a bacia e foram considerados suficientes e dotados da qualidade necessária para a elaboração do PRH Verde Grande, cuja escala de trabalho foi de 1:100.000 e contou essencialmente com dados secundários.

O único conjunto de dados gerado a partir de dados primários foi o mapa de uso e ocupação do solo, elaborado com a utilização de imagens de satélite, que incluiu o levantamento de áreas irrigadas e o reconhecimento e confirmação de alvos em campo. Complementado essa atividade de campo, foi realizado sobrevoo de avião por toda a bacia, o que ocorreu no mês de junho de 2009.

Um aspecto importante identificado nos trabalhos foi a limitação de dados sobre hidrologia superficial, principalmente estações fluviométricas, e subterrânea, especialmente pela ausência de dados de monitoramento de poços.

Apesar dessas limitações, o conjunto de informações produzidas na etapa de Diagnóstico permitiu constituir um quadro de referência sobre temas socioeconômicos, ambientais e, principalmente, hídricos.

O Prognóstico foi desenvolvido com o objetivo de analisar as alternativas de incremento da oferta hídrica para o atendimento das demandas futuras de água na bacia considerando o cenário crítico de escassez. Para isso, foram construídos três cenários – tendencial e dois normativos - de crescimento das demandas associado ao incremento da oferta hídrica. O balanço hídrico quantitativo (demandas versus disponibilidade) foi executado, de modo a verificar o comprometimento dos recursos hídricos para atendimento aos diversos usos.

Na Etapa do Plano de Recursos Propriamente Dito, foram analisados, de forma integrada, os resultados das etapas anteriores. As questões identificadas como relevantes para o desenvolvimento da bacia em bases sustentáveis subsidiaram a construção de um

conjunto de diretrizes para programas e ações na região. Os custos de investimentos de cada ação foram quantificados e os atores envolvidos identificados. Ainda nessa etapa, foram estruturadas as diretrizes para os instrumentos de gestão como a outorga e a fiscalização.

A Tabela 2.1 sistematiza as principais bases e estudos consultados ao longo de todo o PRH Verde Grande.

Tabela 2.1. Principais fontes de dados utilizados na elaboração do PRH Verde Grande

Tema	Principais fontes
Aspectos gerais	ANA (2002) Projeto de Gerenciamento Integrado das Atividades Desenvolvidas em Terra na Bacia do São Francisco, Sub-projeto 4.2A, MMA (2007), IBGE (2005), CIM (IBGE, 2003).
Hidrografia	Base hidroreferenciada (ANA, 2007), CODEVASF, Cartas Topográficas (Mapeamento Sistemático Brasileiro).
Uso e ocupação do solo	MMA (2007), IBAMA (2008), IEF (2008), imagens de satélite Landsat TM 5 de agosto de 2008
Geologia	Carta Geológica do Brasil ao Milionésimo – Folhas SE23 Belo Horizonte, SD23 Brasília, CPRM (2004); Mapa Geológico do Estado de Minas Gerais, COMIG/CPRM (2003); Projeto Espinhaço, CODEMIG/UFMG (2007); Projeto São Francisco, CPRM (2003); Projeto Radambrasil, escala 1:1.000.000, Folha SD.23 Brasília (1982).
Geomorfologia	CETEC (1994). Estudo de caso: Bacia do rio Verde Grande; CETEC (1980). Projeto Jequitinhonha. Folhas Guanambi e Monte Azul, Araçuaí; CETEC (1983). Projeto Alto São Francisco e parte Central da área mineira da SUDENE; CETEC (1981). Plano de Desenvolvimento Integrado do Noroeste Mineiro; RADAM (1982). Folha SD 23 Brasília, volume 29.
Pedologia	CETEC (1995). Desenvolvimento metodológico para modelo de gerenciamento ambiental de bacias hidrográficas. Estudo de caso: Bacia do Verde Grande. Belo Horizonte.
Suscetibilidade à erosão	CETEC (1984). Estudos de erosão acelerada e de práticas conservacionistas. Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Região do Jequitaiá/Verde Grande; CODEVASF /FAO (1994). Estimativa da erosão atual e potencial no vale do São Francisco. Relatório de Consultoria Henrique Chaves; CETEC (1991). Estratégias de Recuperação da Bacia do rio Verde Grande. Estudos de erosão acelerada.
Climatologia e precipitação	INMET (2009) e Hidroweb (ANA, 2009).
Disponibilidade hídrica superficial	Sistema de Informações Hidrológicas (Hidroweb) da Agência Nacional de Águas (ANA).
Qualidade das águas superficiais	CODEVASF (2004). Projeto de Irrigação Estreito; Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)

Tema		Principais fontes
Disponibilidade hídrica subterrânea		CPRM (2009) - SIAGAS; Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ/BA, Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM/MG, Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – CETEC e Companhia de Saneamento de Minas Gerais –COPASA. Silva (1984), CETEC (1996), CODEVASF/IGAM.
Qualidade das águas subterrâneas		CODEVASF (2004). Projeto de Irrigação Estreito; Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM); UFMG (2009). Processos geradores de concentração anômala de fluoreto na água subterrânea em região semi-árida: estudo de caso em aquífero cárstico-fissural do Grupo Bambuí nos municípios de Verdelândia, Varzelândia e Jaíba, Minas Gerais.
Irrigação		IBGE (1980, 1985, 1995); Rural Minas (1996); e Imagem de satélite para os anos: 1992 e 2009; CODEVASF.
Caracterização Fitogeográfica		IBGE (2004). Mapa de biomas.
Recursos minerais		CPRM (2004); DNPM (2009) – SIGMINE.
Bioma		IBGE (2004).
Unidades de conservação		IBAMA (2008), IEF (2008).
Áreas prioritárias para conservação da biodiversidade		BRASIL (2007). Portaria nº 9 de 23/01/2007 do Ministério do Meio Ambiente.
Terras indígenas		FUNAI (2007).
Saneamento ambiental	Água	BRASIL (2007). Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS; PERH – Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais.
	Esgoto	BRASIL (2007). Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS
	Resíduos sólidos	BRASIL (2006). Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – Resíduos Sólidos Urbanos SNIS/RSU.
Socioeconomia		Sistema Integrado de Informações Ambientais – SIAM, IBGE, PNDU. Atlas do Desenvolvimento Humano; IPEA; IBGE / RAIS Ministério do Trabalho (2007).
Sistema de Transportes		Cartas Topográficas (Mapeamento Sistemático Brasileiro), CIM (IBGE,2003); Departamento de Estrada e Rodagem - DER/MG.
Cenários macroeconômicos		Censo Agropecuário 1996/2006; IPEA (2007), IBGE (2000 e 2007).
Projeções demográficas e agropecuárias		IBGE (2000) Censo Demográfico; IBGE (1996 e 2006). Censos Agropecuários; IBGE (2004, 2005 e 2007). Projeções Populacionais; IGBE (1998/2007). PAM – Pesquisa Agrícola Municipal; IBGE (1998/2007). PPM – Pesquisa Pecuária Municipal.

3. PROCESSO DE ELABORAÇÃO

A elaboração do PRH foi iniciada em janeiro de 2008 sob a coordenação da Agência Nacional de Águas (ANA) coordenando que contratou os serviços da Ecoplan Engenharia Ltda. Internamente na ANA, o processo teve a coordenação da Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos e contou com a colaboração de outras superintendências que deram suporte técnico à condução do trabalho em suas áreas específicas de atuação.

A construção do PRH Verde Grande foi conduzida por meio de um processo participativo com a criação de dois espaços de discussão e de recebimento de contribuições ao estudo: Reuniões Públicas e o Comitê da Bacia. Além disso, os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) do Estado de Minas Gerais e do Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ) do Estado do Bahia, designaram técnicos que passaram a acompanhar, a partir de maio de 2009, as reuniões mensais realizadas entre a ANA e a contratada.

O princípio participativo da gestão de recursos hídricos, adotado no PRH Verde Grande é aquele preconizado pela Lei nº 9.433, de 1997 que estabelece que a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos deve ser descentralizada e participativa.

O Comitê da Bacia designou uma Câmara Técnica Consultiva (CTC) para acompanhar e contribuir para o desenvolvimento dos trabalhos de elaboração do PRH. A CTC possui 20 membros (Anexo 1) incluindo representantes da sociedade civil, usuários de recursos hídricos e poder público estadual. As reuniões sempre abertas ao público ocorreram com frequência mensal e aconteceram nas seguintes datas:

- no ano de 2009, nos dias 24 de março, 28 de abril, 27 de junho, 30 de maio, 16 de junho, 30 de julho, 30 de setembro, 16 de novembro;
- no ano de 2010, nos dias 28 de janeiro, 10 de março, 13 de abril, 18 de maio, 16 de junho, 31 de agosto e 21 de outubro.

Ao final de cada etapa de elaboração do estudo, após o recebimento das contribuições da CTC, foram realizadas as rodadas de reuniões públicas para apresentação dos resultados à população da bacia do rio Verde Grande nas seguintes datas e locais:

- etapa de Diagnóstico em outubro de 2009: Urandi (BA), dia 26; Nova Porteirinha (MG), dia 27 e Montes Claros (MG), dia 28;
- etapa de Prognóstico em maio de 2010: Urandi, dia 04; Nova Porteirinha, dia 05 e Montes Claros, dia 06;

- etapa do Plano de Recursos Hídricos Propriamente Dito em junho de 2010: Urandi, dia 22; Nova Porteirinha, dia 23 e Montes Claros, dia 23.

A apresentação de informações consolidadas durante as reuniões públicas favoreceu o debate e estimulou a contribuição dos participantes. Após a conclusão da rodada de reuniões, era realizada a análise e incorporação das contribuições recebidas.

Assim, durante o processo de elaboração do PRH Verde Grande, os membros da CTC acompanharam ativamente os trabalhos desenvolvidos por meio de um total de 13 reuniões mensais. A participação pública se deu por meio das 3 rodadas de reuniões públicas, tendo sido realizadas 9 apresentações em 3 cidades situadas nos Estados de Minas Gerais e Bahia, totalizando a participação de mais de 40 entidades, que incluem governo, sociedade civil e usuários. No Anexo 1, são listados os atores envolvidos nas discussões e debates do PERHTA, bem como a composição do Comitê da Bacia e da CTC.

Todos os relatórios do PRH foram disponibilizados para consulta aos membros da CTC e aos participantes das reuniões públicas na página do Comitê da Bacia localizado no endereço eletrônico da ANA: <http://www.verdegrande.cbh.gov.br/Plano%20de%20Bacia.aspx>. As contribuições relativas aos relatórios foram recebidas pelo seguinte e-mail: spr@ana.gov.br.

O processo de consulta e participação, conduzido dentro do PRH Verde Grande, permitiu a construção de uma visão ampla das questões mais críticas da região. Revelou-se ainda importante para a adequação do foco em diversos temas e para que fosse obtido o conjunto de visões que melhor representam os anseios da sociedade.

4. HISTÓRICO DO USO DA ÁGUA E DAS AÇÕES DE GESTÃO

O desenvolvimento da agricultura irrigada na bacia do rio Verde Grande iniciou-se na década de 70 através das atuações do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), que iniciaram, respectivamente, a implantação dos Perímetros Irrigados do Estreito (Urandi, BA e Espinosa, MG) e do Gorutuba (Nova Porteirinha, MG).

Essa ação se inseriu no contexto de ações do Programa Nacional de Irrigação (PRONI), em fins dos anos 70 e início dos anos 80, que tinha a finalidade de executar a nova política de modernização da agricultura. À criação do PRONI, no âmbito nacional, veio somar-se o Projeto Nordeste no qual foram inseridos os perímetros irrigados já existentes na bacia: Gorutuba e Estreito. Desse modo, a esses projetos que eram voltados para agricultores de baixa renda, foram acrescentados então componentes tecnológicos mais modernos como a utilização de insumos e novas tecnologias de irrigação.

As experiências advindas desses projetos, aliada a abundância de solos aptos para a irrigação e aos benefícios fiscais e subsídios oferecidos (SUDENE, FINOR/BNB, entre outros), serviram de atrativos para a instalação de inúmeros projetos na bacia.

Com o grande desenvolvimento da irrigação na década de 80, iniciaram-se os primeiros registros de conflito entre usuários de água na região. Em fins de 1988, a crescente demanda e conseqüente redução da disponibilidade hídrica criaram um quadro de dificuldades de compatibilização dos vários usos no rio Verde Grande. Esses conflitos ocorreram basicamente entre duas categorias: entre irrigantes (incluindo os de irrigação pública e privada) e entre irrigantes e outros usuários, conflito que se processou em diversos níveis, principalmente entre agricultores e pecuaristas.

No início de 1995, foi contratado o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do rio Verde Grande sob coordenação executiva da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Fundação Rural Mineira (SEAPA/RURALMINAS). Entre os trabalhos iniciais desenvolvidos, foi realizado o cadastro de 550 usuários de água superficial a quase totalidade para a irrigação no ano 1996. Esse estudo sistematizou grande quantidade de informações e dados para a bacia, mas não chegou a ser concluído.

Os conflitos continuaram e ocorreram várias denúncias aos órgãos públicos sobre a situação de disputa pela água, inclusive pedindo providências. Medidas paliativas foram tentadas como a abertura das comportas da barragem Bico da Pedra.

Os constantes conflitos e a constatação de que critérios técnicos e procedimentos utilizados na concessão de outorgas para esta bacia precisavam ser revistos, conduziram o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal a suspender a emissão de outorgas de direito de uso de água superficial para a irrigação em toda a bacia em 30 de dezembro de 1996, na expectativa de retornar o processo a partir da definição desses critérios. Cumpre registrar que, após a entrada em vigor da portaria, houve um acentuado incremento na utilização dos recursos hídricos subterrâneos que não sofreram restrição de uso.

Em 2001, a Agência Nacional de Águas (ANA) instituiu o Grupo de Coordenação Interinstitucional (GCI) para promover e implementar um plano de gestão de recursos hídricos na bacia por considerar que havia a necessidade da retomada do processo de outorga, obedecendo a critérios baseados nas características regionais. Para tanto, foi tomada a decisão de implementar um plano de estruturação do sistema de gestão, contemplando a definição de critérios e procedimentos para a outorga e a estruturação do Comitê da Bacia. Como resultado do esforço de implementação desse plano de gestão, foi instalado, no segundo semestre de 2001, o Escritório Técnico do Verde Grande (ETVG) em Janaúba.

No ano seguinte, em 2002, foi realizado o cadastramento de usuários de água da sub-bacia do rio Gortuba, afluente da margem direita do rio Verde Grande. Em 2003, foi definida a alocação negociada de água entre os usuários do rio Gortuba e o monitoramento da operação do reservatório Bico da Pedra.

Nesse mesmo ano, considerando as avaliações e fundamentos constantes da ANA, o Ministério do Meio Ambiente revogou a portaria de 1996, que suspendia a emissão de outorga na bacia.

A criação do Comitê da Bacia recebeu aprovação unânime do Conselho Nacional de Recursos Hídricos em maio de 2003. Posteriormente, por meio de decreto presidencial, de 3 de dezembro, foi instituído o Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande cujos principais objetivos são de promover o ordenamento, definir as diretrizes e a necessária articulação de todos os setores de usuários da bacia para melhor aproveitamento dos recursos hídricos e implantação dos instrumentos técnicos de gestão. Em 2004, após um longo processo de articulação na bacia, o comitê foi instalado.

Nesse mesmo ano, a fim de retomar a emissão da outorga no restante da bacia, foi iniciada a complementação do cadastro de usuários de água da bacia do rio Verde Grande, que resultou em 1.929 cadastros.

Cabe registrar que, por ocasião do cadastro da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, realizado no ano de 2005, os usuários da bacia do rio Verde Grande foram novamente visitados no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica entre a ANA e o Ministério da Integração, objetivando complementar os dados cadastrais. Para tanto, foi utilizada a base de dados do cadastro anterior, realizado pela ANA, e os dados produzidos foram inseridos no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos.

Em 2008, o cadastramento de usuários ao longo do rio Verde Grande foi novamente validado e, em dezembro, ocorreu a aprovação das regras de uso das águas com a publicação do marco regulatório. O marco estabelece que, com exceção do setor de abastecimento público, que não sofrerá redução na captação, os demais setores usuários de água terão seus usos reduzidos de acordo com o nível de água do rio Verde Grande e da quantidade de água captada pelo usuário. Foram emitidas 118 outorgas e estabelecidas regras para emissão de futuras outorgas no rio.

5. DIAGNÓSTICO

5.1 ÁREA DE ESTUDO

A bacia do rio Verde Grande possui área de 31.410 km² dos quais 87% (27.219 km²) correspondem à parcela da bacia inserida no Estado de Minas Gerais e 13% (4.191 km²) encontram-se no Estado da Bahia. Abrange 35 municípios, sendo 8 na Bahia e 27 em Minas Gerais. Desse total, 26 municípios têm sua sede localizada na bacia, destacando-se Montes Claros, Jaíba e Janaúba, na porção mineira, e Sebastião Laranjeiras e Urandi, na baiana.

A configuração da bacia é alongada, com sentido sul-norte, coincidente com o do rio principal, que sofre uma mudança para uma direção aproximada leste-oeste próxima a confluência com o rio São Francisco (Figura 4.1). É nesse trecho final, onde o rio principal flexiona, que o mesmo constitui a divisa estadual entre Minas Gerais e Bahia.

O rio Verde Grande tem como principais afluentes os rios situados na margem direita: o rio Gortuba (área de drenagem de 9.848 km²), que é de domínio estadual (de Minas Gerais), e o rio Verde Pequeno (área de drenagem de 2.715 km²), que forma a divisa estadual entre Minas Gerais e Bahia, constituindo assim também um rio de domínio federal.

A bacia do rio Verde Grande para fins de planejamento do PRH Verde Grande foi subdividida em 8 sub-bacias (Figura 4.1). A caracterização de cada unidade é apresentada na Tabela 4.1 em que se destaca a sub-bacia Médio e Baixo Gortuba como a de maior área, representando 25% (7.715 km²) do total da bacia, enquanto a sub-bacia Baixo Verde Grande é a menor com apenas 6% da área (1.934 km²).

5.2 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA-BIÓTICA

Clima

A bacia do Verde Grande apresenta clima característico do semi-árido brasileiro. Segundo a classificação de Köppen, predomina amplamente o tipo Aw, clima tropical quente e úmido com estação seca bem acentuada, enquanto o Cwa, mesotérmico de altitude com verões quentes e chuvosos e inverno seco com temperaturas mais amenas, está restrito às porções mais elevadas da Serra do Espinhaço, na borda oriental (ANA, 2002).

Figura 4.1 – Mapa de localização, base municipal e subdivisão da bacia do rio Verde Grande

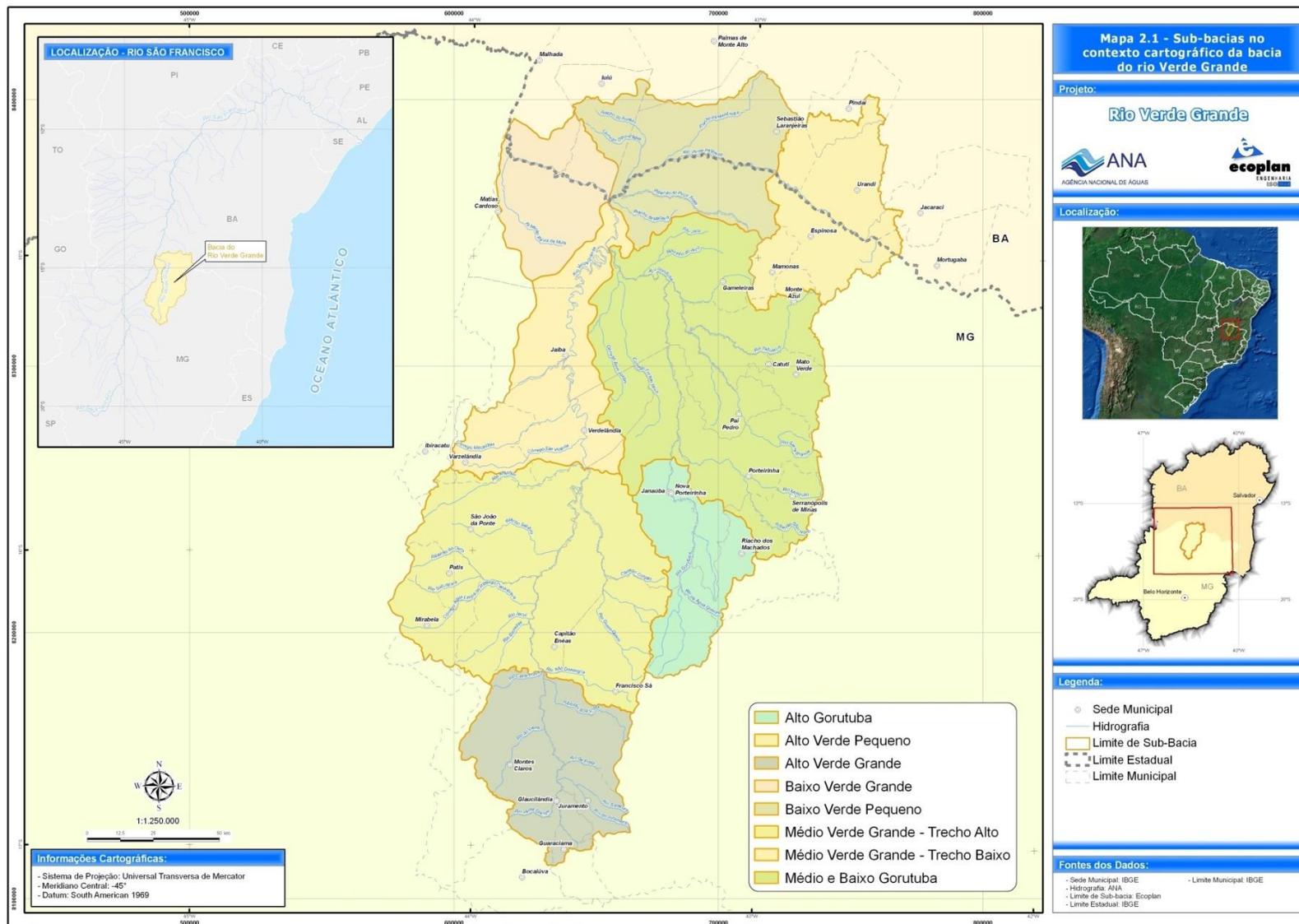


Tabela 4.1 – Caracterização das sub-bacias da bacia do rio Verde Grande

Sub-bacia	Área		Municípios com sede na sub-bacia	Principais corpos d'água
	km ²	% na Bacia		
Alto Gorutuba (AG)	2.134,3	7%	Nova Porteirinha, Janaúba e Riacho dos Machados	Rio Gorutuba e Rio da Água Quente
Alto Verde Grande (AVG)	3.102,2	10%	Montes Claros, Glaucilândia, Juramento e Guaraciama	Rio Verde Grande, Rio Cana-brava, Ribeirão Boa Vista, Rio do Vieira, Rio da Prata, Rio Juramento e Rio Saracura
Alto Verde Pequeno (AVP)	2.907,5	9%	Mamonas, Espinosa e Urandi	Rio Verde Pequeno
Baixo Verde Grande (BVG)	1.934,1	6%	-	Rio Verde Grande e Ribeirão Baixa da Mula
Baixo Verde Pequeno (BVP)	3.369,3	11%	Sebastião Laranjeiras	Rio Verde Pequeno, Riacho da Macaca, Ribeirão do Poço Triste, Riacho da Mandiroba, Riacho do Aurélio e Córrego Olho-d'Água
Médio e Baixo Gorutuba (MGB)	7.721,2	25%	Monte Azul, Catuti, Mato Verde, Pai Pedro, Gameleiras, Porteirinha e Serranópolis de Minas	Rio Gorutuba, Rio Jacu, Ribeirão Jacu, Rio Tabuleiro, Rio Serra Branca, Córrego Furado Novo, Córrego Bom Jardim e Córrego Veredas das Águas
Médio Verde Grande - Trecho Alto (MVG-TA)	7.107,9	23%	Varzelândia, Verdelândia e Jaíba	Rio Verde Grande, Rio Arapoim, Riacho Salobro, Ribeirão do Ouro, Rio Suçuapara, Rio Jacuí, Rio Barreiras, Rio São Domingos, Rio Quem-Quem e Córrego Corgão
Médio Verde Grande - Trecho Baixo (MVG-TB)	3.161,3	10%	Francisco Sá, Capitão Enéas, Mirabela, Patis e São João da Ponte	Rio Verde Grande, Córrego Macaúbas, Córrego São Vicente
Bacia Verde Grande	31.437,9	100%		

O regime pluviométrico mostra que a bacia é caracterizada por dois períodos bem distintos (Figura 4.2). A estação chuvosa se estende de outubro a março, quando ocorre cerca de 93% da chuva anual, e a seca, de abril a setembro.

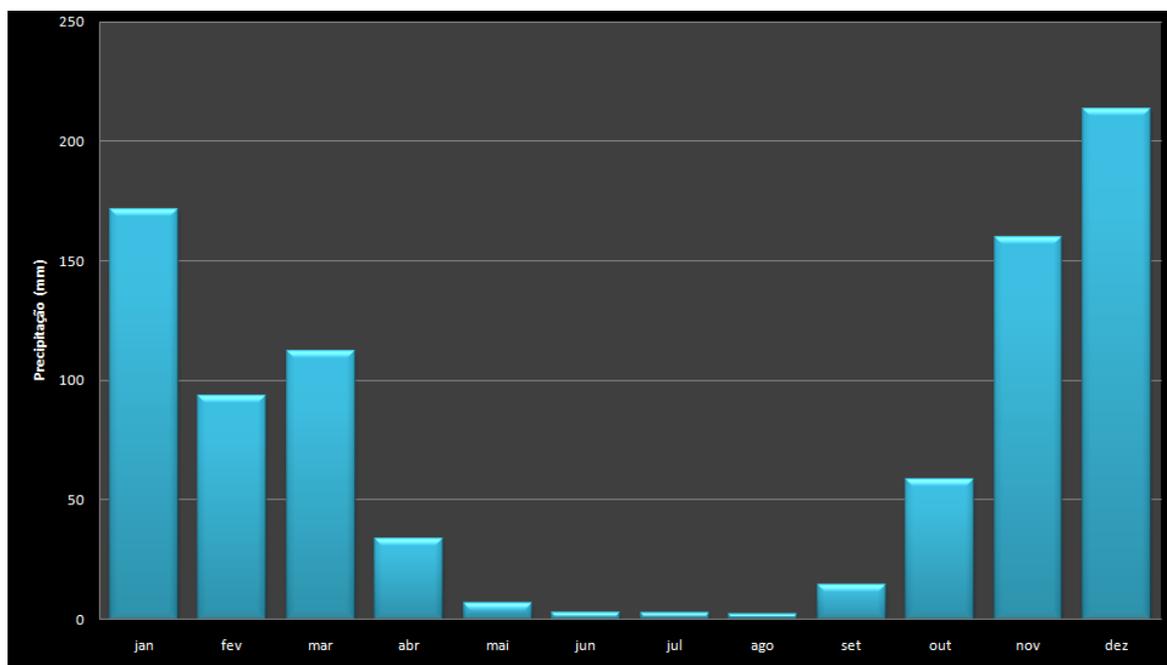


Figura 4.2 - Precipitações médias mensais na bacia no período 1979-2002

A precipitação média anual na bacia, considerando o período base de 1979 a 2002, é de 866 mm. Os mais altos índices pluviométricos ocorrem nas cabeceiras da bacia, atingindo 1.030 mm/ano, e vão diminuindo gradualmente em direção ao centro e nordeste da bacia, até atingir valores inferiores a 750 mm/ano (Figura 4.3).

A bacia apresenta grande variabilidade interanual da precipitação (Figura 4.4). Na série de dados de 24 anos, observa-se que em 3 anos (1979, 1985 e 1992) a precipitação ultrapassou 1.200 mm/ano, enquanto em 7 anos os valores foram inferiores a 650 mm/ano (1982, 1984, 1986, 1990, 1993, 1996 e 2001), caracterizando assim anos de maior seca.

Figura 4.3 - Distribuição da precipitação média anual

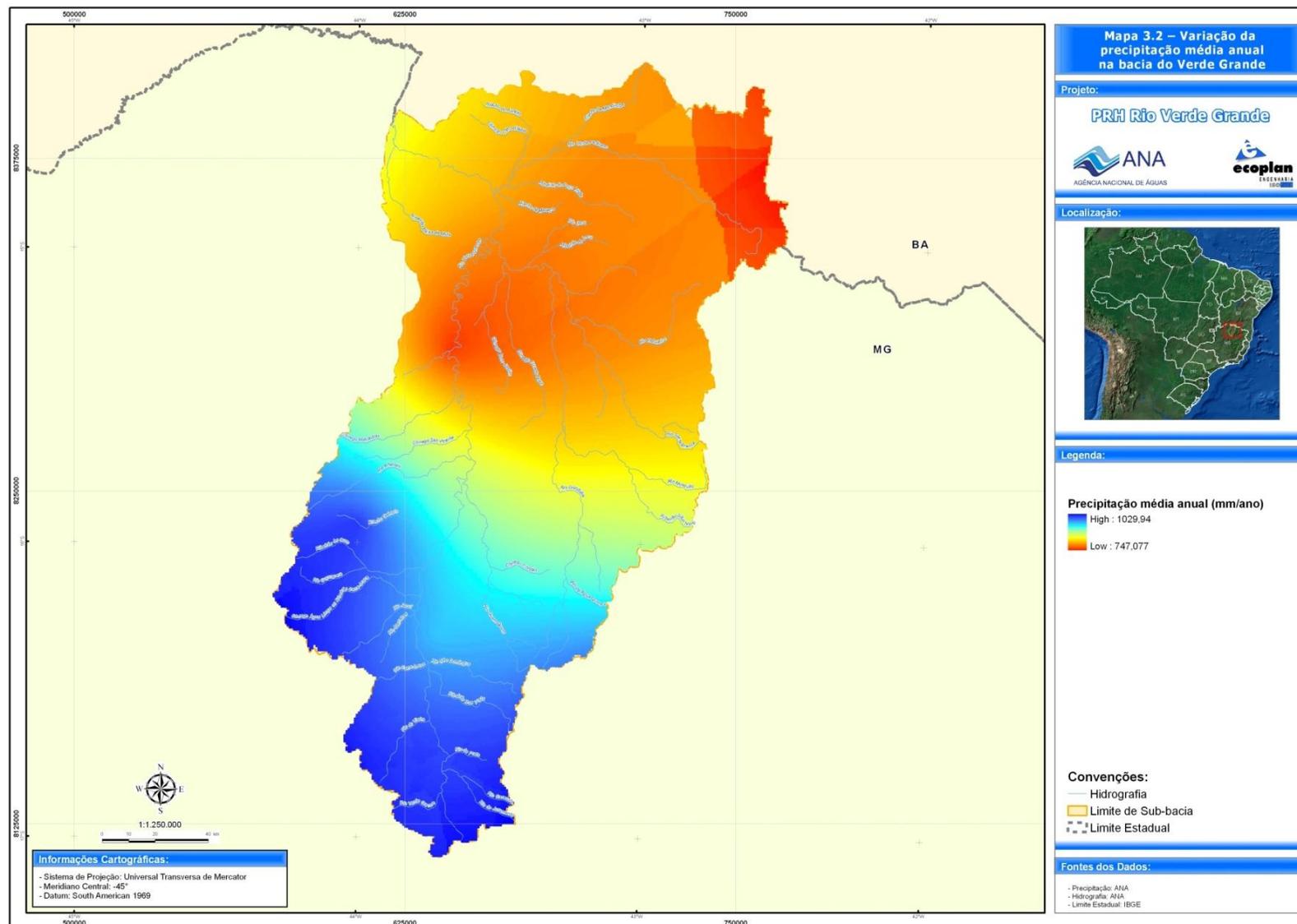
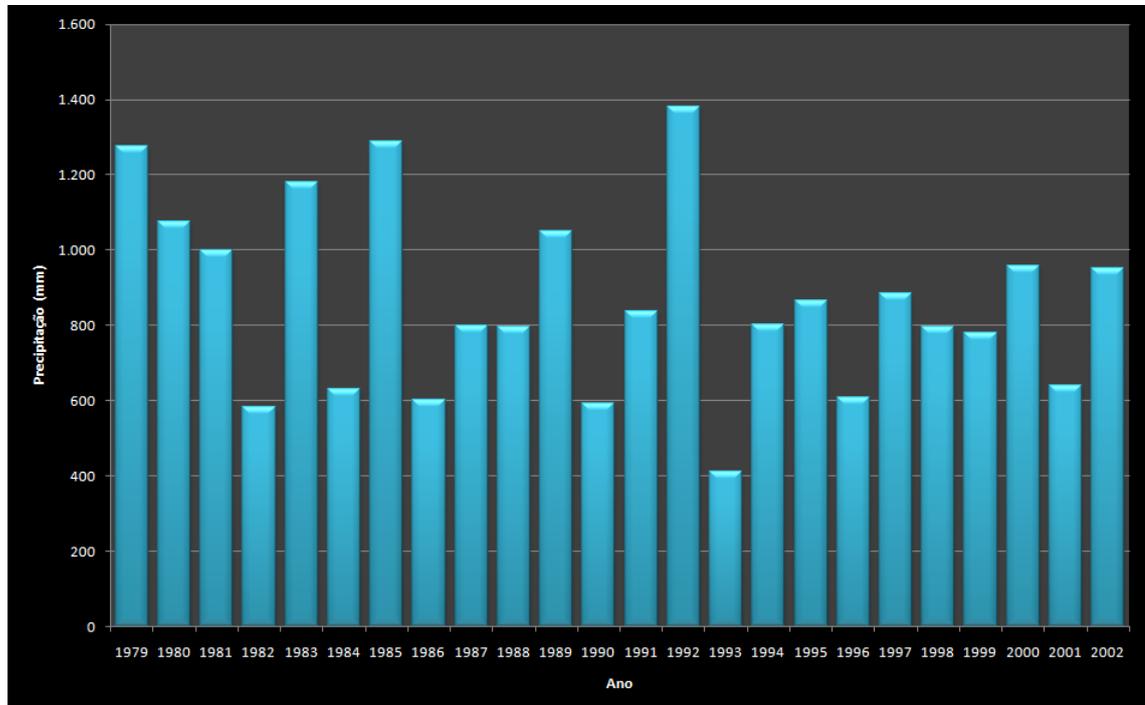


Figura 4.4. Precipitações médias anuais na bacia no período 1979-2002



Geologia

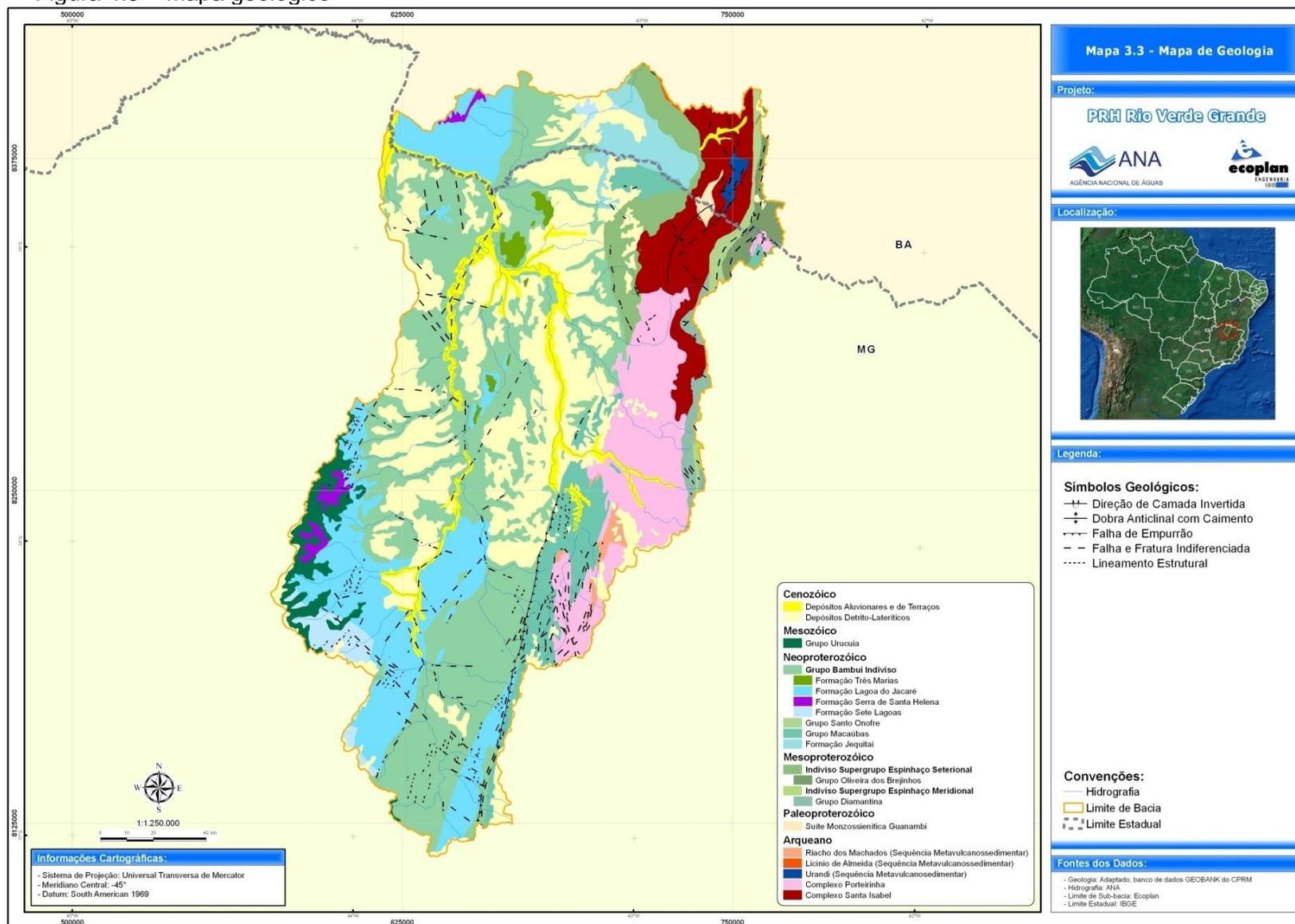
No aspecto regional, a bacia do rio Verde Grande está inserida nos domínios do Cráton do São Francisco.

Os terrenos mais antigos de idade arqueana (superior a 1,8 bilhões de anos) ocorrem na borda oriental e correspondem ao embasamento composto por rochas ígneas e sedimentares metamorfisadas. São constituídos por gnaisses, migmatitos (Complexo Santa Izabel e Porteirinha) e seqüências vulcano-sedimentares (Urandi, Licínio de Almeida e Riacho dos Machados) (Figura 4.5).

Compõem ainda a borda leste, as rochas de idade mesoproterozóica (1,6 a 1,2 bilhões de anos) do Supergrupo Espinhaço, representadas pelos metassedimentos predominantemente arenosos do Grupo Diamantina, na porção mineira da bacia, e do Grupo Oliveira dos Brejinhos, na divisa entre Bahia e Minas Gerais.

Ocupando a maior parte da bacia, ocorrem as rochas pertencentes ao Supergrupo São Francisco de idade neoproterozóica (1 bilhão a 630 milhões de anos) representado pela Formação Jequitai e Grupo Macaúbas, de ocorrências restritas, e Grupo Bambuí, de ampla extensão. Esse último se caracteriza por uma seqüência de rochas carbonática

Figura 4.5 – Mapa geológico



(calcárias) intercaladas a sedimentos. Nas zonas de ocorrência de expressiva participação de rochas calcárias, como nas porções sudoeste da bacia, próximo a Montes Claros, e noroeste, na confluência do Verde Grande com o São Francisco, ocorre o desenvolvimento de feições cársticas como dolinas, sumidouros e cavernas.

De ocorrência restrita, na parte sudoeste da bacia, ocorrem os sedimentos arenosos do Grupo Urucuia de idade (145 a 65 milhões de anos).

Por fim, recobrando grande parte da porção central da bacia, na área de ocorrência principalmente das rochas do Supergrupo São Francisco, ocorrem os depósitos cenozóicos (menos de 65 milhões de anos) representados pelas coberturas detrítico-lateríticas (areias argilosas e argilas arenosas intercaladas com argilas, folhelhos e linhito) e os aluviões (areia, cascalho e silte), que acompanham principalmente os rios Verde Grande e Gortuba.

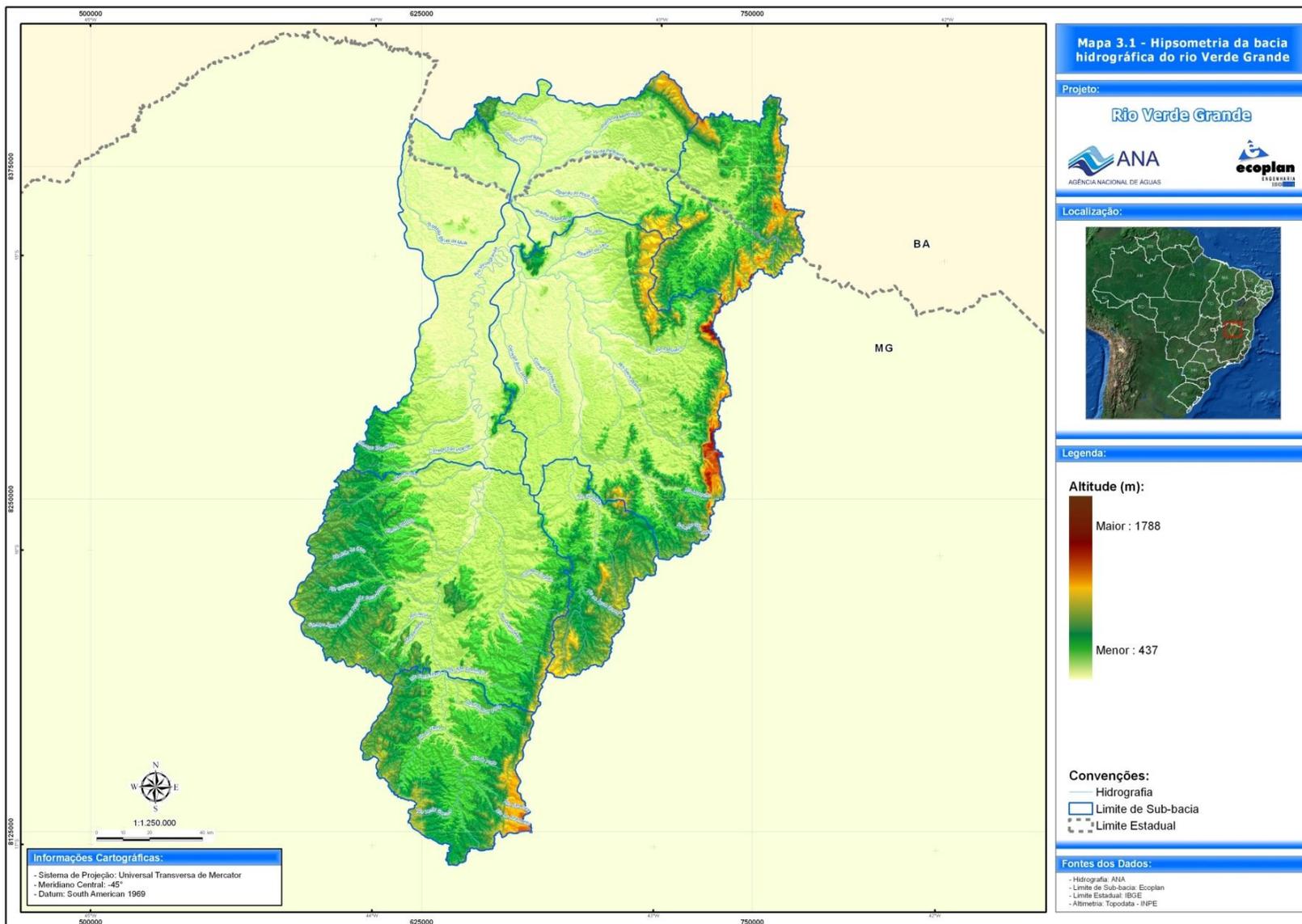
Geomorfologia

A bacia do Verde Grande está situada sobre três unidades geomorfológicas que guardam estreita relação com a geologia (Figura 4.5) e hipsometria (Figura 4.6). A Depressão Sanfranciscana, unidade de maior extensão na bacia, está delimitada a oeste pelos rebordos do Planalto São Francisco e a leste pelo Planalto das Bordas do Espinhaço.

A Depressão Sanfranciscana estende-se pelas porções centro, sul e norte (cerca de dois terços da área) da bacia, correspondendo geologicamente essencialmente à região de ocorrências das rochas do Supergrupo São Francisco. A unidade apresenta principalmente extensas áreas aplainadas e dissecadas, superfícies onduladas, colinas e áreas de relevo cárstico, como dolinas e uvalas, desenvolvidas em sua maior parte sobre rochas pertencentes ao Grupo Bambuí. As altitudes estão, em sua maioria, em torno de 500 m (Figura 4.6) e a rede de drenagem instalada é comandada pelo eixo do Verde Grande e os baixos cursos dos principais afluentes, como os rios Gortuba, Verde Pequeno, Ouro, Vieira e Macaúbas.

O Planalto São Francisco, localizado entre Varzelândia e Montes Claros, apresenta patamares rochosos, interflúvios tabulares, vertentes convexas e retilíneas, assentados sobre os siltitos do Grupo Bambuí. As chapadas, com cotas entre 800 e 1.000 m de altitude, estão sob os arenitos do Grupo Urucuia, que normalmente encontram-se desagregados e transformados em cobertura arenosa. Essas superfícies são delimitadas por rebordos erosivos bem marcados e constituem aquíferos que originam nascente

Figura 4.6 – Mapa hipsométrico



muito susceptíveis à degradação. Em níveis topográficos mais rebaixados, as veredas prolongam-se como vales encaixados.

O Planalto das Bordas do Espinhaço constitui o limite leste da bacia, representando o divisor de águas das bacias do Jequitinhonha e Pardo com a do São Francisco. Apresenta patamares rochosos, cristas, colinas com vales encaixados, vertentes retilíneas desenvolvidas principalmente sobre a borda leste da bacia, correspondente às cabeceiras do rio Gortuba e do Verde Pequeno. A densidade de drenagem é alta e o grau de dissecação é acentuado.

As nascentes situadas nessa unidade, que é dividida em Serra do Espinhaço, Serra Central e Monte Alto, são perenes. A abundância de fontes e nascentes que alimentam a rede de drenagem superficial contribui para a manutenção dos tributários da margem direita do Verde Grande. Contudo, após atingirem a região mais plana, áreas de baixa produtividade de águas subterrâneas, esses cursos de água se tornam intermitentes.

Solos

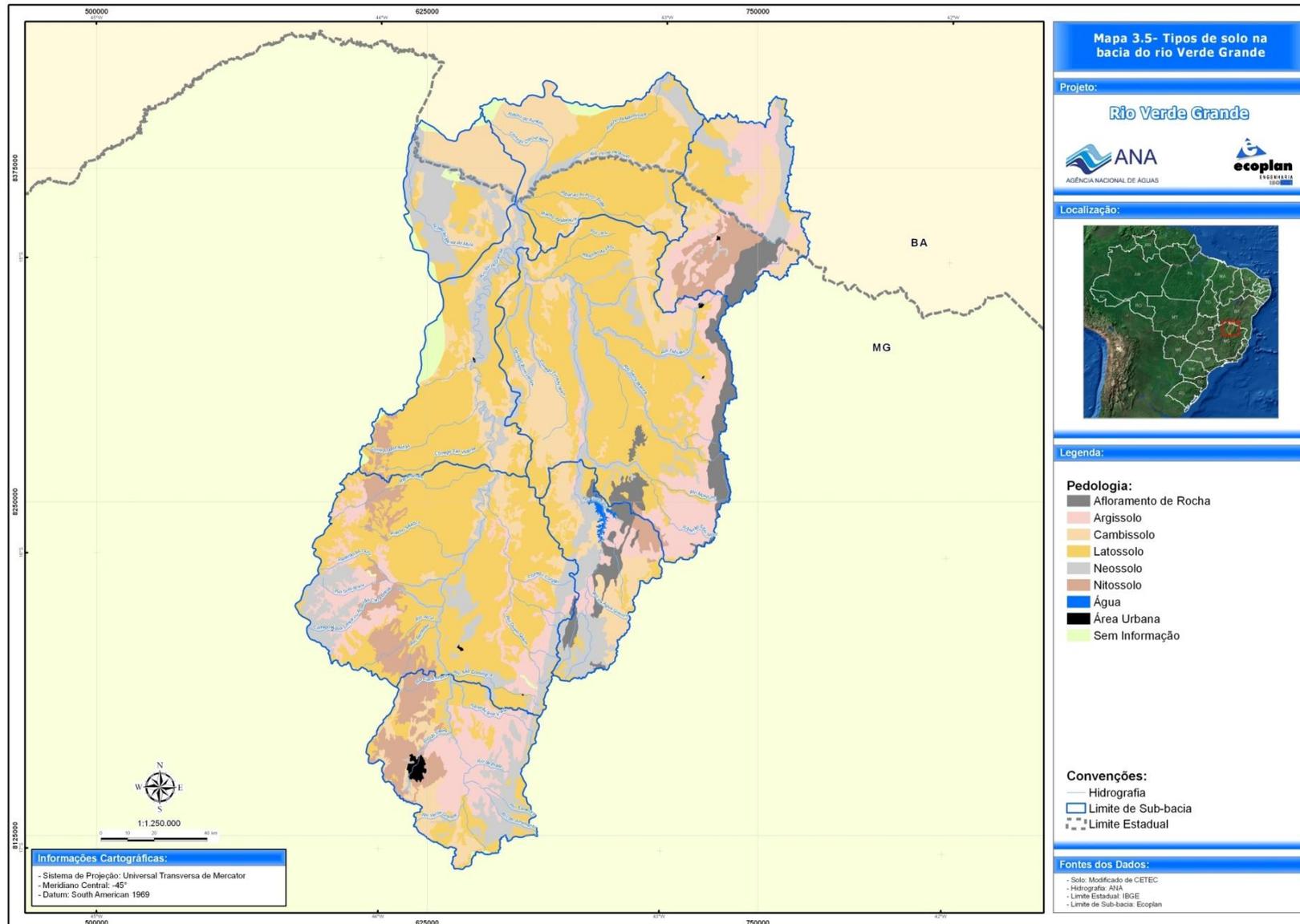
As classes de solos predominantes na bacia são os Latossolos Vermelho-Amarelos e Vermelho (57% da área total), os Argissolos Vermelho-Amarelos e Vermelho (26%) e os Neossolos (12%) (Figura 4.7).

Os Latossolos são passíveis de ampla utilização, que inclui culturas anuais, perenes, pastagens e reflorestamento, sendo que um fator limitante normalmente é a baixa fertilidade, que pode ser superada com a aplicação de corretivos e fertilizantes. Os Argissolos, por sua vez, apresentam grande diversidade nas propriedades de interesse para a fertilidade e uso agrícola, enquanto os Neossolos são, em geral, de baixa aptidão agrícola e o uso contínuo de culturas anuais pode levá-los rapidamente à degradação.

A classificação do *United States Bureau of Reclamation* para terras irrigadas, normalizado para as condições brasileiras, indica que cerca de 30% da área da bacia é classificada como de terras não aráveis, 40% como aráveis, enquadradas nas classes 2 e 3, para irrigação e 30% como aráveis e enquadradas na classe 4 (usos especiais) (CETEC, 1995). O potencial de terras aptas para irrigação da bacia da Verde Grande é, portanto, da ordem de 70% da sua área, totalizando mais de 2.000.000 ha (classes 2, 3 e 4), enquanto a capacidade total de áreas irrigáveis. Cumpre destacar nesse aspecto que não se considera a disponibilidade hídrica, que é o mais importante fator limitante da expansão da atividade na bacia.

Com relação à susceptibilidade à erosão, 13% da superfície da bacia está propensa aos processos erosivos. No Planalto São Francisco, esses trechos estão situados no alto

Figura 4.7 – Mapa de solos



curso dos rios Jacuí, ribeirão do Ouro, rio Arapoim e alto e médio do rio Salobro. A Depressão Sanfranciscana apresenta baixa susceptibilidade à erosão de modo geral, mas ocorrem áreas propensas que se concentram no sul da bacia, abrangendo as nascentes dos rios Verde Grande e Quem Quem, e na parte centro-sul. No Planalto das Bordas do Espinhaço, as áreas propensas à erosão estão associadas à Serra do Espinhaço, na região que apresenta alta densidade de drenagem e escoamento superficial e abrange as cabeceiras do rio Gorutuba.

Biomassas e Biodiversidade

A bacia do rio Verde Grande encontra-se em uma região de transição entre dois grandes biomas brasileiros. O Cerrado ocupa dois terços da bacia, com a Caatinga respondendo pelo terço restante. Cabe destacar que essa transição tem grande correlação com os índices pluviométricos que são decrescentes do sul, onde predomina o Cerrado, para norte, em que ocorre a Caatinga.

O Cerrado apresenta vegetação com estratos herbáceo, arbustivo e arbóreo dispostos segundo um gradiente de biomassa. Caracteriza-se por cinco fitofisionomias, denominadas campo limpo, campo sujo, campo cerrado, cerrado *sensu stricto* e cerradão. A ocorrência dessas unidades é freqüentemente dependente das propriedades do solo, profundidade, fertilidade e capacidade de drenagem, além do grau de interferência humana.

A Caatinga, por sua vez, compreende um complexo de vegetação arbórea, caducifólia com franca penetração da luz solar. As variações no aspecto e na formação da vegetação recebem denominações regionais próprias como agreste, carrasco, sertão, cariri e seridó, que refletem o caráter geral básico que é o xerofilismo, conseqüência da ocupação de um ambiente seco com deficiência hídrica temporal, onde a água disponível às plantas procede unicamente do curto período da estação chuvosa e cujos elementos florísticos são adaptados a resistirem a esse ambiente.

Recursos Minerais

Os principais recursos minerais encontrados na bacia do rio Verde Grande são o calcário, o manganês, o ouro e as substâncias com emprego direto na construção civil (areia, argila e cascalho).

O calcário explorado está associado às rochas do Grupo Bambuí, sendo utilizado na indústria cimenteira, construção civil e correção de solos. As principais jazidas estão situadas nos municípios de Montes Claros, Janaúba, Januária e Jaíba, em Minas Gerais, e em Iuiú, na Bahia.

No caso de argila, areia, cascalho e pedra britada, os depósitos ocorrem nas planícies aluvionares, ao longo das calhas dos rios Verde Grande e Gorutuba, sendo a utilização para emprego direto na construção civil na região.

A única concessão de lavra para minério de ouro na bacia, localizada no município de Riacho dos Machados, está com as atividades de lavra suspensas. No município de Urandi é verificada uma concessão de lavra para manganês, sendo a lavra empreendida pela Mineração Urandi S.A.

Conforme dados do cadastro do Departamento Nacional de Produção Mineral, consultado em maio de 2009, foram levantados 544 processos minerários na bacia, dos quais 42 se encontram na fase de lavra, ou seja, classificados como em concessão de lavra ou licenciamento.

Montes Claros é o município com maior número de áreas em fase de lavra, abrangendo 14 concessões de lavra e 6 licenciamentos. Os principais alvos dessas concessões de lavra são o calcário e a argila empregados na indústria cimenteira local, destacando-se as atividades da Lafarge do Brasil S.A. Os licenciamentos visam a produção de areia, argila e brita de calcário para emprego direto na construção civil.

5.3 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Histórico da Ocupação

O rio São Francisco e seus afluentes tiveram papel fundamental na ocupação da região norte de Minas, servindo de via para transporte de mercadorias e pessoas. Portanto, era estratégico que os povoados fossem localizados às margens dos rios navegáveis para comercialização da produção regional (Mata-Machado, 1991).

A população da região, originalmente constituída de grupos indígenas, acabou sendo exterminada ou capturada pela expedição do tenente-general Matias Cardoso no ano de 1690. Na região, foram fundadas então as grandes fazendas de gado que nos primeiros anos dos setecentos se tornariam essenciais para o abastecimento de Minas. Matias estabeleceu seu arraial na beira do São Francisco, enquanto a família dos Figueiras, que fazia parte da comitiva de Matias, fixou-se junto ao rio Verde Grande (Fagundes e Martins, 2002), fundando o arraial de Formigas (Montes Claros).

A pecuária e a utilização dos recursos que a região dispunha foram os elementos fundamentais e estimuladores da ocupação da região, que viria a sofrer um importante pulso para seu desenvolvimento apenas a partir de meados dos anos de 1940, quando a

intervenção do Estado na bacia do São Francisco ocorreu de forma sistemática, impulsionada pela criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), em 1948, seguida pela Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), em 1967, e pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), em 1974, com o propósito de promover a agricultura irrigada e a produção de energia, ligadas a outros objetivos de desenvolvimento regional.

Uso atual

O mapa de uso e ocupação do solo (Figura 4.8), elaborado a partir de imagens de satélite, revela que a área considerada antropizada corresponde a 53% assim distribuídos: 50,1% para uso agropecuário, o qual inclui áreas de cultivos não irrigados e pastagens; 1,2% de agricultura irrigada; 1,1% de silvicultura; 0,4% de áreas urbanas e 0,015% de áreas queimadas.

A parte considerada natural, classificada como áreas úmidas, afloramentos rochosos, mata ciliar e vegetações arbustiva e arbórea-arbustiva, ocupa 47% da bacia. As sub-bacias do Baixo Verde Grande e do Alto Verde Pequeno e, em especial, a região das cabeceiras da sub-bacia Alto Gorutuba se destacam por serem as únicas na qual predominam as áreas naturais. Nas demais, predominam os usos antrópicos (Tabela 4.2).

Áreas Protegidas e Terra Indígena

As unidades de conservação correspondem a territórios constituídos legalmente pelo poder público com o objetivo de proteção e conservação dos recursos naturais. Na bacia, totalizam 126.613 ha, que corresponde a 4% da área total e se dividem, quanto ao tipo, em 80% para proteção integral e 20% para uso sustentável (Figura 4.9 e Tabela 4.3). A sub-bacia do Baixo Verde Grande (BVG) se destaca por apresentar 23% do seu território formalmente protegido por unidades de conservação.

Cabe destacar, contudo, que a área total dessas unidades de conservação soma 223.678 ha, o que significa que a maior parte delas tem sua superfície fora da bacia (Tabela 4.3). De fato, apenas a APA Lajedão, a RB Jaíba, o PE Caminho dos Gerais e o PE Verde Grande podem ser considerados como integralmente na bacia do rio Verde Grande.

Além das unidades de conservação, a bacia apresenta uma terra indígena, denominada Luisa do Vale, que está situada na porção leste da sub-bacia do Médio e Baixo Gorutuba (Figura 4.9).

Figura 4.8 – Mapa de uso e ocupação do solo

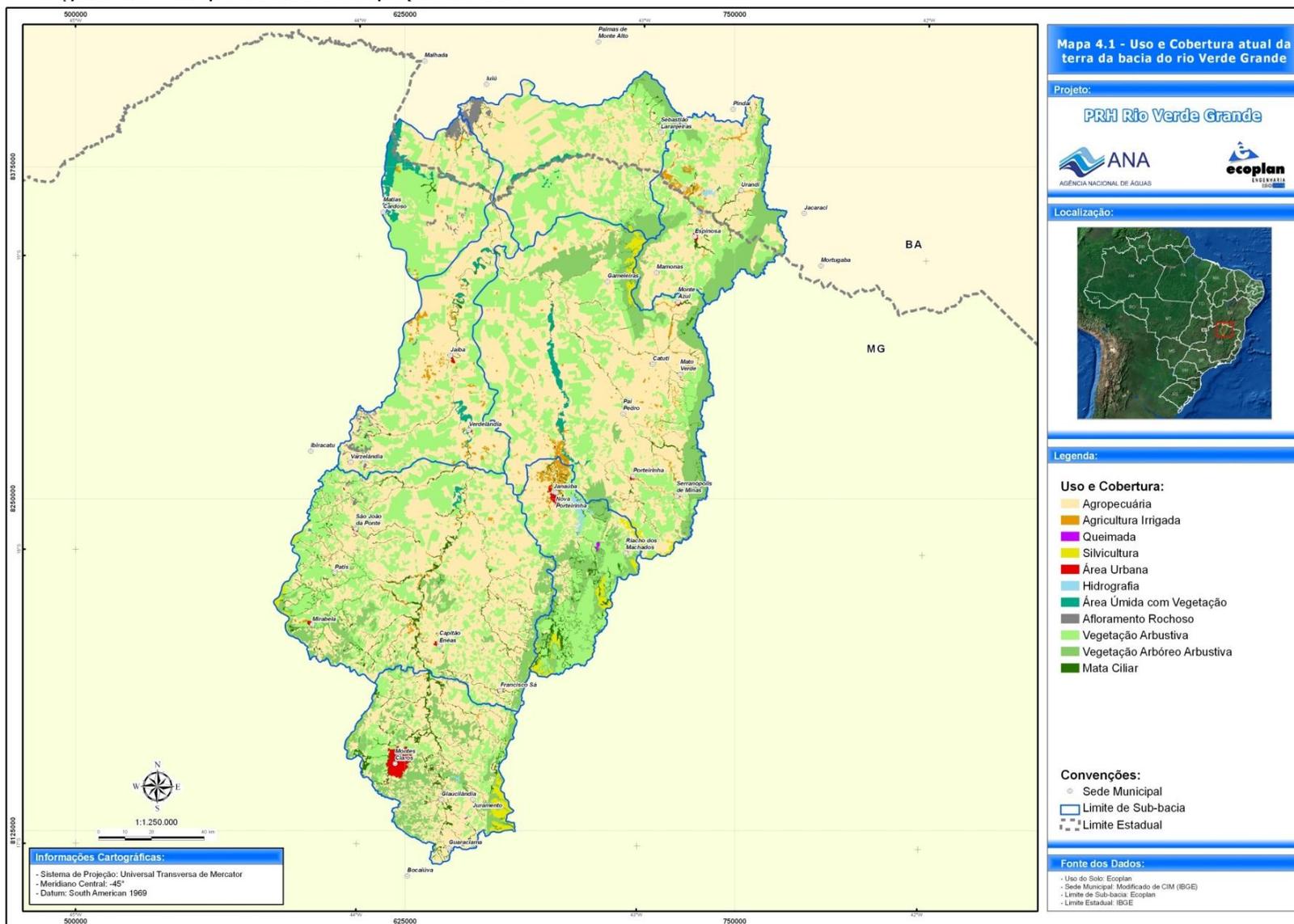


Tabela 4.2 – Caracterização da ocupação do solo

Sub-bacia	Uso de Solo e Cobertura Vegetal (% da área total da sub-bacia)										
	Afloramento Rochoso	Agricultura Irrigada	Agropecuária	Área Úmida com Vegetação	Área Urbana	Hidrografia	Mata Ciliar	Queimada	Silvicultura	Vegetação Arbórea-Arbustiva	Vegetação Arbustiva
AG	0,02	3,15	21,80	0,00	0,73	1,74	5,59	0,16	4,77	20,18	41,86
AVG	0,02	0,18	48,10	0,00	2,40	0,14	5,76	0,02	3,17	20,07	20,14
AVP	0,01	2,24	45,04	0,06	0,26	0,72	1,56	0,02	0,41	21,26	28,43
BVG	3,08	1,04	43,51	8,49	0,01	0,09	1,00	0,00	0,20	0,05	42,73
BVP	1,79	0,14	53,25	1,27	0,04	0,06	0,98	0,00	3,08	5,94	36,42
MGB	0,09	1,38	53,18	1,14	0,13	0,03	1,35	0,00	0,54	11,85	29,51
MVG-TA	0,10	0,62	54,76	0,20	0,18	0,05	3,54	0,01	0,00	7,46	32,50
MVG-TB	1,45	2,34	58,18	1,63	0,18	0,17	1,23	0,00	0,00	0,00	34,83

Figura 4.9 – Unidades de conservação e terra indígena

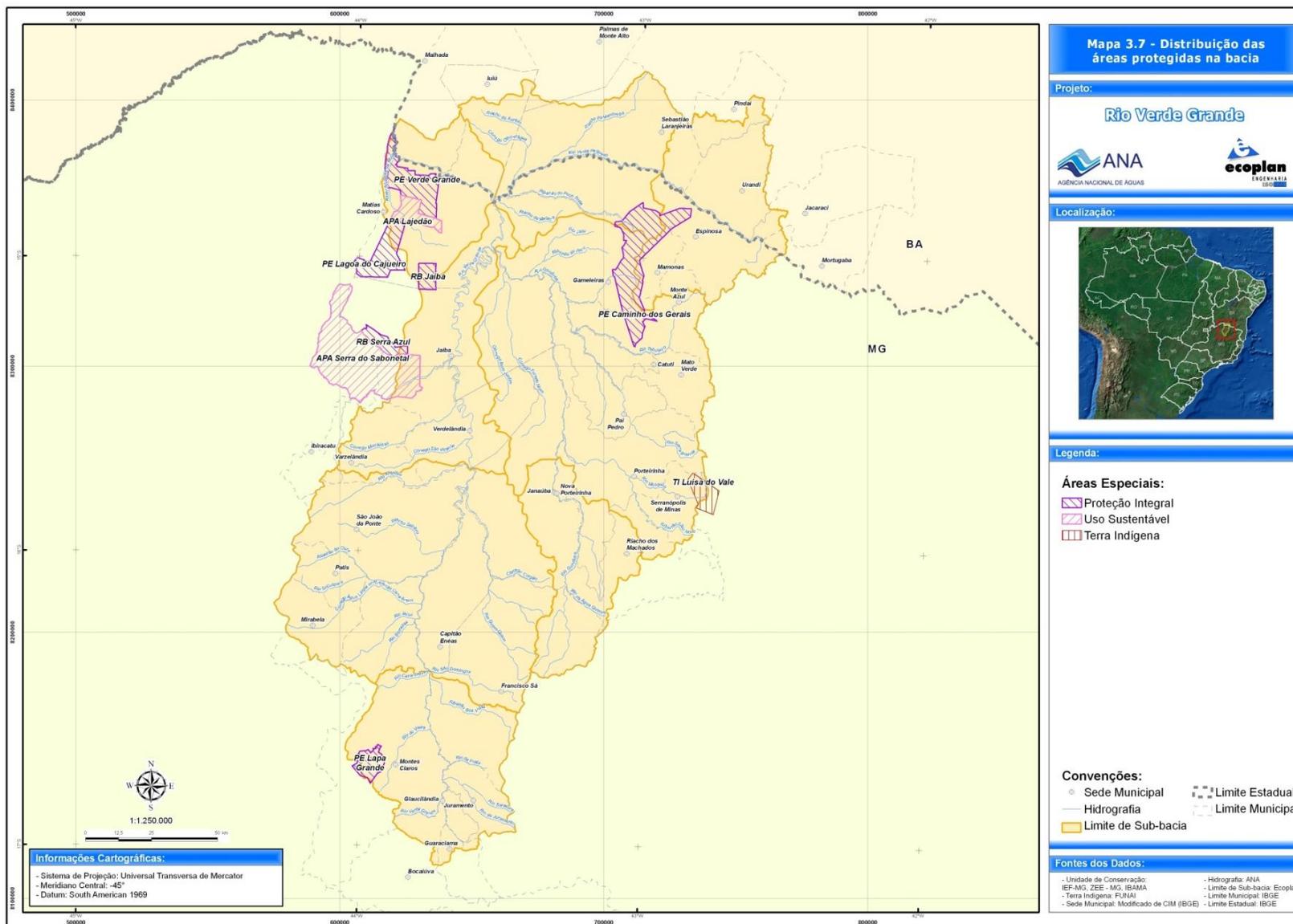


Tabela 4.3 – Distribuição das unidades de conservação e terra indígena

Nome	Área total (ha)	% na bacia	Tipo
Parque Estadual Lagoa do Cajueiro	21.229,0	21,4	Proteção Integral
Parque Estadual Verde Grande	25.551,6	98,9	Proteção Integral
Reserva Biológica Serra Azul	7.403,8	12,0	Proteção Integral
Reserva Biológica Jaíba	6.404,1	99,7	Proteção Integral
Área de Proteção Ambiental Lajedão	11.389,0	100,0	Uso Sustentável
Área de Proteção Ambiental Serra do Sabonetal	85.794,0	16,0	Uso Sustentável
Parque Estadual Caminho dos Gerais	56.244,9	100,0	Proteção Integral
Parque Estadual Lapa Grande	9.663,1	84,5	Proteção Integral
Terra Indígena Luisa do Vale	10.122,1	52,0	-

Observação: No levantamento foram consideradas as unidades de conservação estaduais e federais e as terras indígenas, não tendo sido incluídas as reservas particulares do patrimônio natural e unidades de conservação municipais, em função das dificuldades de delimitar essas áreas e de obtenção desse tipo de informação.

A fim de avaliar o grau de preservação da vegetação proporcionadas pelas unidades de conservação de proteção integral, foi realizado cruzamento com o mapa de uso e ocupação do solo que revelou que, das seis unidades, quatro apresentam predomínio de áreas preservadas: PE Lagoa do Cajueiro, PE Verde Grande, REBIO Jaíba e REBIO Serra Azul.

Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade

O Ministério do Meio Ambiente identificou as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade brasileira, classificadas segundo a sua importância e prioridade, segundo que algumas estão situadas na bacia.

É importante destacar que, para cada uma das áreas prioritárias mapeadas, existe uma indicação de manejo correspondente que não implica, necessariamente, qualquer tipo de restrição quanto ao uso ou mesmo perspectiva de implantação de áreas protegidas, embora essa alternativa se inclua entre as ações de manejo.

Nas sub-bacias do Médio e Baixo Gorutuba e Alto Gorutuba, que têm 91,4% e 89,7% de seu território coincidindo com a área prioritária Ca001 – Jaíba, respectivamente, a ação recomendada é de “inventário”. O Baixo Verde Grande tem 53% de seu território coincidindo com as áreas de importância extremamente alta Ce148 – Região do Jaíba e Ca003 – Corredor do Rio Japoré, para as quais as ações recomendadas são a recuperação da primeira e o incremento da conectividade, da segunda. As áreas

indicadas para a criação de novas unidades de conservação estão incluídas na região de cabeceiras do Alto Verde Pequeno (Ce139 – Areião) e no Médio e Baixo Gorutuba (Ce119 – Luisa do Vale), essa última apresentando uma sobreposição com a terra indígena de mesmo nome já existente.

Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica

A Lei Federal nº 1.428 de 2006 – Lei da Mata Atlântica – visa preservar os remanescentes da Mata Atlântica e criar alternativas para sua recuperação nas regiões onde essa formação vegetal se encontra mais degradada. Ela contempla outros ambientes que não são considerados Mata Atlântica *stricto sensu*, como é o caso, por exemplo, das matas secas incluídas na bacia.

Na bacia do rio Verde Grande, foram mapeadas áreas pertencentes à Floresta Estacional Decidual, que se incluem na área de aplicação da Lei nº 1.428 de 2006 (Tabela 4.4).

Tabela 4.4 – Distribuição da área de aplicação da Lei da Mata Atlântica

Sub-bacia	Área (ha)	% Sub-bacia
Alto Gorutuba	57.828,0	27,1
Alto Verde Grande	82.232,8	26,5
Alto Verde Pequeno	57.812,6	19,9
Baixo Verde Grande	144.273,7	74,6
Baixo Verde Pequeno	148.814,1	44,2
Médio e Baixo Gorutuba	218.874,0	28,3
Médio Verde Grande - Trecho Alto	488.150,0	68,7
Médio Verde Grande - Trecho Baixo	143.805,1	45,5

As unidades que apresentam maior interferência com os polígonos de aplicação da lei são o Baixo Verde Grande (74,6%) e o Médio Verde Grande – Trecho Alto (68,7%), que apresentam mais da metade de seus territórios pertencendo à área de abrangência.

É importante destacar que se verifica neste momento, em todo o Brasil, um esforço dos órgãos estaduais de meio ambiente para adequação às exigências da lei, estabelecendo critérios de licenciamento das atividades em suas áreas de abrangência.

5.4 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Os municípios que compõem a bacia do rio Verde Grande têm como referência o município de Montes Claros, considerado centro de expressão regional, que influencia o desenvolvimento da região norte de Minas, parte do Vale do Jequitinhonha e sul da Bahia. A grande transformação da cidade se deu através dos incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) a partir da década de 60.

Os municípios baianos da bacia apresentam seus subsistemas urbanos fortemente polarizados por Montes Claros. Entretanto, sofrem a influência política, econômica e social do município de Guanambi, que está situado fora da bacia e influencia mais de 30 municípios da região, constituindo-se como cidade pólo regional do centro-sul da Bahia.

Do ponto de vista demográfico, a bacia do rio Verde Grande conta com população estimada de 741,5 mil (ano de 2007) habitantes contra 485,8 mil habitantes, em 1980 (Tabela 4.5). A população está concentrada em três sub-bacias: Alto Verde Grande detém 48% do total de população, influenciada pela sede urbana de Montes Claros (332 mil habitantes), a maior e única sede urbana regional; Médio e Baixo Gorutuba (13%), onde se situa a cidade de Porteirinha (terceira maior sede urbana com 18,3 mil habitantes); e o Médio Verde Grande – Trecho Alto (12%), que abrange as sedes dos municípios de Francisco Sá, Capitão Enéas e São João da Ponte.

A taxa de urbanização na bacia, que era de 55% em 1980 chegou a 75% em 2007 (Tabela 4.5). A distribuição da taxa de urbanização é muito diferenciada por sub-bacia. As sub-bacias do Alto Verde Grande, por incluir a população urbana de Montes Claros, e do Alto Gorutuba registram, respectivamente, taxas de 96% e 84%. As demais possuem,

Tabela 4.5 – Caracterização demográfica

Sub-bacia	População Total (hab) 2000	Taxa de Urbanização (%) 2000	População Urbana (hab) 2007	População Rural (hab) 2007	População Total (hab) 2007	Densidade Demográfica (hab/km²) 2007	Taxa de Urbanização (%) 2007
AG	74.107	83	66.216	12.298	78.514	36,79	84
AVG	309.480	95	337.707	15.871	353.578	113,98	96
AVP	53.984	43	25.148	28.817	53.965	18,56	47
BVG	6.387	0	0	6.694	6.694	3,46	0
BVP	18.669	20	4.053	15.783	19.836	5,89	20
MGB	97.866	47	47.098	48.905	96.003	12,43	49
MVG-TA	83.772	51	46.693	40.050	86.743	12,20	54
MVG-TB	42.537	60	29.081	17.058	46.139	14,59	63
Bacia VG	686.802	72	555.996	185.475	741.472	23,59	75

valores inferiores ao total da bacia, sendo que quatro apresentam taxas inferiores a 50% (a sub-bacia do Baixo Verde Grande não registra população urbana).

Atividades Econômicas

A fim de avaliar a geração de riqueza na bacia do Verde Grande, foi utilizado o PIB municipal médio do quinquênio 2002/2006, que apresenta a seguinte distribuição: 66% para o setor de serviços; 24% para o setor industrial e 10% para o setor agropecuário. Os resultados mostram que a sub-bacia do Alto Verde Grande representa 63% do PIB da bacia, sendo que concentra 76% do PIB industrial e 66% do PIB dos serviços. A segunda sub-bacia com maior participação, em termos de PIB municipal, é Médio Verde Grande – Trecho Alto (9%), seguida do Alto Gorutuba (8%) e Médio-Baixo Gorutuba (8%).

A análise do PIB agropecuário revela que as sub-bacias Médio Verde Grande – Trecho Alto (25%), Médio e Baixo Gorutuba (21%) e Alto Verde Grande (14%) concentram 62% do total da bacia.

O PIB per capita da bacia, no ano de 2006, foi de R\$ 3.429, valor próximo ao do Estado de Minas Gerais (R\$ 3.492) e superior ao do Estado da Bahia (R\$ 2.162).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Municipal, utilizado para caracterizar a condição de vida da população da bacia, mostra que os valores mais elevados ocorrem nos municípios da parte alta da bacia e diminuem nos trechos médio e baixo, com exceção do município de Janaúba.

Verifica-se também uma condição muito desigual de qualidade de vida da população, identificando-se regiões com indicadores sociais muito baixos. Tomando-se como referência o IDH dos Estados de Minas Gerais (0,773 em 2000) e o da Bahia (0,688 neste mesmo ano), verifica-se que somente Montes Claros possui IDH superior ao de Minas Gerais, ou seja, condição melhor que sua referência regional. Entre o valor de Minas Gerais e da Bahia, a bacia registra apenas quatro municípios: Guaraciama, Glaucilândia, Janaúba e Bocaiúva, sendo que o valor deste último (0,736), maior entre os deste grupo, é muito inferior ao de Montes Claros (0,783). Todos os demais 30 municípios que compõem a bacia registram IDH inferior ao da Bahia, sendo que desse total, 17 registram valor inferior a 0,650, que pode ser considerado um valor baixo.

O crescimento do IDH na bacia, no período de 1991 a 2000, foi de 18,0%, valor mais elevado que o das referências estaduais. As sub-bacias que registraram IDH mais baixo são também as que registraram taxas mais elevadas de crescimento, impulsionado principalmente pela dimensão educação, enquanto as dimensões longevidade e renda registraram crescimento bem menor no período.

Setor Primário

A agricultura na bacia do Verde Grande implantou-se a partir de duas frentes. Foram instalados na bacia grandes projetos de irrigação, destinados inicialmente à produção de cereais e, posteriormente, direcionados para a produção de frutas, especialmente banana. Nestes perímetros irrigados, o volume maior de produção tem como base uma agricultura empresarial e é mais exigente tanto em termos de investimento quanto em termos de manejo. A outra frente se destinava à inclusão da agricultura familiar no mercado, através da produção de matéria-prima para a indústria em detrimento da produção destinada ao abastecimento local e da agricultura tradicional de subsistência.

A área de cultivos temporários na bacia era de 106,2 mil hectares no período 1998/2002 e reduziu-se para 98,9 mil hectares na série 2003/2007. Optou-se pela utilização de médias de períodos de cinco anos como forma de minimizar flutuações anuais e oferecer uma perspectiva média da evolução da área plantada nos últimos 10 anos.

O principal cultivo temporário da bacia é o milho (42,1% da área, equivalente a 41,6 mil hectares em média no período 2003/2007), seguido do feijão (21,1%) e do algodão (14,0%).

A sub-bacia Médio e Baixo Gorutuba concentra a maior parte da área cultivada (37% da bacia no período 2003/2007) em que se destacam o algodão, milho e feijão. As sub-bacias do Médio Verde Grande – Trecho Alto (15%) e Alto Verde Pequeno (15%) também apresentam expressiva participação na bacia com destaque para a produção de milho.

Nos cultivos permanentes, as principais culturas, em termos de área ocupada, no período 2002/2003, foram a banana (73% da área total) e a manga (10%), que são seguidos pelo coco (5%) e o limão (4%).

A produção agrícola das sub-bacias Médio Verde Grande – Trecho Alto, Alto Gorutuba, Médio e Baixo Gorutuba e Médio Verde Grande - Trecho Baixo possui destacada participação da fruticultura, sendo a banana o principal produto dos municípios de Jaíba, Matias Cardoso, Janaúba e Nova Porteirinha. A banana é produzida por médios e grandes produtores. O município de Janaúba sedia a Associação Central dos Fruticultores do Norte de Minas – ABANORTE que congrega 16 associações, cooperativas, sindicatos e empresas ligadas ao agronegócio da fruticultura com cerca de 3.500 produtores rurais.

O município de Jaíba exporta limão para a Comunidade Européia através de empresas de *packing house* (“casa de embalagem”), sendo que uma dessas pertence à Associação Central Jaí formada por diversos produtores de limão.

Boa parte produção agrícola das pequenas propriedades da bacia serve apenas para auto-consumo das famílias ou são comercializados nas diversas feiras que ocorrem em todos os municípios da região. Em Urandi, duas feiras semanais movimentam a economia do município. A grande feira da região sudoeste da Bahia acontece, contudo, em Guanambi especialmente na segunda-feira. Os produtos comercializados vêm de todas as cidades do entorno, incluindo desde produtos como feijão, milho, rapadura, frutas de todas as espécies, alho, cebola, até gado.

Em relação à pecuária, a bacia apresentou, no período 2003/2007, rebanho de 3,5 milhões de cabeças em que se destacam as aves (64%) e os bois (29%). Do total de gado, cerca de 1 milhão de cabeças, a maior parte está concentrada nas sub-bacias do Médio Verde Grande – Trecho Alto (33%) e Médio-Baixo Gorutuba (20%), que correspondem aproximadamente ao trecho médio da bacia do Verde Grande.

Em termos de crescimento, comparadas as médias anuais dos períodos 1998/2002 e 2003/2007, o rebanho bovino registrou taxa de 17,3% e o de galinhas, 7,7%.

A produção pecuária de Janaúba é absorvida pelo frigorífico Independência que é a maior empregadora do setor privado local com cerca de 800 trabalhadores. Além do frigorífico, alguns municípios da bacia possuem abatedouros municipais que servem para abastecer o consumo local de carne.

Em termos de empregos formais, a atividade agropecuária registra um considerável número com mais de 7 mil empregos em 2007. O principal grupo de atividade econômica é a criação de bovinos (32,5% do emprego e 56,1% dos estabelecimentos), constituindo-se em uma atividade muito pulverizada em um grande número de estabelecimentos (média de apenas 2 empregos por estabelecimento). O segundo grupo de atividade com destaque no emprego formal é o cultivo de frutas de lavoura permanente (30,8%), o qual registra uma média de empregos por estabelecimento maior (10 empregos por estabelecimento).

Setores Secundário e Terciário

A atividade industrial e de serviços na bacia foi avaliada por meio da distribuição das pessoas ocupadas e do emprego formal, tendo sido considerados somente os municípios com sede na bacia.

Em 2000, o censo demográfico registrava 246,5 mil pessoas ocupadas, sendo 28,7% deste total na atividade agropecuária, 16,1% no comércio, 8,9% na indústria de transformação, 8,5% em serviços domésticos, 7,6% na indústria de construção e 7,4% na educação.

Quando se considera o emprego formal (RAIS), ou seja, a parcela das pessoas ocupadas com registro de emprego, havia, em 2007, um total de 89.875 pessoas distribuídas em 10.110 estabelecimentos. Considerando o emprego formal, entretanto, decresce a participação do setor primário (apenas 8,6%) e aumenta a participação da indústria da transformação (14,1%) e de algumas seções do setor terciário, notadamente a administração pública (23,4%) que se torna a seção com maior participação no emprego formal, seguida do comércio (23,0%).

A distribuição do emprego formal na bacia está concentrada na sub-bacia Alto Verde Grande, que registra 6,6 mil estabelecimentos e 60,2 mil empregos (65,4% e 67,0%, respectivamente). Montes Claros concentra 66% do emprego formal na bacia do Verde Grande (59,2 mil empregos), sendo que seu distrito industrial possui 36 empresas ligadas aos setores de alimentação, comércio atacadista, madeireiro, têxtil, embalagens de polpa, produtos veterinários, farmacêutico, bebidas, plásticos, transportes, reciclagem e metalurgia. Mais recentemente foi incorporado ao parque industrial foi inaugurada uma usina de biodiesel da Petrobrás. Além disso, algumas indústrias são exportadoras, como é o caso da Coteminas do setor têxtil e a Nordisk do ramo farmacêutico.

Cabe destacar ainda que Montes Claros se tornou referência para a região norte do Estado de Minas Gerais em educação, possuindo 8 unidades de ensino superior.

A segunda sub-bacia com participação importante no emprego formal é Alto Gorutuba (12,1%) com destaque para Janaúba, que é o segundo município em concentração de empregos (10,2%) com destaque para a presença de frigorífico e de diversas pequenas empresas.

Na bacia, um grande número de municípios possui grande parte de seu emprego formal concentrado na administração pública, a qual contrata exclusivamente através de emprego formal. Para exemplificar, oito municípios apresentam mais de 80% do emprego formal concentrado nessa atividade.

Irrigação

De acordo com o mapeamento de uso do solo, a bacia do rio Verde Grande apresentava, em 2009, área irrigada de 38.716 com destaque para a sub-bacia Médio e Baixo Gorutuba (28% do total) e do Médio Verde Grande – Trecho Alto (19%) (Tabela 4.6).

Tabela 4.6 - Distribuição das áreas irrigadas

Sub-bacia	Área Irrigada (ha)	% da bacia
AVG	573,00	1,5
MVG - TA	4.388,50	11,3
AG	6.746,46	17,4
MBG	10.638,33	27,5
MVG - TB	7.386,55	19,1
AVP	6.504,33	16,8
BVP	461,19	1,2
BVG	2.018,07	5,2
Total geral	38.716,42	-

A Figura 4.10 mostra o histórico do crescimento da área irrigada na bacia que evoluiu de 12.454 ha, em 1980, até 38.716 ha, no ano de 2009. Cabe destacar que o grande crescimento entre 2006 e 2009 possivelmente tem origem nas diferenças metodológicas, já que o dado de 2006 corresponde ao censo agropecuário, enquanto o outro em imagens de satélite. Nesse aspecto, cabe acrescentar que imagens também foram utilizadas em 1992.

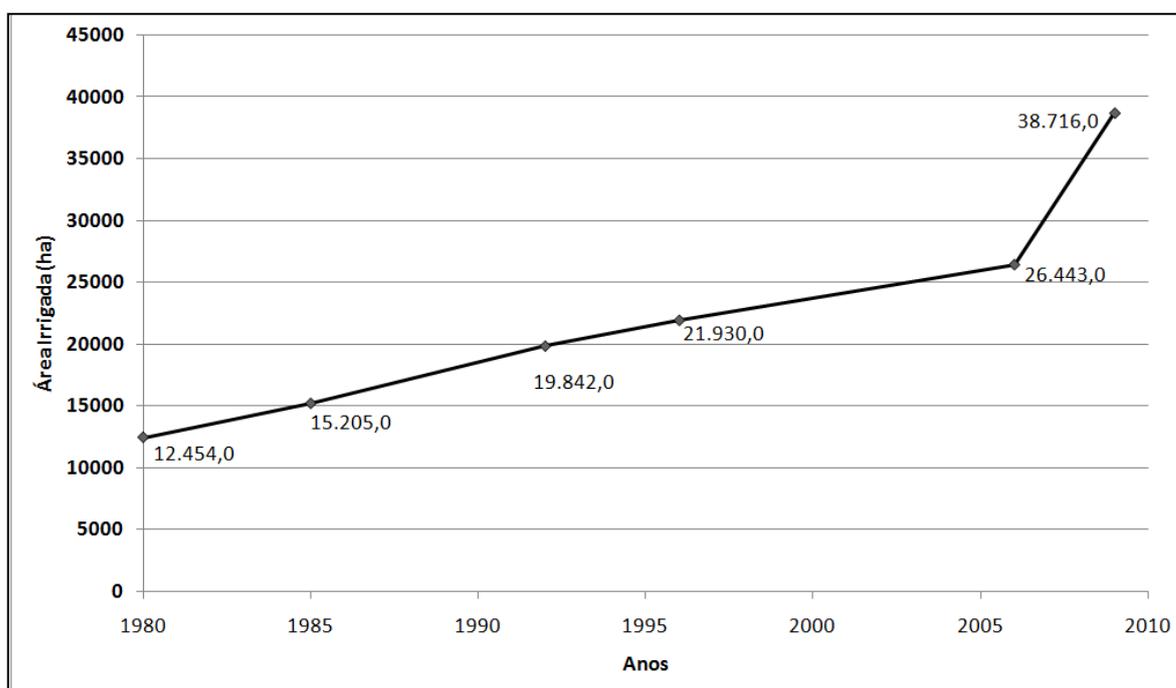


Figura 4.10 – Evolução da área irrigada na bacia Fonte: Censo IBGE para os anos: 1980, 1985, 1995 e 2006; Rural Minas 1996; e Imagem de satélite para os anos: 1992 e 2009.

A grande área irrigada na bacia se deve em grande parte à presença de grandes perímetros públicos de irrigação que são mantidos pela CODEVASF: Gorutuba (município de Nova Porteirinha), Lagoa Grande (Janaúba), Estreito (Urandi, Espinosa e Sebastião Laranjeiras) e Jaíba (Jaíba, Manga, Verdelândia e Matias Cardoso). Cabe destacar que o perímetro de Jaíba está apenas parcialmente inserido na bacia - aproximadamente 6.300 ha estão na bacia, dos quais cerca de 2.225 em irrigação em 2009 - e que sua fonte hídrica é externa à bacia, correspondendo ao rio São Francisco.

Tabela 4.7 - Projetos de irrigação

Projeto	Estado	Estágio	Rio	Área Bruta do Projeto (ha)	Área do Projeto (ha)		Culturas Produzidas	Valor bruto da produção em R\$ (2005)
					Irrigável	Operação		
Gorutuba	MG	Implantado	Gorutuba	7.064	7.064	4.745	Banana, manga, limão, coco, feijão e milho.	15.510.564,00
Lagoa Grande	MG	Implantado	Gorutuba	1.689	1.689	995	Banana, caju, coco, manga, pepino, feijão e milho	4.200.299,00
Jaíba	MG	Implantado	São Francisco	100.000	29.593	6.366	Banana, manga, milho, limão, sementes, feijão, mandioca, cebola	27.413.494,00
Estreito	BA	Implantado	Verde Pequeno, Raíz, Cachoeira e Cova da Mandioca	8.101	2.745	2.903	Banana, manga, feijão, mandioca, algodão, milho	10.275.500,00

Fonte: Codevasf (levantamento de campo)

5.5 SANEAMENTO AMBIENTAL

Água

O índice de atendimento com serviços de água tem impacto direto na saúde e qualidade de vida das populações e nas disponibilidades para a fixação de empreendimentos

diversos, industriais e comerciais. Entre os 26 municípios com sede na bacia do rio Verde Grande, 24 são atendidos pela COPASA e 6 têm sistemas autônomos, sendo 4 em Minas Gerais e 2 na Bahia. Não há, assim, municípios atendidos pela companhia baiana de saneamento, a EMBASA.

Os resultados das sub-bacias do rio Verde Grande em relação ao abastecimento de água são apresentados na Tabela 4.8. Cabe comentar que, na falta de informações disponíveis sobre os municípios da porção baiana da bacia, Sebastião Laranjeiras e Urandi, foram utilizados os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), considerando a média do estado da Bahia.

Tabela 4.8 - Índice médio de cobertura dos serviços de abastecimento de água nas sub-bacias do rio Verde Grande.

Estado	Sub-bacia	Índice de atendimento urbano de água (%)	Volume produzido 1.000m ³ /ano	Percentual médio de perdas na distribuição
Bahia	AVP / BVP	90,1	382	70,00
	Estado BA	90,1	382	70,00
Minas Gerais	AVG	99,88	25.967,20	46,03
	MVG -TA	98,11	1.653,16	15,78
	AG	98,74	2.961,59	19,89
	MBG	97,89	2.400,21	25,01
	MVG -TB	98,39	1.299,60	19,94
	AVP	97,56	1107,88	43,70
	Estado MG	98,4	35.389,60	28,40
Bacia Verde Grande		94,3	35.771,60	49,20
BRASIL - SNIS		80,9	-	

As sub-bacias do Alto e Baixo Verde Pequeno com 90,1% apresentam os piores indicadores de cobertura. As demais sub-bacias, que têm as sedes municipais no Estado de Minas Gerais apresentam níveis elevados de atendimento, variando de 96,2% a 100%, considerados como de alcance da universalização do abastecimento.

As perdas na distribuição são especialmente elevadas nas sub-bacias Alto e Baixo Verde Pequeno e Alto Verde Grande, sendo que nessa última adquire maior relevância em função da grande população urbana presente.

Esgotos

A situação do tratamento de esgotos mostra, que do total de 26 municípios, 8 têm sistemas operados pela COPASA e os demais são autônomos.

A Tabela 4.9 mostra que aproximadamente 74% do esgoto produzido na bacia recebe tratamento. Cabe ressaltar que essa situação melhorou bastante com a entrada em operação, em fevereiro de 2010, da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) de Montes Claros, pois o valor anterior era de 4%.

Tabela 4.9 – Situação do tratamento e coleta dos esgotos domésticos urbanos

Estado	Sub-bacia	Volume de esgoto produzido (1.000m ³ /ano)	Volume de esgoto coletado (1.000m ³ /ano)	Volume de esgoto tratado (1.000m ³ /ano)	Carga remanescente de DBO (kg/dia)
Bahia	AVP / BVP	305,62	0	0	514
	Estado BA	305,62	0	0	514
Minas Gerais	AG	2.369,27	566,03	543,37	3.001
	AVG *	20.773,73	20.297,07	20.296,86	2.367
	AVP	885,66	2,56	0	1.064
	MBG	1920,17	400,49	340,33	2.262
	MVG -TA	1322,53	70,12	0	2.645
	MVG -TB	1039,68	126,87	124,81	1.412
	Estado MG	28.311,04	21.463,14	21.305,37	12.751
Bacia VG		28.616,66	21.463,14	21.305	13.265
		(*) Atualizado com dados ETE Montes Claros (2010)			

Em Minas Gerais, os índices de coleta de esgotos nos municípios variam de 0,00% a 98,46% da população urbana. Quatorze cidades têm índices de coleta inferiores a 7%, assim praticamente não possuem redes, nove cidades têm valores entre 10,60% a 64,12%, sendo que apenas Montes Claros declara possuir 98,46%.

Em Minas Gerais, apenas 7 cidades têm o esgoto coletado integralmente tratado: Glaucilândia, Jaíba, Janaúba, Juramento, Nova Porteirinha, Porteirinha e Varzelândia. A cidade de Nova Porteirinha lança seus efluentes na ETE de Janaúba, otimizando assim esta unidade. As demais, 19 cidades, não dispõem de qualquer tipo de tratamento.

Todas as ETEs em operação utilizam o reator anaeróbio do tipo RAFA seguido, na maioria dos casos, de filtro biológico e decantador secundário com eficiências variando de 60% (RAFA) a 90% (com o secundário). A exceção é a ETE de Porteirinha que é constituída de lagoas.

No Estado da Bahia não há coleta nem tratamento do esgoto.

Resíduos Sólidos

Na bacia do rio Verde Grande, a gestão dos resíduos sólidos urbanos é realizada exclusivamente pelos municípios. Na questão de destinação, os indicadores mostram uma situação preocupante (Tabela 4.10), pois em nenhum dos municípios da bacia há aterros sanitários.

Tabela 4.10 – Destinação dos resíduos sólidos urbanos

Estado	Sub-bacia	Volume Produzido total (ton/dia)	Tipo de Destinação Final		
			Lixão	Aterro Controlado	Aterro Sanitário
Bahia	AVP / BVP	7.135,50	2	0	0
	Estado BA	7.135,50	2	0	0
Minas Gerais	AVG	88.530,80	3	1	0
	MVG -TA	34.823,30	3	2	0
	AG	49.683,00	3	0	0
	MBG	35.307,00	5	2	0
	MVG -TB	21.781,50	3	0	0
	AVP	14.781,00	2	0	0
	Estado MG	244.906,60	19	5	0
Bacia Verde Grande		252.042,10	21	5	0

Fontes: PNSB (IBGE, 2000); SNIS RSU (2006) - Para o Estado de Minas Gerais há o Relatório da FEAM de 2008.

Cinco municípios mineiros da bacia possuem aterro controlado: Catuti, Glaucilândia, Mirabela, Patis e Porteirinha. Os aterros controlados são instalações na qual alguns tipos de controle são periodicamente exercidos, quer sobre o maciço de resíduos, quer sobre

seus efluentes. Admite-se, que esse tipo de aterro se caracterize por um estágio intermediário entre o lixão e o aterro sanitário. Adicionalmente cabe registrar que não há registros de unidades de triagem, compostagem e reciclagem de resíduos na bacia.

5.6 DISPONIBILIDADE HÍDRICA

Disponibilidade Hídrica Superficial

A disponibilidade de água nos rios da bacia do rio Verde Grande é especialmente importante para uma região com intenso desenvolvimento da irrigação e, por outro lado, situada em um clima semi-árido. Para sua avaliação foram consideradas vazões de estiagem, nos trechos onde não houver barramentos que alterem o regime fluvial, e a vazão regularizada com 95% de garantia somada à vazão incremental de estiagem, em seções a jusante de reservatórios de regularização.

As vazões, consideradas representativas do período de estiagem, adotadas foram aquela com 7 dias de duração e período de retorno de 10 anos ($Q_{7,10}$) e as com permanências de 90% (Q_{90}) e 95% (Q_{95}), que correspondem às vazões de referência para outorga adotadas, respectivamente, por Minas Gerais, Bahia e ANA.

A fim de caracterizar as vazões de estiagem, foram utilizadas as séries de dados anteriores a 1979 das duas estações com séries de dados mais expressivas: Colônia do Jaíba (44670000), período de 1963 a 1978, e de Boca da Caatinga (44950000), período de 1970 a 1978. O estudo de regionalização, utilizando a série 1979-2002, mostrou que os valores observados estavam significativamente influenciados pelos reservatórios e o elevado consumo de água para irrigação na bacia, que se expandiu fortemente a partir da década de 80.

Além das vazões naturais, a bacia apresenta importantes barramentos que são responsáveis pelo incremento da disponibilidade de água (Tabela 4.11). Foram avaliadas as 9 barragens de grande e médio porte da bacia, que totalizam uma vazão regularizada com 95% de garantia de $5,5 \text{ m}^3/\text{s}$ (Tabela 4.12).

Cabe destacar que as 3 barragens de grande porte da bacia foram construídas para atender os perímetros públicos de irrigação que são: Bico da Pedra, cuja operação foi iniciada em 1979 para atender aos perímetros de irrigação da Lagoa Grande e Gorutuba, com volume útil de 481 hm^3 e regularização de $3,1 \text{ m}^3/\text{s}$; Estreito, cuja operação foi

Tabela 4.11 – Reservatórios localizados na bacia do rio Verde Grande

Nome	Curso d'água	Município	Início de operação	Volume do reservatório (hm ³)		Entidade responsável pela operação	Finalidades principais
				Total	Útil		
Bico da Pedra	Gorutuba	Janaúba/ Porteirinha	1979	705	481	CODEVASF	Irrigação, abastecimento humano e animal
Gemeleiras	Gemeleiras	Mamonas	1991	1,80	1,75	CODEVASF	Irrigação, abastecimento humano e animal
Mocambinho	Mocambinho (Mosquito)	Porteirinha	1989	0,60	0,57	CODEVASF	Irrigação, abastecimento humano e animal
Canabrava	Canabrava (Quem Quem)	Francisco Sá	1982	2,50	2,30	CODEVASF	Irrigação, abastecimento humano e animal
Pedro Jú	Mamona (Quem Quem)	Francisco Sá	1989	3,00	2,80	CODEVASF/ PREFEITURA	Irrigação, abastecimento humano e animal
São Domingos	São Domingos	Francisco Sá	1988	4,50	4,20	CODEVASF	Irrigação, abastecimento humano e animal
Lajes	Lajes	Porteirinha	1984	1,40	1,20	CODEVASF	Irrigação, abastecimento humano e animal
Serra Branca	Serra Branca	Porteirinha	1983	0,006	0,004	CODEVASF	Irrigação, abastecimento humano e animal
Estreito	Verde Pequeno	Espinosa/Urundi	1975	76	63	CODEVASF	Irrigação, abastecimento humano e animal
Cova da Mandioca	Cova da Mandioca	Urundi	1996	126	120	CODEVASF	Irrigação, abastecimento humano e animal
Juramento	Juramento	Juramento	1982	42,50	25,24	COPASA	Abastecimento humano
Mosquito	Mosquito	Porteirinha	1991	8,80	8,05	CEMIG	Abastecimento humano e perenização
Angical	Tremendal	Monte Azul	1991	1,00	1,00	PREFEITURA/COPASA	Abastecimento humano
Viamão	Viamão	Mato Verde	1992	Barragem de nível		COPASA	Abastecimento humano
Umburama	Canabrava (Salobro)	São João da Ponte	1992	0,47	0,40	PREFEITURA	Irrigação, abastecimento humano e animal
José Custódio	Canabrava (Salobro)	Monte Azul	1993	2,51	2,30	PREFEITURA	Irrigação, abastecimento humano e animal
Aurélio	Aurélio	Iuiú	N.D.	< 0,50	< 0,50	PARTICULAR	Irrigação, abastecimento humano e animal
Raízes	Raízes	Urundi	N.D.	< 1,00	< 1,00	RFFSA	Perenização e amortecimento de cheias

Fonte: Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos da bacia do rio Verde Grande: Relatório Final de dados básicos – R2 (Relatório de Diagnóstico), Novembro de 1996.

iniciada em 1975 com 63 hm³ de volume útil, e Cova da Mandioca com 120 hm³, que são interligadas para atendimento do perímetro de irrigação de Estreito e regularizam conjuntamente 1,8 m³/s (Tabela 4.11). As outras barragens de médio porte (volume útil entre 2 e 26 hm³) - Juramento, Cana Brava, José Custódio, Mosquito, Pedro Ju e São Domingos - regularizam 0,6 m³/s.

Tabela 4.12 – Vazões regularizadas pelas principais barragens com 95% de garantia

Nome	Município	Curso d'água	Qreg (m ³ /s)
Bico da Pedra	Janaúba / Nova Porteirinha	Gorutuba	3,079
Estreito / Cova da Mandioca	Urandi / Espinosa	Verde Pequeno / Cova da Mandioca	1,801
Juramento	Juramento	Juramento	0,404
José Custódio	Monte Azul	Canabrava/ Salobro	0,031
Mosquito	Porteirinha	Mosquito	0,106
Pedro Jú	Francisco Sá	Mamona/ Quem Quem	0,042
São Domingos	Francisco Sá	São Domingos	0,031
Total			5,494

A disponibilidade hídrica da bacia varia de 6,3 m³/s a 7,2 m³/s, dependendo da vazão de estiagem adotada (Tabela 4.13). Evidencia-se assim, o pronunciado efeito de regularização dos barramentos que respondem por 5,5 m³/s da disponibilidade hídrica (entre 76% e 89%).

Tabela 4.13 – Disponibilidade hídrica superficial segundo as vazões de referência adotadas pelos Estados de Minas Gerais e Bahia e a ANA. Vazões estão acumuladas nas sub-bacias

Sub-bacia	Vazão média (m ³ /s)	Disponibilidade hídrica (m ³ /s)		
		Q _{reg} + Q _{90%}	Q _{reg} + Q _{95%}	Q _{reg} + Q _{7,10}
AVG	5,121	0,971	0,798	0,682
MVG-TA	16,861	2,432	1,811	1,398
AG	3,118	3,162	3,135	3,119
MBG	14,396	4,419	3,978	3,731
MVG-TB	36,483	7,500	6,240	5,447
AVP	3,025	1,866	1,835	1,831
BVP	6,539	2,100	1,956	1,939
BVG	32,776	7,195	6,176	6,268

Qualidade das Águas Superficiais

A bacia do rio Verde Grande possui redes de monitoramento de qualidade das águas superficiais na porção mineira, sendo que não se dispõe de monitoramento sistemático na bacia do rio Verde Pequeno, que é compartilhada entre os Estados de Minas Gerais e Bahia.

Os dados indicam que a bacia é significativamente impactada pelo lançamento dos esgotos sem tratamento e por cargas difusas associadas às características de uso e ocupação do solo em que predomina o uso agropecuário. No caso dos esgotos, destaca-se o significativo impacto que o lançamento da carga da cidade de Montes Claros apresenta sobre o rio Vieira e que também repercute sobre o rio principal, que é o Verde Grande. Nesse aspecto, cumpre registrar que, com o início da operação em 2010 da estação de tratamento de esgoto (ETE) de Montes Claros, é esperada uma melhoria significativa da qualidade da água desses rios, que deverá ocorrer especialmente no que se refere à DBO, coliformes termotolerantes e oxigenação das águas.

Cabe destacar que, no PRH, foram utilizados os dados mais recentes então disponíveis para a bacia que se estendem até o ano de 2009. Desse modo, os resultados apresentados ainda não incorporam os benefícios advindos da operação da ETE de Montes Claros.

Os resultados obtidos mostram que os parâmetros mais representativos da qualidade das águas superficiais na bacia são fósforo total, oxigênio dissolvido, coliformes termotolerantes e turbidez. Na bacia ocorrem ainda, de forma isolada, teores elevados de cromo total, cádmio total, chumbo total, cobre dissolvido e fenóis totais, cuja análise

temporal mostra diminuição do número de parâmetros não conformes no monitoramento recente, entre 2007 e 2008.

A análise do comportamento sazonal indica que a bacia sofre o impacto de fontes difusas, que produzem a degradação da qualidade no período das chuvas. Nesse aspecto se destaca o trecho superior do rio Verde Grande e seus tributários do curso médio. No caso do rio Vieira, coliformes termotolerantes, fósforo total, turbidez e cor verdadeira mostram registros médios compatíveis com a classe de qualidade 4.

Os registros médios de turbidez na bacia atendem, em geral, à classe 1 nos dois períodos climáticos. No entanto, a degradação devido às fontes difusas contribui para a ocorrência de valores acima do limite da classe 3 nas chuvas em vários pontos da calha do rio Verde Grande e nos afluentes rios do Vieira, Quem Quem, Arapoim e Gorutuba a montante da barragem Bico da Pedra (Figura 4.11). No rio das Poções e Suçuapara, as concentrações também superam o padrão da classe 3 nos dois períodos climáticos.

Os teores médios de fósforo total indicam sobrecarga de nutrientes, com atendimento à classe 3 em diversos pontos, sendo relevante a ocorrência da classe 4 no período chuvoso, associada à degradação por fontes difusas. Quadro de maior sensibilidade é registrado no rio do Vieira e no rio Verde Grande próximo a Capitão Enéas, Verdelândia e Jaíba, com ocorrência da classe 4 nos dois períodos.

No que se refere à carga orgânica, a situação é mais confortável, uma vez que as concentrações médias de DBO em geral atendem às classes 1 e 2, essa principalmente no rio Gorutuba e afluentes monitorados com variação sazonal pouco expressiva. No rio do Vieira, há compatibilidade com a classe 3 na chuva e superação do limite dessa classe na estiagem, indicando degradação por fontes pontuais, com reflexo no rio Verde Grande após a confluência com o rio Caititu, mas já apontando leve recuperação a jusante de Capitão Enéas.

Os resultados médios de oxigênio dissolvido indicam condições de oxigenação desfavoráveis em vários pontos, compatíveis com as classes 3 e 4 e até mesmo fora de classe (inferior a 2,0 mg/L) nos rios do Vieira e Gorutuba, e em seu afluente, o rio Mosquito (Figura 4.12). Os esgotos domésticos in natura constituem as principais fontes

Figura 4.11 - Condição média frente às classes de qualidade do parâmetro oxigênio dissolvido (período de 2005 a 2009)

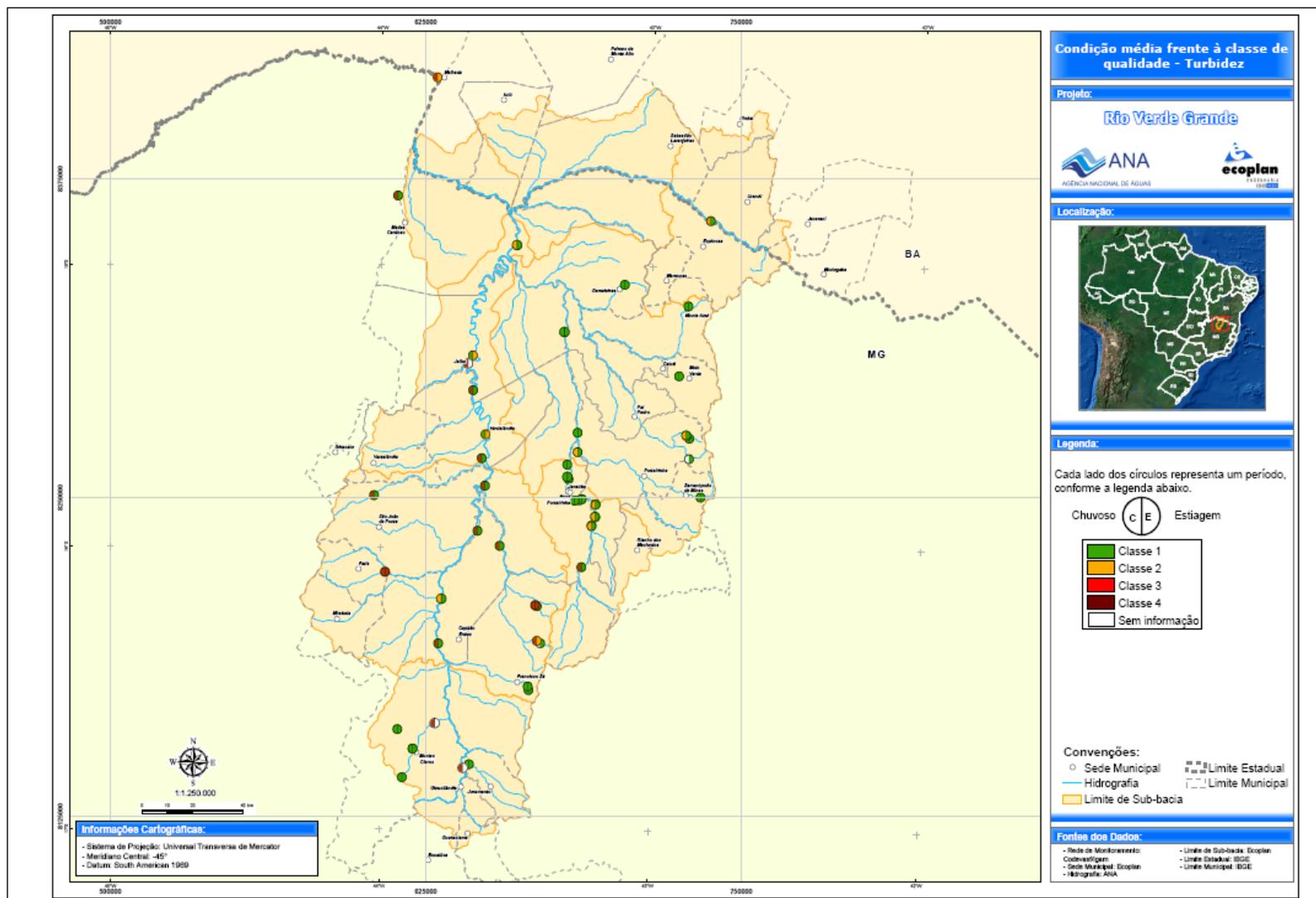
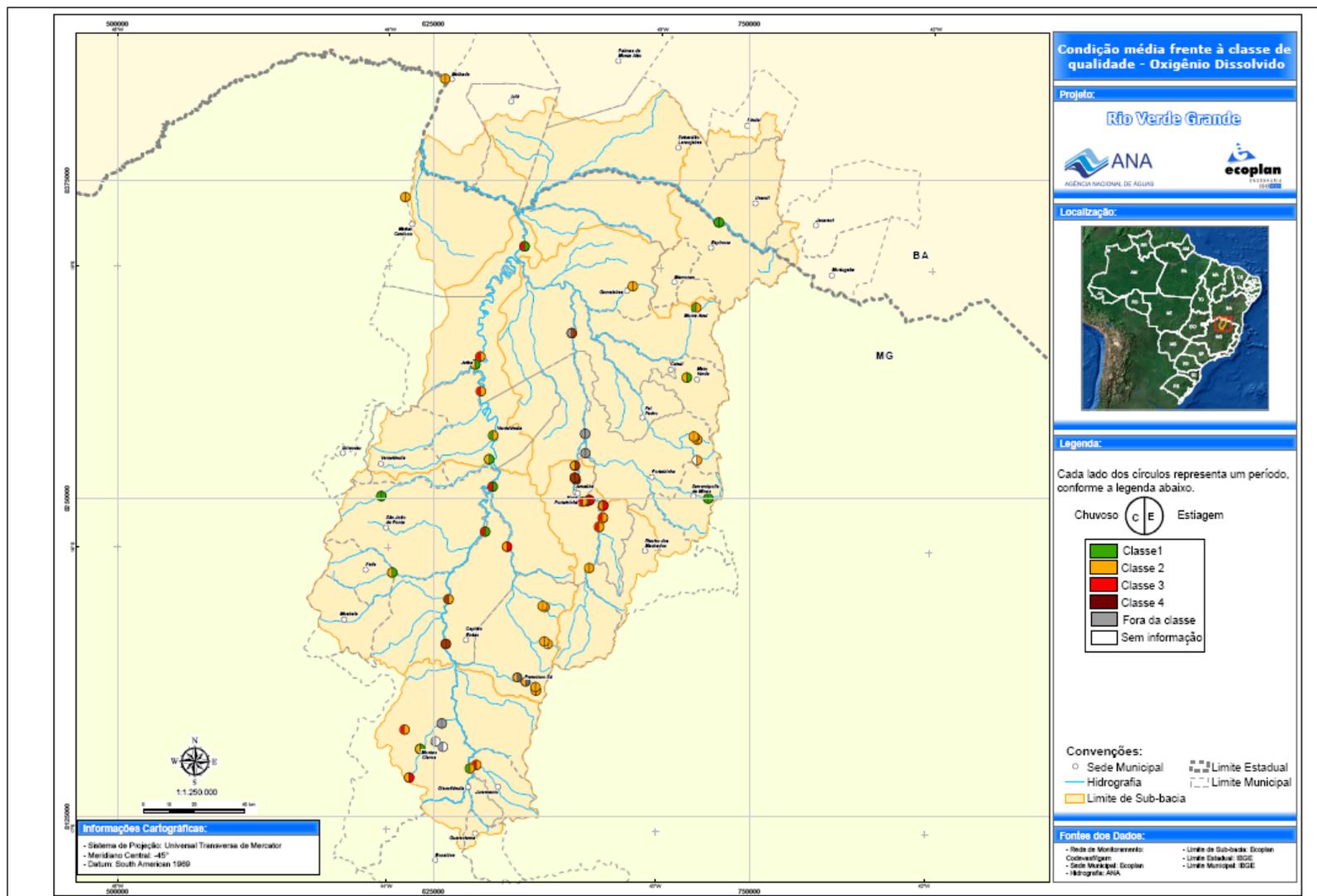


Figura 4.12 - Condição média frente às classes de qualidade do parâmetro oxigênio dissolvido (período de 2005 a 2009)



de poluição lançadas nos citados rios. No caso do rio Gorutuba, é possível que os baixos valores de oxigênio estejam também relacionados às descargas de fundo da barragem do Bico da Pedra.

Com relação às contagens médias de coliformes termotolerantes, um expressivo número de pontos aponta para compatibilidade com a classe 2 nas chuvas e com as classes 3 e 4 na estiagem.

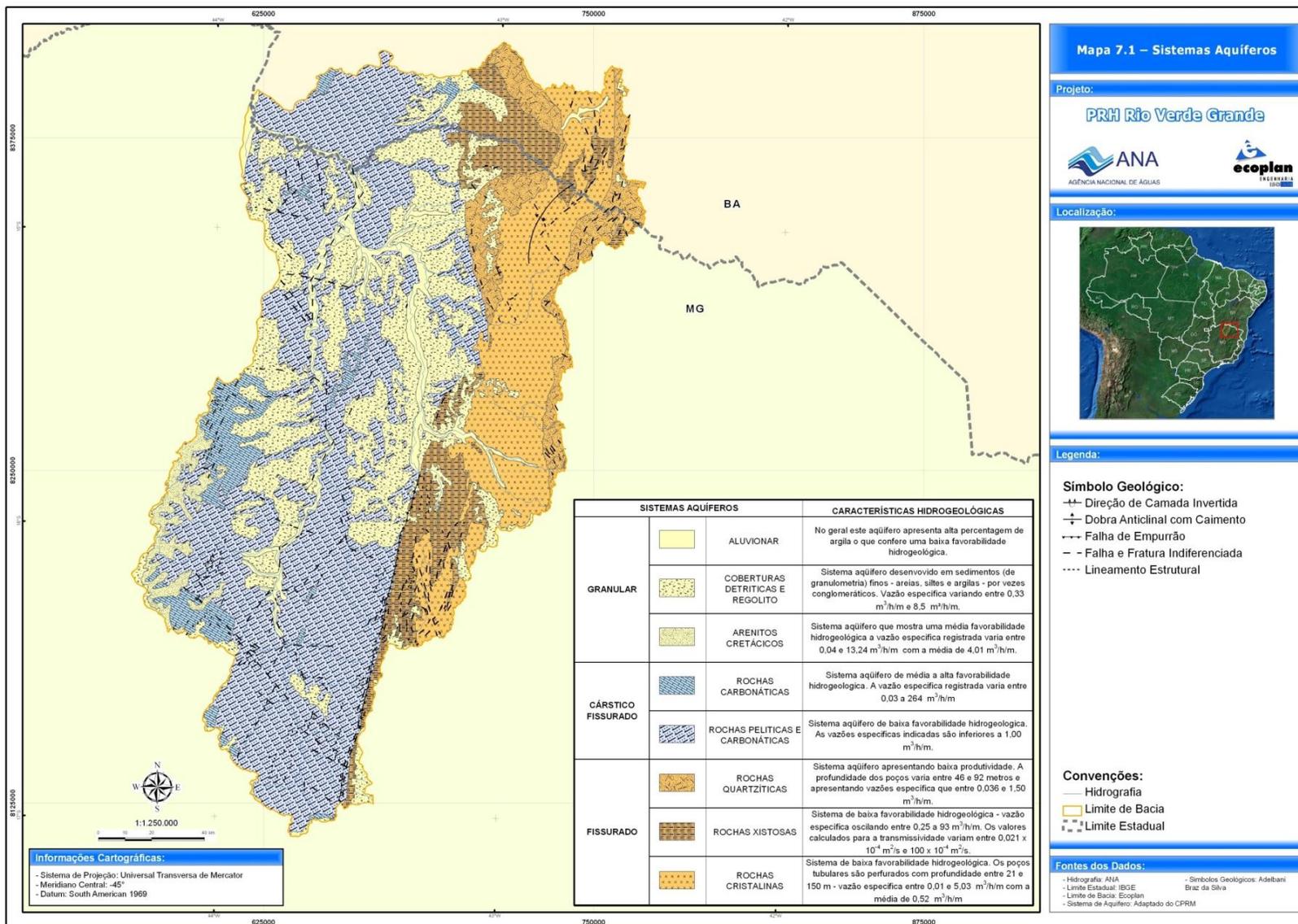
Disponibilidade Hídrica Subterrânea

As águas subterrâneas desempenham importante papel no desenvolvimento socioeconômico da bacia e no atendimento da demanda de água. A partir dos bancos de dados existentes, considerando como referência o do Sistema de Informações de Água Subterrânea (SIAGAS) do Serviço Geológico Brasileiro, foram identificados 5.379 poços sendo que 2.767 apresentavam informações sobre uso e 3.683 possuíam a informação de estarem equipados, ou seja, dotados de equipamentos que permite o funcionamento do poço. A partir desses dados foram estimados 3.833 poços em operação na bacia, que representa uma demanda de água aproximada de 2,4 m³/s. A distribuição estimada desse volume é a seguinte: 23% para abastecimento humano; 21% para irrigação; 7% para pecuária; 4% para uso industrial e 45% para usos múltiplos.

Para a caracterização hidrogeológica, os sistemas aquíferos da região foram divididos nos domínios poroso, fissurado e cárstico-fissurado. A Figura 4.13 apresenta os principais sistemas aquíferos e suas principais características.

O domínio poroso, que ocupa 29% da bacia, engloba as unidades sedimentares que capeiam as rochas mais antigas é representado pelos sedimentos inconsolidados constituídos de areia, cascalho e argila, associados aos aluviões recentes, aos colúvios, às coberturas detríticas e às coberturas detrito-lateríticas. Também compõem o domínio, os sedimentos associados ao Grupo Urucuia, que têm um potencial hídrico superior dentro do conjunto.

Figura 4.13 – Mapa hidrogeológico



O domínio cárstico-fissurado é composto pelas rochas carbonatadas (predomínio de calcários) e pelito-carbonatadas (presença de calcários é subordinada em relação aos pelitos) do Grupo Bambuí, que ocupam uma área de cerca de 43% da bacia distribuídos pelas porções centro e ocidental da bacia do rio Verde Grande. Esse domínio contém os melhores sistemas aquíferos da bacia, especialmente naqueles em que predominam as rochas carbonatadas, embora sua heterogeneidade possa resultar em poços de baixa vazão. Cabe destacar que é nesse domínio que estão concentrados aproximadamente 78% dos poços cadastrados.

O domínio fissurado corresponde aos sistemas aquíferos compostos por rochas quartzíticas, xistosas, granito-gnáissicas e sieníticas que afloram na porção leste da bacia, ocupando 28% da bacia. Apresentam, de forma geral, baixo potencial hídrico.

Na bacia do rio Verde Grande, as curvas potenciométricas mostram que as áreas de recarga estão, quase sempre, associadas aos altos topográficos onde estão as nascentes dos rios, ou seja, vem coincidir com os divisores das águas superficiais da bacia. Também, as direções de fluxo convergem para as principais linhas de drenagem dos rios: Verde Grande, Gorutuba e Verde Pequeno.

A disponibilidade hídrica subterrânea na bacia foi avaliada considerando as reservas renováveis, que correspondem ao volume de água associado à variação anual do nível de água do aquífero. Não foram consideradas as reservas permanentes nessa análise em função da complexidade da sua definição especialmente no domínio cárstico-fissurado, associada à inexistência de dados de monitoramento potenciométricos na bacia. Confrontando as reservas reguladoras calculadas, em 5,9 m³/s, com a vazão consumida (2,4 m³/s), observa-se uma situação aparentemente confortável (Tabela 4.14). No entanto, nas sub-bacias do Alto Verde Grande e Médio Verde Grande – Trecho Alto configura-se uma situação de uso superior às reservas reguladoras, o que indica uma situação preocupante de utilização das reservas permanentes já está em exploração.

Na questão da exploração sustentável dos aquíferos, cabe destacar que há registro de problemas de subsidência do solo na região industrial de Montes Claros, que é amplamente abastecida por poços que exploram o domínio cárstico-fissurado.

Tabela 4.14 – Reservas reguladoras subterrâneas e uso da água

Sub-bacia	Reservas Reguladoras (m³/s)	Outorgas (m³/s)	Poços estimados em operação	Consumo de água por poços (m³/s)
Alto Verde Grande	0,39	0,28	822	0,46
Médio Verde Grande – Trecho Alto	1,20	0,36	2110	1,37
Alto Gorutuba	2,35	0,06	62	0,01
Médio e Baixo Gorutuba	0,73	0,11	347	0,07
Médio Verde Grande – Trecho Baixo	0,46	0,53	314	0,48
Alto Verde Pequeno	0,27	0,06	92	0,02
Baixo Verde Pequeno	0,32	0,06	58	0,01
Baixo Verde Grande	0,18	0,13	28	0,01
TOTAL	5,90	1,60	3.833	2,43

Qualidade das Águas Subterrâneas

As águas subterrâneas da bacia do rio Verde Grande apresentam, de forma geral, boa qualidade físico-química. As duas redes de monitoramento de qualidade presentes revelam, contudo, que alguns parâmetros localmente ultrapassam os valores permitidos na legislação. A rede de monitoramento com maior quantidade de pontos de amostragem está concentrada na sub-bacia do Alto Verde Grande – Trecho Baixo, enquanto a outra rede tem caráter mais regional e baixa densidade. Ambas monitoram a porção mineira da bacia.

Os parâmetros alumínio total, manganês total e ferro total algumas vezes observados em concentrações elevadas na água subterrânea são de ocorrência natural e estão relacionados aos processos de intemperismo físico-químico aos quais as rochas e solos da região estão submetidos. A presença desses metais tem impacto apenas nos aspectos organolépticos, ou seja, relacionados à alteração de cor e sabor da água.

A presença de coliformes termotolerantes, verificada em poços, mas principalmente em cisternas, possivelmente reflete a precariedade das condições higiênicas e de proteção sanitária da captação. Para casos desse tipo cabe destacar a necessidade de desinfecção das águas antes de ingestão.

De forma pontual na bacia, adicionalmente, foram identificadas ocorrências de nitrato acima do limite máximo permitido, que refletem possivelmente o efeito da proximidade com fossas, função do baixo nível de saneamento.

Na porção leste da bacia, região de ocorrência predominantemente dos aquíferos do domínio fissural, são observadas elevadas concentrações de sólidos dissolvidos totais e cloreto.

Os problemas de dureza das águas estão frequentemente associados às áreas de ocorrências dos aquíferos do domínio cárstico-fissurado e especialmente nas zonas mais cársticas. Muitas das águas nessas regiões chegam a ser classificadas como muito duras e apresentam salinidade elevada (sólidos totais dissolvidos elevados) em função da dissolução das rochas calcárias.

Nas regiões do domínio cárstico-fissurado são também conhecidas ocorrências de flúor acima do padrão de potabilidade, sendo que já foram identificados valores elevados na região dos municípios de Jaíba e Verdelândia. A ocorrência natural de elevadas concentrações de fluoreto nas águas subterrâneas da região do semi-árido do norte mineiro as tornam impróprias ao consumo humano em alguns locais já tendo sido identificadas endemias de fluorose dentária, conforme aponta UFMG/CNEN/CDTN/IGAM (2009). A sua origem estaria relacionada à dissolução de fluorita presente nas rochas da Formação Lagoa do Jacaré, pertencente ao Grupo Bambuí.

Por fim, cabe destacar que, nas análises de agrotóxicos realizadas na bacia, não indicaram valores acima daqueles estabelecidos na legislação.

5.7 Demandas Hídricas e Outorgas

O consumo de água na bacia em termos médios anuais é da ordem de 9,3 m³/s (Tabela 4.15). Em termos de tipo de usos, predomina a irrigação, que responde por 90,1% (8,4 m³/s), seguida da dessedentação animal (6,4%) do abastecimento humano urbano e rural (3,1%) e da indústria (0,4%).

A sub-bacia do Alto Verde Grande é única em que não predomina o uso para irrigação. Isso se deve à presença da cidade de Montes Claros que torna o consumo para abastecimento humano dominante, correspondendo a 44% do total (0,17 m³/s) (Tabela 4.15). Cabe destacar ainda que, embora a demanda industrial seja relativamente pequena no contexto da bacia, ela se concentra nessa sub-bacia, sendo atendida principalmente por poços.

Tabela 4.15 – Vazão de consumo médio anual por tipo de uso e sub-bacia. Valores estão acumulados nas sub-bacias

Sub-bacia	Vazão de consumo (m ³ /s)					
	Animal	Urbano	Rural	Industrial	Irrigação	Total
Alto Verde Grande (AVG)	0,080	0,165	0,004	0,033	0,091	0,372
Médio Verde Grande - Trecho Alto (MVG-TA)	0,275	0,175	0,019	0,033	0,945	1,447
Alto Gorutuba (AG)	0,044	0,019	0,003	0,005	1,410	1,481
Médio e Baixo Gorutuba (MBG)	0,161	0,034	0,019	0,005	3,788	4,007
Médio Verde Grande - Trecho Baixo (MVG-TB)	0,496	0,217	0,043	0,038	6,082	6,878
Alto Verde Pequeno (AVP)	0,035	0,008	0,011	0,000	1,727	1,781
Baixo Verde Pequeno (BVP)	0,071	0,009	0,017	0,000	1,822	1,919
Baixo Verde Grande (BVG)	0,596	0,227	0,063	0,038	8,358	9,281

A irrigação possui uma particularidade em relação aos demais, que é o fato de apresentar a maior variação sazonal do consumo de água e de sua maior demanda coincidir com o período de estiagem. As estimativas do consumo de água para o mês mais seco, setembro, indicam que o consumo de água na irrigação pode chegar a 12,5 m³/s (contra 8,4 m³/s para a média anual), o que eleva o consumo de água total da bacia para 13,4 m³/s.

A demanda de água para irrigação da banana em Porteirinha, principal município produtor, ilustra o impacto da sazonalidade sobre o consumo de água (Figura 4.14). A precipitação efetiva é suficiente para atender a evapotranspiração real da cultura somente em dezembro, sendo que em todos os demais meses se faz necessária a irrigação. Um ponto relevante é que o maior consumo observado ocorre em setembro, mês em que, embora a evapotranspiração real da cultura não seja máxima nem a precipitação efetiva mínima, existe a maior diferença entre essas duas variáveis. A coincidência do mês de maior demanda de água para a cultura com a menor disponibilidade hídrica superficial tem sérias implicações para o balanço entre demanda e disponibilidade hídrica no período crítico.

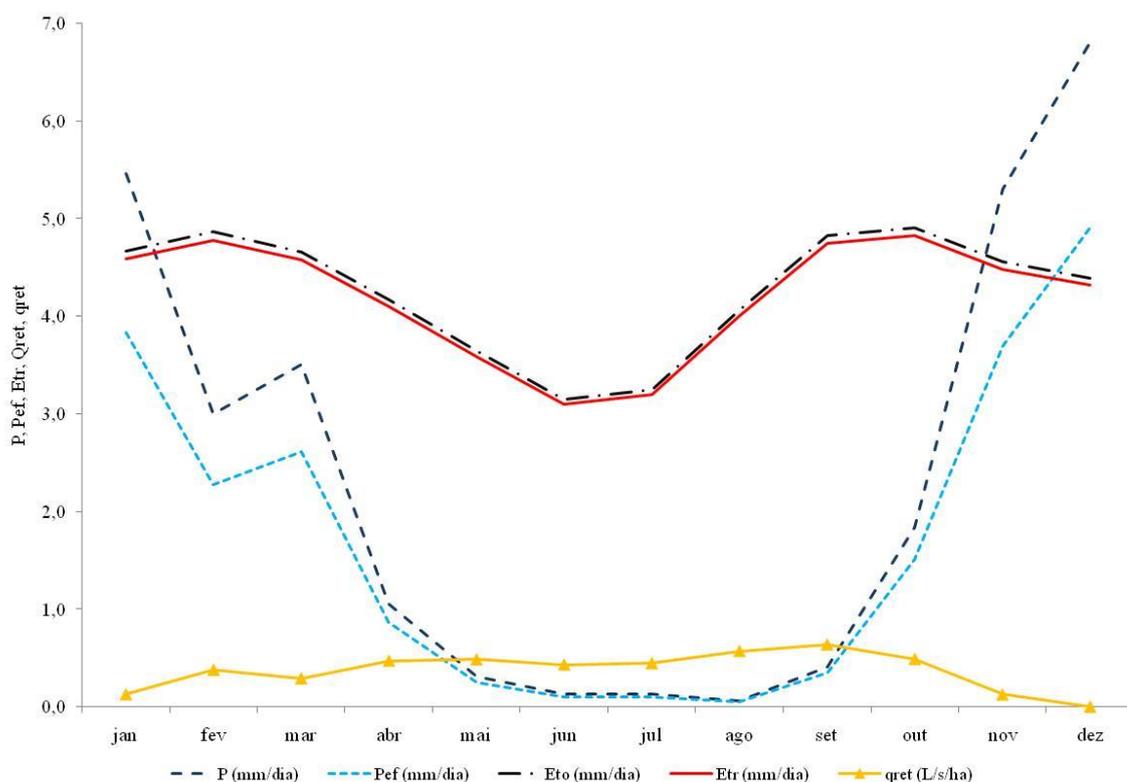


Figura 4.14 – Evapotranspiração potencial da cultura de referência (E_{t_0} , mm d^{-1}), evapotranspiração real da banana (E_{tr} , mm d^{-1}), precipitação (P , mm d^{-1}), precipitação efetiva (P_{ef} , mm d^{-1}) e vazão unitária de retirada pela irrigação para a cultura da banana ($\text{L s}^{-1} \text{ha}^{-1}$) ao longo do ano no município de Porteirinha.

Outorgas

A análise das outorgas de águas superficiais na bacia do rio Verde Grande totaliza 166 assim distribuídas: 137 são da ANA em águas de domínio da União (rios Verde Grande, Verde Pequeno e reservatório Bico da Pedra); 22 são do IGAM em rios de domínio de Minas Gerais; e 7 são do INGÁ em rios de domínio da Bahia. Com relação às águas subterrâneas, foram identificadas 377 outorgas sendo 369 captações outorgadas pelo IGAM e 8 outorgadas pelo INGÁ.

A seguir são apresentados os totais outorgados na bacia do Verde Grande, por setor usuário e por manancial para o mês de setembro (Tabela 4.16). Nos casos de mais de uma finalidade de uso informada pela outorga, foi atribuída aquela que demanda maior quantidade de água. As variações sazonais das vazões observadas ocorrem somente para os usos correspondentes à dessedentação animal e à irrigação, sendo o mês de setembro o de maior vazão outorgada.

Tabela 4.16 – Vazões outorgadas, totais, por setor e por manancial para o ano de 2009

Uso Setorial	Outorgas Subterrâneas (m ³ /s)	% do total Subterrâneas	Outorgas Superficiais (m ³ /s)	% do total Superficial	Outorgas Total (m ³ /s)	% entre os setores
Abastecimento Urbano	0,084	4,92%	1,614	48,18%	1,698	33,57%
Abastecimento Rural	0,014	0,82%	3E-04	0,01%	0,01425	0,28%
Dessedentação Animal	0,082	4,80%	2E-04	0,01%	0,0822	1,63%
Indústria	0,169	9,91%	0,023	0,69%	0,1924	3,80%
Irrigação	1,359	79,56%	1,712	51,11%	3,071	60,72%
Total	1,7082	-	3,34965	-	5,05785	-
	34%		66%			

Fonte: ANA, IGAM e INGÁ

O volume outorgado na bacia é de 5 m³/s, sendo 66% para águas superficiais e 34% para águas subterrâneas. Cabe destacar que o universo outorgado na bacia é ainda muito inferior à demanda de retirada de 12,6 m³/s (corresponde a 9,3 m³/s em termos de consumo) ou ainda o consumo do período mais crítico, estimado em 13,4 m³/s.

A análise dos usos revela que predominam amplamente as outorgas para irrigação que representam 61% do volume outorgado (80% das outorgas subterrâneas e 51% das superficiais). Os usos para criação animal e abastecimento rural são os de menor expressividade em termos de vazões, ainda que apresentem grande números de outorgas dentre as subterrâneas.

Um aspecto interessante a ser destacado é que as outorgas para abastecimento humano, que chegam a 1,7 m³/s, superam os valores estimados da demanda para esse uso, refletindo o fato de que o setor de saneamento normalmente considera horizontes de atendimento de longo prazo.

5.8 BALANÇO HÍDRICO

O confronto entre as demandas de água e a disponibilidade hídrica superficial na bacia do rio Verde Grande mostra um quadro crítico (Figura 4.15). A demanda de água tanto da média anual quanto do mês mais crítico (setembro) excede a oferta para qualquer tipo de vazão de referência considerada como referência para a disponibilidade hídrica.

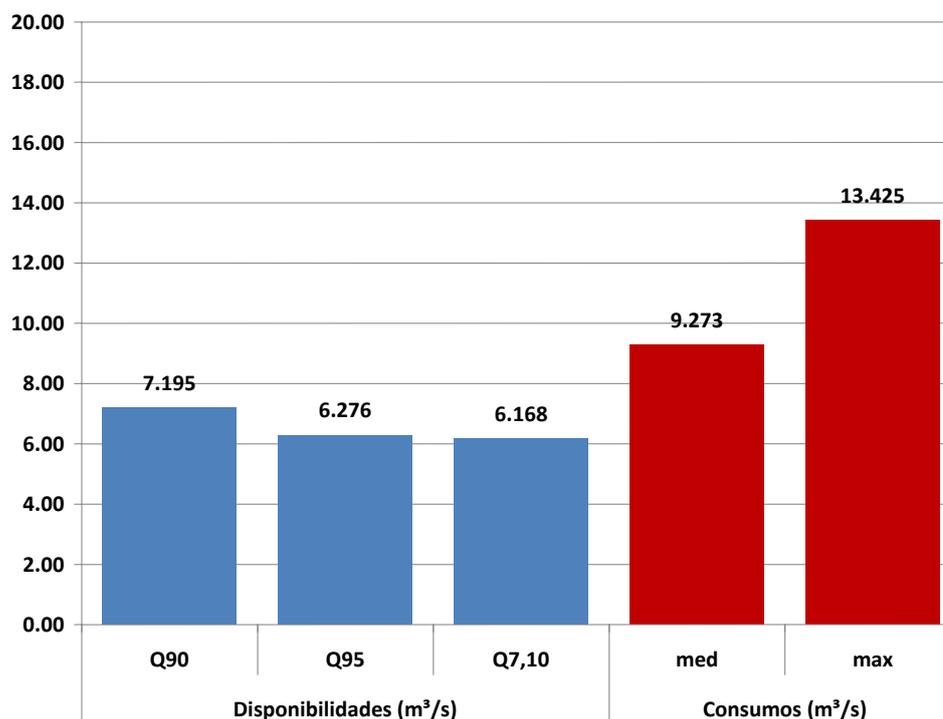


Figura 4.15 – Disponibilidade hídrica superficial (vazão regularizada somada a Q90 ou Q95 ou Q7,10) e vazão de consumo (média e no mês de maior demanda) na bacia

Cabe ressaltar, contudo, que o consumo de água estimado que não é atendido pelas águas superficiais é complementado pela água subterrânea. Considerando-se média da disponibilidade hídrica dos três critérios, que fornece 6,5 m³/s somada à disponibilidade de água subterrânea utilizada na bacia, estimada em 2,4 m³/s, chega-se ao valor de 8,9 m³/s, que é praticamente equivalente ao consumo médio anual, de 9,3 m³/s. Essa contabilidade pode ser considerada como satisfatória dada às imprecisões associadas à estimativa tanto da disponibilidade hídrica quanto das demandas.

A análise dessa relação por trecho de rio mostra que o consumo de água somente não excede alguma disponibilidade hídrica nas regiões de cabeceira da bacia, correspondentes ao Alto Verde Grande, Alto Gorutuba e Alto Verde Pequeno (Figura 4.16). Essas observações são compatíveis com a intermitência dos principais rios da bacia, o Verde Grande, Gorutuba e Verde Pequeno, no período de estiagem nos trechos baixos.

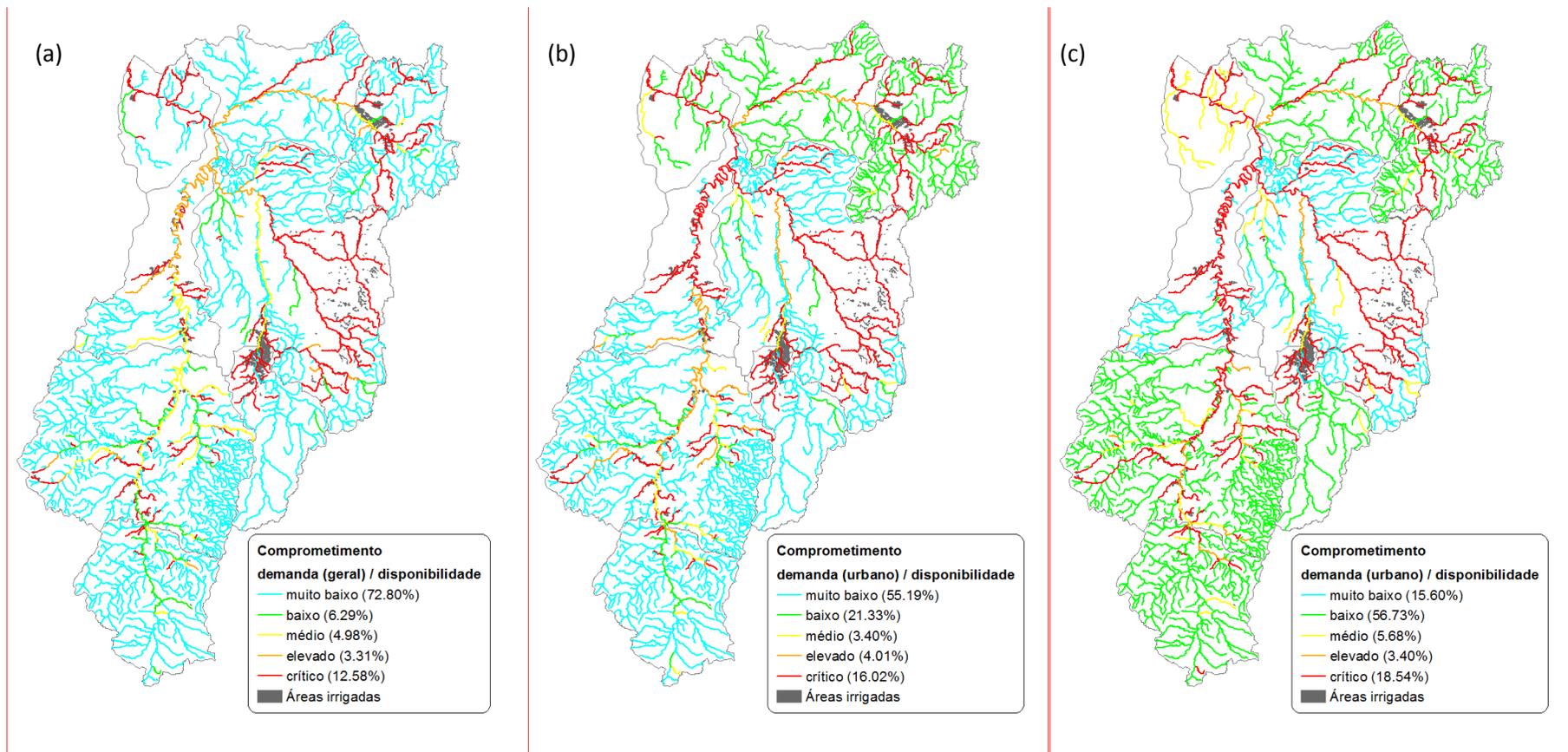


Figura 4.16 – Relação entre demanda de água (consumo) e disponibilidade hídrica superficial com diferentes vazões de referência: a) Q_{90} ; b) Q_{95} ; e c) $Q_{7,10}$. As áreas em cinza correspondem às áreas irrigadas na bacia.

5.9 ATORES SOCIAIS

A gestão da água está diretamente vinculada aos atores sociais que fazem parte da estrutura de organização social local e às instituições que têm a área de atuação na bacia. A fim de avaliar os atores estratégicos para a gestão dos recursos hídricos na bacia do rio Verde Grande, foi criada uma classificação que agrega segundo o nível de relevância: atores estratégicos, atores de alta relevância e atores relevantes (Tabela 4.17). O nível de relevância depende da abrangência da atuação (parcial ou total), da influência da atividade sobre os recursos hídricos e a localização do centro decisório, sendo que nesse último adquirem maior importância atores situados na bacia.

Os atores estratégicos são aqueles que têm maior relevância sobre a gestão da água. No grupo dos colegiados de recursos hídricos e de meio ambiente, existem os Conselhos de Recursos Hídricos Nacional e dos Estados da Bahia e Minas Gerais, que são as instâncias máximas de deliberação sobre a gestão dos recursos hídricos conforme sua área de abrangência, e o Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF), cuja área de atuação se sobrepõe e extrapola o Comitê da Sub-Bacia do rio Verde Grande. O Comitê da Sub-bacia Hidrográfica do rio Verde Grande é o principal fórum de deliberação sobre os recursos hídricos na bacia com a função de promover a gestão da água bem como articular a bacia ao CBHSF.

No poder público, destacam-se os órgãos gestores de recursos hídricos estaduais - Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÀ) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) - e federal (Agência Nacional de Águas) e, na parte de infra-estrutura hídrica, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF). A CODEVASF, em especial, tem histórico de atuação na bacia por meio da construção de barragens, a implantação dos perímetros irrigados e, mais recentemente, na execução de obras da revitalização da bacia do São Francisco, que envolve, entre outros, obras de saneamento.

No setor de usuários da água, adquirem especial importância o abastecimento humano, a irrigação e a indústria. Na questão do abastecimento, as empresas de saneamento, representadas pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), prefeituras municipais e Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA (EMBASA), têm papel relevante. Essa última, apesar de não prestar serviços na bacia, tem importância por ser a empresa estadual responsável pelo setor. Cabe destacar que, apesar dos municípios poderem contar com os serviços da COPASA e EMBASA nos serviços de água e esgotos, os mesmos têm responsabilidade direta na questão de resíduos sólidos. No

importante setor da irrigação, destacam-se os distritos de irrigação do Estreito, Gorutuba e Jaíba, a Associação dos Irrigantes da Margem Esquerda do rio Gorutuba (ASSIEG, distrito de Lagoa Grande) e a Associação Central dos Fruticultores do Norte de Minas (ABANORTE). Os distritos de irrigação são constituídas de irrigantes dos perímetros públicos responsáveis pela sua operação e manutenção constituídos mediante delegação da CODEVASF. A ABANORTE, por fim, congrega associações, cooperativas, sindicatos e empresas ligadas ao agronegócio da fruticultura com cerca de 3.500 produtores rurais.

Tabela 4.17 - Atores sociais com relevância na bacia

	Colegiados de Recursos Hídricos e Meio Ambiente	Poder Público	Sociedade	Usuários de Água
Atores Estratégicos	Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco Comitê da Sub-bacia Hidrográfica do rio Verde Grande Conselho Nacional de Recursos Hídricos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH) e da Bahia (CONERH)	Agência Nacional de Águas, Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)	---	Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA (EMBASA) e Prefeituras Municipais Distritos de Irrigação do Jaíba, Gorutuba e Estreito, Associação dos Irrigantes da Margem Esquerda do Gorutuba (ASSIEG) e Associação Central dos Fruticultores do Norte de Minas (ABANORTE) Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e Coteminas SA
Atores de Alta Relevância	Conselhos Municipais de Meio Ambiente (CODEMA)	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) Instituto Estadual de Florestas (IEF) de Minas Gerais, Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e Instituto de Meio Ambiente (IMA) da Bahia Polícia Ambiental da Polícia Militar de Minas Gerais (PMAmb) e Companhia de Polícia de Proteção Ambiental da Bahia (COPPA) Secretarias Municipais de Agricultura ou Meio Ambiente de Jaíba, Janaúba, Urandi e Montes Claros Ministérios Públicos Federal e Estadual	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Associação de Produtores Rurais de Montes Claros Ensino e Pesquisa: Unimontes, Universidades Federais de Minas Gerais (UFMG) e Bahia UFBA), Universidade Estadual da Bahia (UNEB) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) Organizações Não Governamentais diversas: Instituto Tabuas, Instituto Grande Sertão e Associação Municipal de Proteção Ambiental de Urandi, Associação Comunitária Sobradinho, etc	---
Atores Relevantes	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) e Conselho Estadual de Meio Ambiente da Bahia (CEPRAM)	Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) Ministério das Cidades Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	---	Mineração: Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM)

5.10 DIAGNÓSTICO INTEGRADO

O conjunto de informações sistematizadas na Etapa de Diagnóstico permite identificar um conjunto de temas relevantes para a bacia:

- as redes de monitoramento quali e quantitativas são deficientes. Não há rede de qualidade de água no rio Verde Pequeno, a rede fluviométrica tem apenas duas estações com séries longas de vazões e não existe rede de monitoramento de níveis potenciométricos dos aquíferos, que limitam o conhecimento sobre a disponibilidade hídrica (superficial e subterrânea) da bacia e, sobretudo, da interação das águas superficiais com as águas subterrâneas;
- a sazonalidade da precipitação associada às características climáticas da bacia, de semi-árido, determina anos de seca prolongada que têm impacto sobre os usuários de água e, em especial, na zona rural;
- a relação entre demanda de água e disponibilidade hídrica superficial é crítica na bacia, configurando um quadro de escassez hídrica;
- a água subterrânea atende aproximadamente 25% do consumo de água, que não consegue ser atendido plenamente pelas águas superficiais;
- o incremento da oferta hídrica associada ao uso eficiente da água disponível são fundamentais para o desenvolvimento da bacia;
- o abastecimento de água nas sedes municipais está praticamente universalizado;
- o esgotamento sanitário apresenta baixos índices de atendimento (coleta e tratamento), que associada à baixa disponibilidade hídrica superficial, compromete a qualidade da água dos principais rios da bacia;
- os resíduos sólidos apresentam destinação inadequada em toda a bacia;
- para enfrentar o cenário crítico da água, faz-se necessária a implementação dos instrumentos de gestão, especialmente a outorga e fiscalização;
- a fragilidade institucional, com inúmeros organismos que tratam do desenvolvimento regional, setorial e de recursos hídricos de forma desarticulada, no âmbito federal, dos estadual e municipal é essencial para a gestão da água.

6. PROGNÓSTICO

O prognóstico constitui uma ferramenta de avaliação de cenários futuros e de identificação das variáveis mais importantes que os controlam, representando assim um instrumento de prospecção e planejamento.

No caso da bacia hidrográfica do Verde Grande, a construção de cenários se reveste de aspecto crítico, pois as demandas atuais de água utilizam plenamente a disponibilidade hídrica superficial e importante parte da disponibilidade hídrica subterrânea na condição atual. Ou seja, qualquer projeção de crescimento positivo da demanda, ainda que modesta, enfrenta a limitação da disponibilidade hídrica, que se torna um limitante físico para qualquer projeção realizada com base em taxas que estimam o comportamento demográfico e econômico futuro.

Por isso, os cenários elaborados para a bacia, que consideraram como horizonte temporal o ano de 2030, buscaram apontar soluções para as questões mais amplas do balanço hídrico principalmente nas calhas dos principais rios: Verde Grande, Gorutuba e Verde Pequeno. Para sua construção foram consideradas três variáveis: o aumento da oferta hídrica, o uso mais eficiente da água (redução da demanda de água) e a redução das cargas poluidoras por meio da melhoria do saneamento ambiental.

A alternativa de incremento das disponibilidades hídricas através do aumento do aproveitamento dos recursos hídricos subterrâneos não foi considerada nos cenários, tendo em vista as incertezas associadas à determinação principalmente das reservas permanentes, que está associada ao limitado conhecimento sobre o comportamento dos aquíferos, especialmente daqueles pertencentes ao domínio cárstico-fissurado. Futuramente, com o aprofundamento do conhecimento sobre os sistemas aquíferos da região, proposto pelo PRH Verde Grande, poderão ser agregadas novas informações técnicas que possibilitem definir níveis seguros de exploração das águas subterrâneas.

6.1 DEMOGRAFIA E ECONOMIA

Os cenários de crescimento demográfico e econômico foram avaliados, a fim de definir a tendência de crescimento das demandas por água tendo sido utilizadas as taxas de crescimento populacional e de PIB municipal do passado recente.

As projeções populacionais foram utilizadas para estimar a demanda de abastecimento futuro na bacia. Os dados mostram que a bacia deverá contar com um incremento de população total de 259.011 habitantes entre 2007 e 2030, que equivale a um percentual

de 34,9% num período de 23 anos ou uma taxa de 1,31% a.a.. Esse incremento será proporcionado principalmente pelo aumento da população urbana, estimado em 265.733 habitantes (47,8% de 2007 a 2030 ou 1,71% a.a.), compensada pela redução da população rural, estimada em 6.722 pessoas (-3,6% ou -0,16% a.a.). Cumpre destacar que a sub-bacia Alto Verde Grande (AVG), que concentra atualmente praticamente metade de toda a população da bacia (49%), deverá elevar sua participação para 55% em 2030.

As projeções apontam para um maior crescimento proporcional da população das sub-bacias Alto Verde Grande (1,95% a.a.) e Médio Verde Grande Trecho Baixo (1,41% a.a.). Todas as demais indicam um crescimento a taxas anuais menores que 1,1%, sendo que na sub-bacia Médio e Baixo Gortuba praticamente não é projetado crescimento no período.

Com relação às projeções econômicas, foi escolhido o PIB como indicador do crescimento potencial das demandas de água. O crescimento do PIB Municipal na bacia foi da ordem de 3,86% a.a. no período 2002/2006, impulsionado pelo crescimento do setor de serviços (5,22% a.a.) e também pelo setor industrial (1,85% a.a.). O único setor que registrou decréscimo foi o setor agropecuário com taxa de -0,52% a.a..

O desempenho do setor agropecuário é o de maior impacto sobre a demanda hídrica, formada principalmente pela irrigação. A análise do crescimento dos rebanhos e das áreas de plantio revela que o valor negativo do PIB agropecuário está associado principalmente ao desempenho dos cultivos temporários, enquanto os cultivos permanentes e a pecuária expandiram-se no período, registrando taxas mais elevadas na bacia do que comparativamente com os Estados de Minas Gerais e da Bahia.

Considerando que a demanda hídrica na bacia está associada fortemente com os cultivos permanentes, considerar a taxa do PIB agropecuário seria privilegiar o desempenho dos cultivos temporários, justamente os que demandam menos água. Além disso, projetaria um desempenho negativo para a demanda de água, ou seja, a projeção seria de redução da demanda de água, que não parece consistente com a realidade da bacia atualmente.

Assim, optou-se pela projeção que resultasse no menor índice de crescimento da demanda na bacia, a qual corresponde à aplicação da taxa de crescimento do PIB Municipal do período 2002/2006, de 3,86 % a.a., aos valores de demanda para dessedentação de animais, bem como para irrigação e uso industrial. As diversas projeções realizadas, considerando, de um lado, as taxas de crescimento dos rebanhos e das áreas de cultivos permanentes e, de outro lado, as taxas de crescimento do PIB total

e setorial, exceto o PIB agropecuário resultaram em demandas de água em 2030 mais que duas vezes superiores ao atual, sendo que, em diversos casos, chegou a oito vezes.

6.2 DISPONIBILIDADE HÍDRICA

A ampliação da oferta de água revela-se como importante fator para atendimento de demandas não atendidas atualmente face aos déficits hídricos verificados nos balanços entre demandas de água e disponibilidade hídrica superficial. Para tal, foram avaliadas as alternativas de melhor aproveitamento das águas da bacia pela implantação de novos reservatórios por meio da construção de barragens com o objetivo de aumentar a vazão regularizada na rede hidrográfica. Como os resultados mostraram não haver disponibilidade hídrica interna da bacia para atender às demandas futuras, foram avaliadas alternativas de “importação” de água com vistas a equilibrar os balanços hídricos. Por isso, foram adicionalmente consideradas fontes externas de água a serem utilizadas por meio de infraestrutura hidráulica de projetos existentes na bacia com o objetivo de aumentar a disponibilidade hídrica em pontos localizados da rede hidrográfica.

Barragens

A bacia do rio Verde Grande apresenta limitações para a implantação de barramentos: a predominância de relevo bastante plano limita o número de ombreiras para a construção de barragens; a ampla ocorrência de rochas calcárias cria dificuldades geotécnicas de construção; as zonas com maior pluviosidade em que a implantação de reservatórios de regularização é mais eficiente em termos hidrológicos é concentrada na porção sul da bacia. Desse conjunto de fatores, resulta que as sub-bacias do Alto Verde Grande, Alto Gorutuba e Alto Médio Verde Grande são aquelas que apresentam condições mais favoráveis para a construção de barramentos.

Cabe ressaltar que, desde a década de 80, a bacia foi objeto de estudos, realizados principalmente pela CODEVASF, para inventariar locais para futura implantação de reservatórios. A partir dos levantamentos realizados, foram identificados estudos em estágios que variam de preliminar a básico, totalizando 28 barragens com diversas características técnicas.

Foram inicialmente selecionados os reservatórios com maior capacidade de acumulação, superior a 10 Hm³, face à restrita capacidade de regularização imposta pela forte variabilidade pluviométrica e evaporimétrica regional. Ou seja, mesmo reservatórios com maiores volumes acumulados apresentam regularização de vazões limitadas. Nessa

categoria, foram identificadas 10 barragens: Mamonas, Canoas, Prata, Rio Verde, Água Limpa, Cerrado, Peixe, Sítio, Sítio Novo e Suçupara.

Posteriormente, as simulações hidrológicas mostraram que a capacidade de regularização de alguns reservatórios era inferior àquela inicialmente calculada em razão das pequenas áreas das bacias de contribuição. Assim, em busca de maior vazão regularizada para a bacia, foram identificados três novos reservatórios, com áreas de contribuição superiores a 150 km², mas que não haviam sido anteriormente selecionados por apresentarem volumes acumulados inferiores a 10 Hm³. As barragens formadoras desses reservatórios são: Pedras, Tabua e Cocos.

Também foi considerada a barragem de São Domingos que, embora tenha sido considerada inviável em termos financeiros em estudo da CODEVASF de 2009, pode oferecer importante aporte hídrico no sentido mais amplo e não restrito apenas à irrigação, considerando-se os interesses sociais locais e o uso múltiplo da água. Esse reservatório havia sido inclusive indicado como fonte complementar para atendimento hídrico do Projeto Estreito, no estudo realizado pelo IPH (1999), embora com acumulação reduzida, a fim de melhorar seu desempenho hidráulico-hidrológico.

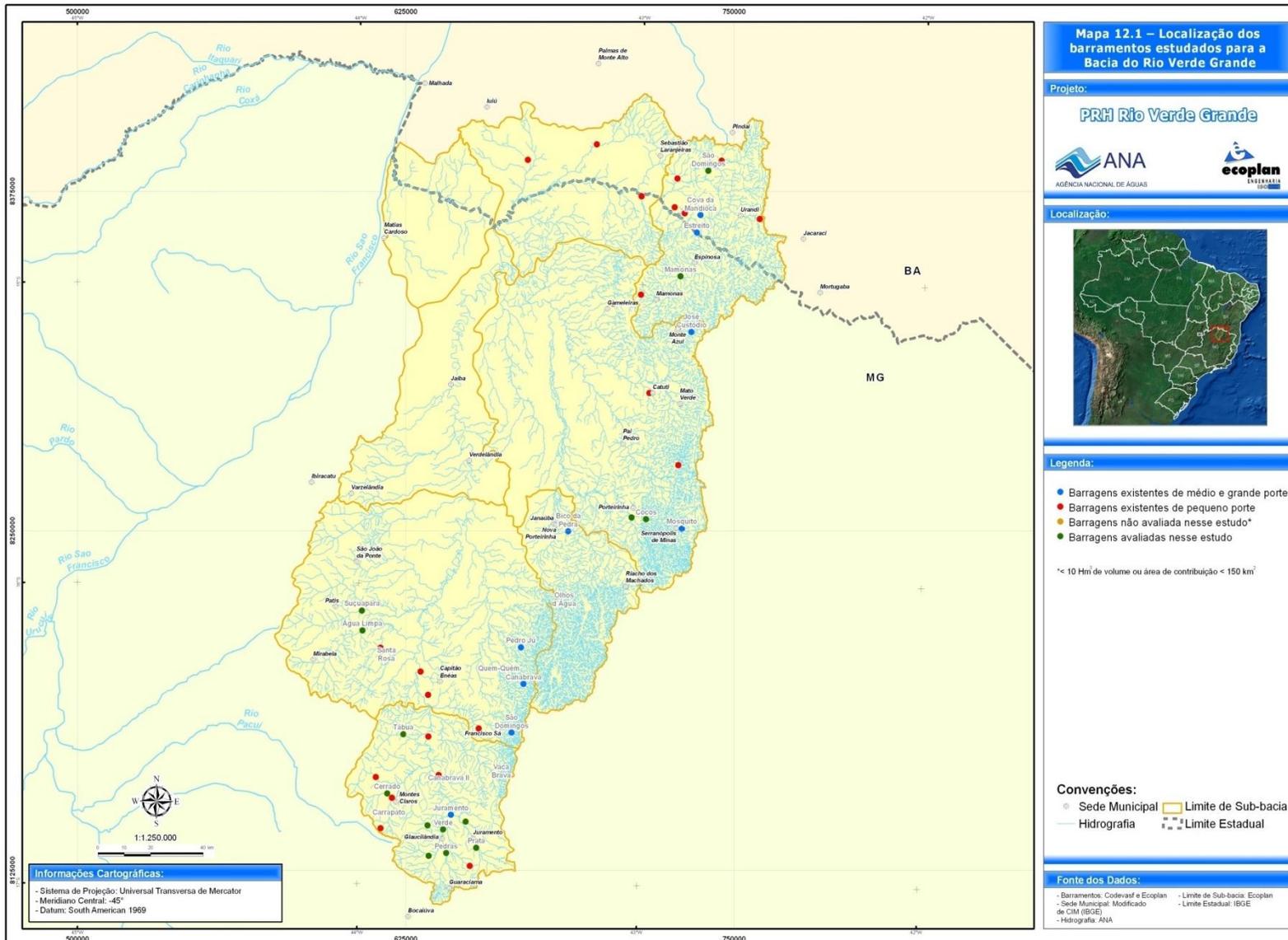
O conjunto das 14 barragens selecionadas e seus respectivos reservatórios, acumula um total de 291,3 Hm³, regularizando uma vazão total de 1,53 m³/s. O volume total do somatório dos maciços é da ordem de 8,4 milhões de metros cúbicos e o alague totaliza cerca de 3.200 ha. É importante ressaltar que o somatório das bacias de contribuição dos novos reservatórios propostos atinge 3.547 km², mais de 10% da área da bacia o que representa uma abrangência de regularização considerável.

É importante destacar ainda que os volumes dos maciços das barragens foram recalculados com base em fórmulas paramétricas que consideram as variáveis altura e extensão do maciço para o cálculo do volume, com vistas a eliminar distorções e homogeneizar os critérios de cálculo. Exceção foi feita à barragem São Domingos, cujos valores foram obtidos diretamente do Estudo de Viabilidade (2009).

A distribuição espacial das barragens é apresentada na Figura 5.1, mostrando uma concentração (8 reservatórios) na sub-bacia Alto Verde Grande, confirmando as restrições anteriormente comentadas sobre a localização dos reservatórios.

A implantação dessas barragens e seus reservatórios exige o investimento de cerca de R\$ 484 milhões. Considerando que a vazão regularizada conjunta desses reservatórios é de 1,53 m³/s, tem-se um custo unitário de regularização de R\$ 316.200.000,00/m³/s e um custo unitário médio por barragem de R\$ 34,6 milhões.

Figura 5.1 – Localização dos barramentos existentes e avaliados no PRH Verde Grande



Transposições

O estudo das alternativas de incremento hídrico na bacia via fontes externas partiu de dois mananciais prioritários: o rio São Francisco, a oeste, e afluentes do rio Jequitinhonha, ao sul e leste. A distância e os desníveis topográficos indicaram, contudo, restrições à viabilidade técnico-financeira dessas alternativas.

Posteriormente, foram analisadas mais detalhadamente outras alternativas, baseadas nesses mananciais, porém buscando contar com a contribuição de infraestruturas já implementadas ou em fase de implantação. As transposições avaliadas foram a adução de água para a bacia tendo como origem o rio Jequitinhonha, a partir do reservatório da barragem do rio Congonhas, e o rio São Francisco, através da infraestrutura hidráulica dos Projetos Jaíba e do Projeto Iuiú. Essas obras têm o potencial para aumentar a disponibilidade hídrica em determinados pontos localizados da rede hidrográfica.

A transposição da barragem do rio Congonhas tem como finalidade incrementar a oferta hídrica, de modo a atender parte da demanda de abastecimento público de Montes Claros e alguns usos agrícolas. O projeto tem outorga, possui Certificado de Avaliação de Sustentabilidade da Obra Hídrica, fornecido pela ANA, e está em fase de atendimento dos condicionantes da licença ambiental da barragem.

O empreendimento consiste na construção de um barramento para formação de reservatório, no rio Congonhas, afluente pela margem esquerda do rio Itacambiruçu, contribuinte do rio Jequitinhonha. O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) será o responsável pela construção da obra e pela operação e manutenção da barragem até que o empreendimento seja concluído na sua totalidade. Após a construção e incorporação do sistema adutor de água bruta do reservatório de Congonhas às barragens de Saracura e Juramento, na bacia do rio Verde Grande, a COPASA assumirá a responsabilidade técnica pela operação e manutenção da infraestrutura integrada da barragem e do sistema de adução.

A vazão total regularizada pela barragem de Congonhas será de 2,907 m³/s para atendimento das demandas projetadas para o ano 2025, assim divididas: 2,0 m³/s, que corresponde ao sistema adutor que realizará a transposição para a bacia do Verde Grande, e 0,907 m³/s para atendimento das demandas hídricas rurais da bacia do rio Jequitinhonha.

O custo inicial da barragem foi estimado em R\$ 259.684.253,04 sendo que, durante o projeto executivo, foram introduzidas otimizações que resultaram numa redução para R\$ 179.051.743,10. Com o custo do sistema de adução orçado em 49.339.815,19, a obra

tem estimativa de recursos de R\$ 228.391.558,29. Assim, o custo unitário da água é de R\$ 129.842.127,14/m³/s.

Está previsto que todos os custos de operação e manutenção, inclusive da barragem, deverão ser arcados com as receitas provenientes da tarifação dos serviços de abastecimento de água.

A segunda alternativa de importação de água para a bacia foi a proposição de adução tendo como origem o rio São Francisco por meio da infraestrutura hidráulica do Projeto de Irrigação do Jaíba.

Inicialmente, cabe comentar que o manancial hídrico superficial regional é o rio São Francisco que, nas proximidades da confluência com o rio Verde Grande, apresenta vazões mínimas que variam entre 800 e 1.000 m³/s.

Outro aspecto fundamental é considerar o sistema adutor do Projeto Jaíba cuja localização está parcialmente situada na porção noroeste da bacia. Com vazão inicial de 80 m³/s junto à captação no rio São Francisco, o sistema adutor principal, constituído de canais principais e estações de bombeamento, atinge as proximidades do rio Verde Grande no município de Jaíba em área denominada de Etapa 4 onde o canal CP-3 deriva para o canal CS-21. Um dos três canais do sistema adutor principal, o CP-3 apresenta capacidade hidráulica máxima de 43,6 m³/s. A estação de bombeamento EB-3 tem capacidade de bombeamento de 43,6 m³/s, mas no segundo sub-trecho do canal CP-3, a vazão de adução cai para 22,4 m³/s, suficiente para atender ao canal CS-21 (7,125 m³/s) e Etapa 4 (15,276 m³/s).

Cumprе ressaltar que o Projeto Jaíba foi dimensionado com demanda unitária da ordem de 1,4 L/s/ha, valor não condizente com o atual estágio dos procedimentos de irrigação regional e no próprio projeto. Atualmente, demandas unitárias da ordem de 1,1 L/s/ha são aceitáveis tecnicamente. Essa “otimização” no consumo da água possibilita uma folga na vazão bombeada pela EB-3 em relação aos valores de projeto da ordem de 21%, que resulta em vazão disponível adicional, mantendo-se as áreas originalmente projetadas para serem irrigadas no Projeto Jaíba, de 4,7 m³/s (21% de 22,4 m³/s).

Assim, é possível afirmar que há uma disponibilidade adicional de 4,7 m³/s no canal CP-3 (junto à derivação do canal CS-21), em razão de uma redução na demanda hídrica unitária de irrigação. Para fins práticos, considerou-se uma vazão de 4,5 m³/s para adução a partir do ponto supramencionado em direção ao rio Verde Grande junto à cidade de Jaíba.

Com base nesta disponibilidade hídrica adicional, que deverá ser devidamente negociada com a CODEAVSF e com o DIJ – Distrito de Irrigação Jaíba, foram estudadas diferentes situações de adução de água (complementares) ao longo da rede hidrográfica da bacia.

Para cada uma delas, foram concebidas e dimensionadas as estruturas hidráulicas principais e orçados os seus custos de implantação e operação & manutenção. Entre alternativas para determinada adução, optou-se, sempre, pela menos onerosa financeiramente, em termos globais.

O objetivo dessas aduções foi atingir pontos da rede hidrográfica com sérios déficits hídricos, que apresentam poucas alternativas para a resolução desse problema. É interessante destacar que face ao relevo local mostrar-se bastante aplainado, as situações de adução se mostraram possíveis e viáveis mesmo a distâncias consideráveis. Assim, o resultado foi a proposta de três aduções independentes e complementares entre si, seguindo a ordem numérica. Ou seja, é necessário implantar a adução numericamente anterior, a fim de possibilitar a implantação da adução desejada.

Assim, foram simuladas as seguintes situações: adução de 4,5 m³/s até a cidade de Jaíba, adução de 3,0 m³/s até a cidade de Verdelândia e adução de 1,5 m³/s até as proximidades da cidade de Janaúba. Ou seja, a cada um dos três pontos referenciais considerados destinou-se 1,5 m³/s.

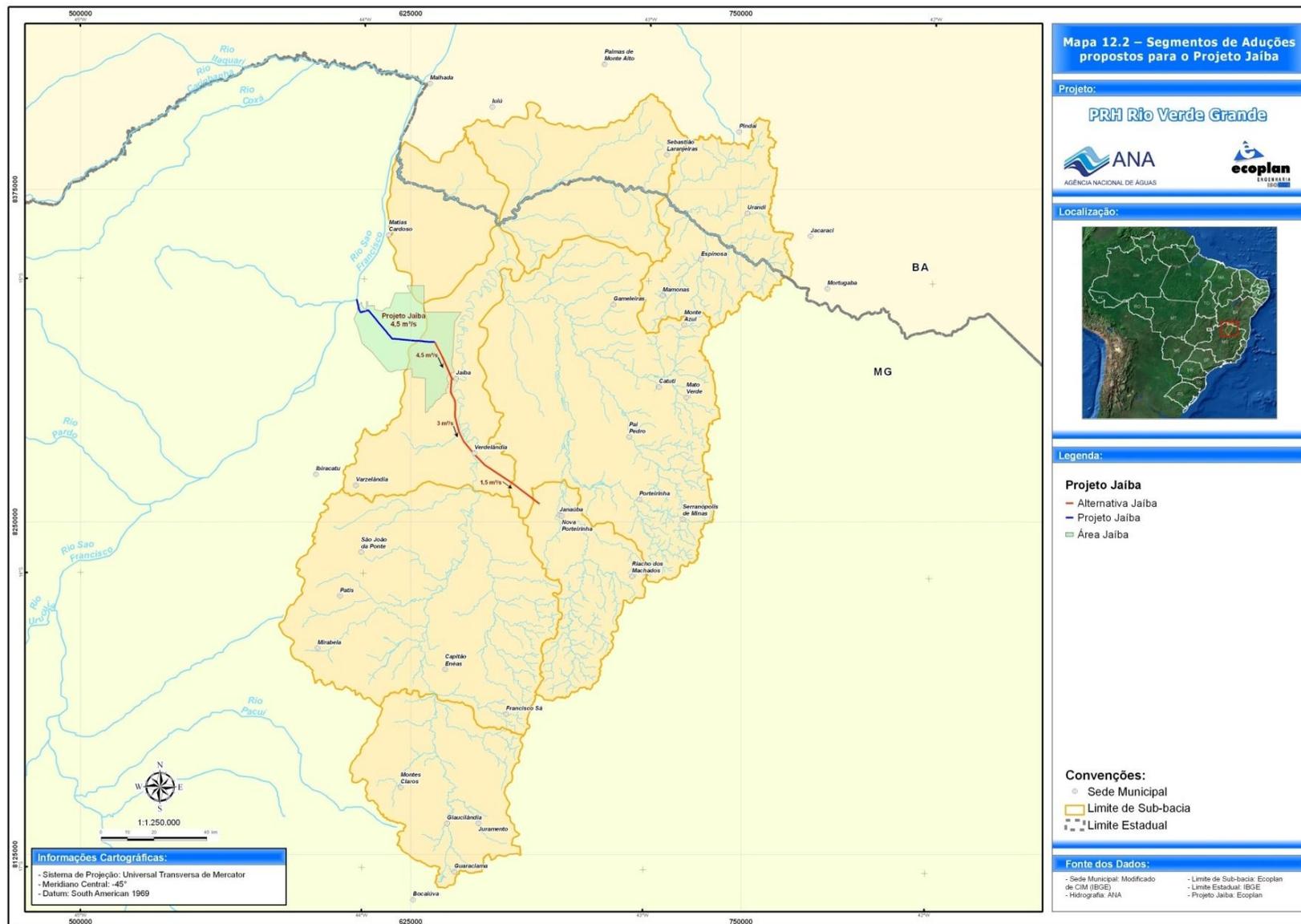
A adução 1, entre a derivação do canal CP-3 com o CS-21, na área do Projeto Jaíba, e a cidade de Jaíba, junto ao rio Verde Grande, foi dimensionada com vazão de 4,5 m³/s, extensão de 20 km e desnível manométrico total de 3,0 m.

A adução 2, entre a cidade de Jaíba, junto ao Rio Verde Grande e a cidade de Verdelândia, também junto ao rio, ao longo da rodovia MG-401, foi dimensionada com a vazão de 3,0 m³/s, sendo que 1,5 m³/s é derivado junto à cidade de Jaíba, extensão de 31 km e desnível manométrico de 8,1 m.

A adução 3, entre a cidade de Verdelândia, junto ao rio Verde Grande, e as proximidades da cidade de Janaúba (8 km antes, lançando em pequeno reservatório existente em afluente do Rio Gorutuba, ao longo da rodovia MG-401), foi dimensionada para uma vazão de 1,5 m³/s, sendo que 1,5 m³/s são derivados junto à cidade de Verdelândia, 32,5 km de extensão do canal e desnível manométrico de 87,5 m. Ao contrário das outras etapas de adução que seriam realizadas em canais, essa teria que ser construída com tubulação.

A localização espacial dos segmentos de adução propostos é apresentada na Figura 5.2 e abrange tanto o rio Verde Grande quanto o rio Gorutuba.

Figura 5.2 – Transposição proposta do Projeto Jaíba



Enquanto as 14 novas barragens propostas podem regularizar cerca de 1,53 m³/s na bacia (e ainda assim com garantia limitada – 90%), a adução a partir do Projeto Jaíba pode crescer 4,5 m³/s com plena garantia de atendimento.

Estima-se um valor total de R\$ 132 milhões para a implantação e operação das aduções 1, 2 e 3, acrescentados ao valor da tarifa de água do Projeto Jaíba, resultando em R\$ 161,2 milhões. Em termos de custo de adução por metro cúbico aduzido tem-se: (a) para a adução 1 o custo de R\$ 5.414.400,00/m³; (b) adução 2 com custo R\$ 10.288.300,00/m³, e (c) adução 3 custo de R\$ 51.146.600,00/m³. Cabe ressaltar que esses valores são bem mais competitivos do que as alternativas de barramento avaliadas.

Nos estudos realizados foi analisada, adicionalmente, a alternativa de adução de água a partir do Projeto de Irrigação Iuiu, que tem como fonte hídrica o rio São Francisco, para minimizar os problemas de déficit hídrico na bacia do rio Verde Pequeno. As vazões passíveis de adução bem como os custos das estruturas envolvidos foram estimados. Entretanto, como essa opção de adução depende da construção prévia do projeto, que não tem previsão de execução, a mesma foi considerada como alternativa que extrapola o horizonte temporal do Plano de Recursos Hídricos.

6.3 DEMANDAS HÍDRICAS

Para construção dos cenários de utilização da água na bacia, foi avaliada a possibilidade de uso mais eficiente da água de duas formas: substituição de métodos de irrigação e redução de perdas das redes de abastecimento urbano.

Os métodos de irrigação dos primeiros projetos de irrigação da bacia eram superficiais, principalmente por sulcos. O avanço das técnicas de irrigação pressurizada e localizada com redução dos custos dos equipamentos e instalações e melhoria do domínio de técnicas de manejo e operação permitiu a conversão de parte das áreas irrigadas, gerando uma redução parcial das perdas de água, mas ainda há uma considerável margem de substituição de métodos.

Os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006 mostram a seguinte distribuição de métodos de irrigação na bacia: 36% para aspersão (outros métodos de aspersão); 34% de localizada; 10% por aspersão com pivô central; 10% de outros métodos de irrigação e/ou molhação (regas manuais); 6% de sulcos e 4% de inundação. Conclui-se que as

modalidades superficiais (sulcos e inundação), que apresentam menor eficiência de água são restritos, sendo a aspersão e a irrigação localizada predominantes.

Entretanto, quando se considera a questão de consumo de água a situação é diferente e a substituição desses métodos menos eficientes adquire relevância. A substituição dos métodos de inundação e sulcos por aspersão, mantendo-se a irrigação localizada, mostra um potencial de 8% do consumo de água na bacia para irrigação. No extremo superior, em que ocorre a substituição de todas as modalidades de irrigação por métodos localizados (micro-aspersão e gotejamento com 95% de eficiência), que apresentam a maior eficiência, a redução chega a 21%.

Para fins de construção dos cenários normativos, foram consideradas eficiências intermediárias entre esses valores, de 10% e 15%.

No caso das perdas em sistemas de abastecimento urbano de água, foi considerado como indicador de perdas por ligação valores acima de 200 L/lig.dia. Assim, a priorização da redução das perdas foi concentrada nas cidades com maior índice de perdas que são Montes Claros e Nova Porteirinha.

6.4 CENÁRIOS

As taxas de crescimento econômica e demográfica, aplicadas ao quadro atual, indicam que não é possível o atendimento das demandas de água projetadas para 2030. O cenário tendencial de demandas hídricas projetado resultaria em aumento superior a 100% da demanda total, que é fisicamente limitado pela disponibilidade hídrica superficial.

Desse modo, para a construção dos cenários, foram traçadas duas linhas de ação, buscando: alternativas para redução de demandas, com base no uso racional na irrigação e no controle de perdas no abastecimento urbano e alternativas de incremento de oferta hídrica por meio da implantação de novos barramentos e realização de transposições de água para a bacia.

O conhecimento atual da disponibilidade hídrica subterrânea não permite estabelecer o limite de água que ainda pode ser explorado nos diferentes cenários.

Além disso, as intervenções que já estavam programadas ou em andamento no que se refere ao incremento de oferta hídrica e na redução de cargas poluidoras, foram consideradas no Cenário Tendencial.

A partir do cenário tendencial, foram elaborados mais dois cenários, denominados de

Normativos 1 e 2 em que atuação da gestão de recursos hídricos se faz presente com ganhos sucessivos de eficiência tanto no incremento da oferta hídrica quanto no uso eficiente (Tabela 5.1).

Tabela 5.1 – Premissas consideradas para construção dos cenários futuros até 2030

Cenário	Tendencial	Normativo 1	Normativo 2
	Intervenções em andamento	Gestão de Recursos Hídricos	Gestão de Recursos Hídricos
Quantidade (oferta e demanda hídrica)	Incremento da oferta: - Transposição do Congonhas: 2m ³ /s	Incremento da oferta: - Transposição do Congonhas: 2 m ³ /s - Transposição Jaíba: 4,5 m ³ /s (adução 1 para Jaíba com 1,5 m ³ /s e adução 2 para Verdelândia com 3,0 m ³ /s)	Incremento da oferta: - Transposição do Congonhas: 2m ³ /s - Transposição Jaíba (adução 1 para Jaíba, adução 2 para Verdelândia e adução 3 para com 1,5 m ³ /s cada) - Barramentos com melhor desempenho custo/vazão regularizada: 0,766 m ³ /s (barragens de São Domingos e Mamonas na sub-bacia Alto Verde Pequeno; Cocos no Médio-Baixo Gorutuba; Pedras e Rio Verde no Alto Verde Grande)
		Uso eficiente (redução de demanda): - 10% na irrigação - Perdas no abastecimento	Uso eficiente (redução de demanda): - 15% na irrigação - Perdas no abastecimento
Qualidade (carga poluidora):	Redução de carga poluidora - Construção das ETEs com projeto em andamento	Redução de carga poluidora - Universalização da coleta e tratamento de esgotos e da coleta e disposição adequada dos resíduos sólidos	Redução de carga poluidora - Universalização da coleta e tratamento de esgotos e da coleta e disposição adequada dos resíduos sólidos

Cabe destacar que o aumento da eficiência no uso da água da própria bacia na irrigação e no abastecimento urbano, proposta nos cenários com gestão de recursos hídricos, é considerado como estratégico para a região e deverá credenciá-la para viabilizar as obras de infraestrutura hídrica (transposições e barramentos) necessárias.

6.5 REDUÇÃO DA CARGA POLUIDORA

Nos cenários de qualidade da água, foram avaliadas as intervenções relativas ao esgotamento sanitário e os resíduos sólidos urbanos, objetivando a redução de cargas poluidoras na bacia.

O cenário tendencial considera a população urbana atendida por ETEs com projeto em andamento, incluindo a recém inaugurada ETE de Montes Claros, enquanto nos cenários normativos 1 e 2 ocorre a universalização da coleta e do tratamento. Cabe acrescentar que em todos os cenários foi considerado um nível de tratamento secundário dos esgotos. Nesse aspecto cabe destacar que, entre as sedes municipais da bacia, apenas Guaraciama, Gameleiras, Serranópolis de Minas, Mamonas, Urandi e Sebastião Laranjeiras não apresentam projetos para implantação de ETE.

A redução da carga poluidora de esgotos domésticos é apresentada nos três cenários (Tabela 5.2). Cabe esclarecer que o cenário de diagnóstico corresponde à situação antes da operação da ETE de Montes Claros, recentemente inaugurada. Observa-se uma pronunciada redução de DBO do cenário de diagnóstico (10.873 ton/ano) para o cenário tendencial (7.504 ton/ano, redução de 30%) especialmente pelo efeito dessa ETE e ainda maior nos cenários normativos (3.173 ton/ano, redução de 71%).

A carga orgânica de DBO produzida pelos resíduos sólidos urbanos, apresenta acréscimo de carga de 45% do cenário de diagnóstico (428 ton/ano) para o cenário tendencial (619 ton/ano), acompanhando o aumento populacional uma vez que foi mantida a destinação final destes resíduos para lixões e aterros controlados. Contudo, nos cenários normativos 1 e 2 ocorre expressiva redução das cargas produzidas considerando-se a coleta universalizada e a disposição integral em aterro sanitário.

Tabela 5.2 – Estimativa de cargas poluidoras por cenário

Sub-bacia	Esgoto Sanitário									Resíduos Sólidos		
	DBO (ton/ano)			Fósforo Total (P) (ton/ano)			Colif. Termotolerantes (1015org./ano)			DBO (ton/ano)		
	Diagnóstico	Tendencial	Normativo 1 e 2	Diagnóstico	Tendencial	Normativo 1 e 2	Diagnóstico	Tendencial	Normativo 1 e 2	Diagnóstico	Tendencial	Normativo 1 e 2
AG	1.139,80	1.398,80	340,9	54	70,7	47,8	37,6	49,5	0,64	51,2	66,8	4,8
AVG	6.919,00	2.314,10	2.096,20	308,4	329,7	326,1	258	14	3,91	272	409,7	29,3
AVP	496,3	667,7	133,6	21,9	29,6	20,8	18,5	24,9	0,25	19,5	26,2	1,9
BVG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BVP	79,6	113,9	22,6	3,7	5,1	3,7	2,97	4,25	0,04	3,1	4,5	0,3
MBG	811	936,2	211,7	39,4	45	2,2	29,2	33,9	0,39	28,1	32,7	3
MVG-TA	915,2	1.264,60	252,9	40,5	56,2	11,3	34,2	47,2	0,47	31,2	43,9	3,5
MVG-TB	511,9	808,8	115	24,5	38,8	16,6	18,4	29,5	0,34	22,4	35,5	2,5
Bacia VG	10.872,80	7.504,10	3.172,90	492,4	575,1	428,4	3.989,70	2.032,90	60,5	427,5	619,3	45,3

6.6 BALANÇO HÍDRICO

A projeção das demandas considerando apenas as projeções econômica e demográfica indica que o consumo de água passaria de 9,3 m³/s em 2007 para 20,4 m³/s no ano de 2030. Entretanto, o alcance desses níveis de utilização da água na bacia é limitado pela disponibilidade hídrica.

Assim, o crescimento da demanda, projetado nos diferentes cenários, corresponde ao incremento da oferta hídrica superficial obtida através da construção das transposições e das barragens (Figura 5.3). Em todos os cenários, considera-se a manutenção do nível atual de utilização das águas subterrâneas (cerca de 2,4 m³/s) para a complementação e atendimento da demanda de água.

Cumprê ressaltar que prevê-se que, do total de 2 m³/s da transposição do Congonhas, foi considerada a utilização, no horizonte de 2030, de m³/s. Considera-se que o restante da água é disponibilizados para outros usos, dos quais o mais expressivo, em termo de volume de água, é a irrigação.

As simulações de balanço hídrico por trecho de rio apontam para a melhoria no quadro de criticidade nos cenários normativos em função do aporte de água principalmente oriunda das transposições. As sub-bacias que não recebem tais aportes de água - Médio Baixo Gorutuba, Baixo Verde Grande, Alto e Baixo Verde Pequeno - seguem com balanços deficitários. Para essas regiões são propostas soluções nos programas que compõem o PRH Verde Grande.

Cabe destacar adicionalmente que os barramentos previstos no cenário normativo 2, em função do pequeno aporte de disponibilidade hídrica (0,766 m³/s), apresentam resultados positivos mais expressivos apenas no balanço hídrico da sub-bacia do Alto Verde Pequeno.

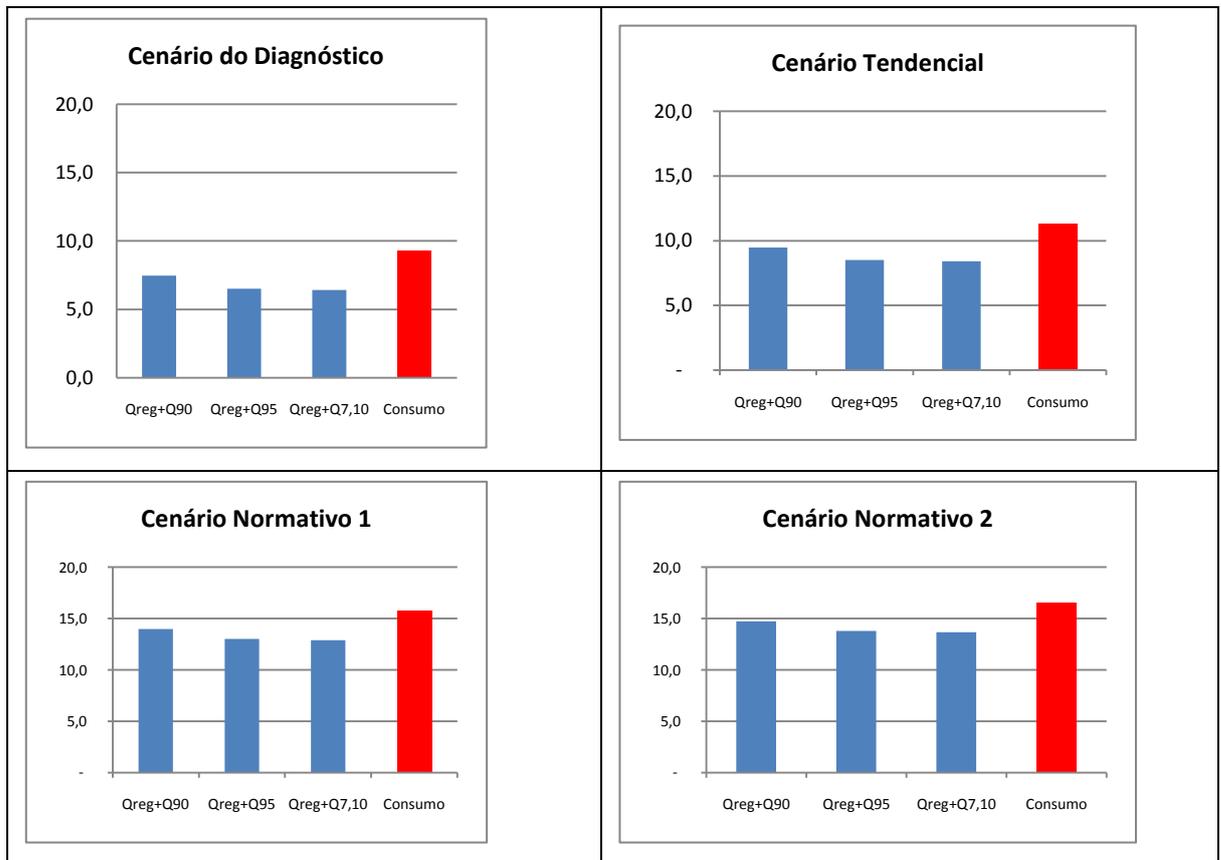


Figura 5.3 - Balanço hídrico na condição atual (cenário do diagnóstico) e nos cenários de 2030

7. DIRETRIZES, INTERVENÇÕES E INVESTIMENTOS

Ao final das etapas de Diagnóstico e Prognóstico, foi possível identificar um conjunto de temas estratégicos para a gestão dos recursos hídricos da bacia do rio Verde Grande. Esses temas orientaram a proposição do programa de ações, que visa apontar soluções para os problemas atuais e potenciais verificados na bacia.

Os temas considerados estratégicos foram os seguintes:

- Gestão de recursos hídricos: faz-se necessário que ocorra a completa implementação dos instrumentos de gestão previstos em lei, incluindo a questão da definição de critérios para fiscalização e outorga. Também se destaca o necessário fortalecimento do arranjo institucional para a gestão com foco na ação do Comitê da Bacia e na participação social;
- Saneamento: verifica-se a necessidade de ampliar alguns sistemas de abastecimento de água e de melhorar os sistemas de esgotamento sanitário e de coleta e disposição de resíduos sólidos, objetivando a melhoria da qualidade das águas da bacia, que repercute na saúde da população;
- Incremento da Oferta Hídrica: observa-se que a disponibilidade hídrica superficial atual é insuficiente para atender as demandas instaladas na bacia e a disponibilidade hídrica subterrânea já é intensamente utilizada em algumas sub-bacias. Nos cenários futuros este quadro tende a se agravar, de modo que são propostas ações no sentido de incrementar a disponibilidade hídrica visando uma maior garantia de oferta hídrica;
- Uso racional da água: dado o intensivo da água face a limitada disponibilidade hídrica, ganha relevância a redução de perdas no abastecimento urbano e principalmente, o uso eficiente da água na irrigação, responsável por 90% do consumo de água;
- Convivência com as secas: nas zonas rurais, é preciso conhecer o comportamento climático e hidrológico para adaptar-se a ele, através de implantação de pequenas obras que aumentam a segurança hídrica e de um eficaz sistema de previsão e alerta;
- Conhecimento hidrológico da bacia: o nível de conhecimento dos processos hidrológicos e hidrogeológicos é bastante limitado na bacia do rio Verde Grande, sobretudo da interação das águas superficiais com as águas subterrâneas na área dos terrenos cársticos. Além disso, há uma necessidade de ampliação da rede de monitoramento da qualidade das águas. Por isso, é fundamental melhorar as redes de monitoramento existentes como subsídio para a tomada de decisão e gestão dos recursos hídricos na bacia; e
- Educação e conscientização ambiental: nas ações voltadas à gestão de recursos

hídricos na bacia é fundamental o papel da comunicação social voltada à educação e conscientização da população.

A partir desses temas estratégicos, foram definidos 04 componentes para o programa de ações do PRH Verde Grande que se articulam com o arranjo institucional para a gestão (Figura 7.1).



Figura 7.1 – Componentes do programa de ações do PRH Verde Grande e sua relação com o arranjo institucional.

Cada um dos 04 componentes é integrada por um conjunto de programas, que se dividem em ações, conforme apresenta-se no quadro a seguir, totalizando 8 programas e 25 ações para o PRH Verde Grande (Tabela 7.1).

Tabela 7.1 – Estrutura do programa de ações do PRH Verde Grande

COMPONENTE	PROGRAMA	AÇÃO
Componente 1: GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E COMUNICAÇÃO SOCIAL	Programa 1.1. Implementação dos Instrumentos de Gestão	1.1.1. Outorga de direito de uso 1.1.2. Fiscalização 1.1.3. Enquadramento dos corpos hídricos superficiais 1.1.4. Cobrança pelo uso da água 1.1.5. Sistema de informações 1.1.6. Revisão do plano de recursos hídricos
	Programa 1.2. Monitoramento Hidrológico	1.2.1. Monitoramento hidrológico 1.2.2. Monitoramento qualitativo 1.2.3. Previsão e alerta contra eventos hidrológicos críticos 1.2.4. Avaliação dos impactos de mudanças climáticas
	Programa 1.3. Comunicação Social, Educação e Conscientização Ambiental em Recursos Hídricos	
Componente 2: RACIONALIZAÇÃO DOS USOS E CONSERVAÇÃO DE SOLO E ÁGUA	Programa 2.1. Racionalização do Uso da Água	2.1.1. Controle de perdas no abastecimento 2.1.2. Racionalização do uso da água na irrigação
	Programa 2.2. Conservação de Solo e Água	2.2.1. Recuperação de mata ciliar 2.2.2. Recuperação de mata em unidades de conservação de proteção integral
Componente 3: INCREMENTO DA OFERTA E SANEAMENTO	Programa 3.1. Saneamento	3.1.1. Apoio aos Planos Municipais de Saneamento 3.1.2. Controle de perdas no abastecimento 3.1.3. Ampliação dos sistemas de abastecimento urbano 3.1.3. Esgotamento sanitário 3.1.4. Resíduos sólidos 3.1.5. Controle de Poluição Industrial
	Programa 3.2. Incremento da Oferta de Água	3.2.1. Regularização de vazões 3.2.2. Transposição de vazão entre bacias 3.2.3. Ampliação da segurança hídrica no meio rural
Componente 4: GESTÃO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	Programa 4.1 Estudo hidrogeológico e monitoramento piezométrico	

7.1 COMPONENTE 1 – GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Esse componente possui 03 programas que foram subdivididos em 11 ações.

Programa 1.1. Implementação dos Instrumentos de Gestão

Esse programa é composto por 06 ações, apresentadas a seguir.

Ação 1.1.1. Outorga de direito de uso da água

Objetivos

O objetivo deste programa é apresentar diretrizes para a consolidação do instrumento da outorga, que tem como objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso aos recursos hídricos na bacia do rio Verde Grande.

Justificativa

A bacia do rio Verde Grande apresenta um estágio crítico de utilização do limite da disponibilidade hídrica superficial com um longo histórico de conflitos entre usuários. Adicionalmente, duas sub-bacias mostram que o uso intensivo da água por poços ultrapassa as reservas renováveis.

Além desse cenário preocupante de balanço demanda e disponibilidade hídrica, verifica-se que a vazão outorgada na bacia é inferior à demanda de água estimada.

Procedimentos

São apresentadas a seguir orientações para a consolidação da outorga na bacia. Cabe destacar que a efetividade do instrumento dependerá diretamente da atuação da fiscalização, que deverá garantir o cumprimento dos seus condicionantes e dos termos estabelecidos nos marcos regulatórios.

a) Revisão dos critérios de outorga

Os órgãos gestores que atuam na bacia trabalham com critérios de outorga para água superficial diferenciados: o Estado de Minas Gerais adota como vazão máxima outorgável 30% da $Q_{7,10}$ e o Estado da Bahia utiliza 80% da Q_{90} . A ANA em geral adota como vazão de referência a Q_{95} , podendo outorgar até 100% desta vazão. No entanto, dada a criticidade do balanço hídrico no caso específico da bacia, foi necessária a adoção de uma estratégia de redução da garantia, na calha do rio Verde Grande (marco regulatório), para todos os usuários, de forma que a vazão

correspondente à demanda total de todos os usuários corresponde a uma garantia de 75%, aproximadamente.

Dado o quadro crítico de utilização da disponibilidade hídrica superficial, considera-se que a utilização de percentuais associados a essas vazões não se justifica face ao cenário de utilização plena das águas superficiais. Desse modo, propõe-se a utilização integral da água, segundo as respectivas vazões de referência já adotadas mantidas, respeitando a dominialidade dos corpos hídricos.

Outra alternativa que se propõe é a adoção de outorgas sazonais, em que se permite uso acima das vazões outorgáveis nos meses menos secos (de novembro a junho). Cabe destacar que essa alternativa é viável no caso de cultivos anuais (por exemplo, milho e feijão).

b) Regularização dos usuários superficiais e subterrâneos

Os volumes de água outorgados versus demandas na bacia indicam que aproximadamente 40% do consumo de água estimado está outorgado. Mais especificamente em relação ao uso de água subterrânea, estima-se que apenas aproximadamente 10% estejam outorgados.

Assim é fundamental que sejam regularizados os usuários existentes, tanto de águas superficiais quanto subterrâneas, com a eventual revisão das garantias associadas ao conjunto de usuários e consequente revisão das regras de racionamento.

A análise das outorgas federais e áreas irrigadas em imagens de satélite revela a necessidade de regularização dos usuários da bacia do rio Verde Pequeno, que representa uma área irrigada de aproximadamente 5 mil ha que inclui o Perímetro do Estreito. Para a regularização desse conjunto de usuários, é necessária a implementação de alocação negociada de água anualmente, visto que a vazão regularizada pelos reservatórios não atende à demanda total nesta sub-bacia (todas as etapas do perímetro e usuários ribeirinhos).

Em relação às outorgas estaduais, cabe registrar que as mesmas não informam a área irrigada, o que limita a comparação com as áreas identificadas em imagens de satélite. As estimativas realizadas de áreas outorgáveis atingem cerca de 12 mil ha.

Cumprido destacar que numa bacia que utiliza plenamente a água, é fundamental que haja uma integração das outorgas emitidas pelos Estados, em rios de dominialidade,

c) Revisão das outorgas já concedidas

A terceira diretriz aqui apresentada propõe um processo de revisão de outorgas já concedidas, vinculando-a a dois parâmetros básicos de eficiência: método de irrigação e a adução. Essa ação reveste-se de especial importância dado o intenso uso da água

para irrigação numa bacia de clima semi-árido.

Como diretriz para as outorgas, considera-se razoável para as condições da região estabelecer o patamar de exigência de 90%, que poderá, com o tempo, ser elevado, gradualmente, até que se alcance o valor de 95%. Cabe registrar, nesse sentido, que nos perímetros públicos ainda existem áreas em que são utilizados métodos superficiais de irrigação. Assim, não serão deferidas novas outorgas ou renovações para métodos com eficiência mais baixa, tal como sulcos.

A questão da eficiência na adução tem importância comparável à questão do método de irrigação adotado. Esse problema é identificado tanto em usuários privados quanto naqueles situados nos perímetros irrigados. Nesse aspecto, cumpre ressaltar que a CODEVASF está em fase de contratação de estudos para reduzir severamente as perdas de água nos perímetros do Gorutuba e Estreito.

Desse modo, considera-se relevante a diretriz de outorga de controle de perdas no processo de irrigação, considerando também a etapa de distribuição. Além disso, poderá ser exigido que os usuários estejam vinculados aos programas de assistência técnica e de financiamento para o manejo da água propostos nesse Plano de Recursos Hídricos ou existentes nos Estados.

Sobre esse tema cumpre destacar que, no âmbito do PRH Verde Grande, é proposto um programa de uso eficiente da água na irrigação, composto pelas seguintes linhas de ação: concepção de linha de crédito; substituição de equipamentos; capacitação da assistência técnica e certificação de irrigantes

Finalmente, ressalta-se que, no período de 2011 a 2013, estão previstas as revisões de diversas outorgas federais no Gorutuba e no Verde Grande.

d) Alocação negociada

A alocação negociada de água é uma prática que vem sendo realizada na bacia inicialmente no reservatório do Bico da Pedra (bacia do rio Gorutuba) e, posteriormente, no rio Verde Grande.

As práticas da alocação negociada de água na bacia do Verde Grande e no Bico da Pedra e rio Gorutuba devem ser fortalecidas e continuadas na bacia com a participação dos Estados. Nesse sentido, destaca-se a relevância de que os usuários estejam regularizados e de que haja uma fiscalização atuante, no sentido de assegurar que as condicionantes de outorga sejam respeitadas.

Cabe destacar que ainda não foi negociada a distribuição de água na bacia do rio Verde Pequeno, que abrange o Perímetro de Irrigação de Estreito e os reservatórios de Estreito e Cova da Mandioca. Considera-se fundamental a realização de uma

alocação anual com base no volume do reservatório no final do período chuvoso, dada a situação crítica de déficit hídrico identificada nessa bacia.

Como um Plano de Recursos Hídricos propõe um conjunto de ações para melhorar a eficiência do uso da água, bem como incrementar a oferta hídrica, é importante que seja criada a possibilidade de que usuários inativos ou novos usuários possam ser outorgados. Para tal, recomenda-se a criação de listas de reserva ou cadastro de usuários indeferidos e de solicitações de aumento de áreas irrigadas de usuários outorgados, que deverão ser avaliadas nas revisões dos marcos regulatórios e na fiscalização das outorgas. Tais usuários poderão vir a ser chamados em casos de amenização no balanço hídrico, em função da ordem de solicitação, considerando a eficiência do uso da água, conforme prevê a Resolução 16 do CNRH, em seu artigo 13.

e) Concessão de outorgas para as barragens de nível

A implantação das chamadas barragens de níveis tem sido um pedido recorrente de usuários da bacia, principalmente irrigantes e prefeituras situados na calha do rio Verde Grande. Essas obras permitem aumentar a disponibilidade hídrica no tempo seco por meio da formação de pequenos reservatórios.

Essas barragens de pequena altura, tipo soleira vertente, instaladas dentro do leito do rio, apesar de criarem uma disponibilidade hídrica local, apresentam alguns argumentos desfavoráveis: a restrição do acesso de água para usuários a jusante; a indução à criação de novos usuários no local que restringirão o acesso de outros usuários também a jusante; e eutrofização, pois as águas do rio Verde Grande apresentam elevados teores de nutrientes e clorofila a, de modo que a transformação do escoamento de lótico para lântico, além dos trechos em que isso ocorre naturalmente, pode aumentar esse risco.

A fim de superar as incertezas associadas, propõe-se que sejam realizados estudos para avaliar o potencial de aumento da oferta hídrica para avaliar a viabilidade dessas obras. Os resultados obtidos poderão subsidiar a tomada futura de decisão sobre a outorga, bem como orientar, eventualmente, o dimensionamento mais adequado dessas estruturas para as condições da bacia.

f) Análise dos critérios de outorga subterrânea em sub-bacias do Verde Grande

No diagnóstico, foi identificada grande concentração de poços nas sub-bacias do Alto Verde Grande e Médio Verde Grande - Trecho Alto com uma demanda de água que supera as reservas renováveis dos sistemas aquíferos. Considerando a lacuna de dados que permita definir com segurança as reservas hídricas subterrâneas

(componente das reservas permanentes), considera-se urgente o início do programa de águas subterrâneas especialmente voltado para monitoramento da sub-bacia do Verde Grande para definição de reservas exploráveis e de volumes insignificantes, que dará subsídios para a avaliação dos critérios de outorga adotados na bacia.

Resultados Esperados

Com a implementação das diretrizes aqui propostas, espera-se a consolidação da outorga como efetivo instrumento de gestão e controle da utilização dos recursos hídricos na bacia do rio Verde Grande.

Atores Envolvidos

A implantação e o sucesso desta ação dependem da articulação dos órgãos oficiais responsáveis pela gestão dos recursos hídricos nas esferas estadual e federal com o Comitê Verde Grande.

Orçamento

As despesas para a realização desta atividade já estão previstas nos orçamentos os órgãos gestores (ANA, IGAM e INGÁ), entendendo-se que não precisam constar do orçamento do PRH Verde Grande.

Ação 1.1.2. Fiscalização

Objetivos

Esse programa visa o fortalecimento da atuação da fiscalização, tendo como foco o cumprimento das outorgas de direito de uso da água e condicionantes estabelecidos pelos marcos regulatórios (alocação negociada).

Justificativa

A bacia do rio Verde Grande apresenta um severo quadro na relação entre disponibilidades e demandas hídricas, que provoca conflitos entre usuários. Para superar essa situação já foram realizadas ações de regularização de usuários na Barragem do Bico da Pedra e no rio Verde Grande com estabelecimento da alocação negociada. Por outro lado, verifica-se que o universo outorgado ainda não é representativo da maior parte do uso estimado de água na bacia.

Assim, faz-se necessário regularizar usuários existentes e fiscalizar o cumprimento das outorgas já emitidas. Também reveste-se de importância atuar no controle da entrada de novos usuários.

Esta ação assim está diretamente ligada ao programa de outorga de água. A atuação dos órgãos gestores de recursos hídricos (ANA, INGÁ e IGAM) deve ser voltada no

sentido de regularizar os usuários, outorgando-os nas parcelas de água acordadas em processos de alocação negociada.

Esta mesma perspectiva norteou a elaboração do Programa de Outorga e Alocação Negociada, apresentado anteriormente, a qual tratou do fortalecimento da outorga e da integração de procedimentos entre os gestores. Desse modo, esta ação se justifica pela necessidade de fiscalizar o cumprimento, pelos usuários, do que foi estabelecido pelos órgãos gestores, nos processos de outorga.

Procedimentos

A ação de fiscalização deve ser focada no cumprimento das outorgas de direito de uso da água e condicionantes estabelecidos pelos marcos regulatórios (alocação negociada). Entre os condicionantes, reveste-se de especial interesse para a bacia a medição e auditoria das vazões captadas, conferência de uso real, o volume captado e a eficiência do uso da água.

Campanhas de fiscalização devem ser realizadas periodicamente para avaliar o cumprimento das outorgas e identificação de novos usuários cuja possibilidade de regularização deve ser avaliada pelo poder outorgante. Imagens de satélite de diferentes períodos poderão apoiar a avaliação do cumprimento das outorgas e da evolução das áreas irrigadas.

Essas iniciativas devem preferencialmente envolver ações integradas entre órgãos gestores, mas também podem haver iniciativas de um dos gestores em rios de água de seu domínio.

Cabe salientar que está prevista no Plano Anual de Fiscalização, da ANA, uma campanha nos meses de agosto-setembro na bacia do Verde Grande.

Cabe ressaltar que a ação de fiscalização deve ser reativa quando existirem denúncias ou demandas que cheguem até os órgãos gestores ou ao Comitê da Bacia.

Resultados Esperados

A fiscalização deverá garantir que os usuários cumpram o que está estabelecido em suas outorgas e que novos usuários possam ser regularizados, conforme a disponibilidade hídrica e as diretrizes dos marcos regulatórios existentes.

Atores Envolvidos

A implantação dessa ação depende da articulação dos órgãos gestores de recursos hídricos nas esferas estadual e federal com a participação do Comitê do Verde Grande.

Orçamento

As despesas para a realização desta atividade já estão previstas nos orçamentos dos órgãos gestores (ANA, IGAM e INGÁ) e, dessa forma, entende-se que não precisam contar no orçamento do PRH Verde Grande.

Ação 1.1.3. Enquadramento dos Corpos Hídricos Superficiais

Objetivo

O enquadramento é um instrumento que visa assegurar que a qualidade de água seja compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas e diminuir os custos de combate à poluição das águas mediante ações preventivas permanentes.

Durante a elaboração do PRH Verde Grande, não foi possível estabelecer uma proposta de enquadramento em função de lacunas de dados relevantes. Contudo, o PRH apresenta as bases técnicas necessárias para que uma proposta venha a ser elaborada futuramente.

Assim, essa ação visa apresentar as bases técnicas que possibilitem a elaboração de uma proposta de enquadramento que deverá ser debatida e aprovada na bacia.

Justificativa

A bacia do rio Verde Grande apresenta atualmente problemas de qualidade das águas superficiais associadas à deficiência no tratamento dos esgotos e à poluição difusa associada às características de ocupação da região com forte atividade agropecuária.

Cabe ressaltar que a bacia do rio Verde Grande possui enquadramento, que foi estabelecido pela Portaria nº 715, de 20 de setembro de 1989, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que abrangeu os cursos de água federais da bacia do rio São Francisco, incluídos os rios Verde Grande e Verde Pequeno. Posteriormente, no âmbito do Plano Decenal da Bacia do Rio São Francisco, o Estudo Técnico – nº 05, de abril de 2004, apresentou proposta preliminar de enquadramento das águas da bacia do rio Verde Grande.

Os estudos realizados no PRH Verde Grande avançam significativamente no diagnóstico da qualidade das águas na bacia, tendo sido elaborada uma proposta preliminar de segmentação dos cursos d'água com atribuição de classes a cada uma delas com a definição de ações necessárias para melhoria da qualidade. Essa atividade consiste numa primeira etapa da elaboração de uma proposta de enquadramento.

Entretanto, foi identificada a necessidade de melhoria da base de informações, principalmente das redes de monitoramento hidrológico e de qualidade das águas,

possibilitando que os dados de vazão e qualidade sejam associados para a realização de uma consistente modelagem de qualidade das águas, o que consiste numa segunda etapa da elaboração de uma proposta de enquadramento.

Procedimentos

Propõe-se a contratação de consultoria individual, no valor de R\$ 160.000,00 para elaboração de uma proposta de enquadramento dos corpos hídricos superficiais para a bacia, que deverá ser consolidada a partir de reuniões públicas com o Comitê da Bacia e a sociedade.

Para viabilizar essa iniciativa, faz-se necessário ampliar o conhecimento hidrológico, especialmente da vazão associada à de qualidade das águas, bem como ampliar a rede de monitoramento de qualidade das águas, incorporando os novos dados da rede existente que permitirão avaliar o efeito da operação da ETE de Montes Claros sobre a qualidade das águas do rio Verde Grande. Essas ações estão diretamente vinculadas à melhoria da rede de monitoramento hidrológica, proposta no PRH Verde Grande.

Destaca-se ainda a complexidade da elaboração dessa proposta em função da condição de intermitência dos rios, que deverá representar desafio técnico e metodológico ao trabalho.

Resultados Esperados

Propõe-se que seja elaborada e aprovada uma proposta de enquadramento para a bacia, visando a melhoria progressiva da qualidade das águas superficiais. As atividades propostas deverão contribuir adicionalmente para a integração do Comitê da Bacia com os usuários da bacia.

Após validação da proposta pelo Comitê da Bacia, deve ser previsto o encaminhamento para análise e deliberação pelos respectivos Conselhos de Recursos Hídricos, para posterior início do programa de efetivação do enquadramento.

Atores Envolvidos

Os principais atores envolvidos na elaboração e aprovação da proposta de enquadramento são os órgãos gestores de recursos hídricos estaduais e federal, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, Conselhos Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos, assim como os usuários da água, especialmente companhias de saneamento (COPASA e prefeituras municipais).

Orçamento

O prazo para realização dos estudos necessários à elaboração da proposta de enquadramento é de 4 anos, iniciando a partir da contratação de consultoria para

elaboração, discussão e apresentação nas reuniões públicas do enquadramento.

Ação 1.1.4. Cobrança pelo Uso da Água

Objetivos

A cobrança é um instrumento que visa promover o ressarcimento pelo uso de um bem público, a racionalização do uso das águas e a obtenção de recursos financeiros para implementar ações previstas nos planos de recursos hídricos e custear o sistema de gestão de recursos hídricos.

Procedimentos

O presente programa deverá ser conduzido para permitir a discussão sobre a implementação desse instrumento na bacia.

Cumprе ressaltar que o Comitê da Bacia tem entre suas competências aprovar os mecanismos de cobrança pelo uso da água e sugerir os valores a serem cobrados, que deverão ser aprovados pelo Conselho Nacional e pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.

Cabe destacar ainda que a cobrança já está implantada no rio São Francisco e que o Comitê da Bacia do São Francisco já conta com uma agência de bacia. Como parte dos recursos eventualmente arrecadados na bacia do rio Verde Grande deverá ser utilizada para custeio do sistema de gestão de recursos hídricos, será importante associar a discussão da cobrança ao arranjo institucional para gestão.

Para dar subsídios à discussão da arrecadação na bacia, foram realizadas simulações do potencial de recursos financeiros, que poderiam ser obtidos com base na metodologia e nos valores praticados na bacia do São Francisco, e foi avaliada a viabilidade econômica-financeira de uma agência de bacia.

As análises realizadas foram baseadas na Nota Técnica nº 013 /2009/SAG da ANA e a Deliberação CBHSF Nº 40 - Anexo II, 06 de maio de 2009. Ao utilizar os mecanismos e os valores praticados para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia do Rio São Francisco, respeita-se a tendência de convergência entre o modelo de gestão adotado nessa bacia e o que deverá ser adotado na Bacia do Verde Grande.

As simulações realizadas consideraram as demandas atuais estimadas para a bacia e as vazões outorgadas e resultaram nos valores de R\$ 2.280.391,55 e R\$ 3.206.371,46, respectivamente.

O custo estimado de uma agência exclusiva de bacia é \$ 920.020,00 anuais, enquanto

que a alternativa de delegação de competência para a agência de bacia do rio São Francisco, que considera a mesma agregaria ao seu quadro funcional uma equipe básica lotada na bacia do Verde Grande, resulta em R\$ 415.000,00 anuais.

Esses resultados dão subsídios para a discussão da implantação da cobrança na bacia e do arranjo institucional a ser adotado e são temas relevantes a serem discutidos no âmbito do Comitê da Bacia, apresentando estreita relação com a implantação das ações previstas no PRH Verde Grande.

Atores Envolvidos

Os atores envolvidos no desenvolvimento deste programa são: o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, a ANA, o IGAM e o INGÁ.

Orçamento

Tendo em vista a natureza deste programa, não foi determinado um custo para a sua implementação, cabendo destacar que os recursos financeiros necessários para tanto serão originados dos órgãos gestores envolvidos nesse processo.

Cronograma

O cronograma de implementação desse programa deverá ser definido pelo Comitê da Bacia junto com os órgãos gestores de recursos hídricos, considerando a complexidade do tema e o seu calendário e agenda de reuniões.

Ação 1.1.5. Sistema de Informações

Objetivos

Essa ação tem como objetivo atualizar periodicamente o SIG-Plano, sistema de informações georreferenciadas, construído no âmbito da elaboração do PRH Verde Grande, que dá subsídios para a gestão dos recursos hídricos da bacia. Adicionalmente propõe-se que o sistema seja ampliado para se integrar a outros sistemas existentes.

Justificativa

O SIG é uma ferramenta que permite a análise espacial de dados com diversas fontes, diferentes escalas e datas. O sistema apoia a tomada de decisões e permite a geração de subsídios para intervenções porventura necessárias e sua adequada operação, bem como a previsão e controle de processos naturais ou introduzidos pela ação do homem na bacia hidrográfica.

Procedimentos

O sistema de informação sobre recursos hídricos da bacia, elaborado no âmbito do

PRH Verde Grande e denominado de SIG-Plano, deverá ser atualizado a cada 5 anos. O sistema poderá ser desenvolvido para se integrar aos sistemas de informações estaduais (MG e BA), o Sistema Nacional de Informações em Recursos Hídricos (ANA e SRHU/MMA) e outros sistemas mais específicos existentes ou a serem implantados como os de monitoramento hidrometeorológico e de alerta. Dentre as possibilidades que poderão ser desenvolvidas existem também aquelas que permitem o acesso total via *web* ou o acesso das informações via *web*, mas com administração apenas local.

Resultados Esperados

O principal resultado da implementação de um Sistema de Informações em Recursos Hídricos para a bacia do Verde Grande é a atualização da informação referente à bacia e sua integração com outras bases de dados de instituições que atuam na região, principalmente aquelas relacionadas à gestão de recursos hídricos. Adicionalmente, o sistema poderá disponibilizar informações a usuários por meio da *web*.

Atores Envolvidos

A implantação e o sucesso do programa dependem de uma articulação dos órgãos responsáveis pela gestão dos recursos hídricos nas esferas estadual e federal: Agência Nacional de Águas, Instituto Mineiro de Gestão das Águas e Instituto de Gestão das Águas e Clima.

Orçamento

Estima-se um valor de R\$ 50.000,00 para o trabalho de consultoria para atualização do SIG, resultando no valor de R\$ 200.000,00, para um período de 20 anos. O desenvolvimento e a operação do SIG devem ser custeados por recursos ordinários da estrutura institucional (órgãos gestores) consolidada ao término do PRH.

As ações relacionadas do SIG deverão estar programadas para ocorrer a cada período quinquenal, durante as etapas de revisão do PRH.

Ação 1.1.6. Revisão do Plano de Recursos Hídricos

Objetivos

A ação tem por objetivo atualizar periodicamente o PRH Verde Grande de modo que ele seja um instrumento permanente de tomada de decisão pelo Comitê da Bacia.

Justificativas

O PRH é resultado da integração de um conjunto de dados e informações disponíveis sobre a bacia em um dado momento. A dinâmica econômica e social da bacia, bem

como a implantação das ações propostas no PRH Verde Grande, pode determinar significativas alterações à bacia ao longo do tempo.

Como o planejamento das ações de gestão dos recursos hídricos é um processo contínuo, faz-se necessária a previsão da realização de revisões periódicas do PRH.

Procedimentos

Para a realização das revisões e atualizações periódicas do PRH Verde Grande é prevista a contratação de consultorias especializadas com periodicidade quinquenal.

Resultados Esperados

A atualização do PRH Verde Grande permitirá analisar as mudanças sofridas pela bacia, avaliar a eficiência da implementação do programa de ações e o funcionamento do arranjo institucional, bem como propor novas ações que se façam necessárias à consecução das metas do Plano.

Cumprir comentar adicionalmente que essa ação tem estreita vinculação com a atualização e ampliação do SIG.

Atores Envolvidos

A implantação e o sucesso dessa ação dependem da articulação dos órgãos oficiais responsáveis pela gestão dos recursos hídricos nas esferas estadual e federal com o Comitê da Bacia do Verde Grande.

Orçamento

O custo total estimado para a revisão do PRH é de R\$ 500.000,00, sendo que são previstos quatro eventos ao longo do horizonte temporal aqui proposto que vai até 2030. Desse modo, o orçamento global desta ação é estimado em R\$ 2.000.000,00.

Programa 1.2. Monitoramento Hidrológico

Ação 1.2.1. Monitoramento Quantitativo

Objetivos

Essa ação visa melhorar a rede de dados pluviométricos e fluviométricos na bacia do Verde Grande.

Justificativas

Os dados pluviométricos e fluviométricos são de suma importância para subsidiar a análise do comportamento hidrológico de uma bacia hidrográfica. Na bacia do rio Verde Grande, o problema da escassez de água se agrava com a deficiência do monitoramento hidrológico, o que cria incertezas no processo de planejamento e de

tomada de decisão.

Procedimentos

No monitoramento pluviométrico, verificou-se a existência de 23 estações dentro da bacia, sendo que 14 iniciaram sua operação a partir do ano 2000. Por isso, é proposta a instalação de 4 estações adicionais a serem localizadas próximas às áreas de cabeceira (Figura 7.2).

No monitoramento fluviométrico, a bacia possui 12 estações fluviométricas em operação, sendo que somente as estações Bom Jardim, Capitão Enéas e Colônia do Jaíba possuem dados de vazão. As demais apresentam apenas dados de cotas e iniciaram sua operação a partir do ano 2002. A estação Boca da Caatinga, apesar de apresentar uma série boa, foi desativada em 2001 devido à dificuldade de acesso ao local de medição.

A OMM recomenda uma densidade mínima de estações fluviométricas de 17 estações fluviométricas. Entretanto, face à criticidade da disponibilidade hídrica superficial na bacia, é proposta a instalação de 07 novas estações fluviométricas (ao invés de apenas 5), que foram distribuídas, de modo a obter dados que representem o comportamento hidrológico em pequenas e grandes áreas de drenagem (Figura 7.3).

Resultados Esperados

Os dados gerados permitirão uma análise hidrológica mais consistente que deverá melhorar a base de informações necessárias para o planejamento e a gestão dos recursos hídricos da bacia.

Atores Envolvidos

A implantação dessa ação depende principalmente dos órgãos responsáveis pela gestão dos recursos hídricos nas esferas estadual e federal.

Orçamento

O custo das 4 estações pluviométricas, para 20 anos de operação, é de R\$ 64.000,00, enquanto das 7 estações fluviométricas, para o mesmo horizonte, é de R\$ 126.000,00, que totaliza R\$ 190.000,00.

Ação 1.2.2. Monitoramento Qualitativo

Objetivos

O presente programa objetiva aperfeiçoar o conhecimento da condição de qualidade das águas superficiais da bacia do rio Verde Grande, inclusive como subsídio para o acompanhamento das futuras metas do enquadramento. Adicionalmente, propõe-se a

integração das informações de monitoramento da qualidade das águas geradas pelos órgãos gestores de recursos hídricos e por empresas operadoras de sistemas de abastecimento público.

Justificativa

O monitoramento sistemático da qualidade das águas superficiais da parte mineira da bacia vem sendo conduzido, desde 1997, pelo IGAM, com frequência trimestral, incluindo 7 estações de amostragem. Em junho de 2006, foi implantada, também pelo IGAM, a rede dirigida do projeto Estruturador da bacia do rio São Francisco, que opera desde então com frequência trimestral e engloba 9 estações de amostragem.

O IGAM estabeleceu como meta do monitoramento da qualidade das águas superficiais do estado de Minas Gerais a razão de 1 estação por 1.000 km², densidade adotada pelos países membros da União Européia para gestão dos recursos hídricos. Considerando-se as estações dessas duas redes, que totaliza 16 pontos, a densidade iguala-se a 0,60 estação/1.000 km².

Figura 7.2 – Estações de monitoramento pluviométrico existentes e propostas

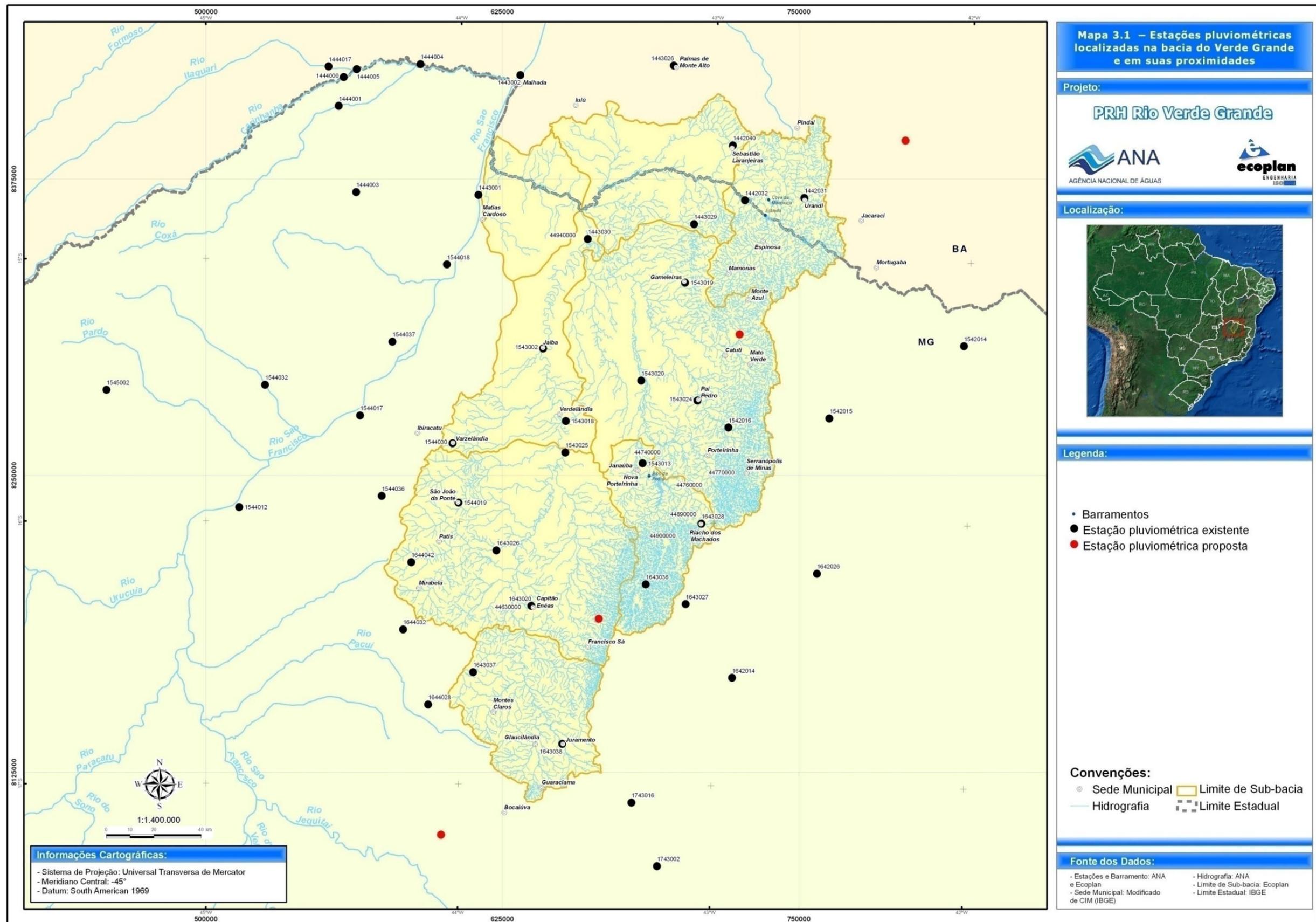
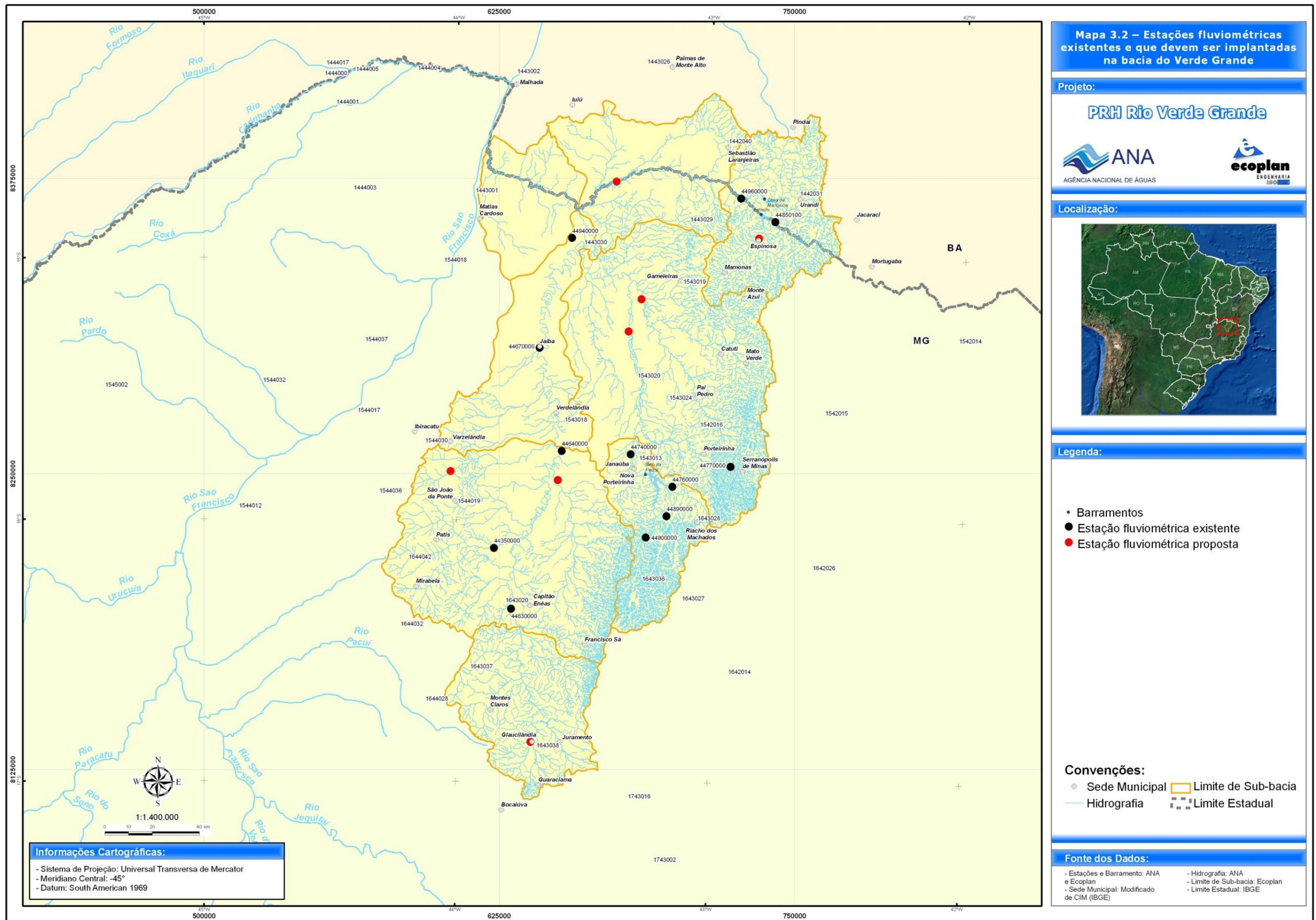


Figura 7.3 – Estações de monitoramento fluviométrico existentes e propostas



Adicionalmente, em 2005 foi operada uma rede dirigida de águas superficiais da parte mineira da bacia por meio de convênio firmado entre a CODEVASF e o IGAM. Foram definidas 34 estações de monitoramento com frequência de operação foi trimestral, tendo sido realizadas quatro campanhas. A densidade de pontos desta rede suplantou a meta da rede básica, igualando-se a 1,2 estações/1000 km².

Nesse contexto, o presente programa sugere uma rede mais ampla de monitoramento da qualidade das águas superficiais para a bacia, incluindo os estados de Minas Gerais e da Bahia, em vista dos objetivos descritos.

Procedimentos

Foram selecionadas 29 estações para compor a rede de monitoramento da bacia, representando uma densidade de 0,85 estações/1000 km², bem próxima da meta estabelecida pelo IGAM em Minas Gerais, de 1 estação/1.000 km².

Salienta-se que 14 dessas estações estão em operação pelo IGAM e 3 foram operadas em 2005, enquanto 12 são estações a serem implantadas, sendo 8 em Minas Gerais e 4 na divisa desse estado com a Bahia (Figura 7.4).

Recomenda-se que seja adotada na operação da rede aperfeiçoada a metodologia do Projeto Águas de Minas, ou seja, frequência trimestral de amostragem e listagem de ensaios de acordo com as campanhas completas e intermediárias.

Recomenda-se, adicionalmente, que os órgãos gestores de recursos hídricos formalizem acordo com as empresas operadoras de sistemas de abastecimento público para intercâmbio dos resultados de monitoramento de água bruta, de forma a enriquecer o banco de dados de qualidade da água, fortalecendo o processo de monitoramento dos corpos de água.

Resultados Esperados

A ampliação da rede proposta visa melhorar a informação sobre a qualidade das águas em toda a bacia, tendo sido considerada a necessidade de integrar dados de qualidade e quantidade de água. Par isso a proposição realizada para esse rede foi integrada à proposta realizada de novos pontos de monitoramento fluviométrico. Além disso, o intercâmbio de informações de monitoramento das companhias de saneamento deve maximizar resultados e contribuir para a elaboração de uma proposta de enquadramento dos cursos de água.

Atores Envolvidos

A ação proposta envolve os órgãos gestores de recursos hídricos e as empresas operadoras de sistemas de abastecimento público.

Orçamento

Os custos para implantação e operação anual da rede ampliada são estimados em R\$ 225.100,00 no primeiro ano e em 20 anos, chega-se a R\$ 3.915.100,00.

Ação 1.2.3. Previsão e Alerta Contra Eventos Hidrológicos Críticos

Objetivos

O presente programa tem como objetivo propor a elaboração de um sistema de alerta contra eventos hidrológicos críticos (principalmente secas) baseado em previsão climática e simulação hidrológica.

Justificativas

A bacia do Verde Grande, além de se encontrar em situação crítica no que concerne à relação entre demanda e disponibilidade hídrica, está sujeita a ocorrência de eventos de seca, que podem agravar ainda mais esse cenário, comprometendo tanto o abastecimento humano quanto o desenvolvimento das atividades econômicas.

O adequado conhecimento do clima associado ao regime pluviométrico, seu impacto no comportamento fluviométrico da rede hidrográfica e no comportamento dos reservatórios, é essencial para a implementação de uma gestão eficiente dos recursos hídricos na região. Assim, a implantação de programa de sistema de previsão e alerta contra secas na bacia do Verde Grande permitirá antecipar ações quanto à gestão da disponibilidade hídrica, amenizando os conflitos decorrentes dos usos da água escassa na bacia.

Procedimentos

É prevista a contratação de consultoria específica para detalhamento dessa ação que prevê a concepção de um sistema de alerta que deve considerar o monitoramento climático integrado à simulação hidrológica para o estabelecimento de indicadores de níveis de alerta.

O sistema deve contemplar, assim, a integração do monitoramento hidrológico associado a modelo de previsão climática para a bacia que deverá fornecer dados para a simulação do comportamento dos níveis de reservatórios e das vazões da região. Com base nesses dados poderão ser estabelecidos indicadores de criticidade e níveis de alerta de secas para a bacia. A esses indicadores deverão ser associadas ações para prevenção e/ou adaptação.

Essa atividade deve considerar a experiência no desenvolvimento do Sistema operacional de Monitoramento Hídrico e de Alerta de Secas (SISMHAS), a ser implantado pelo IGAM,

para o Norte do Estado de Minas Gerais.

Resultados Esperados

O sistema de alerta contra eventos hidrológicos críticos, principalmente as secas, baseado em previsão climática e simulação hidrológica, deverá ser concebido com vistas a fornecer as condições para que a população e os usuários da água da bacia possam se antecipar a cenários críticos de escassez de água.

Com base nesse sistema deverão ser propostas ações coordenadas para o enfrentamento desses eventos críticos, minimizando seus impactos socioeconômicos. Tais ações deverão estar articuladas com os atores estratégicos locais (gestores, usuários e representantes da população) e deverão ser função dos níveis de severidade dos eventos críticos.

Atores Envolvidos

A implantação e o sucesso do programa dependem de uma articulação dos órgãos gestores de recursos hídricos, do Comitê de Bacia e do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CPTEC/INPE).

A concepção do sistema deverá considerar os resultados do trabalho desenvolvido no âmbito Sistema operacional de Monitoramento Hídrico e de Alerta de Secas (SISMHAS), contratado pelo IGAM.

Orçamento

A concepção de um sistema de previsão e alerta contra secas para a bacia deverá ser desenvolvido por equipe de consultores contratados, por um período de nove meses a um custo total R\$ 216.000,00.

Ação 1.2.4. Avaliação dos Impactos de Mudanças Climáticas sobre Recursos Hídricos

Objetivos

Essa ação visa elaborar um quadro comparativo entre a condição climática atual da bacia e futura considerando o efeito das mudanças climáticas, consideradas por estudos recentes a partir da aplicação de modelos de previsão de longo prazo. Esses dados possibilitarão a definição de medidas adaptativas aos possíveis cenários a serem enfrentados.

Justificativas

O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), ligado às Nações Unidas, considera que existem evidências da influência humana discernível sobre o clima global e projetam que as temperaturas médias da superfície global aumentariam entre 1 e 3,5°C até 2100. Também são previstas mudanças nos padrões de precipitação, aumentando a ameaça de secas, enchentes ou tempestades intensas em muitas regiões.

Apesar das incertezas ainda associadas aos modelos que analisam os efeitos da mudança do clima, os alertas apontam para possíveis impactos negativos sobre a saúde humana, a segurança alimentar, a atividade econômica, os recursos hídricos e a infraestrutura física, que poderão impactar a bacia.

Procedimentos

Propõe-se a contratação de consultoria para avaliar o possível impacto das mudanças climáticas sobre a bacia do rio Verde Grande. Visando configurar um quadro mais seguro e abrangente da realidade regional, recomenda-se inicialmente a análise de um modelo com maior amplitude. Dessa forma, essa ação tem um caráter articulador com outras iniciativas de avaliação de mudanças climáticas, tendo por foco a região do vale do São Francisco.

Em outra etapa deverão ser selecionados os modelos climáticos mais adequados às condições e dimensões da bacia. A validação poderá inicialmente considerar os cenários pretéritos obtidos. Após isto, poderão ser gerados cenários tendenciais com indicação das áreas potencialmente mais críticas quanto ao não atendimento das necessidades hídricas.

Resultados Esperados

Os resultados desse estudo deverão fornecer subsídios para a definição de medidas adaptativas às mudanças climáticas na bacia e que deverão ser utilizados na revisão do programa de ações do PRH Verde Grande.

É importante destacar que essa ação deve se articular com a consolidação das melhorias previstas para a rede de monitoramento hidrológico da bacia.

Atores Envolvidos

Os principais atores envolvidos são os órgãos gestores de recursos hídricos e o Comitê da Bacia do Verde Grande. O Comitê da Bacia do São Francisco, conforme sugerido, também poderá ser envolvido.

Orçamento

O custo mensal previsto para a avaliação inicial envolve a contratação de um consultor sênior durante seis meses a um custo de R\$ 144.000,00.

Programa 1.3. Comunicação Social, Educação e Conscientização Ambiental em Recursos Hídricos

Objetivos

Esse programa pretende proporcionar a integração entre os atores do sistema de gestão de recursos hídricos da bacia e os diferentes segmentos da sociedade e usuários, divulgando informações referentes ao PRH Verde Grande que favoreçam e subsidiem a implementação das ações propostas. Visa assim, aproximar o Comitê da Bacia e a população residente na bacia, mobilizando a sociedade para participar da gestão da água.

Justificativa

As propostas de ações apresentadas no PRH Verde Grande envolvem uma intensa articulação do Comitê da Bacia com as instituições e os atores sociais da região. Tais desafios exigem um forte componente de cooperação e de trabalho em conjunto, o que esbarra em uma estrutura incipiente e ainda pouco adensada de capital social, expressa em instituições com pouca representatividade e na falta de instituições locais mais atuantes.

Procedimentos

Esse programa está de acordo com o estabelecido pela Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, regulamentada pelo Decreto nº. 4.281/02.

Para tal é proposto um conjunto de ações voltadas a mobilizar e contribuir para um comportamento mais adequado à preservação dos recursos hídricos por meio da preparação e disseminação de conhecimentos e informações que permitem compreender e refletir sobre aspectos dos ciclos hidrológicos que não são evidentes para os atores sociais e produtivos, capacitando-os para uma mudança de comportamento e um manejo sustentável dos recursos hídricos.

O programa de comunicação social deve ser capaz de produzir e disseminar informações úteis ao processo de implantação do PRH Verde Grande. Frente à realidade da região se impõem alguns temas estratégicos, tais como a racionalização do uso da água e a introdução de comportamentos mais compatíveis e ajustados a uma realidade hídrica de escassez.

Na perspectiva do aproveitamento de oportunidades de mobilização social que se apresentem na bacia no futuro por conta da ação de órgãos e instituições apoiadas ou não nas ações do Comitê de Bacia, é que se justifica um planejamento aberto e flexível que torne o programa sensível ao ritmo e ao cronograma da efetivação do PRH Verde Grande.

As atividades previstas para serem desenvolvidas com a participação dos atores estratégicos no programa são as seguintes:

- Detalhamento e discussão do programa a partir da definição do responsável junto ao Comitê de Bacia;
- Desenvolvimento de conteúdos e atualização do sítio eletrônico do Comitê da Bacia;
- Estruturação e atualização do cadastro de públicos-alvo, visando à segmentação do cadastro e estabelecimento de estratégias próprias para cada segmento: instituições na bacia (prefeituras, instituições governamentais e não governamentais), usuários da água (produtores, empresas) e educadores;
- Identificação e cadastramento das ações de educação ambiental existentes na bacia e avaliação das oportunidades de inserção dos temas de interesse do PRH na programação existente na bacia;
- Realização de parcerias e convênios com órgãos de governo responsáveis pela política de educação ambiental e instituições não-governamentais atuantes nesta área;
- Produção e divulgação de peças de comunicação (folder impressos e eletrônicos, notícias, audiovisuais, etc.) e de material didático para educação ambiental voltada para recursos hídricos;
- Registro e organização audiovisual dos eventos e do processo de implementação do PRH;
- Elaboração de pesquisa de opinião destinada a aferir o conhecimento que a população possui dos problemas da bacia, do PRH Verde Grande, do Comitê da Bacia e de seu papel na solução destes problemas;
- Criação de sistema de avaliação sistemática do PRH através de formulário de avaliação a ser preenchido por participantes dos eventos associados ao tema. Os resultados servirão de contraponto ao Comitê da Bacia para a realização de suas avaliações e acompanhamento isento do resultado dos eventos realizados.

Atores Envolvidos

Esse programa deve ser conduzido pelo Comitê de Bacia com o apoio dos órgãos

gestores de recursos hídricos. Entre os atores e público-alvo a serem envolvidos foram identificadas: instituições e órgãos de governo promotores e operadores das ações de educação ambiental formal, não-formal e informal na bacia, destacadamente as coordenações de educação ambiental das secretarias estaduais e municipais de educação; instituições governamentais e não governamentais (prefeituras municipais, câmaras de vereadores, conselhos comunitários, agências governamentais, órgãos federais, associações e entidades representativas de caráter coletivo dentre outros) que atuem na bacia e tenham interesse ou relação com a gestão de recursos hídricos.

Deverão ser estabelecidos convênios ou parcerias com instituições públicas ou privadas com vistas à construção de uma rede de comunicação com instituições, órgãos, empresas e personalidades estratégicas para o PRH. Nessa rede, deverão ser abastecidos e orientados os órgãos de comunicação e imprensa presentes na bacia.

Orçamento

A equipe técnica proposta inclui um coordenador, um assessor de comunicação e um educador ambiental com apoio de escritório, veículo e custeio de deslocamentos, bem como serviços de produção e reprodução de materiais gráficos e de pesquisa de opinião. Os custos anuais são estimados em R\$ 127.800,00 e ação é continuada, ao longo da implementação do PRH.

É esperado que as ações dos profissionais contratados sejam amplificadas através da adesão e da sinergia com a ação de outras instituições na bacia.

5.2 COMPONENTE 2 - RACIONALIZAÇÃO DOS USOS E CONSERVAÇÃO DE SOLOS E ÁGUA

Esse componente apresenta 02 programas e 05 ações, detalhados a seguir.

Programa 2.1. Racionalização dos Usos da Água

Ação 2.1.1. Controle de Perdas no Abastecimento Urbano

Objetivos

O controle de perdas no abastecimento visa desenvolver a eficiência operacional dos sistemas de abastecimento de água das sedes urbanas na bacia do rio Verde Grande.

Justificativa

Conforme apresentado no diagnóstico do setor de saneamento, as cidades de Montes

Claros (373,99 L/lig.dia) e Nova Porteirinha (372,78 L/lig.dia) apresentam elevados valores de perdas. Além disso, há cinco cidades que não apresentam informações no SNIS, o que indica a necessidade de atuação nas mesmas.

Procedimentos

As ações serão desenvolvidas nos sistemas de distribuição de água das sedes municipais da bacia cujo indicador de perdas por ligação estiver acima de 200 L/lig.dia. Dentre as 21 cidades que apresentaram seus dados ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), as ações ficam direcionadas as duas que apresentam os mais altos índices de perdas: Montes Claros e Nova Porteirinha. As demais 19 cidades apresentam este indicador com a meta de 200 L/lig.dia já atendida.

Com relação às cinco cidades que não alimentam o SNIS foi considerada a necessidade de intervenção: Gameleiras, Guaraciama e Mamonas em Minas Gerais e Sebastião Laranjeiras e Urandi na Bahia.

Para estas sete cidades, os procedimentos propostos abrangem: avaliação do estado das redes, reservatórios e ligações domiciliares, quanto a vazamentos e dimensionamentos; controle de pressão e níveis; rapidez e qualidade dos reparos; gerenciamento quanto à repetição de falhas; seleção, instalação, manutenção, recuperação e substituição de tubulações; desenvolvimento da gestão comercial, abrangendo programas adequados, políticas de contenção da inadimplência, redução de fraudes, cadastros técnico e comercial, macromedição e micromedição; qualificação da mão-de-obra envolvida na operação e manutenção; implantação da cobrança pelos serviços onde esta não existir; geofonamento de segmentos de redes onde se fizer necessário; substituição de alguns segmentos de rede.

Resultados Esperados

Dentre os resultados esperados da implantação dessa ação, destacam-se a postergação de novos investimentos na ampliação dos sistemas de produção, adução e reservação de água, e a redução da retirada de água bruta dos mananciais.

Como meta, foi proposto o alcance, até o ano de 2015, do patamar de perdas em 210 L/lig.dia e, até o ano de 2020, 200 L/lig.dia em todos os municípios da bacia.

Atores Envolvidos

Os responsáveis pela implantação das ações são os gestores dos sistemas que podem ser: administração direta da prefeitura, autarquias municipais e concessionárias dos serviços.

Orçamento

As estimativas indicam um custo do programa que chega a R\$ 25,74 por habitante referente ao ano de 2007, que totaliza R\$ 9.284.915,00. Apesar do grande impacto previsível para as cidades com indicadores de perdas elevados, algumas delas de grande porte, os investimentos podem se estender por vários anos. Dessa maneira, foi considerada uma distribuição de 70% dos investimentos de 2011 a 2015 e 30% de 2016 a 2020.

Cabe ressaltar que está em andamento, em Montes Claros, programa de perdas da COPASA orçado em R\$ 8 milhões com previsão de substituição de trechos de redes e ligações na área central da cidade por tubulações modernas.

Ação 2.1.2. Racionalização do Uso da Água na Irrigação

Objetivo

O objetivo dessa ação a redução do consumo de água pelo setor irrigação, porém mantendo uma margem de produção e um grau de segurança da atividade agrícola atrativos para o agricultor.

Justificativa

A irrigação é o setor com maior consumo de água na bacia correspondendo a 90% do total e vem ampliando significativamente a sua área desde a década de 80.

Com o desenvolvimento da irrigação surgiram conflitos de água entre irrigantes e destes com outros usuários. Esse quadro é reforçado pela baixa disponibilidade hídrica na bacia no período de estiagem.

A utilização plena da disponibilidade hídrica superficial no período de seca, verificada atualmente na bacia, limita a possibilidade de expansão da irrigação na bacia, que tem impactos financeiros e econômicos sobre a região.

Os estudos conduzidos no PRH Verde Grande indicam, entretanto, a possibilidade de um uso significativamente mais eficiente da água na irrigação, que aumentará a disponibilidade de água para a expansão da atividade nos próximos. Essa questão é importante para toda a bacia e, em especial, na bacia do rio Verde Pequeno onde não se vislumbram alternativas, no horizonte de planejamento, de incremento da oferta de água.

Relacionando-se a área irrigada obtida pela análise da imagem de satélite e a distribuição dos métodos de irrigação da base municipal do censo agropecuário de 2006, estimou-se a distribuição dos métodos de irrigação por sub-bacia (Figura 7.5).

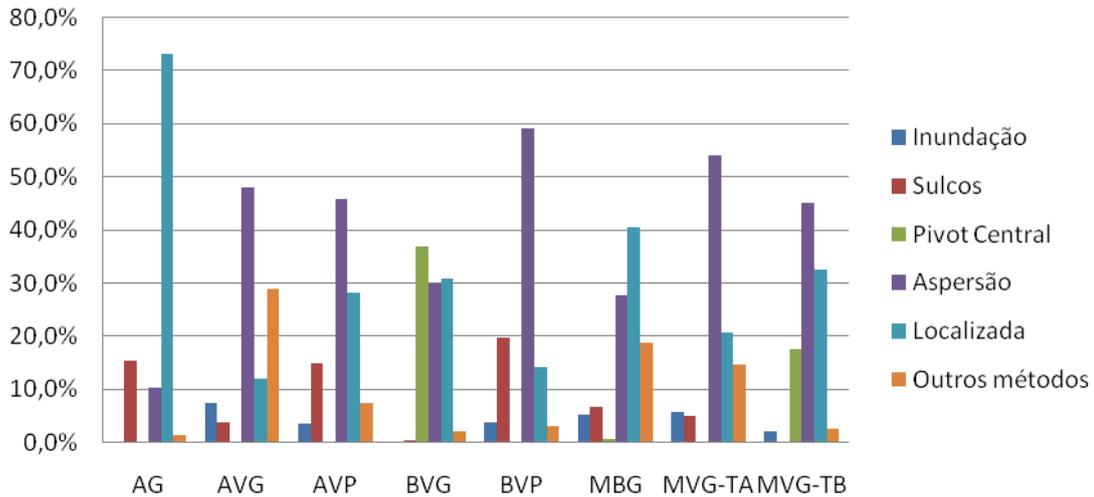


Figura 7.5 – Distribuição estimada dos métodos de irrigação

O uso de pivot central na bacia só é registrado nas sub-bacias Baixo Verde Grande e Médio Verde Grande Trecho Baixo. O uso de sulcos ainda persiste na maior parte das sub-bacias, com exceção das duas citadas anteriormente. A irrigação localizada é dominante no Alto Gorutuba, sendo que, nas outras sub-bacias, a aspersão é o método mais encontrado. O uso de outros métodos só merece destaque nas sub-bacias Alto Verde Grande, Médio e Baixo Gorutuba e Médio Verde Grande – Trecho Alto.

A partir desses resultados foi estimada a redução do consumo de água na irrigação que seria obtida por substituição de métodos superficiais por aspersão, que produz uma economia global de 8,1% (Figura 7.6).

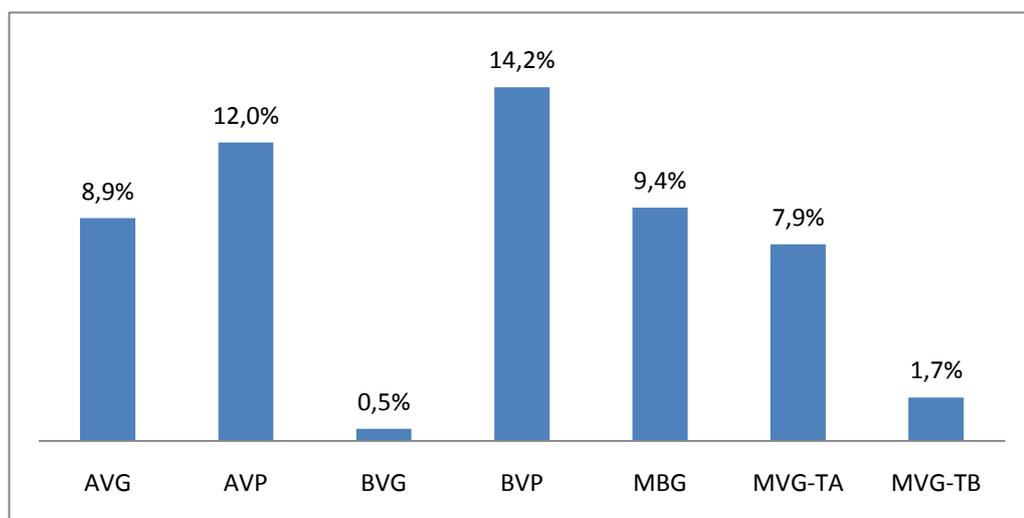


Figura 7.6 – Redução do consumo de água na irrigação por substituição de métodos superficiais por aspersão

No outro extremo da análise, foi avaliado o impacto da substituição de todas as modalidades por métodos localizados (micro-aspersão e gotejamento), que apresentam a maior eficiência. A eficiência considerada foi de 95% para esses métodos (Figura 7.7). No total, a redução do consumo chega a 21,0%.

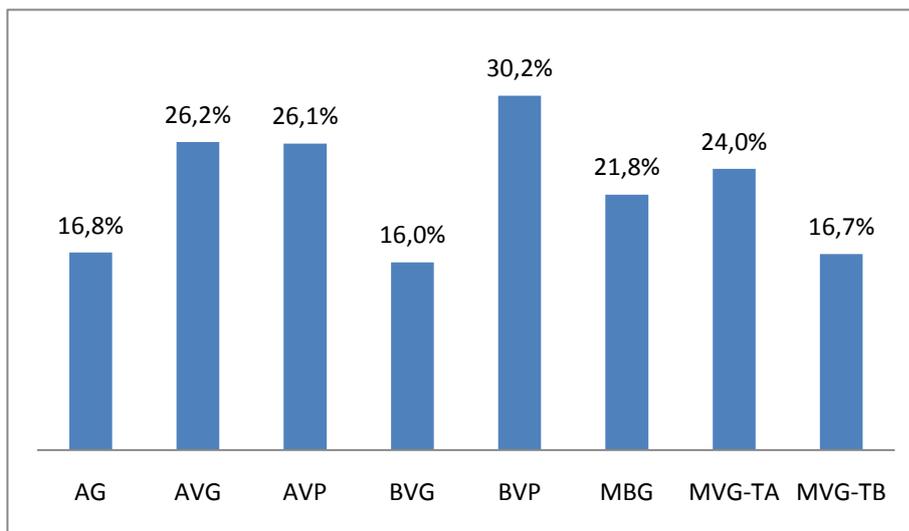


Figura 7.7 – Redução no consumo de água na irrigação por substituição plena por métodos localizados – eficiência de 95%

Cabe destacar que em países com características semelhantes, onde a demanda por água para irrigação é superior à oferta hídrica, a alteração das modalidades de irrigação, do plano de cultivo ou do volume de água utilizado para a irrigação são práticas correntes, que têm como objetivo a prevenção de conflitos pelo uso da água e a manutenção da atividade agrícola pelo maior número possível de agricultores.

Procedimentos

Esse programa consiste basicamente de estratégias de difusão tecnológica, capacitação técnica e divulgação de linhas de financiamento para aquisição de equipamentos e instalação de sistemas de irrigação. Cabe destacar sua estreita relação com o programa de implementação da outorga.

No contexto do programa de uso racional da água na irrigação são identificadas cinco linhas de ação: caracterização da irrigação e instalação de unidades demonstrativas; capacitação da assistência técnica rural e produtores; concepção de linha de crédito para substituição de equipamentos; apoio à modernização dos projetos de irrigação; e

certificação pelo uso racional.

a) Diagnóstico da irrigação e instalação de unidades demonstrativas

A difusão tecnológica é uma das ações relacionadas com a assistência técnica ao produtor rural. Ela se constitui no meio pelo qual os resultados das pesquisas chegam aos produtores após serem validadas.

Para a bacia do rio Verde Grande são propostas algumas atividades.

A primeira consiste no diagnóstico da irrigação na bacia com a identificação e descrição das modalidades encontradas, as formas de manejo e controle, a capacitação dos operadores dos sistemas de irrigação e a assistência técnica para a produção e para a irrigação recebida. Com o auxílio das empresas de assistência técnica, o diagnóstico poderá ser realizado de forma amostral para cada sub-bacia ou município selecionado.

Num segundo estágio devem ser definidas as sub-bacias prioritárias para realização do diagnóstico específico, de forma a cobrir os métodos predominantes e áreas em que a redução de consumo seja mais importante no contexto da bacia.

Em um terceiro estágio devem ser instaladas unidades demonstrativas que permitam expor aos agricultores e técnicos extensionistas as melhores formas de proceder a irrigação. Essas unidades devem apresentar a irrigação das culturas predominantes na região e os métodos de irrigação mais eficientes. Os dados obtidos devem ser analisados em conjunto com dados climatológicos, obtidos por meio da implantação de estações climatológicas, que permitam a estimativa da evapotranspiração pelo método de Penman-Monteith, preconizado pela FAO.

Após a implantação e operação das parcelas demonstrativas, os resultados obtidos deverão ser divulgados através de eventos e atividades específicas. Os materiais de divulgação e os meios de comunicação serão selecionados de acordo com a avaliação do público-alvo.

b) Capacitação de técnicos de assistência técnica rural e produtores

Nessa ação é prevista a implantação de um programa de treinamento e qualificação que visa o treinamento de 50% dos técnicos atuantes em ATER para as práticas indicadas neste programa em até cinco anos. Essa ação poderá ser apoiada por universidades e pela EMBRAPA.

Cumprir registrar que, de acordo com o censo agropecuário de 2006, apenas 23% das propriedades rurais da bacia receberam algum tipo de assistência. Isso reforça a necessidade de ampliação do serviço de assistência rural voltado à capacitação no

manejo da água para irrigantes.

c) Concepção de linha de crédito para substituição de equipamentos

A substituição de sistemas de irrigação superficial por aspersão ou por irrigação localizada necessitará de recursos a serem captados pelos produtores rurais em condições acessíveis. Com a estabilização da economia, o setor primário tem demonstrado uma maior capacidade de investimento, recorrendo a linhas de financiamento com taxas de juros diferenciadas. A concepção de uma linha de crédito a ser ofertada por órgãos públicos de fomento ou mesmo a partir de recursos oriundos da cobrança pelo uso da água são alternativas a serem consideradas.

Desse modo, recomenda-se a contratação de uma consultoria específica para a avaliação das linhas de crédito existentes e concepção de uma nova linha, voltada aos objetivos deste programa.

d) Apoio à modernização dos projetos de irrigação

Uma alternativa importante para a redução do consumo de água utilizada na irrigação é a redução das perdas nas estruturas de distribuição de água nos projetos coletivos – Estreito, Jaíba e Gorutuba -, tanto a partir da otimização da operação dos reservatórios como na alteração dos respectivos sistemas de distribuição de água.

A operação dos reservatórios é parte da gestão da irrigação, que por sua vez engloba a gestão do sistema de canais, de responsabilidade do Distrito, e do manejo da água dentro da parcela, de responsabilidade do irrigante. Parte dessas perdas não pode ser evitada, como as perdas por evaporação direta ou as infiltrações ao longo das margens dos reservatórios. As outras, no entanto, podem ser reduzidas de forma significativa pela implantação de uma gestão mais eficiente.

Segundo a CODEVASF, a eficiência no sistema de distribuição do projeto Gorutuba é de 57%, indicando que quase a metade da água liberada pelo reservatório não é entregue aos irrigantes. Destaca-se, nesse sentido, que a CODEVASF tem um projeto para a substituição do sistema de distribuição das águas no Distrito do Gorutuba, que serviu de referência para as ações aqui propostas.

No caso específico do projeto Estreito, que é dividido em quatro partes e abastecido pelos reservatórios do Estreito e da Cova da Mandioca, há um histórico de falhas de abastecimento que limitam a ocupação da fase IV do projeto e geram problemas aos irrigantes já instalados, resultando em ociosidade da infra-estrutura parcelar instalada e perda de produção. Soluções possíveis para o Estreito, segundo um estudo desenvolvido pela CODEVASF sob encomenda ao IPH/UFRGS (1999) já foram apresentadas.

Cabe destacar que recentemente estão em fase de contratação estudos para modernização dos perímetros de irrigação do Gorutuba e Estreito, ações que devem receber o apoio dentro do PRH Verde Grande.

e) Certificação pelo uso racional

Essa atividade visa incentivar o desenvolvimento de práticas de irrigação que utilizem a água de modo eficiente. Os conceitos utilizados baseiam-se no programa ISO em que o interessado solicita o recebimento da certificação e posteriormente é submetido a auditorias para verificação do atendimento às normas exigidas.

O reconhecimento do aumento da eficiência do uso e da preservação de recursos naturais é uma prática relativamente recente. Os mais reconhecidos são os produtos agrícolas orgânicos certificados e o selo de eficiência energética.

As iniciativas relativas à água ainda são incipientes, pois a maior parte da população desconhece os volumes envolvidos na produção dos bens consumidos. No Estado de Minas Gerais, há um projeto de lei em tramitação que estabelece um “selo azul” aos municípios que melhorem o controle e a redução do consumo de água potável.

No caso da bacia do Verde Grande, será necessária a criação de um comitê que poderá incluir entre outros, os órgãos gestores de recursos hídricos estaduais e a ANA, CODEVASF, EMATER (MG e BA) e da Ruralminas. Esse grupo deverá estabelecer critérios técnicos de referência considerando fatores tais como método de irrigação, cultura e forma de captação ou acumulação. Esse comitê por meio de auditoria periódica deverá verificar se o usuário que requereu a certificação se enquadra nos requisitos de excelência de manejo da água.

A idéia é que a certificação, equivalente a um “selo azul”, possa ser utilizada na comercialização dos produtos irrigados, atestando que obtiveram um uso mais eficiente da água, mantendo o mesmo tipo de atividade econômica. É importante que seja analisada uma avaliação do valor econômico desta certificação, a partir de entrevistas junto a consumidores, o que poderá ser refeita a cada ano nos primeiros dez anos, como forma de comprovar a agregação de um maior valor aos produtos.

O Comitê de Bacia deverá manter uma estratégia de divulgação dos certificados, de forma a ampliar a visibilidade da iniciativa e o incentivo à economia de água.

Resultados esperados

Como resultado dessa ação é esperado um uso mais eficiente da água na irrigação tanto pelo melhor manejo do recurso hídrico quanto pela utilização de métodos mais eficientes

com predomínio da irrigação localizada e subordinadamente da irrigação localizada.

A meta global é uma redução do consumo atual da água da ordem de 17%, que corresponde atualmente a 1,4 m³/s em um período de 5 anos após a sua implantação.

Atores Envolvidos

Pela natureza do programa, os atores envolvidos são, basicamente, de três origens: produtores agrícolas que utilizam a irrigação, técnicos dos serviços de assistência técnica rural (ATER) e gestores dos perímetros públicos de irrigação.

Esses atores são independentes (produtores e parte dos técnicos de ATER) ou vinculados à alguma organização (órgãos públicos, empresas de ATER e cooperativas e associações de irrigantes). Para elevar a eficiência do programa nos primeiros anos, os esforços iniciais devem ser dirigidos às organizações, para, após adquirir um volume maior de informações locais, ter um maior domínio sobre as parcelas demonstrativas e já possuir resultados práticos, passar a atender o público independente.

Uma parceria a ser considerada é com os órgãos de pesquisa estaduais, com a EMBRAPA e com as universidades atuantes na região, como forma de qualificar o trabalho investigativo e ampliar as formas de divulgação dos resultados e otimização da aplicação dos recursos.

Para a modernização dos sistemas coletivos de irrigação, os atores envolvidos são basicamente os técnicos da CODEVASF e dos Distritos de Irrigação, além dos envolvidos com a operação das redes de informações climatológicas e hidrológicas.

Finalmente, o processo de certificação pelo uso racional deve envolver o Comitê da Bacia do Verde Grande, os órgãos gestores de recursos hídricos estaduais e a ANA, os órgãos de assistência técnica (EMATER, Ruralminas, distritos de irrigação, escritórios particulares), a CODEVASF e os irrigantes.

Orçamento

Os investimentos necessários totalizam R\$ 9.275.000,00 para um período de duração de 5 anos, sendo R\$ 2.615.000,00 para o primeiro ano. Dada a importância do tema do consumo hídrico pela irrigação para a bacia é proposto que a ação seja iniciada no primeiro quinquênio.

Programa 2.2. Conservação de Solo e Água

Ação 2.2.1. Recuperação de Mata Ciliar

Objetivo

A recuperação da mata ciliar visa melhorar a condição dos corpos hídricos da bacia através do incremento dos índices de cobertura nas áreas de preservação permanente (APP).

Justificativa

Os ambientes que margeiam cursos d'água, além de serem considerados APPs nos termos da legislação ambiental vigente, desempenham um papel fundamental de interconexão entre distintas porções de uma bacia hidrográfica, garantindo a manutenção dos fluxos horizontais de matéria, energia e genes, além de oferecer serviços ambientais relacionados diretamente à disponibilidade hídrica, influenciando aspectos como o carreamento de solo para os cursos de água e a proteção física das margens.

A análise da situação das margens dos cursos d'água da bacia, realizada a partir do cruzamento do mapa de uso e cobertura do solo com as poligonais das APP, obedecendo às faixas estabelecidas na Resolução CONAMA nº 303/02, mostra que 57,1% das áreas de APP são ocupadas por feições naturais (Figura 7.8).

Procedimentos

A atividade deverá ser executada em duas etapas.

Na primeira, de caráter de planejamento, serão definidas as áreas-piloto para a execução do projeto de recuperação das matas ciliares e os atores envolvidos. Prevê-se a mobilização de uma equipe formada por um técnico de nível superior e um auxiliar de nível médio por um período inicial de um ano.

Uma vez consolidado o planejamento da atividade e definido o arranjo institucional necessário para sua continuidade, deverá ser feita uma reavaliação das necessidades de mão-de-obra e equipamentos alocados para as próximas etapas.

A segunda etapa compreende assim a execução dos projetos. As iniciativas voltadas à restauração de matas podem situar-se em um espectro que vai desde o simples abandono das áreas onde as alterações verificadas são pouco significativas até intervenções mais severas em locais muito degradados, que incluem a recomposição topográfica e a recuperação das propriedades do solo antes que o plantio de mudas propriamente dito possa ser executado.

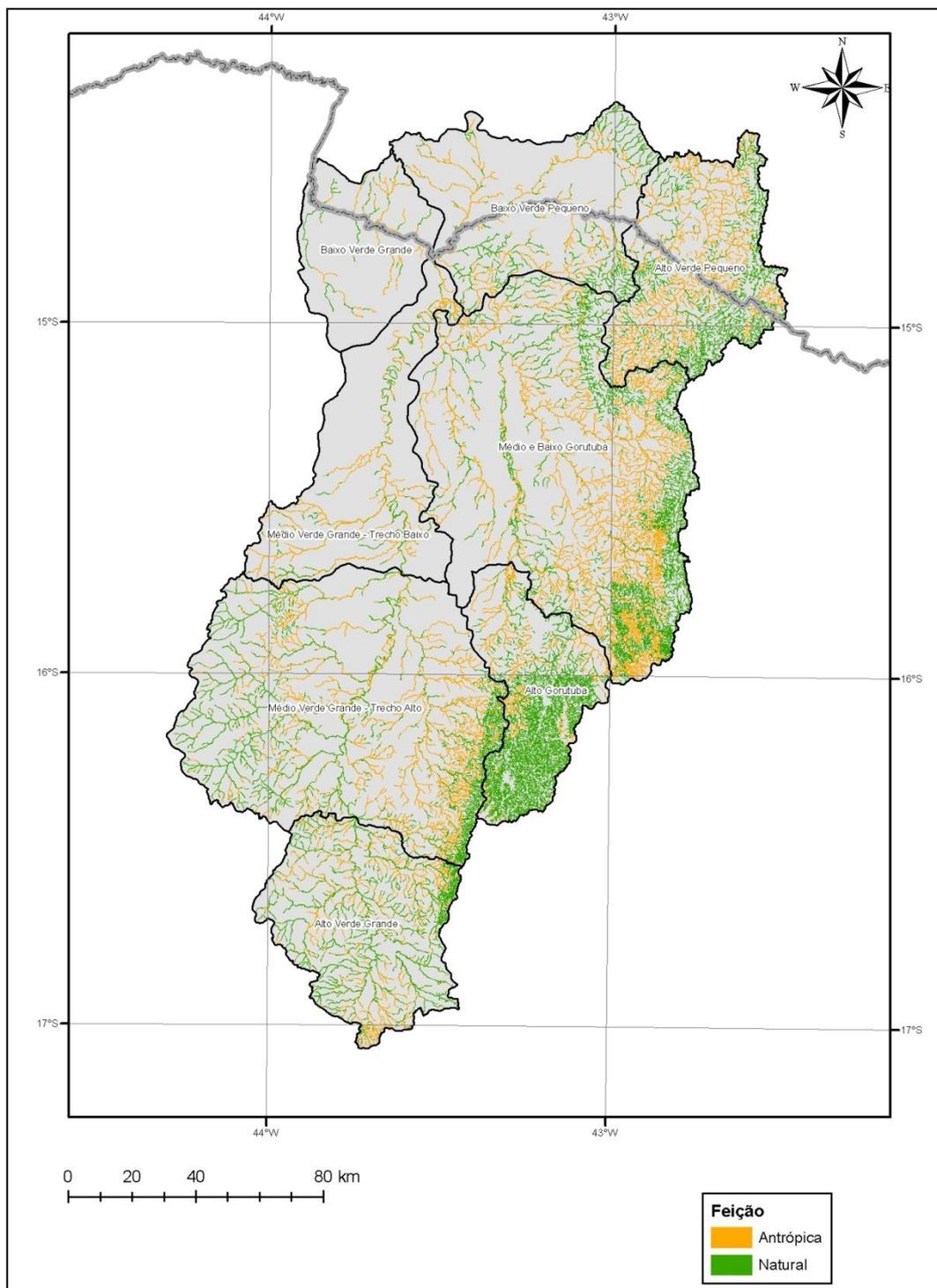


Figura 7.8 – Resultado da avaliação da situação das APP na bacia

O principal objetivo da recomposição da mata ciliar deve ser a restauração dos processos ecológicos perdidos (abrigo e alimento para a fauna, polinização, ciclagem de nutrientes, etc), muito mais do que o simples plantio de espécies nativas em APP, o que determina a

necessidade de plantios de alta diversidade, cuja composição florística e estrutura reproduzam da maneira mais fiel possível a situação encontrada nas áreas mais bem conservadas da região.

A fim de apoiar a definição das áreas para projeto-piloto, foi avaliada a situação das APP onde se localizam as captações destinadas ao abastecimento humano na bacia. As áreas de APP a serem reflorestadas, segundo esse critério, somam 138,7 ha que foram identificados ao nível de ottobacias (microbacias) (Tabela 7.2). Essas áreas deverão ser objeto de vistoria tão logo o programa seja implementado

Tabela 7.2 – Áreas para recuperação nas APPs onde se localizam as captações para abastecimento público ao nível de ottobacias

Captação	Área total (ha)	Área a reflorestar (ha)
Barragem Cabeceira (rio Paramirim)	51,7	3,2
Barragem Estreito	37,1	3,8
Barragem do rio Cabeceiras	142,9	9,7
Rio Cabeceiras	549,6	6,5
Rio Viamão	179,7	9,8
Barragem Angical	174,2	7,8
Rio Mosquito	292,3	1,2
Barragem Bico da Pedra	318,8	4,5
Rio Verde Grande	9.877,9	60,4
Rio Verde Grande	87,9	1,6
Córrego Sumidouro/rio São Domingos	16,3	0,2
Rebentão dos Ferros (barragem)	1.362,5	8,4
Lapa Grande (barragem)/Pai João (barragem)	1.808,3	8,9
Pacuí (barragem)	801,1	2,7
Barragem Juramento	1.341,9	9,8
Total		138,7

Resultados Esperados

Considerando os resultados obtidos na análise da situação das APP da bacia, estabeleceu-se a meta de que as sub-bacias tenham pelo menos 60% de suas APP cobertas por feições naturais em um período de 10 anos (etapa A) e 65% em um horizonte de 20 anos (etapa B).

Atores Envolvidos

Os principais atores envolvidos nessa ação são o Comitê da Bacia, Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG), Instituto de Meio Ambiente (IMA/BA), órgãos de fomento e assistência técnica e prefeituras municipais.

Orçamento

Para o planejamento das ações propostas e efetivação dos arranjos institucionais necessários, prevê-se a mobilização de equipe formada por um técnico de nível superior e outro de nível médio dedicados exclusivamente para esse fim, com despesas estimadas, incluindo de veículo e escritório, de R\$ 164.400,00. Para fins de cálculo dos custos da recuperação de áreas alteradas foi adotado o valor de R\$ 2.000,00 por hectare (valores adotados pelo IEF/MG na bacia do rio São Francisco) que totaliza R\$ 16.914.000,00 para uma meta inicial de 8.457 ha em 10 anos. Uma segunda meta seria de aplicar R\$ 11.489.000,00 para 5.744,6 ha em 20 anos. O cronograma físico adotado considera a meta inicial com horizonte temporal de 10 anos.

Ação 2.2.2. Recuperação de Mata em Unidades de Conservação de Proteção Integral

Objetivo

O programa de recuperação de áreas degradadas em unidades de conservação de proteção integral visa melhorar as condições de conservação nesses locais que apresentam importância hídrica e ambiental para a bacia.

Justificativa

As unidades de conservação compreendem espaços territoriais cujas características ambientais relevantes determinam a necessidade de proteção e/ou conservação dos atributos naturais que justificam seu status.

A bacia do rio Verde Grande apresenta 4% de sua superfície total coberta por essas unidades de conservação, sendo que 3,2% compreendem áreas de unidades de proteção integral, sendo 4 parques estaduais e 2 reservas biológicas. Dentre esses, o Parque Estadual Caminho dos Gerais, o Parque Estadual Verde Grande e a Reserva Biológica Jaíba estão integralmente inseridos no território da bacia.

A análise da situação das unidades de conservação de proteção integral da bacia revela que o PE Lagoa do Cajueiro, o PE Verde Grande, a RB Jaíba e a RB Serra Azul apresentam situação bastante favorável do ponto de vista da conservação (Tabela 7.3).

Assim, as ações propostas restringir-se-ão ao PE Caminho dos Gerais e ao PE Lapa Grande.

Tabela 7.3 - Situação das unidades de conservação de proteção integral quanto aos padrões de uso e cobertura do solo

Unidade de Conservação	Feições Mapeadas	Área (ha)	%
PE Caminho dos Gerais	antrópica	9.459,8	16,8
	natural	46.785,0	83,2
PE Lagoa do Cajueiro	natural	4.534,0	100,0
PE Lapa Grande	antrópica	1.942,1	23,8
	natural	6.222,2	76,2
PE Verde Grande	antrópica	698,8	2,8
	natural	24.574,7	97,2
RB Jaíba	antrópica	52,0	0,8
	natural	6.330,3	99,2
RB Serra Azul	natural	887,2	100,0

Essas duas unidades de conservação apresentam certas peculiaridades que tornam a recuperação de suas áreas degradadas importante sob o aspecto hídrico.

O PE Caminho dos Gerais, por sua situação geográfica, na porção norte-oriental da bacia, é a única unidade que não está localizada nas proximidades dos limites da bacia, abrigando ambientes representativos das porções montanhosas das áreas de estudo. Além disso, o parque inclui áreas de nascentes das sub-bacias Médio e Baixo Gortuba, Alto Verde Pequeno e Baixo Verde Pequeno.

Já o PE Lapa Grande, localizado na área de nascentes do Alto Verde Grande, no perímetro urbano de Montes Claros, apresenta enorme potencial para ser referência na bacia em termos de proteção integrada de mananciais e do patrimônio arqueológico e espeleológico, e para ecoturismo. Sua administração é feita em conjunto pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) e pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), em decorrência da importância da área para o abastecimento de água para Montes Claros e municípios vizinhos.

Procedimentos

Essa ação apresenta a característica de prever uma etapa inicial de planejamento e estabelecimento do arranjo institucional encarregado de sua consecução, antes do início das ações de recuperação propriamente ditas.

As intervenções voltadas à recuperação das áreas degradadas nos Parques Estaduais considerados deverão ser precedidas por uma ampla negociação com o órgão gestor desses espaços, que é o Instituto Estadual de Florestas (IEF), órgão da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD/MG) e com a COPASA, que participa da gestão compartilhada do PE Lapa Grande.

A recuperação das áreas alteradas nas unidades de conservação de proteção integral visa à restauração de características ambientais o mais próximo possível das que originalmente se verificavam nos espaços degradados, garantindo a manutenção de processos ecológicos chave para a saúde dos ecossistemas (polinização, manutenção de populações mínimas viáveis, ciclagem de nutrientes, entre outros).

Resultados Esperados

Considerando os resultados obtidos na análise da situação das unidades de conservação de proteção integral da bacia, estabeleceu-se como meta que essas tenham pelo menos 90% de sua superfície cobertas por feições naturais em um período de 10 anos e 95% em um horizonte de 20 anos.

Atores Envolvidos

Os principais atores envolvidos nessa ação são o Comitê da Bacia, o Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG), a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e os órgãos de fomento e assistência técnica rural.

Orçamento

As atividades necessárias à implementação desta ação poderão ser executadas pela equipe mobilizada para a ação de recuperação de mata ciliar, razão pela qual não existem custos associados às atribuições técnicas necessária à consecução dos objetivos aqui propostos.

De forma também similar, foi adotado o valor de R\$ 2.000,00 por hectare (IEF/MG) em projetos de restauração na bacia do rio São Francisco, atualizada para fevereiro de 2010. A meta de 10 anos prevê a recuperação de 6.441 ha a um custo de R\$ 12.882.000,00, enquanto a de 20 anos acresce 3.220 ha a R\$ 6.441.000,00, totalizando R\$ 19.323.000,00 (9.661 ha). O cronograma físico apresentado a seguir apresenta as atividades previstas para o horizonte temporal de 10 anos, que corresponde à meta inicial estabelecida para o desenvolvimento das ações propostas.

5.3 COMPONENTE 3 – SANEAMENTO E INCREMENTO DA OFERTA DE ÁGUA

Esse componente inclui 02 programas e 08 ações.

Programa 3.1. Saneamento

As ações propostas nesse programa abrangem os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos que têm impacto direto sobre a quantidade e a qualidade dos recursos hídricos e a qualidade de vida da população.

Ação 3.1.1. Apoio para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento

Objetivo

Essa ação visa apoiar a elaboração dos planos municipais de saneamento, conforme o artigo 19 da Lei 11.445, de 2007, na bacia do rio Verde Grande, visando a melhoria dos serviços de atendimento de água da qualidade e disponibilidade da água de abastecimento, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem urbana.

Justificativa e Procedimentos

A Política (art. 9º) e o Plano de Saneamento Básico (art. 19), instituídos pela Lei 11.445 de 2007, são os elementos centrais da gestão dos serviços. Conforme essa lei, a boa gestão é objeto das definições da política de saneamento básico formulada pelo titular dos serviços e engloba o plano municipal que abrange um diagnóstico da prestação dos serviços e das condições de saúde, salubridade e meio ambiente e a definição dos programas e ações, dentre outras diretrizes e deve preferencialmente ser baseado no plano diretor municipal.

Resultados Esperados

Com a implementação dessa ação espera-se alcançar a disponibilidade dos Planos Municipais de Saneamento em todos os municípios da bacia do Rio Verde Grande até o ano de 2015.

Atores Envolvidos

Os responsáveis pela implantação das ações são as prefeituras municipais que podem contar com o apoio dos prestadores de serviço locais.

Orçamento

O custo de elaboração dos planos nos municípios da bacia foi orçado em R\$ 2.300.000,00. Foi considerada uma distribuição uniforme dos investimentos a partir do

ano de 2011 até o ano de 2015.

Ação 3.1.2. Ampliação dos Sistemas Abastecimento Urbano de Água

Objetivos

A ampliação dos sistemas de abastecimento visa dar garantia da continuidade e confiabilidade dos sistemas de produção, adução e reservação de água.

Justificativa

Embora a bacia apresente situação próxima à universalização do atendimento de água nas sedes urbanas, alguns sistemas de abastecimento demandam investimentos a fim de atenderem o crescimento projetado da população. Essa ação deve ser priorizada na cidade de Montes Claros, que se encontra com a operação de 24 horas por dia.

Procedimentos

A ampliação dos sistemas de abastecimento de água das sedes urbanas na bacia contempla a ampliação das unidades de captação, elevatórias, adutoras de água bruta, estações de tratamento de água para os sistemas de abastecimento de água saturados ou próximos à saturação e reservatórios de compensação e distribuição, sub-adutoras de distribuição e complementação da universalização atual e crescimento vegetativo das redes de distribuição no horizonte de projeto.

Resultados Esperados

Como meta espera-se atingir, até o ano de 2015, o atendimento pleno da capacidade de produção a todos os municípios da bacia e, até o ano de 2020, a universalização da cobertura do sistema distribuidor para o horizonte de projeto.

Atores Envolvidos

Os responsáveis pela implantação das ações são os gestores dos sistemas que são a administração direta das prefeituras e a COPASA.

Orçamento

Para a definição dos valores dos investimentos nas unidades de produção de água foram adotados os levantados pelo Atlas Nordeste, estudo elaborado pela ANA. A esses valores foram estimados os custos para ampliação das redes de distribuição. Os investimentos previstos totalizam R\$ 233.959.000,00.

A distribuição dos investimentos previstos considerou que, entre 2011 e 2015, serão priorizadas as unidades de produção que estão saturadas. Para a complementação das

redes distribuidoras, foi considerado o período 2016 a 2020 de forma a deixar uma disponibilidade para as expansões que ocorrerão até o horizonte de projeto de 2030.

No caso de Montes Claros, a solução para abastecimento é a Barragem do rio Congonhas, situada na bacia do Rio Jequitinhonha, que está em fase de licenciamento ambiental e permitirá a transposição de uma vazão de 2,0 m³/s para o abastecimento público. Esse empreendimento está sendo conduzido pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra Secas) e já teve o CERTOH (Certificado de Avaliação de Sustentabilidade de Obra Hídrica) aprovado pela ANA. O seu orçamento no montante total de R\$ 259.572.000,00 será contemplado no programa de incremento de oferta de água.

Ação 3.1.3. Esgotamento sanitário

Objetivos

O objetivo dessa ação é a implantação de redes e estações de tratamento de esgotos (ETE) na bacia do rio Verde Grande.

Justificativas

Foi identificado no diagnóstico, que oito cidades da bacia já possuem ETE em operação e foram previstas apenas expansões de rede: Glaucilândia, Jaíba, Janaúba, Juramento, Montes Claros, Nova Porteirinha, Porteirinha e Varzelândia. É de se ressaltar que a ETE de Montes Claros que entrou recentemente em operação, permitirá uma significativa melhoria nas águas no rio Verde Grande.

É necessária a implantação de ETE e interceptores nas seguintes cidades mineiras: Guaraciama, Capitão Enéias, Francisco, Sá Mirabela, Patis, São João da Ponte, Riacho dos Machados, Catuti, Gameleiras, Mato Verde, Monte Azul, Pai Pedro e Serranópolis de Minas, Verdelândia, Espinosa e Mamonas. No Estado da Bahia, as cidades de Sebastião Laranjeiras e Urandi necessitam da implantação de um sistema completo.

Procedimentos

As ações serão desenvolvidas nos sistemas de esgotamento sanitário das sedes municipais da bacia, de modo a implantar e/ou complementar das redes de coleta, para atingir a universalização do atendimento e implantar e/ou complementar as unidades de tratamento de esgotos sanitários urbanas. É previsto que todas as ETES sejam providas de tratamento secundário e com controle operacional adequado.

Cabe destacar que, ao se implantar ETES, é necessário um longo trabalho denominado,

na COPASA de Caça Esgoto, para desmisturar a rede de coleta de esgoto do sistema de águas pluviais e garantir que os interceptores cumpram a sua função. Há também sempre um percentual significativo de imóveis que permanecem desconectados da rede pública, como é o caso de Janaúba cuja adesão ainda é de apenas 20%. É necessária uma campanha de mobilização constante para se obter a adesão desses usuários, o que pode levar vários anos.

Resultados Esperados

Essa ação deverá possibilitar a redução da carga orgânica dos esgotos sanitários das sedes municipais da bacia do rio Verde Grande e a melhoria da qualidade da águas dos corpos hídricos da bacia. Em termos de metas, os procedimentos propostos permitem: reduzir em 80% a carga orgânica (DBO) dos esgotos sanitários até o ano de 2030; implantar sistemas de tratamento de efluentes para 100% dos esgotos coletados nas sedes urbanas até o ano de 2020; complementar as redes faltantes para completar 100% de cobertura até o ano de 2025; manter o índice de cobertura de 100% de coleta através do crescimento vegetativo até o ano de 2030.

Atores Envolvidos

Os responsáveis pela implantação das ações são os gestores dos sistemas que são a administração direta das prefeituras e COPASA.

Orçamento

O recurso total previsto para os sistemas de esgotos é de R\$ 293.193.548,00. Cumpre destacar que para as cidades que já tinham projeto e respectivo orçamento como os desenvolvidos pela COPASA e alguns SAAEs, foram adotados os valores respectivos. Na cidade de Espinosa, foi adotada a estimativa do Atlas Nordeste e, nos demais, foram utilizados indicadores de custo.

Para a definição dos valores de investimentos em estações de tratamento, só foram excluídas as cidades que têm capacidade de tratar 100% do esgoto. As que têm tratamento parcial foram consideradas como necessitando de uma ETE completa.

A distribuição temporal dos investimentos é de 28% para o período 2011-2015, 28% para o período 2016-2020 e 44% para 2021-2025. Essa proposta considera o seguinte: no primeiro período, a execução de 50% das ETEs e 25% das redes coletoras necessárias; no segundo período, a execução de 50% das ETEs e 25% das redes coletoras necessárias; no terceiro período, a execução dos 50% restantes das redes coletoras.

Ação 3.1.4. Resíduos Sólidos

Objetivos

Essa ação, que abrange os resíduos sólidos, contempla duas linhas de ação: implantação de aterros sanitários, unidades de triagem e compostagem, e análise e recuperação de passivos ambientais de lixões e aterros controlados.

Justificativa

A bacia do rio Verde Grande não dispõe de aterros sanitários, sendo a disposição dos resíduos sólidos urbanos realizada predominantemente em lixões e, secundariamente, em aterros controlados.

Procedimentos

A ação prevê a implantação de aterros sanitários locais ou em consórcios regionais e unidades de triagem e compostagem (UTC) em todas as sedes municipais da bacia. Juntamente com os aterros sanitários prevê-se a implantação da coleta seletiva.

A implementação de UTC foi considerado como processo recomendado para a reciclagem de resíduos sólidos e conseqüente redução dos volumes encaminhados aos aterros sanitários. No entanto, se o gestor municipal identificar outros procedimentos mais ajustados à realidade do seu sistema, os recursos previstos poderão ser aplicados na solução considerada mais relevante.

A possibilidade de formação de consórcios tem o potencial de otimizar os investimentos na bacia. Em Minas Gerais, estudo denominado “Plano Preliminar de Regionalização da Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (PRE-RSU) em Minas Gerais”, contratado pela FEAM, sugere três Arranjos Territoriais Ótimos (ATOs) que cobrem todos os municípios da bacia do rio Verde Grande: ATO 41 com sede em Januária, ATO 42 com sede em Janaúba e o ATO 43 com sede em Montes Claros. No entanto, isso envolve uma negociação complexa o que dificulta o avanço das soluções. Por essa razão, os empreendimentos aqui propostos são individualizados ao nível do município. De qualquer forma, a UTC sempre será de localização em cada município.

Além da criação de unidades de destinação adequada dos resíduos, a ação propõe a análise e recuperação de áreas degradadas por lixões abandonados. Essa atividade consiste essencialmente no simples recobrimento do local do lixão, com o devido cercamento até a sua consolidação. Pode em alguns casos ser necessário o tratamento de erosões e compactação de camadas mais espessas, mas não se prevê a remoção do lixo depositado.

Resultados Esperados

As metas propostas são as seguintes: atingir, até o ano de 2020, o total de 26 municípios que ainda contam com destinação inadequada e não possuem unidades de triagem e compostagem (UTC); atingir, até o ano de 2020, o total de 26 municípios que ainda não possuem coleta seletiva; recuperar os passivos ambientais de lixões existentes em 26 municípios, sendo 13 no período de 2021 a 2025 e 13 no período de 2026 a 2030.

Considera-se recomendável que as prioridades sejam voltadas para as cidades maiores e com indicadores mais altos, e para os lixões existentes cujos impactos na bacia são mais significativos.

Atores Envolvidos

Os principais responsáveis pela implantação das ações são as prefeituras municipais. Cabe comentar que a União Geral, consórcio de municípios que reúne 16 prefeituras do norte de Minas Gerais, tem planos recentes para atuar na questão de resíduos sólidos. Caso essa experiência seja bem sucedida, poderá ser replicada na bacia.

Orçamento

Os investimentos totalizam R\$ 87.833.421,55, dos quais 73% são para a construção dos aterros sanitários e as UTCs com coleta seletiva e 27% para análise e recuperação das áreas degradadas por lixões ou aterros controlados abandonados.

Os investimentos foram distribuídos uniformemente a partir do ano de 2011 até 2020 por três razões. A primeira é que a implantação do aterro sanitário, bem como a recuperação dos passivos ambientais, depende de uma mobilização ao nível do município e, apesar da obrigatoriedade legal, podem ser feitos termos de ajustamento de conduta (TAC) que permitem o seu licenciamento e implantação em um prazo diferenciado. A segunda é que a implantação do aterro pode ser feita por etapas, através de módulos definidos no projeto. Por fim, a recuperação dos passivos ambientais depende da disponibilização da área após a implantação do aterro sanitário do município.

Ação 3.1.5. Controle de Poluição Industrial

Objetivo

Essa ação visa avaliar as cargas poluidoras e apoiar o aprimoramento do controle ambiental do setor industrial por parte do setor de meio ambiente.

Justificativas

Nos estudos de diagnóstico realizados no PRH Verde Grande, foi verificada uma significativa dificuldade em estimar a carga poluidora industrial na bacia, dado fundamental para a análise da qualidade das águas. Cabe ressaltar que o parque industrial da bacia está concentrado em Montes Claros na sub-bacia Alto Verde Grande.

O diagnóstico da qualidade das águas superficiais da bacia, conforme dados históricos de 1997 a 2008 da rede básica do IGAM, indicou a presença, no rio Vieira a jusante da cidade de Montes Claros, de concentrações acima do padrão de qualidade da classe 2 em relação a fenóis totais, cromo, chumbo, zinco e cádmio, na forma total, e cobre dissolvido. Quando se avalia a série de dados mais recentes, entre 2006 a 2008, o quadro se mostra mais favorável, visto que apenas a variável fenóis totais apresentou percentual de ocorrência de valores não conformes superior a 20% do total de determinações. Cabe registrar que a avaliação química de sedimentos depositados na calha fluvial do rio Verde Grande e de alguns de seus afluentes, realizada pelo IGAM, apontou a presença de arsênio, cromo, mercúrio e níquel em valores nos quais se prevê um provável efeito adverso à biota.

Procedimentos

As ações aqui propostas integram as agendas dos órgãos ambientais, de modo que se busca apoio ao Sistema de Meio Ambiente. É importante que as ações de controle de ambiental caminhem no sentido de promover a adequação da qualidade dos corpos hídricos na sua respectiva classe de qualidade.

Em Minas Gerais, a deliberação normativa conjunta COPAM/CERH-MG Nº 1/2008, determina a apresentação da Declaração de Carga Poluidora com frequência anual para os empreendimentos enquadrados nas classes 5 e 6, e a cada dois anos para aqueles de classes 3 e 4. Foi desenvolvido formulário digital para entrega via internet da declaração, sendo a FEAM responsável pela sua consistência e sistematização.

Em 2009, foram protocoladas na FEAM apenas 6 declarações de empreendimentos industriais localizados na bacia do rio Verde Grande, número insignificante comparativamente ao parque industrial instalado na parte mineira da bacia.

Dessa forma, no âmbito dessa ação, sugere-se um trabalho de divulgação junto às empresas de grande e médio porte sobre a relevância de apresentação da Declaração de Carga Poluidora. Recomenda-se, ainda, que seja feita gestão junto aos órgãos ambientais licenciadores para sistematizar a apresentação de dados de monitoramento e automonitoramento no contexto dos processos de licenciamento ambiental, assim como estabelecer um sistema de auditoria desses dados.

Resultados Esperados

Os resultados a serem obtidos permitirão melhorar o conhecimento do parque industrial instalado na bacia e da carga de poluentes potencial e remanescente associada com a sistematização de dados de monitoramento e automonitoramento.

Atores Envolvidos

Os atores envolvidos nessa ação são os seguintes: Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais (FEAM), Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SUPRAM Norte de Minas), Instituto do Meio Ambiente da Bahia e usuários do setor industrial.

Orçamento

Foi estimado um custo anual de R\$ 144.000,00 para implementação dessa ação. Ressalta-se que estes valores devem integrar os orçamentos dos órgãos ambientais dos dois estados.

Programa 3.2. Incremento da Oferta de Água

Esse programa visa aumentar a garantia hídrica na bacia por meio do incremento da oferta de água na bacia do rio Verde Grande através de três ações: regularização de vazões (construção de barramentos), considerando recursos da própria bacia, transposição de águas, que busca alternativas externas à bacia, e pequenas obras para melhoria da convivência na zona rural.

Ação 3.2.1. Regularização de vazões

Objetivo

Essa ação consiste na realização de estudos que permitam avaliar com segurança a viabilidade de implantação de novos reservatórios na bacia do rio Verde Grande por meio da construção de barragens com o objetivo de aumentar a vazão regularizada na rede hidrográfica a jusante dos locais selecionados.

Descrição técnica

Como base de informações sobre as possibilidades de implantação de novas barragens na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, foram considerados os estudos realizados, entre os anos de 1999 e 2001, pela CODEVASF através da sua 1ª Superintendência Regional, localizada em Montes Claros. Complementarmente, foi considerado o “Estudo

de Viabilidade Social, Técnica, Econômica e Ambiental da Implantação da Barragem de São Domingos” (CODEVASF/ECOPLAN, 2009).

O trabalho da CODEVASF de 1999 apresenta 28 reservatórios/barragens considerados com potencialidade ou viabilidade técnica preliminar para futura implantação. Os mesmos apresentam características técnicas bastante distintas: alturas variando entre 4,5 e 45 m; volumes de maciço entre 700 e 450.000 m³; áreas de inundação dos reservatórios entre 3,5 e 936 ha; áreas de drenagem entre 1,5 e 500 km²; e estudos em estágios variando entre preliminar e básico.

Dessa relação, inicialmente foram selecionados os reservatórios com maior capacidade de acumulação, superior a 10.000.000 m³, face à restrita capacidade de regularização de vazões dessas obras, que está relacionada à variabilidade pluviométrica e evaporimétrica regional. Embora a barragem de Brejinho também apresente volume acumulado considerável (16.000.000 m³), foi desconsiderada pela falta de informações técnicas.

Tais reservatórios, de forma conjunta, totalizam um volume acumulado de 206 Hm³, regularizando uma vazão teórica de 1,63 m³/s. Posteriormente, as simulações hidrológicas mostraram que a capacidade de regularização de alguns reservatórios era inferior à inicialmente calculada em razão das pequenas áreas das bacias de contribuição. Como decorrência deste fato e em busca de uma maior vazão regularizada para a bacia, foram identificados três novos reservatórios com áreas de contribuição superiores a 150 km², mas que não tinham sido anteriormente selecionados por apresentarem volumes acumulados inferiores a 10 Hm³.

Também foi considerada a barragem de São Domingos, que, embora tenha sido considerada inviável em termos financeiros pelo estudo de 2009, pode oferecer uma importante contribuição quanto ao aporte hídrico localizado em termos mais amplos e não restritos à irrigação. Inclusive, o reservatório de São Domingos havia sido indicado como uma fonte complementar para atendimento hídrico do Projeto Estreito, no estudo realizado pelo IPH (1999), embora com acumulação reduzida a fim de melhorar seu o desempenho hidráulico-hidrológico.

Assim, chegou-se a um conjunto de 14 barragens e seus respectivos reservatórios que acumulam um total de 291,3 Hm³, regularizando uma vazão total de 1,53 m³/s. Importante ressaltar, que o somatório das bacias de contribuição dos novos reservatórios propostos atinge 3.547 km², mais de 10% da área da bacia, o que representa uma abrangência de regularização considerável.

Justificativas

A implantação de novos reservatórios e suas respectivas barragens, na bacia hidrográfica do rio Verde Grande, justifica-se pela evidente necessidade de aumento na regularização de vazões face aos déficits hídricos verificados nos balanços confrontando disponibilidades hídricas com demandas de água.

Também a dispersão das deficiências hídricas pela bacia impõe a adoção de uma estratégia de distribuição das regularizações, com vistas ao atendimento às demandas insatisfeitas.

Entretanto, os estudos realizados sobre esse tema ainda estão em nível básico, o que demanda o detalhamento desse projetos. Nesse sentido, cabe destacar que as 14 barragens selecionadas têm capacidade restrita de ampliação da oferta de água na bacia, mas poderão ser viabilizadas para o aumento local da disponibilidade hídrica.

Adicionalmente, verificou-se que algumas regiões da bacia, especialmente dos afluentes da margem esquerda do Médio Verde Grande e afluentes da margem direita do Médio e Baixo Gorutuba, não apresentavam alternativas de incremento da oferta hídrica, o que justifica a realização de estudos de novos eixos para barramentos.

Orçamento

Os custos de implantação informados no estudo da CODEVASF (1999/2001) foram atualizados em 2009, conforme apresentado no XIX Congresso Nacional de Irrigação e Drenagem (Montes Claros/MG) de R\$ 200.000.000,00 para a implantação de 23 barragens, com acumulação bruta total de 302 Hm³.

Considerando algumas discrepâncias verificadas quanto à dimensão das obras e seus custos (CODEVASF, 2009), julgou-se adequado atualizar os orçamentos através da reavaliação dos volumes dos maciços e dos custos unitários conforme suas naturezas (maciço em aterro compactado ou em concreto compactado a rolo). Os volumes dos maciços foram recalculados a partir de fórmulas paramétricas que consideram as variáveis altura e extensão do maciço, conforme as suas naturezas, e estão baseadas em exemplos práticos atuais (ano de 2008) de barragens financiadas pelo Ministério de Integração através de convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. No caso específico da barragem São Domingos, as informações foram obtidas diretamente do Estudo de Viabilidade, concluído em setembro de 2009.

A Tabela 7.4 apresenta a comparação entre os custos das barragens indicados pela CODEVASF e recalculados nesse estudo.

Tabela 7.4 – Comparativo de custos preliminares das barragens realizados pela CODEVASF e revisados nesse estudo

Ordem	Barragem	Município	Custo CODEVASF (R\$)	Custo Revisado (R\$)
1	Mamonas	Mamonas/Espinosa	1.650.000,00	21.945.000,00
2	Canoas	Juramento/Canoas	8.500.000,00	25.850.000,00
3	Prata	Juramento	1.750.000,00	26.367.000,00
4	Rio Verde	Juramento	16.050.000,00	19.173.000,00
5	Água Limpa	Mirabela/Montes Claros	6.850.000,00	36.520.000,00
6	Cerrado	Montes Claros	7.650.000,00	25.630.000,00
7	Peixe	Montes Claros	6.250.000,00	24.860.000,00
8	Sítio	Montes Claros	18.300.000,00	36.520.000,00
9	Sítio Novo	Porteirinha	11.050.000,00	93.390.000,00
10	Suçupara	São João da Ponte/Patos	7.500.000,00	51.370.000,00
11	Pedras	Juramento	9.340.000,00	7.580.000,00
12	Tabua	Montes Claros	11.969.352,00	24.300.000,00
13	Cocos	Porteirinha	4.420.000,00	4.200.000,00
14	São Domingos	Urandi	86.907.472,00	86.907.472,00
Total			198.186.824,00	484.612.472,00

Observam-se diferenças significativas em alguns casos e inexpressivas em outros. No entanto, no valor global a diferença é superior a 140%, o que pode ser justificado pelo fato da revisão considerar, além dos custos de obra, a desapropriação, compensações ambientais, de estudos, projetos e licenciamento, de supervisão e gerenciamento das obras, além de incorporar nos custos das obras. Além disso, incorpora estimativas mais realistas para as fundações que costumam representar as grandes incógnitas em projetos de barragens, responsáveis por acréscimos substanciais nos custos finais da obra.

A Tabela 7.5 a seguir apresenta os custos totais de implantação de cada barragem/reservatório proposto, bem com os seus respectivos volumes acumulados e áreas alagadas.

Tabela 7.5 – Orçamento dos reservatórios/barragens selecionados preliminarmente

Ordem	Barragem	Município	Vol (hm ³)	Maciço	Altura	Extensão	Vol. Mac.	Custo Revisado (R\$)
1	Mamonas	Mamonas/Espinosa	15	CCR	24	220	38.900	21.945.000,00
2	Canoas	Juramento/Canoas	10	Terra	25	350	460.000	25.850.000,00
3	Prata	Juramento	16	CCR	25	340	64.800	26.367.000,00
4	Rio Verde	Juramento	22	Terra	20	400	345.000	19.173.000,00
5	Água Limpa	Mirabela/Montes Claros	12	Terra	25	500	660.000	36.520.000,00
6	Cerrado	Montes Claros	18	Terra	25	350	460.000	25.630.000,00
7	Peixe	Montes Claros	17,6	Terra	25	340	450.000	24.860.000,00
8	Sítio	Montes Claros	24,5	Terra	25	500	660.000	36.520.000,00
9	Sítio Novo	Porteirinha	60	Terra	45	400	1.680.000	93.390.000,00
10	Suçupara	São João da Ponte/Patos	11,1	Terra	40	280	930.000	51.370.000,00
11	Pedras	Juramento	5	Terra	15	300	146.800	7.580.000,00
12	Tábua	Montes Claros	6	Terra	25	365	482.500	24.300.000,00
13	Cocos	Porteirinha	0,3	Terra	13	112	41.600	4.200.000,00
14	São Domingos	Urandi	73,8	Terra	51	580	2.014.000	86.907.472,00
Total			291,3	-	-	-	8.433.600	484.612.472,00

Os dados mostram que a implantação das 14 barragens e seus reservatórios exigirá o investimento de cerca de R\$ 484 milhões (Tabela 7.6). Considerando que a vazão regularizada conjunta desses reservatórios é de 1,53 m³/s, tem-se um custo unitário de regularização elevado, de R\$ 316.200.000,00/m³/s, e um custo unitário médio por barragem de R\$ 34,6 milhões.

No quadro a seguir, são apresentados os custos das barragens, as vazões regularizadas e os respectivos custos unitários, mostrando a existência de significativas diferenças nas eficiências hidráulica-financeiras dessas obras.

Tabela 7.6 – Custos unitários das barragens estudadas

Ordem	Barragem	Município	Qreg (m³/s)	Custo (R\$)	Custo Unitário.
1	Mamonas	Mamonas/Espinosa	0,106	21.945.000,00	207.028.301,89
2	Canoas	Juramento/Canoas	0,051	25.850.000,00	506.862.745,10
3	Prata	Juramento	0,071	26.367.000,00	371.366.197,18
4	Rio Verde	Juramento	0,150	19.173.000,00	127.820.000,00
5	Água Limpa	Mirabela/Montes Claros	0,092	36.520.000,00	396.956.521,74
6	Cerrado	Montes Claros	0,062	25.630.000,00	413.387.096,77
7	Peixe	Montes Claros	0,062	24.860.000,00	400.967.741,94
8	Sítio	Montes Claros	0,094	36.520.000,00	388.510.638,30
9	Sítio Novo	Porteirinha	0,202	93.390.000,00	462.326.732,67
10	Suçuapara	São João da Ponte/Patos	0,085	51.370.000,00	604.352.941,18
11	Pedras	Juramento	0,040	7.580.000,00	191.234.304,00
12	Tábua	Montes Claros	0,048	24.300.000,00	510.883.200,00
13	Cocos	Porteirinha	0,050	4.200.000,00	84.000.000,00
14	São Domingos	Urandi	0,420	86.907.472,00	206.922.552,38
Total			1,532	484.612.472,00	316.284.990,352

Procedimentos

Para avaliação segura das alternativas de construção de barramentos na bacia são propostas três linhas de ação, sequenciais e complementares:

- 1) Elaboração de inventário para novos locais de barramentos, sobretudo nos afluentes da margem esquerda do Médio Verde Grande e nos afluentes da margem direita do Médio e Baixo Gorutuba. Nessas regiões não foram identificadas alternativas para suprir a deficiência hídrica;
- 2) Revisão dos estudos para as 14 barragens aqui avaliadas, incluindo a realização dos estudos ambientais e de viabilidade, e a elaboração de projetos para as mesmas.

Atores Envolvidos

A CODEVASF apresenta-se como parceira principal, tendo em vista os objetivos da sua atuação regional no fomento do desenvolvimento. A mesma poderia financiar a elaboração dos projetos de engenharia das barragens e, a partir deste acervo técnico, identificar futuros interessados em parcerias na construção das obras, sendo possível admitir parcerias público-privadas onde houver interesse direto da iniciativa privada. Uma fonte de recursos financeiros para a implantação das barragens são os programas governamentais de fomento ao desenvolvimento regional e redução de desigualdades,

tanto nos âmbitos estaduais de Minas Gerais e Bahia, com do governo federal (por exemplo, Revitalização do Rio São Francisco).

Cronograma

Considerando o porte dos recursos financeiros necessários à implantação das barragens/reservatórios propostos nesta ação e o fato de os respectivos projetos de engenharia estarem ainda em estágio preliminar, o prazo para a implantação é médio, entre 2 e 20 anos. Nos primeiros dois anos haverá a necessidade da elaboração dos projetos de engenharia e estudos de impacto ambiental, a um custo da ordem de 5% do total do investimento (cerca de R\$ 24,2 milhões). Nesse mesmo período podem ocorrer os novos estudos de inventário, aqui propostos.

De posse de tais documentos, será possível estimar com maior grau de detalhamento a seqüência de implantação mais adequada às reais demandas locais e regionais. Uma primeira indicação de seqüência de implantação segue a racionalidade financeira, na ordem crescente dos custos unitários de regularização. Nessa lógica, no horizonte de 2 a 20 anos, seriam implantadas as barragens na seguinte ordem: Cocos, Rio Verde, São Domingos, Pedras, Mamonas, Prata, Sitio, Água Limpa, Peixe, Cerrado, Sítio Novo, Canoas, Tábua e Suçuapara.

Importante comentar, que essa ação – Construção de Barragens – não precisa ser implantada na sua integralidade. É recomendável, inclusive, o seqüenciamento na sua implantação através de critérios de eficiência financeira ou de interesses e benefícios locais. As barragens podem ser implantadas inclusive comparando-se o seu custo unitário de regularização aos custos de outras soluções até um patamar de atratividade financeira.

Ação 3.2.2. Transposição de vazão entre bacias

Objetivo

Essa ação considera o incremento da oferta hídrica através de duas alternativas de adução externas da bacia: transposição via sistema Congonhas-Juramento com vazão de 2,0 m³/s e transposição via projeto Jaíba com vazão de 4,5 m³/s.

Justificativa

A adução de água para diversos pontos ao longo da rede hidrográfica do rio Verde Grande justifica-se pela ocorrência generalizada de déficits hídricos verificados nos balanços demanda de água versus disponibilidade hídrica superficial.

É importante destacar que mesmo esgotando-se as possibilidades de regularização de vazões através de barragens, o incremento na disponibilidade hídrica da bacia é insuficiente para atendimento pleno das demandas projetadas. Não havendo disponibilidade hídrica “interna” na bacia para atender às demandas futuras (tão pouco às atuais), a “importação” de água torna-se imperativa com vistas a equilibrar os balanços hídricos.

Cabe ressaltar que, enquanto as 14 novas barragens estudadas no PRH Verde Grande podem regularizar cerca de 1,53 m³/s na bacia, apenas adução a partir do Projeto Jaíba pode acrescentar 4,5 m³/s com plena garantia de atendimento e a do sistema Congonhas-Juramento, de 2,0 m³/s.

Transposição do Congonhas

A transposição do Congonhas prevê a construção da barragem de homônima em afluente pela margem esquerda do rio Itacambiruçu, contribuinte do rio Jequitinhonha, seguida do sistema de bombeamento e adução de água desse reservatório às Barragens de Saracura e Juramento, na bacia do rio Verde Grande.

Os estudos da COPASA, entidade responsável pelo sistema de abastecimento de Montes Claros e demais municípios da região, afirmam a impossibilidades de expandir esse abastecimento humano apenas com a disponibilidade hídrica da bacia do rio Verde Grande. A barragem de Juramento reservatório está com toda sua disponibilidade hídrica comprometida para suprir parte da demanda de abastecimento público de Montes Claros e, de forma conflitante, alguns usos agrícolas, evidenciando, assim, a importância de ampliar e melhorar o sistema de abastecimento dessa região. A COPASA concluiu assim que a solução definitiva, a médio e longo prazos, seria a construção da barragem de Congonhas e o respectivo sistema adutor de água bruta para a bacia do rio Verde Grande.

O empreendimento será realizado em duas etapas, primeiro a construção da barragem e depois o sistema de adução. O DNOCS tem o compromisso de implantar a barragem, bem como o projeto de adução, e realizar a operação e manutenção desse sistema nos primeiros anos até que o empreendimento seja transferido para a COPASA, que se responsabilizará tecnicamente pela operação e manutenção da infra-estrutura integrada (barragem e sistema de adução). Todos os custos de operação e manutenção, inclusive da barragem, deverão ser arcados com as receitas provenientes da tarifação dos serviços de abastecimento de água.

A vazão total regularizada pela barragem de Congonhas será de 2,907 m³/s atendendo às demandas projetadas para o ano 2025, assim divididas: 2,0 m³/s para a transposição e 0,907 m³/s para as demandas hídricas rurais da bacia do rio Jequitinhonha.

Estudos hidrológicos específicos realizados posteriormente pela ANA indicaram uma vazão regularizada de 3,73 m³/s com garantia de 100%, que, entretanto, não altera as condições de atendimento das demandas previstas (2,907 m³/s).

O projeto da barragem de Congonhas tinha um custo inicial estimado de R\$ 259.684.253,04. Durante o projeto executivo foram introduzidas algumas otimizações que resultaram na redução dos custos da obra para R\$ 179.051.743,10, refletindo em uma economia de R\$ 80.520.256,90. Com o custo do sistema de adução orçado em R\$ 49.339.815,19, a obra tem estimativa de recursos de R\$ 228.391.558,29. Os custos de operação e manutenção do sistema de transposição são estimados em R\$ 4.056.501,00 por ano.

Custos de Implantação

Transposição do Jaíba

A adução do Projeto Jaíba proposta foi orçada com base em custos-índices referenciais aplicados às quantidades e dimensões resultantes do dimensionamento técnico anteriormente realizado, resultando nos custos de implantação e operação apresentados na Tabela 7.7.

Assim, para se aduzir 4,5 m³/s até a cidade de Jaíba, haverá um dispêndio financeiro de R\$ 24,3 milhões. Para avançar-se até a cidade de Verdelândia, com uma vazão de 3,0 m³/s, esse valor sobe para R\$ 55,2 milhões. Por fim, se a opção for aduzir, ainda, mais 1,5 m³/s até o rio Gorutuba, próximo à cidade de Janaúba, o investimento total atingirá R\$ 132 milhões.

Em termos de custo de adução por metro cúbico aduzido, o resultado é o seguinte: Adução 1 a R\$ 5.414.400,00; Adução 2: R\$ 10.288.300,00 e Adução 3: R\$ 51.146.600,00.

Esses valores demonstram que, embora seja viável tecnicamente aduzir água desde o Projeto Jaíba até o rio Gorutuba, próximo à cidade de Janaúba, os custos são crescentes com a distância e inversamente proporcionais à vazão aduzida. A diferença entre os custos unitários das aduções 1 e 2 para a adução 3 justificam a implantação desta última condicionada ao longo prazo e à possibilidade de resolução das deficiências hídricas no rio Gorutuba através de outras fontes.

Tabela 7.7 – Custos de implantação e operação das aduções propostas do Projeto Jaíba (R\$/2009)

Item Orçado	Adução 1	Adução 2	Adução 3
	CP-3 - Jaíba	Jaíba - Verdelândia	Verdelândia - Janaúba
Custos - Implantação			
Canal	20.000.000,00	24.800.000,00	-
Aduçora	-	-	53.625.000,00
Estação de Bombeamento	-	-	-
<i>Conjunto Moto-Bomba</i>	275.000,00	486.000,00	2.640.000,00
<i>Obras Civas</i>	1.350.000,00	1.440.000,00	1.800.000,00
<i>Subestação</i>	270.000,00	495.000,00	2.640.000,00
<i>Linha de Transmissão</i>	615.000,00	450.000,00	615.000,00
Sub-total EB	2.510.000,00	2.871.000,00	7.695.000,00
Sub-total Implantação	22.510.000,00	27.670.000,00	61.320.000,00
Custos – Operação			
Energia e O & M	1.855.000,00	3.195.000,00	15.400.000,00
Sub-total Operação	1.855.000,00	3.195.000,00	15.400.000,00
TOTAL	24.365.000,00	30.865.000,00	76.720.000,00

No entanto, os valores apresentados expressam apenas os custos a partir do ponto de origem da Adução 1 (canal CP-3 do Projeto Jaíba, na sua derivação para o CS-21). Há que se considerar que existe um custo para disponibilizar a vazão aduzida de 4,5 m³/s desde o rio São Francisco até esse ponto. Com base na tarifa praticada pelo Distrito de Irrigação do Jaíba (março de 2010) para a recuperação dos custos de energia e operação e manutenção (K2), para a vazão a ser aduzida, tem-se um custo anual de R\$ 3.437.990,00, composto da seguinte forma: tarifa K2 de 34,00/1.000m³/mês e volume médio mensal aduzido = 8.424.000 m³.

Para vazão de 4,5 m³/s o volume anual aduzido é de 101.088.000 m³, considerando 520 horas médias por mês. Com base no valor anual, trazido a Valor Presente para um período de 20 anos e com taxa de desconto de 10% ao ano, tem-se um custo total de R\$ 29.248.800,00. Ou seja, ao custo indicado no Quadro anterior, deverá ser acrescido nos custos de energia mais operação & manutenção, o valor supra-mencionado. Este valor representa 22% do valor total das aduções 1, 2 e 3.

No caso de se considerar também a cobrança pelo uso da água captada no Rio São Francisco, conforme a Deliberação nº 40, de 2008, do Comitê da Bacia do São Francisco, o valor resultante (R\$ 75.816,00/ano) será da ordem de 2% dos custos de energia e operação e manutenção (K2), não havendo alteração significativa, em termos financeiros. Assim, ao valor total de R\$ 132 milhões para a implantação e operação das aduções 1, 2 e 3, deve-se acrescentar o valor da tarifa de água do Projeto Jaíba, resultando em R\$ 161,2 milhões.

Procedimentos

A viabilização da transposição do Jaíba dependerá de forte articulação com a CODEVASF para estabelecimento do melhor arranjo institucional e do modelo de distribuição da água.

No caso da transposição do Congonhas, será necessário apoiar as ações destinadas à sua viabilização a fim de que o cronograma de implantação possa ser adequadamente cumprido.

Atores e Fontes de Financiamento

Para viabilização das obras de transposição o Comitê da Bacia deve ter papel atuante.

No caso da transposição do Projeto Jaíba, tendo em vista a fonte hídrica desta ação de adução de água entende-se como necessária a participação da CODEVASF, como ator principal nesse investimento. Aproveitando o fato da Etapa 4 do Projeto Jaíba ser destinada a grandes empresas, há possibilidade de estender essa parceria à iniciativa privada, desde que haja possibilidade desses parceiros se beneficiarem da vazão aduzida.

Face à importância desta ação, também são identificados como fontes de recursos financeiros programas governamentais de fomento ao desenvolvimento regional no âmbito do Estado de Minas Gerais, ou até do governo federal (por exemplo, Revitalização do Rio São Francisco).

A aplicação dos recursos necessários poderá ser executada de forma seqüencial, iniciando-se pela Adução 1 e avançando progressivamente pela Adução 2 e finalizando, se houver interesse, com a Adução 3.

No caso da transposição do Congonhas adquire relevância o DNOCS, responsável pela construção da barragem e do sistema adutor, e na fase seguinte, de operação e manutenção, a COPASA.

É fundamental destacar que, para viabilização do aproveitamento das águas aduzidas pelas obras de transposições, será necessária a criação de uma entidade que congregue

os usuários que se beneficiados para fins de ressarcimento dos custos de operação e manutenção das estruturas civis, que deverão ser pagos à CODEVASF (transposição do Jaíba) e/ou COPASA (transposição do Congonhas). Dadas as características de uso da água na bacia, parece natural que, nas duas transposições, os principais interessados seriam irrigantes do Estado de Minas Gerais que já estão em atividade na bacia.

Cronograma

A presente ação apresenta três situações quanto à adução de água partindo do Projeto Jaíba, com custos distintos e que deverão, na medida do interesse e possibilidade de obtenção de recursos financeiros, ser implantadas seqüencialmente.

Em um horizonte de curto prazo, de 2 a 5 anos, é possível implantar a Adução 1, entre o canal CP-3 e a cidade de Jaíba. Para tanto, será necessário negociar com a CODEVASF e o DIJ os aspectos técnicos, institucionais e financeiros. Haverá necessidade de elaboração do projeto de engenharia, que não deve superar a 1 ano. A implantação (obras) deve demandar cerca de 2 anos, desde que os recursos financeiros estejam disponíveis. Nesse sentido, as negociações institucionais adquirem caráter estratégico.

A Adução 2 demandará prazo semelhante em termos de projeto de engenharia e obras (3 anos), no entanto é menos dependente das negociações institucionais, uma vez que deverá sua implantação deverá ocorrer após a implantação da Adução 1. Em um horizonte de até 15 anos é possível implantar a Adução 2.

A Adução 3, face ao seu custo, deverá ser implantada posteriormente, embora não haja dificuldade técnica. O horizonte de 15 a 20 anos mostra-se bastante adequado à implantação desta Adução.

No caso da transposição do Congonhas, prevê-se que o sistema completo – adutora e barragem – esteja em operação dentro de um prazo de 5 anos. Cabe ressaltar, nesse sentido, que a barragem está atualmente em fase de atendimento de condicionantes para obtenção da licença ambiental.

Ação 3.2.3. Ampliação da segurança hídrica no meio rural

Esse programa visa a construção de pequenas obras para aumentar a segurança hídrica no meio rural. Desse modo são previstas três linhas de ação: construção de barraginhas; construção de pequenas barragens; construção de cisternas.

Desse modo, o programa de ampliação da segurança hídrica apresenta três possibilidades de incremento da disponibilidade hídrica no nível da propriedade rural e da microbacia onde esta se localiza. Para a propriedade, são apresentadas as ações

referentes à implantação de pequenas barragens de acumulação e de cisternas; para a microbacia, é discutida a opção da implantação de múltiplas barraginhas, denominação regional para obras de contenção do escoamento superficial.

Barraginhas

Objetivos

Esta linha de ação está estruturada em três eixos, que se configuram nos três objetivos do programa: avaliação e controle de barraginhas; qualificação de técnicos e operadores de máquinas para construção de barraginhas; e apoio à construção de barraginhas.

Justificativa

A técnica de construção de barraginhas foi desenvolvida pela EMBRAPA com a participação de órgãos de assistência técnica e extensão rural de Minas Gerais. Essa tecnologia, apesar de não ser nova, estava em esquecimento e praticamente sem uso. No ano de 1991, foi iniciada a construção das primeiras obras para contenções de enxurradas, na área experimental da Embrapa Milho e Sorgo, em Sete Lagoas, Minas Gerais. Durante o período de 1997-1998, foram realizados 11 cursos em diversas regiões do estado de Minas Gerais sobre o assunto, o que resultou na proliferação das barraginhas, sendo que alguns municípios, como Sete Lagoas, já possuem mais de 3.000 destas obras. Em todo o estado, já são contabilizadas mais de 100.000.

Os estudos que vêm sendo desenvolvidos (EMBRAPA, UFV, EPAMIG, RURALMINAS) sobre as experiências que se fizeram com estas obras indicam que é possível retornar ao lençol freático e mananciais um volume médio de 1.000 m³/ha/ano, após a ocorrência de dez a doze chuvas.

A distribuição de barraginhas em uma microbacia forma uma rede de captação de água, conservando-a no sistema, na fase de água subterrânea. Além de contribuírem para a perenização de mananciais, as barraginhas possibilitam a recuperação de áreas degradadas pela chuva, retendo materiais que, no processo erosivo usual, iriam diretamente para os cursos de água.

Mesmo com a expansão notável da implantação destas obras, entende-se necessária uma qualificação dos técnicos e operadores de máquinas quanto a aspectos de projeto e de execução dentre os quais podem ser destacados: seleção do local; determinação da cheia de projeto para dimensionamento do vertedor (ladrão); formas de execução da barraginha; cuidados construtivos; conservação da estrutura; avaliação da estrutura após construção.

A seleção destes assuntos baseia-se no relato de técnicos que acompanham a construção de barraginhas, sendo os três primeiros fatores decisivos para o sucesso do programa.

Procedimentos

Estruturando-se nos três objetivos indicados, os procedimentos podem ser sintetizados, como segue:

- Avaliação e controle de barraginhas: monitoramento de duas microbacias - com e sem barraginhas – por um ano para avaliar o efeito do conjunto de intervenções e geração de parâmetros para projeto e construção de novas barraginhas. Destaca-se que a EPAMIG vem desenvolvendo um estudo com este mesmo escopo, de modo que os seus resultados podem alimentar esta etapa do programa. Interessa na bacia, de modo particular, a localização de barraginhas sobre as formações cársticas. Na questão de parâmetros para projeto e construção é importante avaliar, nas barragens existentes, os parâmetros necessários para a sua construção, o tipo de solo utilizado, o dimensionamento correto do vertedor, o melhor processo de compactação do aterro, a sua localização, entre outros. Os relatos sobre acidentes e rompimentos de barraginhas devem ser investigados na medida do possível, visando obter informações hidrológicas de interesse e a avaliação do método construtivo analisado. Interessa também realizar uma estimativa regional da vida útil das barraginhas, considerando as características dos processos erosivos regionais.

- Treinamento, visando a qualificação de técnicos-projetistas e operadores de máquinas: a partir da etapa anterior, deverá ser estruturado o conteúdo programático, e definidas as formas de execução do programa de qualificação e treinamento de projetistas. De forma concomitante, deve-se iniciar o processo de treinamento dos operadores de máquinas para a construção das barraginhas que deve englobar temas como conservação ambiental, manutenção preventiva de máquinas, segurança no trabalho, entre outros. Com o avanço da avaliação das barraginhas, podem ser inseridos os temas relacionados com a técnica de construção das obras.

- Apoio à construção de barraginhas: essa atividade prevê a aquisição de máquinas e equipamentos. Uma gestão descentralizada dessa ação pode resultar em uma maior eficiência da aplicação dos recursos. Por isso, iniciativas como a de Janaúba devem ser incentivadas, com a formação de consórcios de municípios para a aquisição de máquinas e equipamentos de apoio à implantação das barraginhas. Outra forma de apoio refere-se à organização de solicitações para otimizar o uso de máquinas ou recursos disponíveis,

como é o caso do FHIDRO em Minas Gerais.

Resultados Esperados

Os resultados esperados incluem elevação da eficiência e eficácia das barraginhas pela implantação tecnicamente correta e aumento do número de barraginhas corretamente dimensionadas e construídas na região. Quanto à disponibilidade hídrica, espera-se que a implantação de barraginhas proporcione ganhos iguais ou superiores aos antes relatados, isto é, volumes de cerca de 1.000 m³/ha.ano. Além do acréscimo de volume, espera-se uma melhoria da qualidade da água, com redução da DBO, por um menor arraste de material orgânico, e menores teores de sólidos em suspensão, redução da turbidez e alteração da cor.

Atores Envolvidos

Este programa envolverá, principalmente, as prefeituras municipais e os serviços de assistência técnica e extensão rural. De modo indireto, atingirá os produtores rurais.

Espera-se que a capacitação aqui proposta alcance os técnicos das prefeituras e entidades que projetam as obras e também os operadores de máquinas que atuam na construção das barraginhas.

Os recursos para estas obras provêm, atualmente, de diferentes fontes: Ministério Público, que converte multas ambientais em barraginhas, Fundação Banco do Brasil, Petrobrás, ANA, IGAM e FIHIDRO, além das próprias prefeituras, como a de Janaúba, que criou um consórcio regional com duas máquinas só para construir barraginhas em 12 municípios vizinhos. O custo de construção de cada barraginha está na faixa entre R\$ 100 e R\$ 200, sendo que uma máquina adequada constrói uma estrutura entre uma e duas horas.

Orçamento

O programa de barraginhas prevê um investimento, em 05 anos, da ordem de R\$ 4.870.000,00, assim distribuídos: avaliação de barraginhas a R\$ 600.000,00; treinamento dos operadores de máquinas: R\$ 1.440.000,00; treinamento dos técnicos: R\$ 680.000,00; avaliação dos eventos de treinamento: R\$ 150.000,00; e aquisição de máquinas e equipamentos: R\$ 2.000.000,00.

Essa ação deve ter início com a execução da avaliação das barraginhas e o início do treinamento dos técnicos e dos operadores de máquinas. Ao final do primeiro ano, devem ser adquiridas as pás carregadeiras, que devem estar disponíveis para trabalhar na época das chuvas, quando as condições de compactação são melhores. Nos anos três e

cinco, os cursos de treinamento deverão ser novamente oferecidos. A avaliação das barraginhas e a aquisição de novas máquinas devem ser realizadas de forma contínua, assim como a avaliação dos cursos de treinamento.

Pequenas barragens de acumulação

Objetivos

Essa linha de ação abrange dois objetivos principais: qualificação de técnicos e operadores de máquinas para a construção de pequenas barragens de acumulação e apoio à construção de pequenas barragens de acumulação.

Justificativa

A implantação de pequenas barragens de acumulação é uma prática corrente em regiões onde a irrigação é essencial para a obtenção de produtividades elevadas ou para garantir a produção agrícola. Uma pequena barragem, entendida como sendo uma estrutura com altura inferior a 10 m de altura máxima ou menos de 1.500.000 m³, permite o planejamento da irrigação de forma antecipada, considerando o volume acumulado até o final da época das chuvas, a estimativa de vazões no período de recessão e uma estimativa das perdas por evapotranspiração e percolação.

O projeto e a construção destas obras envolvem conhecimentos específicos de mecânica dos solos, hidrologia de pequenas bacias, hidráulica de estruturas de controle e segurança, além dos conhecimentos necessários para o licenciamento ambiental e outorga pelo uso da água. Embora aparentemente simples, essas obras têm peculiaridades que exigem um rígido controle da elaboração do projeto, da construção e do monitoramento da obra.

Portanto, é necessária a qualificação dos técnicos atuantes na região para execução correta dos projetos e da supervisão e monitoramento das obras.

Procedimentos

Conforme os objetivos propostos, o programa de pequenas barragens apresenta os seguintes procedimentos

- Apoio à construção de pequenas barragens de acumulação por meio do financiamento das intervenções: essa ação deve iniciar pela formalização de uma linha de financiamento com taxas de juros e condições de pagamento compatíveis com a economia regional. Como parâmetro, devem ser analisadas as condições oferecidas pelo FHIDRO em Minas Gerais para a construção das barraginhas. Após esta formalização, deve ser realizada a divulgação da linha de financiamento e da possibilidade de capacitação técnica para a

realização de projeto e construção das barragens com rebatimento nos dois estados da bacia.

- Treinamento e qualificação de técnicos-projetistas e de operadores de máquinas para a construção: a capacitação dos técnicos será realizada através de um curso de revisão e aprofundamento sobre projetos de pequenas barragens e acompanhamento da elaboração de uma série inicial de projetos em pontos definidos em conjunto com esses técnicos. A execução de projetos deverá seguir a recomendações de fontes consagradas, como o Bureau of Reclamation, SUDENE e DNOCS e materiais mais recentes, como o da Universidade Federal de Lavras (Dimensionamento de Pequenas Barragens para Irrigação). Os projetos gerados pelos técnicos serão objeto de análise e discussão entre o grupo, indicando os pontos mais importantes a serem observados. Após isto, os projetos considerados aptos serão publicados de forma comentada, como uma fonte de consulta para novos projetos. De forma concomitante com a qualificação dos técnicos, deve-se iniciar o processo de treinamento dos operadores de máquinas para a construção das pequenas barragens em um processo semelhante e complementar ao das barraginhas.

Resultados Esperados

Com a implantação das obras, espera-se o aumento da disponibilidade hídrica local, na região de implantação da obra. Quanto à capacitação, espera-se a qualificação de vinte técnicos de nível superior e outra de vinte operadores de máquinas.

Atores Envolvidos

Essa ação envolverá, principalmente, as prefeituras municipais, a CODEVASF, e os serviços de assistência técnica e extensão rural. De modo indireto, atingirá os produtores rurais. O Centro de Estudos sobre a Seca em Montes Claros, implantado com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), é um dos atores a ser considerado pelo seu poder de divulgação e articulação com outras iniciativas do governo mineiro.

Orçamento

Os recursos para pequenas barragens de terra podem ser obtidos junto a diferentes fontes, como por exemplo, o FHIDRO, em Minas Gerais, ou no Programa de Combate à Pobreza Rural – PRODUZIR, na Bahia. O custo de construção de uma pequena barragem de terra pode ser estimado a partir de seu volume de aterro, considerando um valor referencial de US\$ 2 para cada m³, indicativo para obras de pequena complexidade, com uso de maquinários simples, baixas distâncias de transporte de material e apoio de órgãos públicos, como secretarias de obras, serviços de assistência técnica e prefeituras

municipais. Os volumes de aterro devem ser da ordem de 10.000 a 15.000 m³, com que cada uma das barragens deve ter um custo estimado entre US\$ 20.000 e US\$ 30.000. Estes valores devem ser recuperados dentro da lógica dos fundos e programas a serem demandados pelos produtores.

O orçamento final desta linha de ação é estimado, para o período de 05 anos, em R\$ 1.058.000,00, assim distribuídos: treinamento dos operadores de máquinas a R\$ 348.000,00; treinamento dos técnicos a R\$ 560.000,00; e avaliação dos eventos de treinamento: R\$ 150.000,00

É previsto que esse programa tenha início com o treinamento dos técnicos e dos operadores de máquinas. A avaliação dos cursos de treinamento de técnicos e operadores de máquinas deve ser realizada de forma contínua.

Cisternas

Objetivos

Essa ação visa implantar cisternas na bacia, de modo a melhorar a garantia hídrica da população rural.

Justificativa

As cisternas são estruturas simples e eficazes para armazenamento da água das chuvas para atendimento das necessidades básicas familiares, possibilitando, às vezes, a realização da irrigação de salvamento de pequenas hortas e pomares. A implantação de cisternas tem tido um claro apoio governamental nos últimos anos. O Governo de Minas, por meio da COPASA, instalou 1.000 cisternas na região norte mineira com investimentos de quase R\$ 1 milhão, recursos do Estado e União, sendo previsto um novo investimento de mais R\$ 6 milhões para aquisição de outras 4.000 cisternas.

Em 2006, de acordo com o Censo Agropecuário, a média de cisternas por propriedade nos municípios da bacia era de 0,3, contra 0,08 de poços comuns e 0,11 de poços perfurados. Essa relação mostra não apenas a aceitação desta solução, mas também a dificuldade de captação de água subterrânea a pequenas profundidades.

Procedimentos

A construção de cisternas pressupõe a abertura de um reservatório enterrado, que pode ser construído em alvenaria ou revestido com materiais flexíveis, como lonas plásticas. No caso do revestimento em lona, o trabalho pode ser concluído em um único dia, enquanto na alvenaria, o prazo deve ser ampliado para três dias.

Deve ser avaliada a capacidade dos atores em executar a implantação dos reservatórios,

a partir da identificação do parque de máquinas disponível, número e qualificação dos técnicos atuantes na região entre outros. No caso de carência de um destes componentes, deve ser demandada, junto aos governos estaduais, a solução destes problemas através de convênios ou projetos específicos.

Resultados Esperados

Prevê-se a implantação de cerca de 7.500 cisternas na região, sendo 2.500 cisternas para irrigação de hortaliças e criação de animais e 5.000 para abastecimento de 25.000 pessoas em meio rural. A meta é elevar a média de cisternas por propriedade de 0,3 para 0,8, no período de cinco anos.

Atores Envolvidos

Por tratar-se de uma estrutura de uso vinculado essencialmente ao abastecimento humano, órgãos de saneamento devem ser diretamente envolvidos como a FUNASA, a COPASA e a EMBASA. Além disto, por tratar-se de propriedades rurais, os serviços de assistência técnica e extensão rural (EMATER, RURALMINAS) devem participar principalmente na fase de treinamento e qualificação dos proprietários. Por fim, as prefeituras municipais devem atuar especialmente no apoio da abertura dos reservatórios.

Orçamento

O programa deve fornecer o apoio para a abertura do reservatório com o uso de maquinário. O material da cisterna deve ser fornecido ou financiado, de acordo com a política governamental.

O custo de cada cisterna pode ser estimado em R\$ 1.500. Para atingir o objetivo, seriam necessárias cerca de 15.000 cisternas, considerando-se os dados de 2006. Com a implantação de novas obras no período de quatro anos, estima-se a necessidade de 7.500 novas cisternas no âmbito da ação, a um custo de R\$ 11.250.000. Esses recursos devem ser buscados junto a programas governamentais já existentes, cabendo ao programa de segurança hídrica a articulação entre estes atores e a divulgação destas estruturas e do apoio à sua implantação. Os recursos necessários ao Programa são, portanto, essencialmente gerenciais, sendo estimados em R\$ 250.000 anuais, e R\$ 1.250.000 para o período de cinco anos.

Essa ação deve partir da identificação dos atores locais e concretização de uma ação coordenada. Após isto, as áreas sem carências graves devem iniciar a construção das cisternas em prazo não superior a seis meses. Nas áreas em que as limitações são mais severas, a tramitação de processos preparatórios para a assinatura de convênios ou contratos deve consumir no mínimo um ano. A execução das obras pode ser concluída

em um prazo máximo de quatro anos, completando cinco anos de duração total.

7.4 COMPONENTE 4 – GESTÃO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Esse quarto componente do PRH Verde Grande visa implementar um programa de gerenciamento dos recursos hídricos subterrâneos, atuando, principalmente no domínio cárstico-fissurado da bacia.

Objetivo

Esse programa tem como objetivo definir um modelo para o gerenciamento das águas subterrâneas da região, objetivando dotar a região de uma rede integrada de dados capaz de fornecer informações para uma avaliação precisa do comportamento quantitativo e qualitativo das disponibilidades hídricas subterrâneas, bem como a relação entre as disponibilidades hídricas subterrâneas e superficiais.

Com isso, será possível conceber um modelo para a dinâmica das águas subterrâneas desses sistemas aquíferos e conhecer suas reservas hídricas, os quais poderão ser utilizados como ferramentas auxiliares na gestão dos recursos hídricos da bacia do rio Verde Grande e em bacias similares.

Justificativas

O diagnóstico da situação dos recursos hídricos subterrâneos revela que, nas sub-bacias do Alto Verde Grande e Médio Verde Grande – Trecho Alto, a exploração das águas subterrâneas excede as reservas renováveis e os dados disponíveis não permitem estimar com segurança as reservas permanentes.

Esses fatos indicam que a persistir as atuais condições de exploração, sem o desenvolvimento de ações efetivas para o gerenciamento desses recursos, a tendência é que os volumes explorados de água subterrânea venham a superar, pelo menos em algumas áreas, a capacidade de produção do aquífero. Essa constatação é mais evidente nos domínios cárstico-fissurado, onde a situação pode levar ao surgimento de conflitos de uso pelo esgotamento local das reservas com as consequências econômicas e sociais decorrentes.

Um aspecto desafiador é a presença de rochas carbonáticas (calcárias) na bacia. Em regiões onde predominam essas litologias a rede de drenagem superficial tende a ser substituída pela circulação subterrânea, de modo que ocorre uma má distribuição das águas na superfície, onde os inúmeros pontos de infiltração e os condutos subterrâneos produzidos pela carstificação permitem a rápida passagem das águas para o subsolo.

Essa condição se torna ainda mais crítica na bacia do rio Verde Grande em função de suas condições climáticas, com uma longa estação seca e chuvas concentradas em um período curto do ano.

Trata-se assim de um quadro extremamente crítico, que reforça a necessidade de se adotar um modelo eficaz de gestão do uso das águas subterrâneas da bacia, visto que a conservação e exploração dos recursos hídricos subterrâneos sob critérios técnicos/ambientais adequados é condição fundamental para o desenvolvimento sustentável da região. Adicionalmente, cabe destacar a necessidade de entender como o uso intensivo desses recursos subterrâneos influencia o regime hídrico dos rios da bacia, a fim de subsidiar a gestão integrada.

Por outro lado, há de ressaltar que a base dos estudos sobre as disponibilidades hídricas na bacia do rio Verde Grande é constituída de informações hidrológicas e hidrogeológicas consideradas quantitativa e qualitativamente insuficientes para estabelecer um regime sustentável de exploração das águas subterrâneas na região. Assim, a obtenção de dados complementares nesses campos é essencial.

Procedimentos

A gestão dos recursos hídricos subterrâneos deve partir da ampliação do conhecimento sobre os sistemas aquíferos da bacia. A fim de contemplar toda a bacia hidrográfica, o programa foi dividido em dois subprogramas.

O primeiro subprograma tem alcance regional e abrange os aquíferos granulares fissurados e cárstico-fissurados. Neste ambiente será selecionada, entre os poços existentes na bacia, uma rede de pontos de monitoramento das águas subterrâneas para acompanhamento da variação do nível d'água ao longo do ano hidrológico, bem como para permitir a caracterização físico-química das águas subterrâneas.

O segundo subprograma parte da escolha de uma área piloto, no domínio cárstico-fissurado, para monitorar o comportamento hidráulico e hidroquímico das águas subterrâneas neste meio. Este programa visa caracterizar de forma detalhada o meio aquífero, definindo a posição espacial das superfícies potenciométricas ao longo do ano hidrológico, os parâmetros hidrodinâmicos, as condições de circulação e armazenamento e as características hidroquímicas das águas subterrâneas. Ainda, deverá estabelecer as inter-relações entre as zonas favoráveis à captação de água subterrânea, com base nas feições estruturais e morfológicas do marco geológico regional.

a) Implantação de rede de monitoramento regional

Essa primeira linha de ação visa criar uma rede regional de monitoramento da água

subterrânea. Cabe registrar que o IGAM opera na porção mineira da bacia, uma rede de monitoramento de qualidade.

Para isto, estão previstos os seguintes procedimentos.

- Reconhecimento regional: prevê a delimitação das com maior densidade de poços tubulares, em uso ou não, a partir da consulta aos bancos de dados existentes (SIAGAS/CPRM, IGAM/MG, INGÁ/BA, DNOCS, CODEVASF, COPASA, EMBASA, CETEC e outros disponíveis); reconhecimento da geologia regional enfocando os aspectos litoestratigráficos, estruturais e as inter-relações dessas estruturas com os sistemas aquíferos de interesse para monitoramento;

- Implantação de rede de monitoramento regional: propõe-se que a primeira linha de ação seja voltada à implantação de uma rede de monitoramento que contemple poços de medição do nível d'água e de qualidade nos principais aquíferos mapeados da bacia. Para isso deverá ser realizada: a escolha dos poços existentes que possam atender ao programa de monitoramento no que se refere à posição geográfica, profundidade e condições construtivas dos poços; a execução de ensaios de bombeamento estimando-se um total de 20 ensaios; a coleta de água para análise físico-química nos poços tubulares objeto dos ensaios de bombeamento; a instalação de registradores de nível d'água automáticos nos poços escolhidos para compor a rede de monitoramento.

b) Estudo do domínio aquífero cárstico-fissurado

Esse subprograma tem como objetivo propor um modelo para gestão das águas subterrâneas nos sistemas aquíferos instalados em rochas pelíticas e carbonatadas selecionando para tal uma área piloto em que será realizado estudo de detalhe.

O domínio cárstico-fissurado ocorre em aproximadamente 43% da área total da bacia. Os sistemas aquíferos desse domínio, mesmo considerando a grande heterogeneidade na produtividade, é um meio que apresenta alta favorabilidade hidrogeológica. A vazão específica entre os poços disponíveis no banco de dados do SIAGAS varia entre 0,03 a 264 m³/h/m. Dados levantados apontam que cerca de 80% dos poços existentes na bacia estão no domínio cárstico-fissurado, o que demonstra a sua importância no fornecimento de água para o abastecimento da região, o que justifica a proposta de avançar e consolidar o conhecimento do seu comportamento hidrogeológico na região do alto e médio Verde Grande.

A atividade inicial consiste no levantamento de dados básicos que darão subsídios para a seleção da área piloto em que já exista um grande número de poços tubulares em funcionamento. A partir disso, deverão ser realizadas as seguintes atividades:

compatibilização do mapa geológico existente à escala de trabalho com ênfase na litoestratigrafia, na geologia estrutural e nos perfis dos poços tubulares, sempre que possível identificando as entradas d'água; elaboração do mapa hidrogeológico, escala 1:50.000, da área piloto com os pontos d'água inventariados; mapeamento das estruturas e formas cársticas com ênfase nas suas inter-relações com a estratigrafia e geologia estrutural.

A atividade seguinte consiste na implantação da rede de poços de monitoramento de qualidade da água e de nível. A proposta inicial é estabelecer uma malha de observação com um ponto a cada 20 Km², perfazendo um total de aproximadamente 150 poços de monitoramento, mas isso poderá ser ajustado em função dos dados levantados. Para a seleção dos pontos deverão ser identificados aqueles que não estão em operação e poderão ser utilizados para compor a rede. Após essa análise, serão definidos os locais para perfuração dos poços que complementarão a rede de monitoramento, estimados inicialmente em número de 50 para os quais se prevê a realização de perfilagem ótica e ensaios de bombeamento. A rede escolhida deverá ser dotada de sistema de medição automatizado do nível de água. Dada a grande interação entre escoamento superficial e subterrâneo em áreas cársticas propõe-se a instalação de estação fluviométrica a jusante da área piloto associado a 20 pluviógrafos com leitura automatizada junto aos poços de monitoramento, distribuídos o mais uniformemente possível na área piloto.

A partir dos dados gerados pela instalação e operação da rede de monitoramento, será realizada uma caracterização detalhada dos sistemas aquíferos presentes na área piloto. Além dos dados levantados, prevê-se a coleta de água para análise isotópica (trítio e O18) para apoiar o entendimento da hidráulica dos aquíferos.

A integração dos dados deverá permitir atualizar o mapa hidrogeológico com a definição da geometria e distribuição dos aquíferos, indicação de parâmetros hidrodinâmicos, áreas de recarga e descarga e avaliar a relação entre águas superficiais e subterrâneas.

Os elementos da atividade anterior permitirão construir um modelo conceitual da hidrogeologia da região, a fim de que essa atividade possa ser construído um modelo hidrogeológico numérico que deverá ser calibrado e validado com base nos dados da rede de monitoramento. Esse modelo apoiará a definição das diretrizes para a gestão das águas subterrâneas na área. Os resultados poderão ser utilizados para subsidiar o processo decisório em outras áreas de intensa exploração na bacia.

Resultados Esperados

O programa deverá permitir avançar no conhecimento hidrogeológico tanto em termos

qualitativos como quantitativo, criando uma base de dados e informações que dê sustentabilidade técnica e social ao processo de outorga e ao controle da exploração das águas subterrâneas.

Como resultados específicos, espera-se definir com maior segurança as reservas renováveis e permanentes e os limites de exploração sustentáveis dos sistemas aquíferos cárstico-fissurados, detalhar as áreas mais favoráveis ao seu aproveitamento e entender o comportamento da recarga em função da chuva, do escoamento superficial e da exploração.

Atores Envolvidos

A execução desse programa está diretamente vinculada aos órgãos gestores de recursos hídricos: Agência Nacional de Águas; Instituto Mineiro de Gestão das Águas; Instituto de Gestão das Águas e Clima.

O Serviço Geológico Brasileiro (CPRM) com sua experiência em hidrogeologia poderá ser importante parceiro dessa atividade. Nesse aspecto, cumpre destacar que o Estado de Minas Gerais tem convênio em andamento com a CPRM que prevê a realização de estudos hidrogeológicos no norte do Estado de Minas, região que abrange a bacia do rio Verde Grande, com vistas a melhorar o conhecimento dos aquíferos e subsidiar a definição de vazões insignificantes para fins de outorga. Nesse sentido, existe uma grande oportunidade de integração desse estudo aos objetivos.

Orçamento

A implantação e operação da rede de monitoramento regional foi estimada em R\$ 368.000,00 para um período de 4 anos enquanto o estudo da área piloto foi orçado em R\$ 2.959.200,00.

7.5 INVESTIMENTOS

Os investimentos propostos no PRH Verde Grande chegam a cerca de R\$ 1,25 bilhão de reais assim distribuídos: 93% no Componente 3, 6% no Componente 2, enquanto as Componentes 1 e 4 somadas chegam a 1% (Figura 7.9).

A concentração dos recursos no Componente 03 está vinculada às ações relacionadas aos investimentos em infra-estrutura da bacia para incremento da oferta hídrica e saneamento.

Os Componente 1 e 4, embora representem recursos da ordem de apenas R\$ 10 milhões, são essenciais para o êxito do PRH Verde Grande. Os custos estimados para a

implementação dessas ações são relativamente reduzidos quando comparados aos avanços que poderão proporcionar à região em termos de gestão da água.

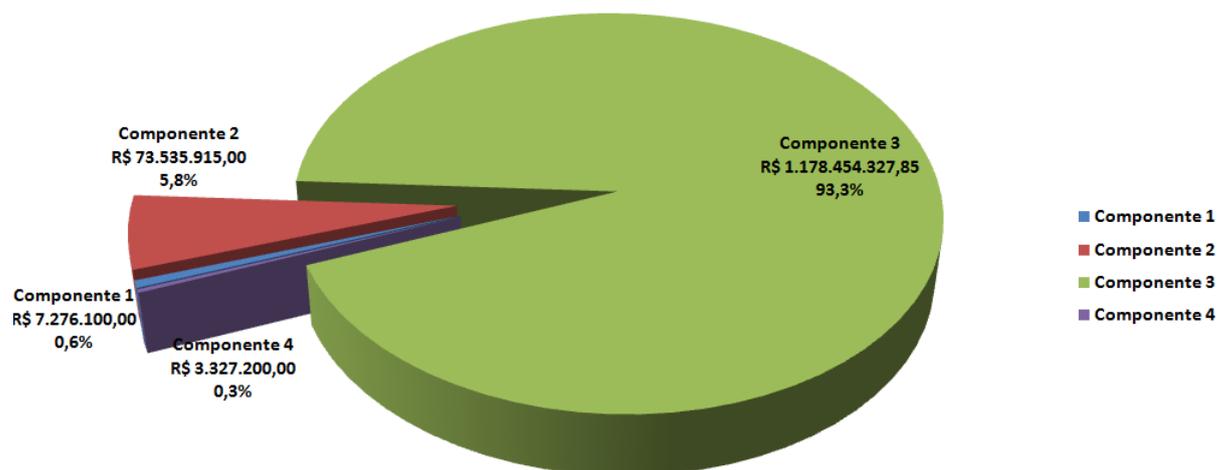


Figura 7.9 – Orçamento do PRH Verde Grande por componente

O cronograma físico-financeiro integrado dos investimentos mostra que 50% dos recursos são propostos para ocorrerem nos primeiros 05 anos de implementação do PRH em função (Figura 7.10).

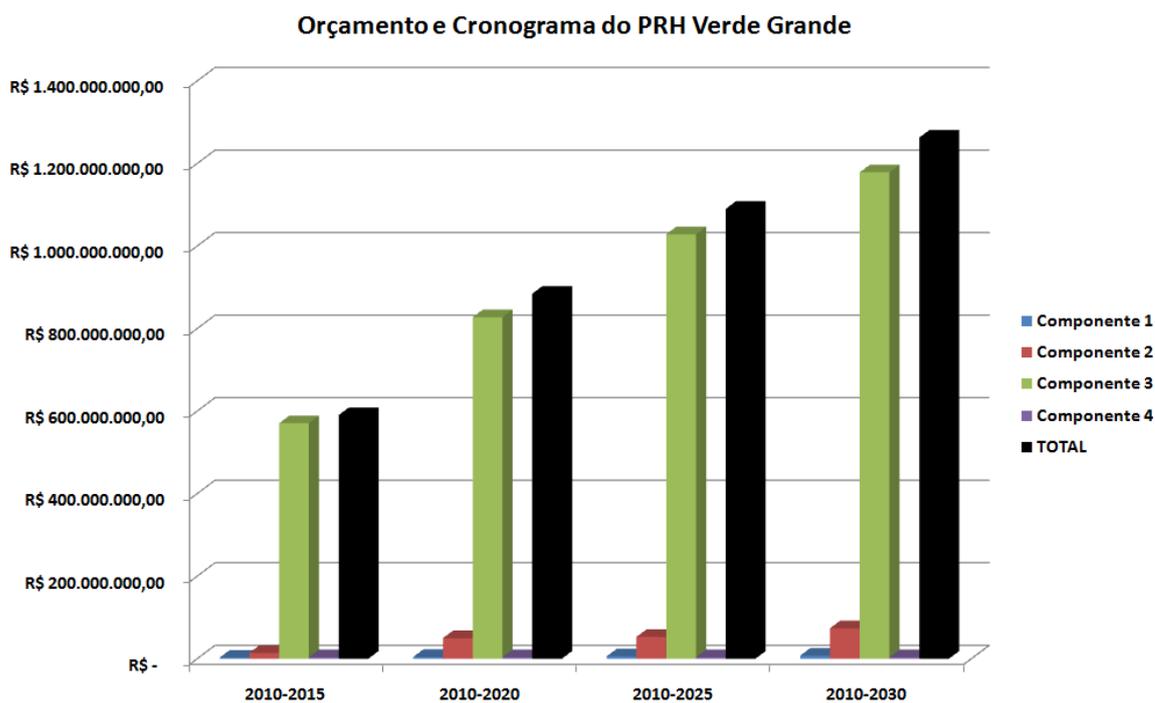


Figura 7.10 – Orçamento e cronograma do PRH Verde Grande

Na Tabela 7.8 são apresentados os custos de investimentos para implantação/implementação dos programas propostos sem considerar custos de operação e manutenção.

Tabela 7.8 – Cronograma físico-financeiro do PRH Verde Grande

COMPONENTE / PROGRAMA / AÇÃO	ORÇAMENTO	CRONOGRAMA				Principais Atores
	INVESTIMENTO / IMPLANTAÇÃO	2010 - 2015	2015 - 2020	2020 - 2025	2020 - 2030	
Componente 1: Gestão de Recursos Hídricos e Comunicação Social	R\$ 4.801.900,00	R\$ 3.009.400,00	R\$ 597.500,00	R\$ 597.500,00	R\$ 597.500,00	
<u>Programa 1.1. Implementação dos Instrumentos de Gestão</u>	R\$ 2.800.000,00	R\$ 1.150.000,00	R\$ 550.000,00	R\$ 550.000,00	R\$ 550.000,00	
Ação 1.1.1. Outorga	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	ANA, INGÁ e IGAM
Ação 1.1.2. Fiscalização	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Ação 1.1.3. Enquadramento dos corpos hídricos	R\$ 600.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Ação 1.1.4. Cobrança pelo uso da água	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Ação 1.1.5. Sistema de informações	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	
Ação 1.1.6. Revisão do PRH	R\$ 2.000.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	
<u>Programa 1.2. Monitoramento hidrológico</u>	R\$ 1.390.900,00	R\$ 1.248.400,00	R\$ 47.500,00	R\$ 47.500,00	R\$ 47.500,00	
Ação 1.2.1. Monitoramento pluviométrico e fluviométrico	R\$ 190.000,00	R\$ 47.500,00	R\$ 47.500,00	R\$ 47.500,00	R\$ 47.500,00	ANA, INGÁ, IGAM, Comitê CPTEC/INPE
Ação 1.2.2. Monitoramento qualitativo	R\$ 840.900,00	R\$ 840.900,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Ação 1.2.3. Previsão e alerta contra eventos hidrológicos críticos	R\$ 216.000,00	R\$ 216.000,00				
Ação 1.2.4. Avaliação dos impactos de Mudanças Climáticas sobre Recursos Hídricos	R\$ 144.000,00	R\$ 144.000,00				
<u>Programa 1.3. Comunicação Social, Educação e Conscientização Ambiental em Recursos Hídricos.</u>	R\$ 611.000,00	R\$ 611.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	Comitê

COMPONENTE / PROGRAMA / AÇÃO		ORÇAMENTO	CRONOGRAMA				Principais Atores
Componente 2: Racionalização dos Usos e Conservação de Solo e Água		R\$ 60.210.915,00	R\$ 21.630.941,00	R\$ 14.716.974,00	R\$ 11.931.500,00	R\$ 11.931.500,00	
<u>Programa 2.1. Racionalização dos Usos</u>		R\$ 12.484.915,00	R\$ 9.699.441,00	R\$ 2.785.474,00	R\$ -	R\$ -	
	Ação 2.1.1. Controle de Perdas no Abastecimento	R\$ 9.284.915,00	R\$ 6.499.441,00	R\$ 2.785.474,00	R\$ -	R\$ -	Prefeituras e Concessionárias
	Ação 2.1.2. Aumento da eficiência uso da água na irrigação	R\$ 3.200.000,00	R\$ 3.200.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	ANA, IGAM, INGÁ, CODEVASF, Produtores, técnicos e gestores
<u>Programa 2.2. Conservação de Solo e Água</u>		R\$ 47.726.000,00	R\$ 11.931.500,00	R\$ 11.931.500,00	R\$ 11.931.500,00	R\$ 11.931.500,00	
	Ação 2.2.1. Recuperação da mata ciliar	R\$ 28.403.000,00	R\$ 7.100.750,00	R\$ 7.100.750,00	R\$ 7.100.750,00	R\$ 7.100.750,00	IEF, IMA, Prefeituras e Concessionárias de Saneamento
	Ação 2.2.2. Recuperação de áreas degradadas inclusive em UCs	R\$ 19.323.000,00	R\$ 4.830.750,00	R\$ 4.830.750,00	R\$ 4.830.750,00	R\$ 4.830.750,00	
Componente 3: Incremento da Oferta Hídrica e Saneamento		R\$ 991.134.512,65	R\$ 506.128.118,31	R\$ 250.775.375,21	R\$ 224.096.393,57	R\$ 10.134.625,57	
<u>Programa 3.1. Saneamento</u>		R\$ 614.985.969,55	R\$ 271.423.775,21	R\$ 195.800.775,21	R\$ 137.626.793,57	R\$ 10.134.625,57	
	Ação 3.1.1. Apoio aos Planos Municipais de Saneamento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	Prefeituras, Concessionárias de Saneamento, FEAM, IMA, SUPRAM
	Ação 3.1.2. Ampliação dos Sistemas de Abastecimento Urbano	R\$ 233.959.000,00	R\$ 154.791.000,00	R\$ 79.168.000,00	R\$ -	R\$ -	
	Ação 3.1.3. Esgotamento sanitário	R\$ 293.193.548,00	R\$ 82.850.690,00	R\$ 82.850.690,00	R\$ 127.492.168,00	R\$ -	
	Ação 3.1.4. Resíduos sólidos	R\$ 87.833.421,55	R\$ 33.782.085,21	R\$ 33.782.085,21	R\$ 10.134.625,57	R\$ 10.134.625,57	
	Ação 3.1.5. Controle de Poluição Industrial	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<u>Programa 3.2. Incremento da Oferta de Água</u>		R\$ 376.148.543,10	R\$ 234.704.343,10	R\$ 54.974.600,00	R\$ 86.469.600,00	R\$ -	
	Ação 3.2.1. Regularização de vazões	R\$ 28.720.000,00	R\$ 14.360.000,00	R\$ 14.360.000,00	R\$ -	R\$ -	Prefeituras, CODEVASF

COMPONENTE / PROGRAMA / AÇÃO		ORÇAMENTO	CRONOGRAMA				Principais Atores
Ação 3.2.2. Transposição de vazão entre bacias		R\$ 340.250.543,10	R\$ 213.166.343,10	R\$ 40.614.600,00	R\$ 86.469.600,00	R\$ -	ANA, IGAM, DNOCS, COPASA, CODEVASF
Ação 3.2.3. Ampliação da segurança hídrica no meio rural		R\$ 7.178.000,00	R\$ 7.178.000,00				Prefeituras, CODEVASF, Produtores
Componente 4. Gestão de Águas Subterrâneas		R\$ 3.138.400,00	R\$ 3.138.400,00				
Ação 4.1 Monitoramento Quali-Quantitativo		R\$ 199.800,00	R\$ 199.800,00				ANA, IGAM, INGÁ
Ação 4.2 Estudos dos Sistemas Aquíferos Cárstico e Cárstico-Fissurado		R\$ 2.938.600,00	R\$ 2.938.600,00				
TOTAL GERAL		R\$ 1.059.285.727,65	R\$ 533.906.859,31	R\$ 266.089.849,21	R\$ 236.625.393,57	R\$ 22.663.625,57	

8. ARRANJO INSTITUCIONAL PARA GESTÃO

A gestão das águas na bacia do rio Verde Grande deve fundamentar-se nos mecanismos de tomada de decisão e nos pactos para dar suporte à implementação, operação e manutenção dos programas e ações constantes do Plano de Recursos Hídricos. Para tal, o arranjo institucional deve apresentar um conjunto de regras claras, estáveis e sustentáveis para a solução dos conflitos pelo uso da água e promoção do desenvolvimento econômico e social da bacia.

Cabe destacar que a bacia do rio Verde Grande conta com um sistema de governança das águas com importante grau de amadurecimento baseado em dois pilares essenciais para a implementação do PRH Verde Grande: o consenso sobre conceito de comitê único e a existência de um pacto entre os órgãos gestores de recursos hídricos que atuam na bacia.

A instituição do Comitê da Bacia do Verde Grande, em 2003, é um marco para a governança das águas na bacia, pois possibilitou que as políticas e ações emanadas dos poderes públicos tivessem um interlocutor territorial para negociação. Nos anos seguintes, o diálogo entre os órgãos gestores e o Comitê da Bacia se intensificou possibilitando a fusão das iniciativas em um modelo de governança mais bem articulado para bacia com a criação, em 2005, das comissões gestoras de reservatórios para estabelecimento do pacto de alocação da água.

Instituído como um comitê de bacia de rio de domínio da União, o Comitê da Bacia do Verde Grande conviveu por um período com o Comitê dos Afluentes Mineiros do Verde Grande até tornar-se o primeiro comitê único do País, abrangendo os rios de domínio da União, dos Estados de Minas Gerais e da Bahia. Essa nova configuração se materializou nas deliberações de ambos os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e no novo regimento interno do comitê, aprovado em 25 de março de 2009.

Concomitantemente com a estruturação do Comitê da Bacia, desencadeou-se um processo de articulação dos órgãos gestores de recursos hídricos que resultou no protocolo de intenções firmado pela ANA, Comitê da Bacia da Verde Grande, IGAM e INGÁ, em 08 de dezembro de 2009, que determina que os signatários comprometem-se com a atuação integrada por meio da harmonização de procedimentos e critérios que garantam o tratamento isonômico relação aos instrumentos técnicos de gestão, a instalação de estruturas de apoio nas cidades de Janaúba e Montes Claros no Estado de Minas Gerais e, Urandi, no Estado da Bahia e a formação um grupo técnico de trabalho para discutir, formular e efetivar instrumentos específicos para imediata implementação das diretrizes de ação.

Por outro lado, para conferir completude ao arranjo institucional, conforme o modelo de

gestão das águas adotado no Brasil, as agências de água são propostas para constituírem a estrutura executiva do Comitê de Bacia, apresentando três papéis fundamentais: suporte técnico voltado a produzir estudos e análises sobre temas relativos aos usos e à conservação das águas da bacia; financeiro, pois desempenha a função de arrecadar os recursos financeiros e promover a sua aplicação em consonância com as orientações dos comitês de bacia; e administrativo, voltado a propiciar o funcionamento do comitê, sua secretaria executiva e, no caso específico da bacia do Verde Grande, das comissões gestoras. A criação das agências está condicionada à sustentabilidade financeira advinda da implantação do instrumento da cobrança, cuja competência para aprovação é do Comitê de Bacia que sugere os mecanismos e os valores a serem submetidos ao Conselho Nacional aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.

Na montagem do arranjo institucional para a bacia, deve ser considerado também o pano de fundo do processo de discussão sobre a criação da agência de bacia e a implantação da cobrança pelo uso da água na bacia do rio São Francisco. A inserção da bacia do Verde Grande no contexto maior de uma bacia que já possui comitê instalado, plano de recursos hídricos, resoluções relativas à cobrança pelo uso da água e o modelo de agência de bacia é essencial.

Nesse aspecto, cabe registrar que, após três anos e meio de debate sobre o tema, o Comitê da Bacia do São Francisco, à luz da Lei 10.881, de 2004, definiu o modelo de delegação de competência tendo optado pela Associação Executiva de Apoio à Gestão (AGB) Peixe Vivo como entidade delegatária das funções de agência de bacia. A AGB Peixe Vivo já havia sido reconhecida como entidade equiparada para as funções de agência pelos comitês de bacia do rio das Velhas, Pará, dos afluentes do entorno da represa de Três Marias e do Alto São Francisco.

A AGB Peixe Vivo tende assim a assumir uma escala de atividade que contribui para o seu equilíbrio econômico-financeiro. O desafio que se coloca para essa agência é a capacidade de atuar na gestão de recursos hídricos em uma bacia extensa e complexa e de estabelecer uma dinâmica operacional capaz de atender aos diferentes contratos de gestão que deverão orientar sua atuação, estabelecendo o diálogo com diferentes comitês de bacia das quais recebeu delegação.

Dentre desse panorama, verifica-se que o modelo de governança da bacia do Verde Grande deverá ter grande interlocução com o arranjo institucional para a gestão do conjunto da bacia do São Francisco, sendo que o Comitê da Bacia do rio Verde Grande tem papel estratégico e fundamental.

Desse modo, foi realizada uma análise das alternativas de arranjo institucional para gestão considerando a questão da sustentabilidade financeira de uma agência. As alternativas

existentes são de adoção do modelo de gestão da bacia do São Francisco com delegação para a AGB Peixe Vivo e de criação de uma entidade exclusiva para a bacia do rio Verde Grande.

Cumprir destacar que, independentemente do modelo adotado, os custos relativos à implantação do PRH Verde Grande demandarão um complexo esquema de financiamento das ações previstas, que exige a implantação de uma agência com capacidade de apoiar tecnicamente o Comitê da Bacia.

Adicionalmente, cabe esclarecer que, entre as alternativas de natureza jurídica das agências de bacia hidrográfica disponibilizadas pelo marco legal institucional da administração pública e da gestão dos recursos hídricos, a opção compatível com o atual estágio do gerenciamento de recursos hídricos da bacia do Verde Grande é a delegação de competência para uma Associação Civil de Direito Privado.

As simulações de cobrança realizadas consideraram as demandas atuais estimadas e as vazões outorgadas levantados no PRH. As estimativas realizadas baseiam-se nos preços unitários básicos e os coeficientes praticados na bacia do rio São Francisco conforme a Deliberação CBHSF nº 40 - Anexo II, 06 de maio de 2009. Ao utilizar os mecanismos e os valores praticados para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nessa bacia, respeita-se a tendência de convergência entre o modelo de gestão adotado nessa bacia e o que deverá ser adotado na bacia do Verde Grande.

A simulação com a demanda de água estimada, referente ao ano de 2007, indica um potencial de arrecadação na bacia de R\$ 2.280.391,55 dos quais 22% são de captação, 43% de consumo e 35% de lançamento (DBO). A arrecadação por setor usuário revela que 71% referem-se ao abastecimento humano urbano, 13% à pecuária, 9% à irrigação e 7% ao uso industrial. A análise espacial identifica ainda que a sub-bacia do Alto Verde Grande se destaca por representar 56% do potencial arrecadável, função principalmente da concentração populacional. Além disso, quando se consideram captações e consumo, que totalizam R\$ 1.476.588,05, estima-se que 91% da arrecadação provenham de águas de domínio estadual (superficial e subterrânea) e 9% de águas superficiais da União.

A simulação considerando os volumes outorgados, tendo como referência o ano de 2009, indica um potencial de arrecadação superior, correspondente a R\$ 3.206.371,46 dos quais 34% são da captação, 43% do consumo e 23% do lançamento (DBO). A arrecadação por setor usuário revela que 93% correspondem ao abastecimento humano urbano, 5% ao uso industrial, 2% à irrigação e 0,2% à pecuária. A análise por sub-bacia revela um predomínio ainda maior do Alto Verde Grande, arrecadação de 94% do total previsto, que se explica em função da concentração das outorgas, especialmente aquelas voltadas para o abastecimento urbano. Quando se consideram captações e consumo, que totalizam R\$

2.475.991,40, estima-se que 99% da arrecadação provenham de águas de domínio estadual (superficial e subterrânea) e 1% de águas superficiais da União.

Conforme as simulações indicam, a maior parte da arrecadação deverá provir dos corpos de água do domínio dos Estados, especialmente de Minas Gerais.

Com relação ao dimensionamento de uma agência de bacia exclusiva para a bacia, destaca-se que a mesma deve atender às necessidades definidas pelo Comitê da Bacia, colegiado deliberativo máximo do sistema de gestão de recursos hídricos. Como aproximação inicial, considerou-se que uma agência exclusiva deveria contar com a seguinte estrutura: assembleia geral, conselho de administração, conselho fiscal, direção geral, secretaria geral, diretoria de técnica e operacional e gerência administrativa e financeira. Essa estrutura se materializa em três diretores, secretário geral, dois gerentes de projetos, dois técnicos contábeis e três profissionais de nível superior com formação em gerenciamento de recursos hídricos aos quais se vinculariam mais dois técnicos de nível médio.

Essa estrutura organizacional sugerida pode ser adequada aos valores da cobrança pelo uso da água definidos pelo Comitê de Bacia. A capacidade de identificar e angariar apoios nas demais organizações públicas e privadas que atuam na bacia também será um fator a ser considerado nas adaptações ao modelo ideal proposto. Dessa forma, a estrutura organizacional preconizada é dinâmica e adaptável à realidade no momento de sua efetiva implementação.

A estrutura dessa agência apresenta custo de R\$ 920.020,00 anuais, sendo acrescidos aos R\$ 800.020,00 anuais relativos às despesas com pessoal, R\$ 10.000,00 mensais de despesas operacionais (telefone, deslocamentos da equipe, aluguel de veículo, apoio de informática entre outros) totalizando um acréscimo de R\$ 120.000,00 anuais. O custo total demandaria, de acordo com a Lei 9.433, de 1991, que estabelece o limite de 7,5% para pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo, a cobrança de um valor aproximado de R\$ 12,3 milhões. A garantia dos recursos necessários para a operação de uma agência de bacia exclusiva exige, desse modo, reajustes substanciais nos valores da cobrança pelo uso da água adotados no São Francisco.

Considerando-se a hipótese de delegação de competência para a AGB Peixe Vivo, os custos de direção e gerência administrativa e financeira são otimizados. Estima-se que a AGB Peixe Vivo poderia agregar ao seu quadro funcional atual uma equipe básica, lotada na bacia do rio Verde Grande, responsável pela secretaria executiva do Comitê da Bacia do Verde Grande e pelo suporte às comissões gestoras, com uma estrutura composta por um gerente de projeto, dois profissionais de nível superior e dois auxiliares técnicos. Deve-se contemplar também a possibilidade de escritórios em Janaúba (MG) e Urandi (BA) com

vistas a minimizar os custos de deslocamento para atender a atribuição de dar apoio às Comissões Gestoras.

Os custos referentes à direção geral e ao conselho de administração seriam nesse caso também absorvidos pela atual estrutura da AGB Peixe Vivo, mantendo-se apenas a previsão de R\$ 120.000,00 anuais para o custeio da estrutura local e despesas administrativas. Dessa forma, o custo global para o desempenho das funções de agência de bacia seria reduzido para R\$ 415.000,00 anuais, o que corresponderia a uma arrecadação aproximada de R\$ 5,5 milhões anuais proveniente da cobrança pelo uso dos recursos hídricos (7,5% do total arrecadado poderiam ser destinados à agência segundo a Lei 9.433 de 1997).

Os dados levantados indicam claramente maior viabilidade operacional no reconhecimento da AGB Peixe Vivo para o exercício das funções de agência na bacia do rio Verde Grande. Essa opção resulta na otimização de boa parte dos custos operacionais e de gestão dada a economias de escala alcançada.

Conforme as simulações realizadas mostram, a delegação de competência para a AGB Peixe Vivo demandará do Comitê da Bacia um processo amplo de negociação para uma maior redução dos custos e, também, para identificar receitas complementares como, por exemplo, os repasses do Fundo Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – FHIDRO/MG reservados para a manutenção das secretarias executivas dos Comitês Mineiros. Destaca-se ainda a importância da manutenção de uma estrutura de apoio robusta, no âmbito do Comitê da Bacia, para acompanhar o trabalho da agência, tendo em vista o fato do centro de decisão da agência estar localizado em Belo Horizonte. A capacidade executiva e o grau de autonomia da estrutura lotada na bacia do rio Verde Grande é um ponto importante de discussão para viabilizar a operação adequada do arranjo institucional para a gestão.

9. CONCLUSÕES

A bacia do rio Verde Grande apresentou significativo desenvolvimento nas últimas décadas o que lhe confere papel de destaque no contexto regional do norte do Estado de Minas Gerais e sul do Estado da Bahia. Esse crescimento foi baseado na utilização dos seus recursos naturais: água (superficial e subterrânea) e solos.

A bacia é atualmente fortemente polarizada pela cidade de Montes Claros, que concentra 40% da população e a maior parte da atividade industrial. No restante da bacia, destaca-se a pecuária extensiva e a agricultura com certo grau de tecnificação.

Um dos principais fatores do desenvolvimento da região foi a implantação dos perímetros públicos irrigados da CODEVASF e do DNOCS a partir da década de 1970 aos quais se somou a disponibilização de incentivos governamentais, que acabou por criar, em Montes Claros, um parque industrial. Com o crescimento da irrigação, foram registrados, no final da década de 1980, os primeiros conflitos pelo uso da água. Os conflitos que se sucederam levaram a uma série de ações de gestão de recursos hídricos pontuais e descontinuadas.

Assim, o quadro atual que se verifica é que a demanda de água para os diferentes usos na bacia, dos quais se destaca a irrigação que consome 90% da água, exige a utilização plena da disponibilidade hídrica superficial no período de estiagem. Para atendimento pleno dessa demanda, são intensamente utilizadas as águas subterrâneas, que, em algumas áreas, apresentam indicações de exploração além de limites sustentáveis.

Cabe destacar que, no pano de fundo dessa condição de deficiência hídrica, está a localização da bacia em uma região de clima semi-árido com baixa disponibilidade de água superficial. Embora a criação de reservatórios tenha permitido o aumento da utilização da água, essa condição de incremento do uso não existe mais. Nesse aspecto vale ressaltar ainda que a redução da água disponível nos corpos hídricos repercute na piora da qualidade das águas em função da reduzida capacidade de diluição de cargas.

Considerando o papel fundamental que a água desempenha para essa região é urgente implantar um planejamento que considere a sustentabilidade da sua utilização. O quadro de déficit hídrico generalizado, observado na bacia, torna a gestão da água um instrumento imprescindível para que a bacia possa continuar se desenvolvendo. Do contrário, os conflitos pelo uso da água tenderão a se acirrar e o desenvolvimento regional será limitado, produzindo suas indesejadas conseqüências sociais e econômicas.

Nesse contexto, adquire especial relevância o papel dos órgãos gestores de recursos hídricos – Agência Nacional de Águas, Instituto Mineiro de Gestão das Águas, Instituto de Águas e Clima -, e do Comitê de Bacia do rio Verde Grande como esfera de representação dos interesses e visões da sociedade da bacia. A criação de um novo paradigma na gestão

da água nessa bacia deverá partir do fortalecimento do papel do Comitê da Bacia e da ação coordenada e continuada desses órgãos gestores.

Assim, as potencialidades agropecuária e mineral, que tornam a bacia estratégica para a região, sinalizam também para importantes oportunidades para que o desenvolvimento socioeconômico regional possa vir a ser construído em bases sustentáveis. O papel que a água desempenha na estruturação e no desenvolvimento da bacia e o grau de interferência que pode sofrer, tanto em disponibilidade quanto qualidade, demonstram a necessidade do adequado planejamento da sua utilização e conservação.

Nesse sentido, o PRH Verde Grande foi concebido com o objetivo de solucionar e minimizar os conflitos pelo uso da água, estabelecendo, para tal, diretrizes para o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos de forma sustentável, proporcionando, assim, a melhoria das condições de vida da população.

Na direção da construção de um planejamento baseado numa visão ampla e integrada das questões críticas que afetam a bacia, o PRH foi elaborado num processo participativo que contou com três rodadas de reuniões públicas, realizadas em três cidades da bacia, e o acompanhamento de uma câmara técnica constituída pelo Comitê da Bacia. Essas atividades resultaram na aprovação das etapas de diagnóstico, prognóstico e a proposição de propostas de intervenções que compõem o PRH. Além disso, os trabalhos contaram com o acompanhamento de técnicos do IGAM e INGÀ.

A partir do diagnóstico da situação atual da utilização dos recursos hídricos e das alternativas para viabilizar o aproveitamento futuro, foi possível propor um conjunto de ações não estruturais e estruturais para a bacia.

Essas ações são direcionadas para a harmonização no uso da água, permitindo antecipar e minimizar os problemas, e estão agrupadas em três componentes: Gestão de Recursos Hídricos e Comunicação Social, Racionalização dos Usos e Conservação dos Solos, Saneamento e Incremento da Oferta Hídrica, e Gestão de Águas Subterrâneas. O custo total dos investimentos é de R\$ 1,2 bilhão até o ano de 2030.

O conjunto de ações propostas no PRH Verde Grande se traduzem em quatro vertentes de intervenções: redução do consumo de água, incremento da oferta hídrica, gestão das águas subterrâneas e implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos.

Na questão da redução do consumo hídrico, destacam-se as ações propostas para controle de perdas no abastecimento urbano em 7 cidades e, principalmente, a racionalização do uso da água na irrigação. A irrigação recebeu pela sua importância econômica e pela demanda de água envolvida. Nesse aspecto, cabe ressaltar a importância de propostas voltadas para a concepção de linhas de crédito subsidiadas para viabilizar a substituição de equipamentos

e métodos, a melhora do manejo da água via capacitação de produtores e assistência técnica rural, e a criação de certificação pelo uso racional de usuários eficientes. A meta global dessas propostas é a redução de 17% do consumo atual, equivalente a 1,4 m³/s.

Essas ações de racionalização do uso da água permitirão à bacia credenciar-se para as obras de infraestrutura para incremento da oferta hídrica que são igualmente necessárias. As alternativas estudadas consideraram a utilização dos recursos hídricos internos da bacia, por meio da construção de barragens para regularização de vazões, e externos, através de transposições. Os resultados obtidos indicam que as 14 barragens com maior potencialidade hídrica conseguem regularizar em conjunto, 1,53 m³/s, a um custo de R\$ 484 milhões. As transposições do Congonhas e do Jaíba, por sua vez, têm o potencial para incrementar a disponibilidade hídrica, respectivamente, em 2,0 m³/s e 4,5 m³/s com custos de R\$ 228 milhões e R\$ 132 milhões.

No caso da transposição do Congonhas, afluente da bacia do Jequitinhonha, verifica-se a necessidade de apoio às ações já iniciadas pelo DNOCS para sua implantação, de modo a garantir a execução da obra em cronograma adequado dada sua importância para a bacia e, em especial, para a cidade de Montes Claros, que tem nela o principal suprimento de água para os próximos anos com uma demanda prevista em torno de 1,2 m³/s até 2030 (com redução das perdas no sistema de abastecimento atinge 0,9 m³/s). Cabe comentar que esse projeto ainda está em fase de atendimento dos condicionantes ambientais da barragem, não tendo sido ainda iniciados os procedimentos referentes ao sistema adutor, e que a previsão é de que a COPASA seja responsável pela operação e manutenção, após a conclusão das obras, de toda a infraestrutura do sistema.

As três aduções propostas do Projeto Jaíba, que consideram a utilização de água captada pelo perímetro de irrigação do rio São Francisco, permitem incrementar a disponibilidade hídrica do rio Verde Grande nas cidades de Jaíba e Verdelândia, respectivamente em 1,5 m³/s, e ainda acrescentar 1,5 m³/s no rio Gortuba. Cabe destacar que essa última etapa de adução para o Gortuba apresenta custos significativamente mais elevados que as anteriores, representando aproximadamente 50% do custo total das obras de transposição (R\$ 61 milhões) em função das distâncias e desníveis a serem transpostos. Assim, poderá ser considerada eventualmente apenas a adução dos 4,5 m³/s no rio Verde Grande (1,5 m³/s em Jaíba e 3,0 m³/s em Verdelândia).

Cabe ressaltar que, para viabilização dessas transposições, será necessária a criação de entidade que congregue os usuários a serem beneficiados para fins de ressarcimento dos custos de operação e manutenção das estruturas civis, que deverão ser pagos à CODEVASF (transposição do Jaíba tem custo de operação e manutenção de R\$ 0,32

milhões por m³) e/ou COPASA (transposição do Congonhas tem custo de operação e manutenção estimado em R\$ 2,03 milhões por m³).

Dado o potencial, contudo, que as barragens apresentam para atendimento de demandas localizadas e considerando que os projetos existentes estão ainda em estágio básico, é proposta a realização de estudos de viabilidade desses empreendimentos bem como a realização de inventários de novos eixos barráveis em duas áreas da bacia.

Considerando o cenário crítico da relação entre uso da água e disponibilidade hídrica superficial na bacia, adquire especialmente importância conhecer com segurança as reservas subterrâneas que podem ser exploradas de maneira sustentável na bacia. Essas reservas poderão ser estratégicas para o desenvolvimento futuro da bacia ou poderão ser objeto de instalação de novos conflitos. Por isso, o PRH Verde Grande propõe um componente com duas linhas de ação: ampliação da rede de monitoramento regional com o monitoramento de níveis, além do qualitativo já realizado pelo IGAM e estudo de detalhe dos sistemas aquíferos do domínio cárstico-fissurado, que são os mais explorados em toda a bacia. Os resultados obtidos deverão permitir conhecer o potencial das reservas subterrâneas, seu estágio de utilização e estabelecer diretrizes, inclusive para outorga, para seu aproveitamento em bases sustentáveis.

O cenário crítico de escassez de água torna fundamental a implantação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos e exige ações integradas dos órgãos gestores de recursos hídricos atuantes na bacia, dado que a utilização da disponibilidade hídrica subterrânea repercute sobre a disponibilidade hídrica superficial.

A outorga, instrumento de garantia do exercício dos direitos de uso da água, deve ser ampliada, já que há necessidade de regularização de usuários em toda a bacia. As estimativas apontam que existem cerca de 17 mil ha irrigados, de um total de 39 mil ha existentes, que ainda não estão outorgados e que apenas 10% dos poços estimados em operação, de um total de aproximadamente 3.800, possuem outorga. Adicionalmente, métodos ineficientes, como sulcos, ainda são utilizados na bacia. Por isso, é estabelecida a diretriz de que a revisão e concessão de outorgas exigirá eficiência de uso da água tanto no método quanto no sistema de distribuição da água, de modo que usuários ineficientes não possam mais ter seus pedidos deferidos. Complementarmente, a fiscalização deve ser ativa e periódica, a fim de garantir o cumprimento das outorgas e condicionantes estabelecidos pelo marco regulatório (alocação negociada) já estabelecido nos rios Gorutuba (incluindo o reservatório do Bico da Pedra) e Verde Grande. O rio Verde Pequeno deverá estabelecer seu marco regulatório com base em uma alocação negociada anualmente, considerando os níveis dos reservatórios de Estreito e Cova da Mandioca, dadas as impossibilidades verificadas de incremento da oferta hídrica nessa bacia no horizonte de 2030.

Com relação ao instrumento do enquadramento dos corpos hídricos, o PRH propõe a ampliação da rede de monitoramento qualitativo de 14 para 29 estações associada ao monitoramento de vazões, a fim de subsidiar a elaboração de uma proposta de enquadramento adaptada às condições da realidade da bacia em que a intermitência dos rios é aspecto fundamental.

Em relação à cobrança pelo uso da água, são apresentadas simulações do potencial de arrecadação na bacia, considerando as outorgas existentes e as demandas de água identificadas. Esses resultados servirão de apoio para a discussão, após aprovação do PRH Verde Grande, da implementação desse instrumento na bacia bem como do arranjo institucional, pois os valores arrecadados deverão ser utilizados para a criação de uma agência de água própria ou delegação para a AGB Peixe Vivo, entidade delegatária da bacia do São Francisco.

Para complementar o conjunto de instrumentos fundamentais para a gestão da água, é proposta a ampliação da rede de monitoramento hidrológico com a instalação de 7 estações fluviométricas, atingindo assim um total de 19, e 4 novas estações pluviométricas próximas às cabeceiras na bacia. A melhoria do comportamento hidrológico da região é fundamental para subsidiar o processo de tomada de decisão futura em todas as ações que envolvem a gestão dos recursos hídricos na bacia.

Além dessas questões estratégicas, o PRH Verde Grande aponta para a necessidade de investimentos para universalização do saneamento ambiental, ampliação da segurança hídrica no meio rural, recuperação de matas ciliares, desenvolvimento da educação ambiental voltada para recursos hídricos.

Os investimentos em saneamento na região são fundamentais para o crescimento sustentável das cidades sem comprometimento dos recursos hídricos e da saúde da população. No caso do abastecimento de cidades, embora a condição atual seja de quase universalização do serviço, verifica-se a necessidade de investimentos para atendimento do crescimento populacional nos próximos anos em diversos municípios dos quais merece destaque Montes Claros, que tem como principal alternativa para atendimento da demanda de água urbana a importação de água da bacia do Jequitinhonha, via transposição do Congonhas. Na questão do tratamento de esgotos, faz-se necessário universalizar a cobertura de coleta e tratamento, a despeito da significativa redução de carga poluente prevista pela operação da estação de tratamento de esgoto de Montes Claros, recentemente inaugurada. No tema resíduos sólidos, é proposta a desativação dos lixões e aterros controlados presentes na bacia e que a disposição seja realizada em aterros sanitários em todos os municípios com a instalação de unidades de triagem e compostagem.

A prolongada estação seca, associada a períodos cíclicos de estiagem, repercute diretamente sobre a bacia, especialmente na zona rural. A fim de enfrentar essa situação, o PRH Verde Grande propõe a realização de estudos sobre a eficiência das barraginhas e de pequenas barragens de terra, a fim de subsidiar a sua correta utilização e construção na bacia. Além disso, prevê a construção de 7.500 cisternas para atendimento das demandas domésticas e irrigação de pequenas áreas, elevando assim o índice de propriedades rurais dotados dessa obra de 0,3 para 0,8 na bacia. Em todas essas atividades está prevista a capacitação de técnicos e operadores de máquinas e, no caso das cisternas, das comunidades rurais.

A fim de se antecipar a períodos prolongados de estiagem, são propostos estudos para concepção de um sistema de previsão climatológico e alerta contra eventos críticos (principalmente secas) e de avaliação do efeito das mudanças climáticas sobre o regime hidrológico. Em relação ao primeiro, cabe destacar que o Estado de Minas Gerais tem um projeto de concepção de um sistema de monitoramento hídrico e alerta de secas ao qual essa ação do PRH poderá se integrar.

A recuperação de matas ciliares e áreas degradadas das unidades de conservação de proteção integral visa controlar a erosão de modo a reduzir o processo de assoreamento dos cursos d'água. Como prioridade inicial para restauração da mata ciliar são considerados 139 ha correspondentes às áreas de preservação permanente de rios que são mananciais de abastecimento urbano. No caso das unidades de conservação de proteção integral, as ações devem estar voltadas para o Parque Estadual Caminho dos Gerais e Lapa Grande pela importância hídrica e de ecoturismo.

A educação ambiental com ênfase em recursos hídricos também é considerada em função da sua importância para a conscientização e mobilização da sociedade para se envolver nas ações que envolvem a implementação do PRH Verde Grande e a gestão dos recursos hídricos. Essa ação é especialmente importante em função do baixo grau de mobilização dos atores sociais da região, de forma geral, para discussão da problemática da escassez hídrica. O Comitê da Bacia deverá ser indutor dessa iniciativa e ao mesmo tempo também dela se beneficiar.

Cabe destacar que, para que o PRH Verde Grande se torne um instrumento eficaz para a gestão dos recursos hídricos, o mesmo deverá ser adaptativo e periodicamente avaliado. As condições de temporalidade do planejamento, que estão associadas às dificuldades e os avanços obtidos na gestão dos recursos hídricos, assim como à necessidade de atualização de informações, implicam em necessárias e periódicas revisões a cada 5 anos.

Todo esse conjunto de ações propostas no PRH Verde apresenta seus rebatimentos especializados e seus investimentos quantificados, fornecendo assim subsídios para a priorização das ações a serem executadas durante sua implementação.

Nesse aspecto, se estabelece o principal desafio da bacia, nesse momento e nos próximos anos, que é a de congregar atores dos governos federal, estaduais e municipais e da sociedade para que as ações propostas no PRH Verde Grande venham a ser efetivamente implementadas no horizonte do planejamento de 2030.

Esse ponto se reveste de especial importância, considerando o estágio atual de utilização dos recursos hídricos da bacia, o nível de amadurecimento das instituições existentes e as características intrínsecas ao planejamento de recursos hídricos, que não é setorial, mas dependente diretamente da capacidade de negociação intra e intergovernamental e público-privada.

Nesse sentido, adquire especial importância o papel do Comitê da Bacia e da sua articulação com os órgãos gestores de recursos hídricos que atuam na bacia, a fim de assegurar o início da implementação das ações do PRH Verde Grande. Esse arranjo institucional básico, para ser eficaz, deverá se articular com outros atores importantes, como CODEVASF e DNOCS, e envolver a discussão sobre a criação da agência de água na bacia.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANA - Agência Nacional de Águas. 2002. Projeto de Gerenciamento Integrado das Atividades Desenvolvidas em Terra na Bacia do São Francisco, Sub-projeto 4.2A – Avaliação de mecanismos financeiros para o gerenciamento sustentável dos recursos hídricos da sub-bacia do rio Verde Grande. Brasília: ANA/GEF/PNUMA/ OEA, 81p.

Bizzi, L. A.; Schobbenhaus, C.; Vidotti R. M.; Gonçalves, J. H (eds.). 2003. Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil: texto, mapas e SIG. CPRM, Brasília, 692 p.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. 2004. Projeto Geologia, Tectônica e Recursos Minerais: Sistema de Informações Geográficas – SIG e Mapas na escala 1:2.500.000. Em CD-ROM. Brasília.

CETEC - Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais. 1980 - Projeto Estudos Integrados do Vale do Jequitinhonha; Estudos Hidrogeológicos. Belo Horizonte. (Relatório Final).

CETEC - Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais. 1980 -Pesquisa e Avaliação de Recursos Hídricos Subterrâneos em "karst" por meio de Sensores Remotos. Belo Horizonte,. (Relatório Final)

CETEC - Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais. 1981 - 2º Plano de Desenvolvimento Integrado do Noroeste Mineiro: Recursos Naturais. Belo Horizonte,. 2v.(Série de Publicações Técnicas).

CETEC - Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais. 1983- Mapas Geológico, Geomorfológico e Hidrogeológico, escala 1: 1000 000. In: Diagnóstico Ambiental de Minas Gerais. Belo Horizonte,. 158p. (Série de Publicações Técnicas, 10)

CETEC - Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais. 1984 - Estudos Integrados de Recursos Naturais: Bacia do Alto São Francisco e parte Central da Área Mineira da Sudene. Hidrologia Subterrânea. Belo Horizonte. (Relatório Final).

CETEC - Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais. 1991 - Estratégias de Recuperação da Bacia do rio Verde Grande. Estudos de erosão acelerada.

CETEC - Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais. 1995. Desenvolvimento metodológico para modelo de gerenciamento ambiental de bacias hidrográficas. Estudo de caso: Bacia do Verde Grande. Belo Horizonte: 28 p.

CETEC - Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais. 1996. Desenvolvimento metodológico para modelo de gerenciamento ambiental de bacias hidrográficas – Estudo de caso: Bacia do Rio Verde Grande. Belo Horizonte, (Relatório Final).

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. 2004. Avaliação da qualidade das águas e sedimentos do projeto de irrigação Estreito na bacia do rio São Francisco, Estado da Bahia. Abril de 2004.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. 2004. Estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos mínimos para a avaliação do material a ser dragado em águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências. Resolução CONAMA nº 344, de 25 de março de 2004.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. 2008. Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências. Resolução CONAMA Nº. 396, de 03 de abril de 2008.

COMIG/CPRM - Companhia Mineradora de Minas Gerais/Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais. 2003.; UFMG/Universidade Federal de Minas Gerais. 2007. Projeto Espinhaço. Em CD-ROM (textos, mapas e anexos). Belo Horizonte, Reedição.

COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais. 1980. Diagnóstico hidrogeológico de Montes Claros.

COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais. 2008.– Banco de Dados das Concessões– Projetos concluídos, em andamento e em licitação.

CPRM - Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais. 2006 - Mapa de Domínios/Subdomínios Hidrogeológicos do Brasil (Bomfim *et al.*).

Costa, J. B. A. 2005. Cerrados Norte Mineiro: populações tradicionais e suas identidades territoriais. In: Almeida, M. G. (Org.). Tantos Cerrados: Múltiplas Abordagens sobre a Biogeodiversidades e Singularidade Cultural. Goiânia: Ed. Vieira.

Costa L. A. M.; Silva, W. G. 1980. Projeto Santo Onofre - Mapeamento Geológico; Relatório Final. DNPM-CPRM-TRISERVICE (inédito).

Costa, F. J. C. B.; Magalhães, E. M. M.; Lyra, M. C. A.; Santos, M. M.; Santos Júnior, R. C.; Montenegro S. C. S. 2003. Projeto de gerenciamento integrado das atividades desenvolvidas em terra na bacia do São Francisco. Sub-projeto 1.3. Recomposição da ictiofauna reofílica do baixo São Francisco. ANA, GEF, PNUMA, OEA. Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingo. Canindé do São Francisco. 74 p.

Doorenbos, J.; Pruitt, W. O. Las necesidades de agua de los cultivos; FAO irrigation and drainage. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1977. 144 p. Paper, 24.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Solos do Cerrado. Disponível:<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/AG01/arvore/ag019610112005101956.html>.

Fagundes, G.; Martins, N. 2002. Capítulos Sertanejos. Montes Claros. p65.

FEAM – Fundação Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais – Programa Minas Sem Lixões – Disponível no site www.siam.mg.gov.br.

Fernandes, A.G. 1996. Fitogeografia do semi-árido. Anais da 4ª. Reunião Especial da Sociedade para o Progresso da Ciência. SBPC, Feira de Santana.

Fernandes, P. E. C. A.; Montes, M. L.; Braz, E. R. C.; Montes, A. S. L.; Silva, L. L.; Oliveira, F. L. L.; Ghignone, J. I. Siga Jr., O.; Castro, H. E. F. 1982. Geologia, Folha SD.23 - Brasília. In: Projeto Radambrasil - Levantamento de Recursos Naturais. Rio de Janeiro, DNPM.

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. 1989. Portaria nº 715, de 20 de setembro de 1989.

IBGE. Mapa de vegetação do Brasil. Diretoria de Geociências, IBGE. 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2000. Sinopse preliminar do censo demográfico-Rio de Janeiro. v.7.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2000. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico . Rio de Janeiro.

IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas. 2005. Programa de Monitoramento de águas superficiais: Relatório de Implantação da Rede de Monitoramento das Águas Superficiais das Sub-bacias dos Rios Verde Grande, Riachão e Jequitaí na Bacia do Rio São Francisco, em Minas Gerais. Belo Horizonte. Janeiro.

IGAM. 2006. Implantação das Redes de Monitoramento das Águas Superficiais e Subterrâneas da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco e Sub-bacia do rio Verde Grande. Implantação da rede preliminar de amostragem. Projeto Estruturador do Rio São Francisco – São Francisco Norte – UPGHR SF10 e SF06. Janeiro.

IGAM. 2006. Relatório de Implantação da rede dirigida de Monitoramento das Águas Superficiais na Região do Projeto Jaíba e municípios de Verdelândia, Varzelândia e Montes Claros. Projeto Estruturador da Bacia do Rio São Francisco. Belo Horizonte, Março.

IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Projeto Águas de Minas elaborado pelo IGAM. Série histórica de 1997 a 2007.

IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas. 2009. Banco de Dados Hidrogeológicos. Consulta ao Banco de Dados de Outorgas de Direito do Uso de Águas Subterrâneas. Consulta em maio de 2009.

Inda, H. A. V.; Barbosa, J. F. 1978. Texto explicativo para o mapa geológico do Estado da Bahia, escala 1:1.000.000. Salvador, SME/CPM, 137 p.

INGÁ – Instituto de Gestão das Águas e Clima. 2009. Banco de dados de Outorgas de Águas subterrâneas, consulta em junho 2009.

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia. 1992. Normas climatológicas (1961 – 1990). Brasília: Brazil, 84 p.

Lobato, L. M.; Pedrosa-Soares, A. C. 1993. Síntese dos Recursos Minerais do Cráton do São Francisco e Faixas Marginais em Minas Gerais. Geonomos, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 51-64.

Mata-Machado, B. 1991. História do Sertão Noroeste de Minas Gerais 1690-1930. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

Martins-Neto, M. A.; Pinto, C. P. 2001. A Bacia Do São Francisco – Geologia e Recursos Naturais. SBG – MG, Belo Horizonte, 238p.

Noce C. M.; Pedrosa-Soares A. C.; Grossi-Sad J. H.; Baars F. J. Guimarães M.L.V.; Mourão M.A.A.; Oliveira M.J.R.; Roque N.C. 1997. Nova divisão estratigráfica regional do Grupo Macaúbas na Faixa Araçuaí: O registro de uma bacia neoproterozóica. In: Simp. Geol. Minas Gerais, 9. Ouro Preto, 1997. Anais... Ouro Preto, SBG/MG, Bol. 14, p. 29-3.

Oliveira, P.M.; Simão, F.R.; Barros, L.C.; Jesus, A.M.S.; Guimarães, A.S.; Costa, E.L.C.; Jesus, J.C.S.; Silva, J.T.A; Souza Jr, R.M. Souza, G.A. 2008. Construção de Barraginhas e Avaliação dos Impactos em Comunidades Rurais do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha. Proposta de Projeto de Pesquisa, CNPq.

ONS – Operador Nacional de Sistemas. 2003. Estimativa das vazões para atividades de uso consuntivo da água nas principais bacias do sistema interligado nacional – SIN. Brasília: ONS, 201 p.

OMS - Organização Mundial da Saúde. 2003. Água e Saúde – Publicação de 2008.

PERH - Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais. 2006. Relatório Final de Consolidação da 1ª Etapa. Dezembro.

Pflug, R; 1968. Observações sobre a estratigrafia da Série Minas na Região de Diamantina, Minas Gerais. DNPM, DGM, Notas prel. E estudos 142, 20 p.

Pflug, R.; Renger, F. E.. 1973. Estratigrafia e evolução geológica da margem SE do Cráton Sanfranciscano. In: 27 Congresso Brasileiro de Geologia, 1973, Aracajú. Anais do 27 Congresso de Geologia. Aracajú, SE: Sociedade Brasileira de Geologia - Núcleo do Nordeste, v. 2. p. 5-19.

Pruski, F.F.; Moreira, G.T.G.; Silva, J.M.A.; Ferreira, C.P.; Moreira, M.C.O.; Griebeler, N.P.; Andrade, M.V.A.; Teixeira, A.F. 2009. Terraço 4.1 – Práticas mecânicas para a conservação de solo e água em áreas agrícolas. Aeagri-MG. 88p.

RADAM – Projeto Radar na Amazônia. 1982. Folha SD 23 Brasília - volume 29.

Ramos, M. M.; Pruski, F. F. 2003. Subprojeto 4.3 – quantificação e análise da eficiência do uso da água pelo setor agrícola na bacia do São Francisco. In: Projeto gerenciamento integrado das atividades desenvolvidas em terra na bacia do São Francisco. ANA,/GEF/PNUMA/OEA. Relatório Final. Viçosa, MG. 190 p.

Roque, N. C.; Grossi-Sad, J. H.; Noce, C. M. 1997. Geologia da Folha Rio Pardo de Minas - SD-23. Z.D.V. In: Grossi-Sad, J.H. ; Lobato, L. M.; Pedrosa-Soares, A. C. et al. (Coords.) Projeto Espinhaço em CD-ROM. Belo Horizonte: COMIG, 1997. p. 125-221

Schobbenhaus, C.; Campos, D. A.; Derze, G. R.; Asmus, H. E. 1984. Geologia do Brasil; Texto explicativo do mapa geológico do Brasil e da área oceânica adjacente incluindo depósitos minerais, escala 1:2.500.000. Brasília, Departamento Nacional da Produção Mineral, 1984.

Schöll, W. U.; Fogaça, A. C. C. 1979. Estratigrafia da Serra do Espinhaço na região de Diamantina (MG). In: Simpósio de Geologia de Minas Gerais, 1, Diamantina, 1979. Atas. Belo Horizonte. SBG p. 55-73 (Boletim, 1).

SIAGAS/CPRM. 2009. Banco de Dados do Sistema de informações das Águas Subterrâneas/ Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais – Consulta em abril.

Silva, A. B., Scudino, P. C. B. 1981. Estimulação de poços tubulares por meio de explosivos, no karst da região do Jaíba, norte do estado de Minas Gerais. 2ev. *Águas Subterrâneas*, no. 4:45-68. n. 4, p. 45-68.

Silva, A, B. 1984. Análise morfoestrutural , hidrogeológica e hidroquímica no estudo do aquífero cárstico do Jaíba – Norte de Minas Gerais. Tese de Doutorado USP.

Silva, A, B. 1995. Água subterrânea no carste da bacia do rio Verde Grande, Norte de Minas Gerais. Tese ao concurso público para provimento de vaga de professor titular da UFMG.

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. 2006. Ministério das Cidades – Resíduos Sólidos Urbanos - disponível no site www.snis.gov.br.

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. 2007. Diagnóstico dos serviços de água e esgoto. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/>. Acessado em 12 de maio de 2009.

UFMG/CNEN/CDTN/IGAM. 2009. Processos geradores de concentração anômala de fluoreto na água subterrânea em região semi-árida: estudo de caso em aquífero cárstico-fissural do Grupo Bambuí nos municípios de Verdelândia, Varzelândia e Jaíba, Minas Gerais. Fevereiro de 2009.

Velásquez, L. N. M, *et al.* 2009. Processos geradores de concentração anômala de fluoreto na água subterrânea em região semi-árida: estudo de caso em aquífero cárstico-fissural do Grupo Bambuí nos municípios de Verdelândia, Varzelândia e Jaíba, Minas Gerais - Projeto de Pesquisa Processo FAPEMIG: EDT 83032/06.

ANEXO 1

Atores participantes da Câmara Técnica Consultiva (CTC), da Composição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande e das Reuniões Públicas.

Integrantes da Câmara Técnica Consultiva
Representantes do Poder Público Federal
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
Companhia de Desenv. dos Vales São Francisco e Parnaíba - CODEVASF
Representantes do Poder Público Estadual
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
Instit. de Gestão das Águas e Clima - INGÁ
Empresa de Pesquisa Agrop. de Minas Gerais - EPAMIG
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de MG - EMATER
Instituto de Gestão das Águas - IGAM
Associação dos Engenheiros Agrônomos do Norte de Minas - AGRONM
Representantes dos Usuários
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA
FARPAL Agropastoril e Participação Ltda
Companhia Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS
Federação das Indústrias de Minas Gerais - FIEMG
Fazenda Olhos D'água
Fazenda Ouro Verde
Fazenda Mundo Novo
Veículos e Máquinas Agrícolas Ltda. - AGROVEMA
Representantes de Organização e Sociedade Civil
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Sociedade Rural de Montes Claros
Associação Comunitária Sobradinho
Instituto Tabuas
Associação Municipal de Proteção Ambiental de Urandi- AMPA
Composição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (Gestão 2007-2011)
Diretoria
Presidente: Marcelo Ferrante Maia - Prefeitura Municipal de Glaucilândia
Vice-Presidente: Gilmar Gomes da Silva - Prefeitura Municipal de Malhada
Secretário Executivo: João Damásio Frota Machado Pinto - Sociedade Rural de Montes
Representantes do Poder Público Federal
SRH/MMA - Marley Caetano de Mendonça
IBAMA- Vitor Vieira Vasconcelos
DNOCS - Maria Socorro Mendes Almeida Carvalho
CODEVASF - Antonio Carlos Ramalho Marques
Representantes do Poder Público Estadual

IEF - Wagner José Azevedo Carneiro
EMATER - José Aloísio Neri
SEMAD - Claudia Beatriz Oliveira Araújo
EPAMIG - Polyanna Mara de Oliveira
IGAM - Vânia Lúcia Souza Figueiredo
IDENE - Odilon Martins Guimarães Junior
AGRONM - Marcelo Veloso Maia e Anildes Lopes Evangelista
Polícia Militar de Meio Ambiente de Minas Gerais - Thiago Alves Ribeiro
Superintendência Regional de Ensino - Tânia Maria Lopes
INGÀ-BA - João Batista e Milena Oberlaender Maia
Representantes do Poder Público Municipal
Prefeitura Municipal de Glaucilândis - Marcelo Ferrante Maia
Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas - Sidônio Gonçalves dos Santos
Prefeitura Municipal de Montes Claros - Aramis Mameluque Mota
Prefeitura Municipal de Patis - Luiz Wanderlei dos Santos Lobo
Prefeitura Municipal de Matias Cardoso - Sebastião Bizerra de Figueiroa
Prefeitura Municipal de Verdelândia - Jackson Leite Madureira
Prefeitura Municipal de Mamonas - Horácio Cristo Barbosa
Prefeitura Municipal de Pai Pedro - Nicanor Soares Pereira
Prefeitura Municipal de Malhada - Gilmar Gomes Silva
Prefeitura Municipal de Iuiu - Adenilton Pereira Lima
Prefeitura Municipal de Pindaí - Izalda Albertina Reis Gomes
Prefeitura Municipal de Sebastião Laranjeiras - Carlos Alberto Laranjeiras Lima
Representantes dos Usuários - Abastecimento Urbano e Lançamento De Efluentes
COPASA-MG - Mônica Maria Ladeia e Antônio Carlos Câmara Júnior
Prefeitura Municipal de Bocaiúva - Robson Rafael Andrade
Prefeitura Municipal de Juramento - Arialyson Ramos
Prefeitura Municipal de Janaúba - Cleide Maria de Oliveira
Prefeitura Municipal de Mirabela - Edílson Santos de Oliveira
Prefeitura Municipal de Jaiba - Avilmar Aparecido Lopes
Prefeitura Municipal de Verdelândia - Ana Letícia Rodrigues Gonçalves
Sec. de Obras de Urandi-BA - Sidney C. de Moraes e Aldo César P. Matos
Departamento Municipal de Águas de Jacaraci - Plínio Laranjeira de Moura
Prefeitura de Mortugaba BA - Ricardo Rocha de Abreu
Elster Medição de Água S/A - Dalton Mendes Mota
FIEMG - Ézio Darioli
Companhia de Tecidos do Norte de Minas - José Jacinto Costa Henriques
Valleé S/A - José Augusto Ferreira Dias
Representantes dos Usuários - Irrigação e Uso Agropecuário
Alexandre Machado Pinto - Fazenda Ouro Verde
Fazenda Estância Queluz - Carlos Genuíno de Quadros Figueiredo

Fazenda Mundo Novo - Luiz Guilherme Antunes Câmara
Fazenda Santa Fé - José Moacir Guimarães Basso
Fazenda São Geraldo - Geraldo Bernardino Madureira
Fazenda Itapoã - Leonardo Bernardino Madureira
Farpal Agropastoril - João Gustavo Rebello de Paula
Fazenda Olhos D'água - Valdete Soares Nogueira
AGROVEMA - José Luiz Veloso Maia
Distrito de Irrigação do Gorutuba/Janaúba - Emanuel Sousa Barbosa
Fazenda Santa Helena - Dario Colares de Araújo Moreira
Fazenda Olhos D'água - Rodolpho Velloso Rebello
Dipe – Distrito de Irrigação Estreito e Cova da Mandioca - Jucedarles Muniz
Fazenda Angélica - Idalceno Cordeiro dos Santos
Fazenda Juazeiro - Edivaldo Alves Cangussu
Fazenda da Barra - Humberto Carlos Baleeiro Cardoso
Representantes da Sociedade Civil
Sindicato Rural de Francisco Sá - João Dias de Oliveira
Associação Comunitária de Barra de Caiçara - Geraldo Magela Silva
Ass. Comunitária de Sobradinho - José Valter Alves
Centro Comunitário Pau D'Óleo - Álvaro Dias da Rocha
Sociedade Rural de Montes Claros - João Damásio Frota Machado Pinto
Abanorte - Dirceu Colares Araújo Moreira
Associação Comunitária de Produtores Rurais de Cabeceira e Raiz - Hélio Souza
Associação de Desenvolvimento Comunitário da Barra do Rio Verde - Sebastião Santos
Pesca - Alvinio Ribeiro da Silva e Eliezer Lourenço Amorim
FUNDETEC Fund. de Desenv. Científico e Tecnológico da Agropecuária Norte Mineira - Flavio Gonçalves Oliveira
Instituto Tabúas da Bacia do Verde Grande - João Alves do Carmo
Universidade Federal de Minas Gerais - Édson de Oliveira Vieira
FAVAG - Délmario Baleeiro
EFAJIT Escola Agrotécnica Federal Antônio José - Sayonara Cotrim Sabioni
Faculdade de Guanambi - João de Souza Abreu Júnior
Instituto Nacional de Proteção ao Meio Ambiente - Aroldo Roberto Cangussu
Cáritas Diocesana de Janaúba - Max Vinicius Aguiar Martins
AMPA – Associação Municipal de Proteção Ambiental de Urandi - João Ezequiel Filho
Fund. Cultural Genival Tourinho - Renata Athayde Rebello Gomes
Instituições Participantes das Reuniões Públicas
Agência Nacional de Águas – ANA
ECOPLAN Engenharia
Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM
Prefeitura de Janaúba/MG
Prefeitura de Verdelândia/MG

Prefeitura Municipal de Malhada
Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental de Verdelândia - CODEMA
Consórcio União Geral – Janaúba/MG
Secretaria de Agricultura de Iuiu/BA
Distrito de Irrigação do Projeto Estreito - DIPE -
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Prefeitura de Urandi/BA
Instituto de Gestão das Águas e Clima - INGÁ
ONG Prisma
Instituto Viva Cerrado
Associação da Barra do Rio Verde
Prefeitura de Sebastião Laranjeiras/BA
Prefeitura de Pindaí/BA
Sindicato dos trabalhadores rurais – Urandi/BA
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale Rio Covas de Mandioca
Bahia Mineração Ltda
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
CBH Verde Grande
Independência S/A
Faculdade Vale do Gorutuba - FAVAG
Distrito de Irrigação Perímetro Gorutuba
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG
Emater/MG
Procon de Janaúba/MG
Banco do Nordeste
Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES
FUNDATEC
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
Associação dos Pequenos Produtores e Trabalhadores de Panorâmica e Adjacências -
Associação Comercial de Sobradinho/MG
Associação Central dos Fruticultores do Norte de Minas - ABANORTE
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
ONG Grito dos Rios
Prefeitura de Glaucilândia/MG
Prefeitura de Francisco Sá/MG
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG
Associação Comercial Sobradinho/MG